



RELATÓRIO INSTITUCIONAL

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

2025

ALMG
190
A N O S
ORDEM DO MÉRITO
LEGISLATIVO 2025

RELATÓRIO INSTITUCIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

2025

Belo Horizonte | Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais | maio/2026



Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Biênio 2025-2027 – 20ª Legislatura

Deputado Tadeu Leite (MDB)
Presidente

Deputada Leninha (PT)
1ª-vice-presidente

Deputado Duarte Bechir (PSD)
2ª-vice-presidente

Deputado Betinho Pinto Coelho (PV)
3ª-vice-presidente

Deputado Gustavo Santana (PL)
1º-secretário

Deputado Vitório Júnior (PP)
2º-secretário

Deputado João Vítor Xavier (Cidadania)
3º-secretário

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Luíza Homen Oliveira
Secretária-geral da Mesa

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
Belo Horizonte – Minas Gerais – 30190-921
Telefone: +55 31 2108-7000

FICHA TÉCNICA

Coordenação-geral:

Diretoria de Comunicação Institucional
Luísa de Marillac Luna

Organização:

Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial

Daniela Santiago Mendes Menezes (coord.) • Frederico da Cruz Vieira de Souza • Adriana de Oliveira Mariano • Alice Moura Braga • Regina Aparecida Henriques de Moraes

Informações e pesquisa:

Escola do Legislativo • Gabinetes parlamentares • Gerência-Geral de Apoio às Comissões • Gerência-Geral de Consultoria Temática • Gerência-Geral de Documentação e Informação • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação • Gerência-Geral de Participação e Interlocação Social • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial • Procon Assembleia

Redação:

Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação

Ana Flávia Junqueira • Diana de Azeredo • Raul Gondim • Vivian Teixeira

Secretaria-Geral da Mesa

Bernardo Maranhão
Fabrício Marques de Oliveira

Diretoria de Planejamento e Coordenação

Alaôr Messias Marques Júnior

Fotos:

Setor de Fotografia da ALMG (Créditos – páginas 240 e 241)

Criação e produção:

Gerência de Publicidade e Comunicação Visual
Rogério de Senna (coord.)

Projeto gráfico:

Gleise Marino

Capa e adaptação do projeto gráfico:

Mylène Camilo Mendes de Oliveira Marques

Editoração:

Mylène Camilo Mendes de Oliveira Marques

Revisão:

Leonardo Mordente

M663 Minas Gerais. Assembleia Legislativa.
Relatório institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais : 2025 / [redação: Ana Flávia Junqueira ... et al.]. – Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2026.
246 p.

1. Minas Gerais. Assembleia Legislativa – Relatório (2025).
I. Junqueira, Ana Flávia. II. Título.

CDU: 342.53(815.1)

Sumário

Apresentação	5
Introdução	9
Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).	17
Iniciativas efetivam respostas à crise climática.	31
Temas em destaque	41
– Eventos institucionais em 2025	42
– Atuação político-parlamentar por temas	47
– Assembleia Fiscaliza	129
Canais de diálogo com a população	165
Cidadania, memória e cultura	181
Direcionamento Estratégico	211
Entenda a Assembleia Legislativa	221
Composição da ALMG	235





Apresentação

Sempre em sintonia com as transformações sociais e em busca de mais qualidade de vida para todos os mineiros, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais se empenha cotidianamente em ser cada vez mais reconhecida como o poder do cidadão. No ano de 2025, entre as diversas ações empreendidas pelo Legislativo mineiro que contribuem para esse reconhecimento, destaca-se a construção de um caminho sustentável para o pagamento da dívida com a União.

Hoje, o Brasil dispõe de bases mais estáveis e equitativas para tratar o endividamento dos estados, e isso se deve fundamentalmente ao intenso trabalho realizado pelos parlamentares mineiros, em diálogo com as presidências da República e do Congresso Nacional, na esfera federal, e com o governo de Minas, na esfera estadual.

Graças a todo esse esforço conjunto, coordenado pela Assembleia, para a estruturação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), nosso estado está no caminho certo para sanar uma antiga e onerosa pendência – e de forma ágil, eficiente e madura –, em benefício dos 21 milhões de mineiras e mineiros.

A adesão do Estado ao Propag, autorizada pela Lei nº 25.282, de 2025, sancionada em junho após amplo aprimoramento do projeto original pelo Parlamento mineiro, reafirma o protagonismo da Assembleia na busca por uma solução definitiva para a dívida estadual, hoje superior a R\$ 170 bilhões. Além de assegurar condições mais favoráveis para o pagamento desses valores à União, o programa cria espaço fiscal para a ampliação de investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação, habitação e segurança pública.

Esse é um exemplo eloquente da função de mediação política que tem o Parlamento, função que esta Casa vem exercendo com dedicação incansável, de forma a ampliar os canais de diálogo entre os Poderes constituídos e a sociedade, fortalecendo a cidadania e a democracia.

Cumprimos, assim, mais uma vez, a vocação de Minas Gerais para liderar avanços que beneficiam o País como um todo. Reafirmamos o legado mineiro da política como a arte do diálogo que concilia contrários e propicia o melhor consenso. Tivemos oportunidade de celebrar esse legado ao festejarmos os 190 anos do Parlamento mineiro.

Esse marco histórico foi comemorado na tradicional cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Legislativo, que a cada ano reconhece as autoridades, lideranças e instituições que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

Ao longo de todos esses anos de vida pública, temos comprovado que, em Minas Gerais, a tradição, longe de nos prender à imobilidade e ao conformismo, atua como a luz que nos guia e a força que nos impele a enfrentar os desafios do nosso tempo, com espírito pioneiro e visão de futuro.

Nessa perspectiva, demos continuidade às ações do projeto institucional Crise Climática em Minas: Desafios na Convivência com a Seca e a Chuva Extrema, inaugurado no ano passado com a realização de um seminário técnico que foi o maior da história do Parlamento mineiro, seja pela relevância e abrangência do tema, seja pelo número de entidades parceiras, entre as quais empresas, universidades, órgãos de governo e organizações da sociedade civil.

Na esteira do Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação – Crise Climática, uma iniciativa em parceria com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), realizamos um dia de demonstrações para que os dez empreendedores agraciados com o prêmio apresentassem aos parlamentares, a potenciais investidores e ao público em geral os seus projetos destinados ao enfrentamento desse desafio contemporâneo nas diversas regiões do Estado.

Sediamos, na galeria de arte do Palácio da Inconfidência, uma exposição aberta ao público e com opção de visita guiada para instituições de ensino, tendo como tema as boas práticas de convivência com os extremos do clima em Minas Gerais.

Além disso, iniciamos, em 2025, dois novos fóruns técnicos: um voltado para a erradicação da miséria no Estado; outro, para a promoção e a defesa dos direitos do consumidor. O fórum técnico Minas sem Miséria conta com a parceria de entidades da sociedade civil e do poder público que lidam com o tema e tem como objetivo promover a escuta da sociedade, percorrendo todas as regiões do Estado para subsidiar e apoiar a elaboração do Plano Mineiro de Combate à Miséria e aprimorar as políticas públicas destinadas à erradicação da miséria em Minas Gerais.

O fórum técnico Direito do Consumidor, também realizado em parceria com diversas entidades do poder público e da sociedade civil, destina-se a promover aprimoramentos na legislação consumerista e no sistema de defesa dos direitos do consumidor em Minas Gerais, além de fomentar relações de consumo mais saudáveis e mais benéficas tanto para fornecedores quanto para consumidores. Essa é uma temática das mais atuais e exigentes, nestes tempos em que as relações de consumo se veem profundamente transformadas pelas novas tecnologias de comércio eletrônico.

Todas essas atividades se desenvolveram de forma simultânea à robusta produção legislativa e à constante atividade fiscalizatória, que fazem parte do cotidiano da Assembleia de Minas, com o empenho de todos os deputados e deputadas da Casa, não apenas nas discussões e votações em Plenário, mas também na intensa atuação das comissões parlamentares.

Quanto a esse último aspecto, merece destaque o trabalho que as diversas comissões temáticas têm desenvolvido no âmbito do programa Assembleia Fiscaliza, em três frentes: a prestação de contas do Poder Executivo, as audiências e visitas de fiscalização e o Tema em Foco. Nessa terceira frente, durante o biênio 2025-2026, entre os 20 temas de extrema relevância escolhidos pelas respectivas comissões parlamentares, estão sendo examinadas matérias como a já mencionada renegociação da dívida do Estado com a União, o cumprimento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, e o planejamento e a gestão da infraestrutura e dos serviços de água e energia em Minas Gerais.

Cabe ressaltar, ainda, algumas das ações institucionais que temos implementado com o fim de promover melhorias significativas no cotidiano do trabalho na Casa, em sintonia com os avanços e as pautas das organizações contemporâneas. No campo da tecnologia, estamos promovendo estudos e iniciativas voltados para a adoção de soluções de inteligência artificial no âmbito do Parlamento mineiro, entre as quais a formalização de uma política institucional de uso responsável dessas tecnologias. No quesito sustentabilidade, demos continuidade às diversas ações do Programa Assembleia Sustentável ESG, especialmente direcionadas para a gestão eficiente e econômica dos recursos naturais.

Além disso, em matéria de relacionamento com a sociedade, estamos desenvolvendo o projeto Assembleia + Inclusiva, com o objetivo de garantir condições adequadas de acessibilidade e participação aos diversos segmentos sociais nas suas interações com o Legislativo estadual.

Por fim, na área de recursos humanos, implementamos um sistema de integridade e ética, com vistas a orientar a atuação, o comportamento e as relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Para concluir, atestamos a consonância de todas essas realizações com o nosso Direcionamento Estratégico, documento que, além de nortear o trabalho cotidiano de todos os parlamentares, servidores e colaboradores da Assembleia de Minas, reafirma nosso compromisso com a promoção do interesse maior de toda a sociedade mineira, mediante efetiva participação social, primando sempre pela relação harmoniosa entre os Poderes do Estado, com diálogo e independência.

Que possamos, pelos tempos que virão, ampliar continuamente esse diálogo e abranger, de modo crescente, a pluralidade de vozes que compõem a riqueza de Minas Gerais, para servirmos cada vez mais e melhor à construção do futuro que todos queremos para a nossa terra e a nossa gente.

Deputado Tadeu Leite

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais





Introdução

O Relatório Institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2025 apresenta um panorama do trabalho desenvolvido pelo Parlamento mineiro ao longo do ano, consolidando-se como um instrumento de transparência, memória institucional e prestação de contas à sociedade. A publicação reúne, de forma integrada, as principais ações legislativas, de fiscalização e de representação realizadas pelas deputadas e pelos deputados estaduais, fazendo transparecer o compromisso permanente da ALMG com o fortalecimento da democracia e a melhoria das políticas públicas em todo o estado de Minas Gerais.

Em 2025, a atuação do Legislativo estadual foi marcada por um dos mais relevantes acontecimentos da história mineira recente: a aprovação da adesão do Estado ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). A Assembleia foi protagonista na condução do debate e no aprimoramento das proposições relacionadas ao tema, encerrando o Regime de Recuperação Fiscal, que aumentava o endividamento do Estado, e contribuindo para a construção de uma solução definitiva para uma dívida que se arrastava havia quase três décadas. Esse processo, amplamente debatido com a sociedade e com diferentes esferas de governo, reafirmou a centralidade da ALMG como espaço de diálogo e mediação institucional.

O Relatório Institucional destaca, ainda, o trabalho contínuo da Assembleia na fiscalização das ações do Poder Executivo e na qualificação das discussões do Poder Legislativo, com foco em resultados concretos para a sociedade. Ao longo do ano, a Casa manteve sua atuação descentralizada, promovendo audiências públicas, ciclos de debate, fóruns técnicos e eventos institucionais que mobilizaram diversos segmentos sociais e contribuíram para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às demandas dos mineiros. Nesse contexto, destacaram-se os fóruns técnicos Minas sem Miséria e

Direito do Consumidor, que contaram com a participação da população mineira, fazendo transparecer mais uma vez o empenho da Assembleia em fomentar eventos que incentivem a participação social em temáticas importantes.

O enfrentamento da crise climática permanece como uma agenda estratégica do Parlamento mineiro, com desdobramentos importantes em 2025. O relatório apresenta iniciativas como o Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento, o Programa de Aceleração do Prêmio Assembleia de Inovação – Crise Climática e projetos estruturantes decorrentes do seminário técnico realizado em 2024, entre eles as Vitrines de Barraginhas, que articulam inovação, desenvolvimento sustentável e capacitação regional, reforçando o papel da ALMG na indução de soluções de médio e longo prazo.

Nos temas em destaque, o leitor encontrará a atuação político-parlamentar organizada por comissões temáticas, que concentram grande parte da produção legislativa e do debate institucional. São abordadas frentes diversas, como desenvolvimento econômico, direito do consumidor, combate às desigualdades, cidadania, inovação, segurança pública e políticas sociais, além de eventos institucionais emblemáticos, como a Ordem do Mérito Legislativo, que celebrou os 190 anos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Os dados relativos à produção legislativa estão disponibilizados eletronicamente na página Assembleia em Números, lançada em 2025 com o objetivo de ampliar a transparência das atividades parlamentares. A página integra a seção Transparência do Portal Institucional e pode ser acessada por meio do *QR code* apresentado na página 170, no capítulo “Canais de diálogo com a população”. A ferramenta reúne, de forma integrada e acessível, um amplo conjunto de informações sobre o processo legislativo. Por meio de painéis interativos, é possível consultar dados consolidados e atualizados, organizados em quatro seções: “Leis aprovadas”, “Participação cidadã”, “Fiscalização” e “Atividades legislativas”.

O relatório também dedica espaço aos canais de diálogo da ALMG com a população, às iniciativas de inovação na comunicação pública e aos projetos voltados à cidadania, à cultura e à preservação da memória política. Completam a publicação os capítulos sobre o Direcionamento Estratégico da Casa, a apresentação do funcionamento do Poder Legislativo e a composição da Assembleia na atual legislatura, oferecendo ao leitor uma visão integrada do papel institucional da ALMG e de sua atuação em 2025.



Aponte a câmera do seu celular para o *QR code* e acesse a página do Relatório Institucional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2025. A página também pode ser acessada no seguinte endereço: almg.gov.br/relatorio.



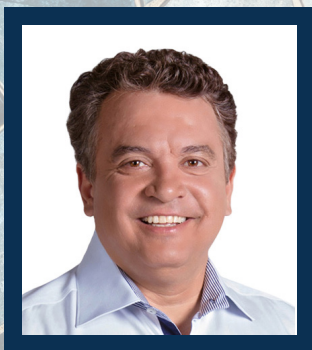
“Em 2025, tive a honra de retornar à Assembleia Legislativa para seguir contribuindo com o trabalho em defesa de Minas Gerais. No período, assumi a presidência da Comissão de Administração Pública, atuando no acompanhamento das políticas e estruturas do Estado. Também apresentei e tive aprovado o Projeto de Lei nº 4.486/2025, que isenta do ITCDD as indenizações às famílias das vítimas de Brumadinho, garantindo que valores destinados à reparação não sejam tributados. Paralelamente, intensifiquei visitas aos municípios para ouvir lideranças e articular soluções voltadas ao desenvolvimento local.”

Deputado Adalclever Lopes (PSD)

“Nosso mandato segue promovendo avanços na saúde, educação e segurança pública dos municípios, atuando também na recuperação das estradas e na valorização dos produtores rurais. À frente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizamos o fórum técnico voltado ao aprimoramento da legislação. Sou autor da lei que garante a matrícula de crianças com deficiência ou autismo em escolas particulares, do Programa de Reforço Escolar e da norma que assegura às mulheres o direito de acompanhamento por profissionais do mesmo sexo em procedimentos com sedação, todas sancionadas em 2025.”



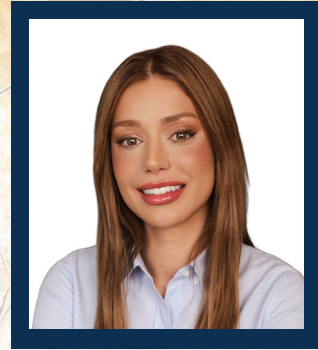
Deputado Adriano Alvarenga (PP)



“Encerramos 2025 com a sensação de dever cumprido. Sob a condução equilibrada e competente do presidente Tadeu, vivemos um período de união, diálogo e resultados concretos para Minas. Agradeço aos colegas parlamentares pelo companheirismo e pelo espírito de colaboração que sempre prevaleceu. Finalizo este ciclo em grande estilo, com a alegria de levar comigo grandes amigos, que construí ao longo dessa jornada.”

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

“Em 2025, a ALMG avançou em políticas essenciais. De minha autoria, destaco a aprovação da Lei nº 25.411, que instituiu o Sistema de Defesa Prévia para proteção de mulheres vítimas de violência. A Lei nº 25.224 reconheceu a Estátua do Cristo Redentor do Barreiro como de relevante interesse cultural. A aprovação do Projeto de Lei nº 2.984/2024, que implementa semáforos inteligentes, poderá melhorar o tráfego e a segurança viária nos grandes centros do Estado de Minas Gerais. Esses resultados refletem um Parlamento comprometido com eficiência, proteção social e desenvolvimento do nosso amado Estado!”



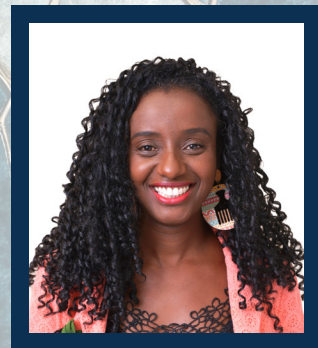
Deputada Amanda Teixeira Dias (PL)



“No ano da COP30 no Brasil, realizamos um amplo debate sobre mulheres e emergências climáticas durante o Sempre Vivas. Destacamos que somos as mais vulneráveis, mas também as protagonistas na luta por justiça climática. O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado e aprovamos, em definitivo, o Plano Estadual da Primeira Infância, avanços históricos no enfrentamento às desigualdades. Entretanto, amargamos um grande retrocesso para a participação popular com o fim do referendo para a privatização da Copasa.”

Deputada Ana Paula Siqueira (Rede)

“Em 2025, o Parlamento mineiro foi desafiado a reafirmar seu compromisso com a democracia, a justiça social e a defesa do povo mineiro. Atuamos com firmeza na fiscalização do Executivo, na proteção dos serviços públicos e na construção de políticas que ampliem direitos. Seguimos acreditando que a Assembleia deve ser um espaço de diálogo, resistência e responsabilidade com quem mais precisa.”



Deputada Andreia de Jesus (PT)



“Em 2025, o Parlamento mineiro consolidou seu compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, por meio da aprovação de iniciativas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para o campo. Entre essas ações, destacam-se os projetos que instituíram a Política Estadual de Agricultura Irrigada, a valorização da produção agrícola, o fortalecimento das cadeias produtivas e a garantia do acesso ao ensino superior e da permanência estudantil – medidas estendidas à Epamig. Com diálogo, técnica e responsabilidade, seguimos promovendo políticas que garantem competitividade, inovação e segurança ao campo mineiro.”

Deputado Antonio Carlos Arantes (PL)

“A Assembleia Legislativa reafirmou seu compromisso com a transparência, a eficiência e a defesa dos interesses da população mineira. Nesse contexto, tive a honra de conduzir, novamente, a Comissão de Saúde, intensificando ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos mineiros. Promovi audiências públicas que buscaram fortalecer a rede hospitalar, como a PEC nº 42/2024, que busca o repasse direto de recursos da saúde ao Hospital Universitário Clemente de Faria. Mantive diálogo com gestores e lideranças, defendendo políticas que ampliem o acesso à saúde, à educação e ao desenvolvimento sustentável.”



Deputado Arlen Santiago (Avante)



“2025 foi um ano de muito trabalho dedicado a fortalecer Minas a partir dos seus municípios. Na presidência da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, ampliamos o diálogo local e mantivemos um mandato presente nas cidades, atuando como ponte na defesa de uma saúde de qualidade, sem filas e sem precisar viajar longas distâncias. Seguimos avançando na inclusão, na proteção às pessoas com autismo, na prevenção do câncer e na autonomia dos municípios, construindo um estado mais humano e inclusivo.”

Deputado Arnaldo Silva (União)

“Em 2025 realizamos 88 audiências públicas e 21 visitas nas áreas de Educação, Cultura, Mulheres, Meio Ambiente, Saúde, Ipsemg, defesa de servidoras e servidores e serviços públicos.

Garantimos que nenhum servidor recebesse menos de um salário mínimo. Defendemos as populações atingidas pelas mineradoras e a valorização dos servidores do Meio Ambiente.

Paralisamos os projetos do governo Zema de privatização, militarização e municipalização das escolas estaduais. Lutamos contra a privatização da Copasa e do hospital Maria Amélia Lins e, ao lado da Uemg, contra a venda de seus imóveis e seu fechamento.”



Deputada Beatriz Cerqueira (PT)



“2025 trouxe muitas vitórias. Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos, segui defendendo os mais vulneráveis: pessoas em situação de rua, mulheres, comunidade LGBTQIA+, trabalhadores e povos e comunidades tradicionais. Realizamos o Fórum Minas sem Miséria, passando por todo o Estado. Impedimos a retirada de direitos do povo e fiscalizamos as ações do governo de Minas, denunciando irregularidades. Pela Comissão de Meio Ambiente, colaboramos com ações voltadas às consequências das mudanças climáticas e para a interdição de barragens e obras que colocavam comunidades em risco. Seguiremos atentos.”

Deputada Bella Gonçalves (Psol)

“Em 2025, nosso mandato avançou na defesa da classe trabalhadora: lutamos bravamente contra as privatizações em Minas, contra pedágios e reajustes abusivos, garantimos visibilidade e reconhecimento das necessidades de pessoas com diabetes tipo 1, fortalecemos o SUS com investimentos no HPS, ampliamos políticas como o diagnóstico do linfedema, combatemos retrocessos como escolas cívico-militares, batalhamos pelo fim do trabalho análogo à escravidão, valorizamos a cultura popular e promovemos debates essenciais sobre saúde, trabalho e justiça social. Missão cumprida, com coragem e compromisso!”



Deputado Betão (PT)

BRUNO ENGLER PL S
 CAPOREZZO PL N
 CARLOS HENRIQUE Republicanos S
 CAROL CARAM Avante S
 CASSIO SOARES PSD S
 CELINHO SINTROCEL PCdoB N
 CHARLES SANTOS Republicanos S
 CHIARA BIONDINI PP
 CORONEL HENRIQUE PL
 CRISTIANO SILVEIRA PT N
 DELEGADA SHEILA PL S
 DELEGADO CHRISTIANO XAVIER PSD S
 DOORGAL ANDRADA PRD S
 DOUTOR JEAN FREIRE PT N
 DOUTOR PAULO PRD S
 DOUTOR WILSON BATISTA PSD S
 DR. MAURÍCIO NOVO
 DUARTE BECHIR PSD S
 EDUARDO AZEVEDO PL N
 ELISMAR PRADO PSD N
 ENES CÂNDIDO Republicanos S
 GIL PEREIRA PSD S
 GREGO DA FUNDAÇÃO MOBILIZA S
 GUSTAVO SANTANA PL S

Votação, em 2º turno, do Substitutivo nº 1 ao em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2023

VOTAÇÃO ENCERRADA

Sim 48 Não 22 Branco 0

Reuniões de Comissão

Trabalho, da Previdência e...	10:00	Participação Popular	16:00
Comissão Especial Indicaç...	14:00	Fiscalização Financeira e ...	16:00
Redação	14:30	Participação Popular	16:00
Direitos Humanos	15:30	Educação, Ciência e Tecno...	16:00
Proposta de Emenda à Con...	15:30		



vencido
da à

otos 70

ário 74
missões 0
al 74

15:24
05/11/2025

MÁRIO HENRIQUE CAIXA
MARLI RIBEIRO
MARQUINHO LEMOS
MAURO TRAMONTE
NAYARA ROCHA
NEILANDO PIMENTA
NORALDINO JÚNIOR
OSCAR TEIXEIRA
PROFESSOR CLEITON
PROFESSOR WENDEL MESQU
RAFAEL MARTINS
RAUL BELÉM
RICARDO CAMPOS
ROBERTO ANDRADE
RODRIGO LOPES
SARGENTO RODRIGUES
TADEU LEITE
THIAGO COTA
TITO TORRES
ULYSSES GOMES
VITÓRIO JÚNIOR
ZÉ GUILHERME
ZÉ LAVIOLA



Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)

Com liderança da ALMG, o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) marca um novo capítulo no enfrentamento da dívida de Minas Gerais com a União.

Viabilizar o refinanciamento da dívida histórica do Estado com a União, garantindo a solidez das contas públicas e ampliando os investimentos em áreas estratégicas para a população. Esse foi o paradigma que guiou os esforços da Assembleia de Minas no ano de 2025, na discussão, no aprimoramento e na aprovação das medidas que possibilitaram a adesão de Minas Gerais ao Propag.

A solução, que se consolida como a definitiva para o endividamento do Estado, começou a ser construída ainda em 2023, e a ALMG teve um papel central nas negociações. Sob a condução do presidente Tadeu Leite, a Casa promoveu debates técnicos e mobilizou atores em Brasília, tanto no Congresso Nacional quanto no governo federal, na busca por um modelo que fosse sustentável e menos danoso ao equilíbrio fiscal de Minas, em contraponto ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Todo esse empenho culminou com a aprovação e sanção, em janeiro de 2025, da Lei Complementar Federal nº 212, que instituiu em âmbito nacional o Propag, permitindo aos estados parcelarem seu débito com a União em até 30 anos, com condições de juros mais favoráveis e possibilidade de amortização por meio da cessão de ativos, créditos tributários e previdenciários. Além disso, o programa abre caminho para que parte dos recursos economizados seja aplicada em áreas essenciais como educação, saneamento e segurança.

Em 8 de maio, o Plenário da ALMG recebeu do Poder Executivo nove proposições para análise; essas, somadas a outras quatro propostas já protocoladas na Casa, compuseram o chamado “Pacote de adesão ao Propag”. Na mesma data, o vice-governador Mateus Simões participou de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para detalhar os objetivos de cada proposição e esmiuçar os dados fiscais do Estado no contexto do pagamento da dívida.

À época, o valor estimado da dívida de Minas Gerais com a União alcançava aproximadamente R\$ 164 bilhões. Mateus Simões explicou que a intenção do governo seria oferecer, logo no primeiro ano de adesão ao Propag, um abatimento de R\$ 34 bilhões. Isso porque, de acordo com as regras do programa de amortização, a oferta de 20% do total do saldo devedor possibilitaria a renegociação do débito nas melhores condições, com taxa de juros zero.



Visita do vice-governador ao presidente da ALMG para entrega dos projetos do Propag.

Adesão ao programa

Das 13 proposições que compõem o pacote do Propag, a primeira a ser apreciada pela ALMG foi o Projeto de Lei (PL) nº 3.731/25, com a finalidade de autorizar o Poder Executivo a efetivar a adesão ao programa. A proposição foi aprovada de maneira definitiva pelo Plenário em 29 de maio e transformada na Lei nº 25.282.

Além de ratificar a anuência de Minas Gerais às regras da Lei Complementar Federal nº 212, a norma permitiu ao Executivo estadual solicitar o encerramento do RRF, condicionando a saída à formalização da adesão ao Propag.

De maneira geral, a Lei nº 25.282 autorizou o Estado a celebrar com a União contratos de refinanciamento ou aditivos contratuais para redefinir o pagamento da dívida, incluindo, como possível forma de amortização, a transferência de ativos públicos (como imóveis, participações societárias ou créditos), bem como a vinculação de determinadas receitas estaduais como garantia. A lei ainda assegura que os contratos e as obrigações financeiras sejam regidos por cláusulas irrevogáveis e permite a adoção de arbitragem para a solução de eventuais conflitos com a União.

Para garantir transparência e controle, os parlamentares da ALMG aprimoraram o projeto durante sua tramitação, com o intuito de fortalecer a fiscalização do Parlamento mineiro sobre as ações e os resultados do Propag em relação às políticas públicas do Estado.

Dessa forma, a lei institui um comitê interinstitucional, composto por membros do Ministério Público, do Judiciário, do Tribunal de Contas, da Assembleia e do Executivo estadual. Os componentes atuarão sem remuneração adicional e terão mandato de três anos. O comitê ficará encarregado de acompanhar a execução do Propag no Estado, com acesso aos contratos, documentos financeiros e patrimoniais.

Outro dispositivo inserido pelos parlamentares determina que o Poder Executivo deverá enviar à ALMG, em até 30 dias após a solicitação, um relatório com todas as informações sobre o pedido de adesão ao Propag e o encerramento do RRF.

Teto de gastos

Originalmente, o projeto que resultou na Lei nº 25.282 tratava também do teto de gastos previsto na lei federal do Propag. Contudo, por recomendação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALMG, a parte referente ao teto de gastos no PL nº 3.731/25 foi desmembrada no Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 71/25, que tramita em 1º turno.

O PLC nº 71/25 referenda a regra estipulada pela Lei Complementar Federal nº 212, segundo a qual, no prazo de até 12 meses após a assinatura do contrato de adesão ao Propag, os Poderes do Estado, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas deverão submeter o crescimento de suas despesas primárias ao limite da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

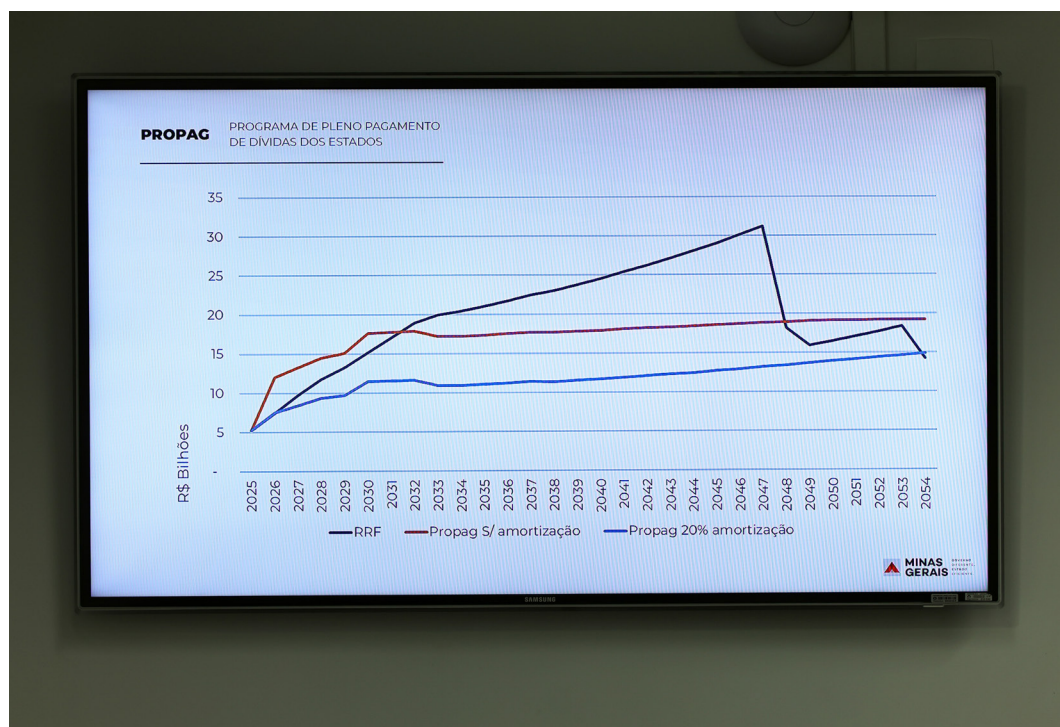


Gráfico mostra comparativo de projeções da evolução da dívida de Minas entre Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e adesão ao Propag.

A esse índice poderá ainda ser acrescido um percentual adicional, conforme o desempenho da receita e do resultado fiscal do Estado. Não haverá acréscimo se não houver aumento real da receita primária no ano anterior, o limite poderá incorporar até 50% do crescimento real da receita, caso o resultado primário tenha sido nulo ou negativo, e até 70% desse crescimento real, se o Estado tiver registrado resultado primário positivo.

O PLC nº 71/25 também define um conjunto de despesas que não se sujeitam à trava orçamentária. Ficam excluídos os gastos custeados com recursos do Fundo de Equalização Federativa, com transferências vinculadas da União e com fundos especiais de órgãos do Poder Judiciário, da ALMG, do TCE e da Secretaria de Estado de Fazenda, além de outras fontes, a serem definidas em ato do Poder Executivo Federal.

Da mesma forma, não entram no limite as despesas necessárias ao cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação, os gastos financiados por indenizações judiciais e as despesas relativas às transferências constitucionais aos municípios, quando o Estado optar por registrá-las contabilmente como despesa orçamentária.

Cessão de direitos creditórios

Também parte do pacote de adesão ao Propag, a Lei Complementar nº 184, sancionada em 19 de julho, tramitou na ALMG na forma do PLC nº 69/25. A norma autoriza o Executivo a ceder para a União os créditos oriundos da compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), prevista na Lei Federal nº 9.796, de 1999.

Os créditos em questão foram formados por ocasião da migração de contribuintes do RPPS para o RGPS ou vice-versa. Atualmente, o Estado não tem recebido da União a compensação previdenciária de direito, pois o Sistema Comprev para a transferência dos valores teria um saldo limitado para fazer os pagamentos devidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim, a norma permite que esse valor devido pela União a Minas Gerais seja descontado da dívida.

De forma a assegurar a saúde do sistema previdenciário estadual, um dispositivo acrescido à norma pelos parlamentares da Assembleia determina que o Executivo recomponha integralmente o Fundo Financeiro de Previdência do Estado (FFP-MG) em até 12 meses após a cessão dos créditos resultantes da compensação.

A cessão de direitos creditórios foi objeto também de mais uma legislação ligada ao Propag. A Lei nº 25.359, sancionada em 22 de julho, tramitou na ALMG na forma do PL nº 3.732/25. Ela trata de valores devidos por contribuintes que deixaram de pagar impostos, taxas, multas e outras obrigações.

Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado ficam autorizadas pela norma a fazer a cessão desses créditos ao Executivo estadual, que, por sua vez, pode repassá-los à União como forma de amortizar a dívida.

Durante a tramitação das duas proposições, o Parlamento realizou modificações para vedar a utilização dos direitos creditórios do Estado para outra finalidade que não o Propag. Além disso, ambas as propostas foram aprimoradas com dispositivos para conferir maior transparência às operações.

Federalização e venda de bens imóveis

O repasse de imóveis do Estado para fins de amortização da dívida foi a estratégia materializada pelo PL nº 3.733/25, apreciado em 1º turno pelo Plenário da ALMG em 10 de dezembro e aguardando a votação definitiva.

O projeto autoriza a federalização de imóveis pertencentes ao Estado para abatimento do saldo devedor da dívida e, no caso de negativa da União, permite a venda para a iniciativa privada. Diante da segunda hipótese, a ideia é que os recursos provenientes das vendas sejam utilizados para investimentos obrigatórios previstos no Propag.

Para o refinanciamento com juro zero, o programa exige como contrapartida o aporte de recursos no Fundo de Equalização Federativa (FEF) de pelo menos 1% do saldo devedor. Os recursos do FEF serão distribuídos a todos os estados e poderão financiar investimentos em áreas como educação, segurança pública e infraestrutura. Outra contrapartida exigida é o investimento de 1% do saldo devedor em educação e outras áreas consideradas estratégicas, como adaptação às mudanças climáticas, saneamento, habitação, transportes e segurança pública.

Junto ao PL nº 3.733/25, foi apresentada pelo governo uma lista dos imóveis que se pretende federalizar ou vender. O documento anexado à proposição inicialmente continha um rol de 343 imóveis, número que foi reduzido para 210 após intensos debates na Assembleia de Minas. O empenho da sociedade civil e dos parlamentares nas diversas audiências públicas e na construção de emendas ao projeto, foi responsável por salvaguardar bens patrimoniais de grande relevância cultural e econômica para o Estado, como o Palácio das Artes, o Colégio Estadual Central, o Memorial de Direitos Humanos, a sede estadual da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), aeroportos regionais e parques de lazer localizados no interior, além de imóveis da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), da Fundação Caio Martins (Fucam) e do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipssemg), entre outros.



População se manifesta contra a transferência para a União da gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Após debates na ALMG, a Uemg e mais de 130 imóveis foram retirados do rol de patrimônios a serem federalizados ou vendidos.

Transferência de participações societárias

Uma importante frente para a amortização da dívida estadual prevista no Propag é a transferência para a União da participação societária do Estado em empresas públicas estaduais. Nesse sentido, as federalizações da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) foram autorizadas por legislações sancionadas em 23 de julho.

A Lei nº 25.368, originada do PL nº 3.734/25, autoriza a transferência para a União da Codemig. A empresa detém a titularidade dos direitos minerários do nióbio de Araxá (Alto Paranaíba), explorado por meio de sociedade com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Desde 2018, a Codemig é uma subsidiária da Codemge. Por sua vez, a transferência da participação societária na Codemge está prevista na Lei nº 25.369, resultado do PL nº 3.735/25. Atualmente, o Estado detém 99,99% do capital da empresa, que incorporou as competências da Codemig e usufrui da sociedade com a CBMM para a exploração do nióbio.

Durante a tramitação, os dois projetos foram aprimorados. Uma das alterações foi a inclusão de dispositivo que revoga a Lei nº 23.477, de 2019, a qual autorizava o Estado a ceder direitos creditórios relacionados à Codemig a pessoas jurídicas de direito privado e a fundos de investimento.

Outras empresas estatais também foram objeto de proposições dentro do pacote do Propag. O PL nº 3.737/25, que permitiria a federalização da Empresa Mineira de Comunicação (EMC), chegou a ser recebido pelo Plenário da ALMG, porém foi posteriormente retirado de tramitação pelo Executivo. Já o PL nº 3.738/25, que autoriza a transferência da gestão da Uemg, embora não tenha sido oficialmente retirado de tramitação, não teve prosseguimento na análise de 1º turno.

Em 9 de setembro, um novo projeto foi recebido pelo Plenário da ALMG no contexto do Propag: o PL nº 4.222/25 tem o objetivo de autorizar a transferência para a União da participação societária do Estado na empresa Minas Gerais Participações S.A. (MGI). A proposição já foi aprovada em 2º turno e remetida à sanção do governador.

Desestatização da Copasa e reestruturação do saneamento básico

Entre as medidas empreendidas pelo governo estadual para amortizar a dívida, o processo de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) ensejou os mais intensos debates na Assembleia de Minas no ano de 2025, mobilizando sociedade civil e parlamentares para pautar os impactos da privatização para a população e para a economia do Estado. Além do projeto que autoriza a venda da Copasa, outras três proposições relacionadas ao processo de desestatização tramitaram na ALMG. A primeira delas foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24/23, promulgada em 20 de novembro como Emenda à Constituição nº 117, que retirou a exigência de referendo popular para a privatização da companhia de saneamento.

Originalmente, a proposta, encaminhada à Assembleia pelo governador ainda em 2023, tratava da revogação da exigência de referendo e quórum qualificado para a venda de qualquer empresa estatal mineira. Ao ser retomada no contexto do Propag e analisada pela CCJ em setembro deste ano, a PEC foi modificada para permitir a dispensa do referendo somente no caso de transferência da Copasa e de

su subsidiária, a Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copa-nor), para fins de pagamento da dívida estadual. A exigência de quórum qualificado, contudo, foi mantida. Na apreciação de 1º turno da Comissão Especial formada para analisar a PEC, um novo texto foi apresentado para autorizar que a privatização sem referendo possa ocorrer também para cumprimento de outras obrigações assumidas em virtude do financiamento da dívida, a exemplo de investimentos obrigatórios em educação e infraestrutura, como prevê o Propag.



Reunião de Plenário em que foi derrubada a necessidade de referendo para privatização da Copasa (PEC nº 24/23).

No 2º turno, mais uma alteração foi feita pela Comissão Especial, para estabelecer que, diante de uma eventual desestatização da Copasa, parte dos recursos da venda possa ser aplicada em um fundo estadual de saneamento básico, a ser instituído por lei. Com essas modificações, a PEC nº 24/23 foi aprovada em definitivo pelo Plenário da ALMG em 5 de novembro. A possibilidade de transferência do controle estatal sobre a Copasa também motivou a apresentação, pelo governo do Estado, de outro projeto, o PL nº 3.739/25. Em sua forma original, a proposição determinava mudanças nas atribuições da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado (Arsae-MG) e readequava a organização do saneamento básico no Estado, tendo em vista o Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026, de 2020).

Ao passar pela CCJ, contudo, o conteúdo pertinente à reformulação da Arsae-MG foi desmembrado e o PL nº 3.739/25 passou a tratar apenas da constituição das Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSBs), previstas na legislação federal. O Marco Legal do Saneamento fixa prazos para a universalização dos serviços e incentiva a prestação regionalizada, por meio da junção de municípios nas USBs, condicionando o acesso a recursos federais à adoção desse modelo, que também deverá orientar a atuação de um eventual novo controlador da Copasa.

O Plenário da ALMG aprovou o PL nº 3.739/25 em definitivo em 10 de dezembro, com a proposta de instituir no Estado 29 USBs ou blocos de saneamento. Entre várias melhorias realizadas no projeto

pelos parlamentares, um destaque foi a anexação do Bloco Regional do Vale do Jequitinhonha ao bloco dos municípios atendidos pela Copasa, garantindo atendimento a uma das regiões mais vulneráveis de Minas Gerais. Também foi incluída no projeto a criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico (Funesb-MG), previsto na Emenda à Constituição nº 117, para captar recursos e financiar ações voltadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços de saneamento, além de garantir tarifas módicas no setor.

A parte que havia sido desmembrada do PL nº 3.739/25 se tornou o PL nº 4.552/25, aprovado em 2º turno pelo Plenário em 11 de dezembro. De acordo com o projeto referendado, a Arsae-MG passa a se chamar Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais.

A autarquia também passa a assumir, entre suas atribuições, a regulação dos serviços de energia, especialmente gás canalizado, além de ampliar o escopo de fiscalização dos serviços de saneamento básico, incluindo drenagem e manejo da água das chuvas, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo. Atualmente, a agência já regula o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. Com o trabalho dos deputados, foram aperfeiçoados no projeto dispositivos que tratam da gestão, da estrutura organizacional, da governança e da autonomia da Arsae. Uma emenda parlamentar ao PL nº 4.552/25 também estabeleceu que os recursos arrecadados com as taxas de fiscalização dos serviços sob responsabilidade da Arsae sejam utilizados exclusivamente para o custeio da própria agência. Outra emenda garantiu maior transparência ao Funesb-MG.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate as condições dos trabalhadores das empresas estatais no âmbito do Propag.

A aprovação da Emenda Constitucional sobre o referendo, dos blocos regionais de saneamento e da reformulação da Arsae abriu caminho para que o governo encaminhasse ao Parlamento mineiro a proposta de privatização da Copasa. O PL nº 4.380/25 autoriza o Poder Executivo a tomar todas as medidas necessárias para a desestatização da Copasa, estabelecendo que a

transferência pode ocorrer por venda de ações que resulte na perda de controle estatal ou por aumento de capital que dilua a participação do Estado, com manutenção da chamada *golden share* (poder de veto sobre decisões estratégicas).

A proposta incorpora à Copasa a subsidiária Copanor, responsável pelos serviços de saneamento e abastecimento no Norte e no Nordeste de Minas. Permite ainda a revisão e a substituição dos contratos atualmente firmados entre Copasa e municípios, condicionando a validade dos novos acordos à efetiva privatização. O projeto tramitou nas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, sob a vigilância da sociedade civil e de parlamentares, que promoveram mudanças significativas no texto ao estabelecer obrigações ao futuro comprador, como metas de universalização de água e esgoto em todas as cidades atendidas, aplicação da tarifa social, garantia de modicidade tarifária e da qualidade dos serviços.

A situação dos atuais funcionários da Copasa motivou a inclusão, pelos parlamentares, de dispositivo para assegurar estabilidade de emprego pelo prazo de 18 meses, período após o qual o Estado poderá realocá-los em outros órgãos públicos estaduais.

Por fim, a proposição, aprovada de forma definitiva pelo Plenário da ALMG em 17 de dezembro, determina que o dinheiro arrecadado com a privatização será destinado à amortização da dívida do Estado ou a outras obrigações previstas no Propag. Uma parcela poderá ainda ser reservada para o Funesb-MG.



Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Orgulho de ser mineira, como você.

Minas é história e passado rico. Também é a terra de empresas inovadoras que transbordam fronteiras. É a força e o talento da sua gente, sempre maiores que as dificuldades. É congado e Grupo Corpo. É o artesanato do Jequitinhonha e a arte urbana no CURA. É vanguarda musical e roda de viola. São as cores de 853 municípios que espelham o Brasil. É Ouro Preto, Inhotim e belezas em todas as regiões do estado. É a agricultura familiar e o agronegócio que exporta para o mundo inteiro.

É disso que a gente tem orgulho. É esse lugar que a gente ama. E é esse povo, das Minas e das Gerais, que dá sentido ao trabalho dos deputados estaduais nos quatro cantos de Minas.

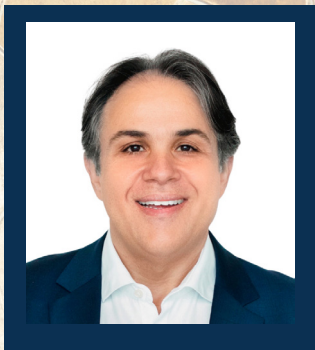
Confira o trabalho dos deputados estaduais
almg.gov.br/final-de-ano

Assesse o QR Code



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
Poder e voz do cidadão

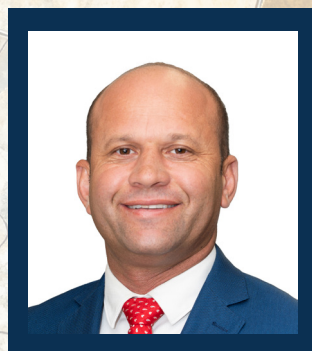




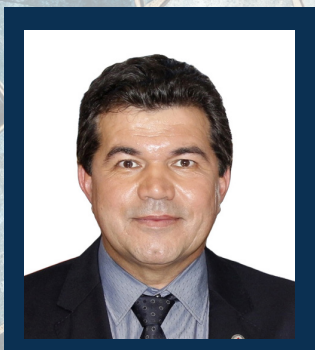
“O Parlamento mineiro exerce papel decisivo na promoção do desenvolvimento de Minas Gerais, atuando com responsabilidade, diálogo e compromisso com o interesse público. A Assembleia Legislativa tem se destacado na defesa de políticas que fortalecem a economia, estimulam a geração de empregos e garantem melhores condições de vida à população. Por meio de debates amplos, audiências públicas e iniciativas regionais, o Legislativo mineiro busca ouvir as demandas da sociedade e transformá-las em ações concretas. Reafirmamos nosso empenho em contribuir para um Estado mais próspero, justo e equilibrado.”

Deputado Betinho Pinto Coelho (PV)

“É com orgulho que integro a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma Casa participativa e democrática. Na ALMG, cada região do Estado é representada através da promoção de debates que refletem a diversidade do nosso povo. Por meio das comissões, do Plenário e de iniciativas culturais, fortalecemos a democracia e impulsionamos o desenvolvimento de Minas. Com as portas sempre abertas, reafirmamos nosso compromisso de ouvir, dialogar e trabalhar por todos os mineiros.”



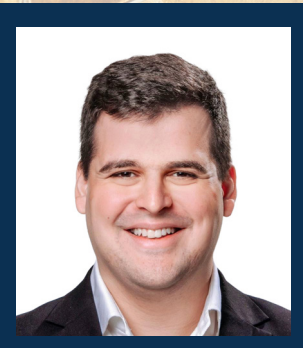
Deputado Bim da Ambulância (Avante)



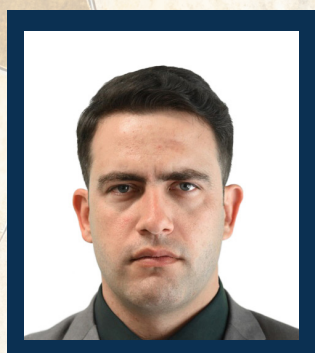
“Em nosso quarto mandato, seguimos atuando com união junto ao governo de Minas, sempre comprometidos com o desenvolvimento dos municípios e a promoção de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e assistência social. Entre as ações de destaque, está a Nota Fiscal Mineira (Lei nº 24.761/2024), que estimula a cidadania fiscal e premia contribuintes e entidades sociais. Trabalhamos por um Estado mais eficiente e voltado à qualidade de vida da população.”

Deputado Bosco (Cidadania)

“No ano de 2025, foram realizadas várias atividades para atender as demandas do Estado, pensando em melhorar a vida da população. Nosso mandato aprovou seis leis de relevância para Minas. Além disso, destaque para a PEC nº 26/2023, a PEC do Nascituro, de minha autoria, que foi aprovada na CCJ. A referida proposta possui como principal escopo ‘assegurar ao nascituro o direito à vida, à identidade genética, aos alimentos gravídicos, à imagem, à honra, assim como o direito de ter seus batimentos escutados pela sua genitora’, protegendo a mulher e celebrando a vida como o bem jurídico mais importante.”



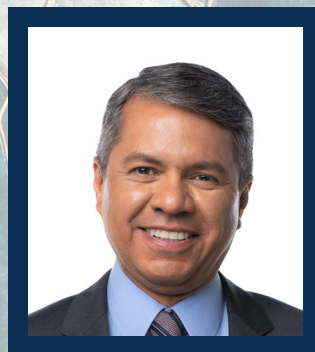
Deputado Bruno Engler (PL)



“Destaco a Lei nº 25.374/2025, de minha autoria, que proíbe o policiamento ostensivo unitário em Minas, favorecendo a eficiência e a preservação dos nossos heróis de farda. Demos fim às premiações de policiais por apreensão de armas, honrando nossos caçadores, atiradores e colecionadores (CACs). Enviei emendas a mais de 200 municípios e atuei no enfrentamento ao déficit das contas públicas, com o Propag. Articulamos o auxílio-alimentação inédito aos servidores da segurança e combatemos a ideologia de gênero nas escolas. Com Deus, Pátria, Família e Liberdade, a Direita vive em Minas Gerais.”

Deputado Caporezzo (PL)

“Em 2025, nosso mandato manteve um trabalho contínuo e responsável, voltado ao fortalecimento das políticas públicas, à ampliação de investimentos e à garantia de que as ações cheguem, de forma efetiva, à população mineira. Atuamos de maneira articulada com instituições, gestores e lideranças para avançar em áreas essenciais, como infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento econômico. Seguimos comprometidos com uma atuação transparente e municipalista, orientada pelo diálogo e pela escuta das pessoas, buscando resultados que transformem realidades e ampliem oportunidades em Minas Gerais.”



Deputado Carlos Henrique (Republicanos)



“Em 2025, reforcei meu compromisso com a defesa das mulheres, dos consumidores e com o desenvolvimento social em Minas Gerais. Na Comissão de Defesa do Consumidor e nas demais comissões em que atuo, conduzi fiscalizações e audiências para garantir direitos e mais transparência. Apresentei projetos como o PL nº 4.677/2025, que cria o Dia de Mobilização contra o Câncer de Mama, reforçando ações de prevenção e conscientização, e estamos modernizando a legislação de defesa do consumidor para que seja efetiva e beneficie a vida das pessoas.”

Deputada Carol Caram (Avante)

“Este ano foi marcado por debates decisivos para o futuro de Minas. Com o Bloco Minas em Frente, analisamos com responsabilidade os projetos de adesão ao Propag, a única e melhor saída para equacionar a dívida com a União e permitir que o Estado volte a investir em saúde, educação, segurança e estradas de qualidade. Também trabalhamos pelo fortalecimento da Uemg e por tantas outras melhorias na vida da população, sob a direção do presidente Tadeu Leite e com respeito à pluralidade da Assembleia.”



Deputado Cássio Soares (PSD)



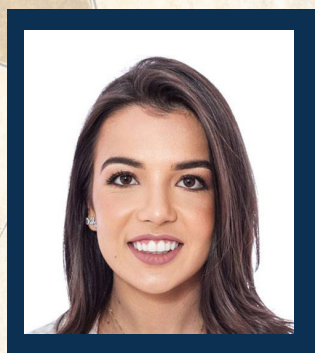
“A luta pela duplicação da BR-381 me acompanha desde minha atuação no Sintrocel. Foram décadas de mobilização marcadas por perdas de vidas e entraves ao desenvolvimento do Vale do Aço e do Leste de Minas. É com muita satisfação que vejo que valeu a pena, pois o esforço começa a surtir efeito e a concessão e a duplicação da rodovia já são uma realidade. Por meio do meu mandato, promovi debates e audiências públicas e participei de reuniões que garantiram recursos e arranjos institucionais que viabilizam o trecho BH-Caeté (lotes 8A e 8B), destravando um dos pontos mais críticos da BR-381. A antiga ‘Rodovia da Morte’ caminha para ser a rodovia da integração, do desenvolvimento e da vida.”

Deputado Celinho Sintrocel (PCdoB)

“Caminho semanalmente pelos municípios. Fortalecer os serviços públicos que atendam as famílias é fundamental. Em 2025, destinei mais de R\$ 15 milhões em emendas para o atendimento na saúde, na educação e na segurança pública, que, a meu ver, são vitais para o cidadão mineiro. Ocupei-me em audiências públicas e palestras, abordando o tema da saúde mental. Ademais, apresentei 40 projetos que resultaram na sanção de sete leis e que agora compõem o ordenamento jurídico mineiro. Tudo isso, é claro, antes de tudo, contando com Deus, sempre ao lado da minha equipe e com a liderança do presidente da ALMG, Tadeu Leite.”



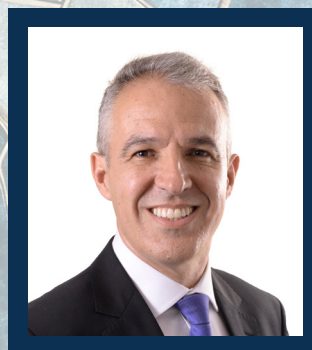
Deputado Charles Santos (Republicanos)



“Em 2025, mantive meu compromisso de percorrer Minas Gerais levando acolhimento, escuta ativa e políticas públicas que chegam, de fato, ao povo. Nosso mandato avançou em projetos de defesa da vida, fortalecimento das famílias e prevenção às drogas. Intensificamos ações em segurança pública, apoiando iniciativas essenciais para garantir proteção e dignidade aos mineiros. Consolidamos projetos culturais que unem fé católica e cidadania, promovendo esperança e transformação social. A política, para mim, é um propósito que só faz sentido quando estou perto das pessoas.”

Deputada Chiara Biondini (PP)

“Sigo atuando em defesa das escolas cívico-militares e da valorização do produtor rural e da agropecuária mineira. As seguintes leis de minha autoria foram sancionadas este ano: a que reconhece como de relevante interesse social e econômico do Estado a criação da raça de cavalo mangalarga marchador e da raça campolina; a de combate ao roubo de gado; e a que prevê que o sistema de ensino aborde a relevância da atividade agropecuária para o Estado. Trabalhei pela manutenção do patrimônio da Emater e também fui responsável pela criação da Frente Parlamentar em Defesa da Medicina Veterinária.”



Deputado Coronel Henrique (PL)





Iniciativas efetivam respostas à crise climática

Em 2025, a ALMG intensificou sua agenda de enfrentamento da crise climática, avançando dos debates para as ações concretas, a fim de mitigar os efeitos da seca e das chuvas extremas em todo o Estado. Desde o seminário técnico Crise Climática em Minas Gerais – Desafios na Convivência com a Seca e a Chuva Extrema, realizado em 2024 com a participação de mais de mil pessoas, entre as quais especialistas, membros da sociedade civil e representantes do poder público, a Assembleia estruturou uma série de iniciativas de inovação, articulação parlamentar e mobilização social.

Ainda em 2024, a ALMG lançou, em parceria com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), o Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação – Crise Climática, com o objetivo de atrair soluções tecnológicas capazes de prever, evitar ou minimizar os impactos das mudanças climáticas em Minas. Das 124 propostas concorrentes, foram selecionadas dez iniciativas apresentadas por oito *startups*, um instituto e uma associação. Os empreendimentos trataram dos seguintes temas: monitoramento do risco de deslizamentos e inundações, bioinseticida microbiológico, incentivo à cacauicultura, biofertilizante à base de microalgas com efluentes agroindustriais, uso de inteligência artificial e drones na cafeicultura mineira, sistematização de dados locais e globais, monitoramento hidrológico, sistemas agroflorestais e bioinsumos.

Além de receberem R\$ 60 mil cada, os responsáveis pelos projetos vencedores integraram o Programa de Aceleração BH-TEC. Durante seis meses, entre janeiro e junho de 2025, as equipes participaram de atividades presenciais e virtuais, tais como oficinas, visitas, mentorias, modelagem de negócios, capacitações sobre comunicação e compras governamentais, elaboração de provas de conceito (PoCs) e rodas de negócios. O desfecho dessa aceleração ocorreu no dia 30 de junho, com o Demoday, quando as *startups* apresentaram seus *pitches* finais a gestores públicos, investidores e potenciais parceiros. Essa foi a oportunidade de expor resultados dos testes e vislumbrar a aplicação real das soluções em Minas.

Em 15 de outubro, o BH-TEC conquistou o Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador, promovido pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Vencendo mais de cem concorrentes de todo o Brasil, o parque ganhou o primeiro lugar na categoria “Aceleradora”, com o programa pioneiro executado com a Assembleia de Minas. A conquista reconheceu os esforços no sentido de unir saberes e implementar práticas capazes de gerar resultados concretos para a população no enfrentamento da crise climática.



Empresas participantes do Programa de Aceleração BH-TEC, em parceria com a Assembleia de Minas, apresentam os resultados dos seus trabalhos.

Conheça a história e o trabalho de cada um dos dez vencedores do Prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação – Crise Climática, apresentados no Demoday, por meio do *QR code* a seguir:



Livreto digital do Programa de Aceleração: disponível em almg.gov.br (“Participação” > “Eventos” > “Crise Climática” > “Prêmio” > “Consulte livreto digital sobre o Programa de Aceleração”).



Visita aos agricultores atendidos por uma das empresas vencedoras do prêmio Assembleia de Incentivo à Inovação – Crise Climática, em parceria com o BH-TEC.

Plam Crise Climática

Para consolidar esse trabalho, a ALMG instituiu o Plano Legislativo de Articulação e Monitoramento de Ações Relacionadas à Crise Climática 2025-2026 (Plam Crise Climática). Com base nas diretrizes do seminário técnico, o documento orienta proposições legislativas, requerimentos, pareceres e a execução de políticas públicas estruturantes. O plano abrange duas frentes: a atuação parlamentar, com tramitação de leis e debates públicos; e o impulsionamento de políticas públicas, integrando as inovações aceleradas, além de executar projetos prioritários identificados no seminário.

Assim, busca favorecer o desenvolvimento sustentável do Estado, nas dimensões social, econômico-produtiva, ambiental e institucional, mitigando a vulnerabilidade das populações mais impactadas. Composto a frente de impulsionamento de políticas públicas, quatro projetos foram identificados como prioritários: construção de barraginhas e outras práticas mecânicas de conservação de água e solo; ampliação do monitoramento climático; apoio à estruturação da Defesa Civil nos municípios; e divulgação do Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP).

Cabe destacar que as barraginhas (pequenas bacias escavadas para captação de água da chuva) são vistas como tecnologia social de baixo custo e alta eficiência para enfrentar a escassez hídrica, recuperar nascentes, recarregar aquíferos e combater a degradação de solos e da paisagem no semiárido mineiro. Orientado por esse conhecimento secular, o projeto Construção de Barraginhas e Outras Práticas Mecânicas de Conservação de Água e Solo avançou nos últimos meses e em breve será apresentado na forma de vitrines.

No próximo ano, serão instaladas três vitrines em três macrorregiões mineiras com diferentes situações de clima, bioma e nível de dificuldade no acesso à água, para mostrar que as práticas podem ser multiplicadas em condições diversas: Norte de Minas, Jequitinhonha e Rio Doce. Cada macrorregião terá sua vitrine implementada em uma microbacia do município selecionado pelo comitê técnico do projeto para abrigar as práticas: Mirabela, no Norte de Minas; Virgem da Lapa, no Jequitinhonha; e Periquito, no Rio Doce.





Barraginhas podem contribuir para a convivência com extremos climáticos



“Este ano assumi a Liderança da Minoria e atuei com diálogo e firmeza na defesa das nossas estatais, da valorização dos servidores e de mais saúde, segurança e educação para os mineiros. Aprovei importantes leis que ampliam o combate ao trabalho escravo, a proteção às mulheres vítimas de violência e impedem a discriminação de autistas nas escolas. Lutamos para cuidar de quem cuida, colocar a inclusão no orçamento e derrubamos o veto para a criação de centros regionais de atendimento ao TEA. Conseguimos importantes vitórias, que reforçam o meu compromisso em seguir lutando para melhorar a vida dos mineiros.”

Deputado Cristiano Silveira (PT)

“O Parlamento mineiro cumpriu, em 2025, um papel essencial na proteção das famílias, das crianças e dos adolescentes e no fortalecimento das políticas públicas de segurança e prevenção. A Assembleia avançou em projetos decisivos, como a proteção de menores em situações de calamidade, a atualização de leis voltadas às pessoas com deficiência e o enfrentamento do uso de drogas. Com diálogo, técnica e responsabilidade, seguimos defendendo a vida, a dignidade e a segurança dos mineiros.”



Deputada Delegada Sheila (PL)



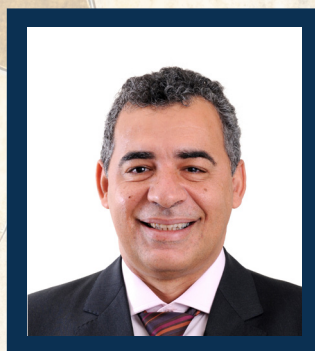
“Em 2025, reforçamos nosso compromisso com Minas com ações que fortaleceram nossos municípios. Destinamos emendas para saúde, educação, infraestrutura e para equipar nossas forças policiais. No Parlamento, avançamos com a aprovação do Piseg e apresentamos a PEC nº 54/2025, que garante 10% das emendas individuais para a segurança pública. Seguiremos trabalhando com responsabilidade para transformar a vida dos mineiros.”

Deputado Delegado Christiano Xavier (PSD)

“Em 2025, a ALMG demonstrou, mais uma vez, seu compromisso com Minas e os mineiros. Sob a condução equilibrada e decidida do presidente Tadeu Leite e a dedicação dos parlamentares, a Casa avançou na discussão e na aprovação dos projetos relativos ao Propag, tema de enorme importância para o futuro do Estado. À frente da Comissão de Constituição e Justiça, procuramos dar maior celeridade ao fluxo de análise e aprovação de inúmeras proposições que aprimoram o arcabouço legal de Minas em áreas como segurança, saúde, educação e meio ambiente. A ALMG representa e trabalha pelo cidadão mineiro.”



Deputado Doorgal Andrada (PRD)

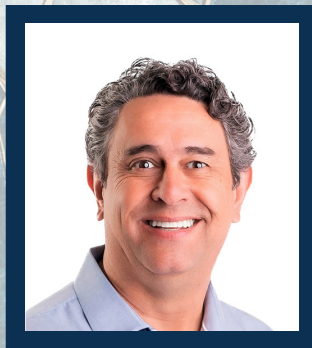


“A atuação da Assembleia de Minas em 2025 reafirmou o compromisso do Parlamento com o debate público e com a vida do povo mineiro. Mesmo em um ano de discussões sensíveis, como o processo de privatização da Copasa, a Casa garantiu respeito às diferentes posições e participação popular. Mantivemos a fiscalização dos recursos públicos e trabalhamos para que decisões estratégicas para o futuro do Estado fossem tomadas com transparência, responsabilidade e diversidade de pensamento. Em 2026, seguiremos firmes na defesa de uma vida mais digna para todas e todos.”

Deputado Doutor Jean Freire (PT)

“Ao longo deste ano, atuamos com dedicação para fortalecer os municípios mineiros, com atenção especial ao Sul de Minas, região que represento com orgulho no Parlamento mineiro.

Foi um período de diálogo e entrega de resultados, com ações voltadas a saúde, infraestrutura, educação, área social e desenvolvimento regional. Seguimos comprometidos com todos os mineiros e confiantes de que, no próximo ano, nosso trabalho na Assembleia de Minas trará ainda mais conquistas e avanços para a população do nosso Estado.”



Deputado Doutor Paulo (PRD)



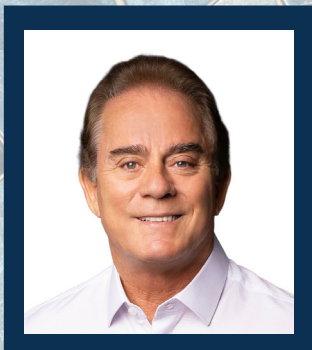
“Durante todo o ano de 2025, o Parlamento mineiro teve atuação decisiva na defesa do SUS e no enfrentamento dos desafios impostos pelo Regime de Recuperação Fiscal. Na Comissão de Saúde, trabalhamos para identificar gargalos, propor soluções e garantir que as restrições orçamentárias não comprometessem o atendimento à população. Avançamos também na aprovação de mecanismos de transparência para o uso dos recursos públicos, reforçando o controle e a responsabilidade do Estado com a saúde dos mineiros.”

Deputado Doutor Wilson Batista (PSD)

“Em 2025, minha atuação no Parlamento mineiro esteve ainda mais voltada para entregas concretas que melhoram a vida da população. Priorizei a saúde, a inclusão e o fortalecimento do setor rural, ampliando investimentos em hospitais e entidades sociais que prestam serviços essenciais. Avancei em projetos que garantem segurança ao produtor, estimulam o desenvolvimento do agronegócio e valorizam quem trabalha no campo. Sigo com responsabilidade e compromisso com Minas Gerais.”



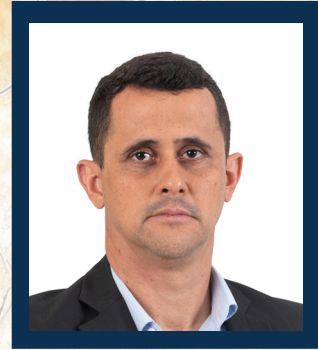
Deputado Dr. Maurício (Novo)



“Sintonizada com a necessidade de resposta aos grandes desafios que marcam esta legislatura, neste ano de 2025, a ALMG reafirmou sua força como espaço de diálogo e construção coletiva, ouvindo a sociedade e buscando soluções para os anseios dos mineiros. O Parlamento dedicou atenção especial à sustentabilidade e à prevenção de tragédias ambientais, além de manter o foco na resolução da questão da dívida do Estado e na busca por justiça social. Fazer parte desse processo – especialmente enquanto 2º-vice-presidente desta Casa, contribuindo para decisões que impactam diretamente a vida dos mineiros – é motivo de grande honra e senso de responsabilidade.”

Deputado Duarte Bechir (PSD)

“2025 foi um ano de firmeza e posicionamento. Nosso mandato priorizou a defesa da família, da liberdade e dos valores cristãos, que os mineiros prezam. Fiscalizamos o Executivo com rigor e propusemos leis para garantir segurança pública e liberdade econômica. A ALMG cumpriu seu papel ao debater temas cruciais para o futuro do Estado. Sigo comprometido em ser a voz de quem não aceita o retrocesso, trabalhando incansavelmente por uma Minas Gerais mais livre, segura e próspera para todos.”



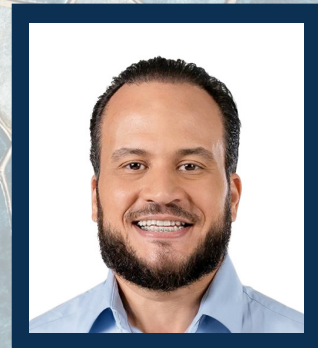
Deputado Eduardo Azevedo (PL)



“O ano de 2025 começou com desdobramentos importantes da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, criada a meu requerimento. Tivemos o início da tramitação do nosso projeto de lei que institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer. Atuamos ainda contra a privatização da Copasa e para proibir a transferência do patrimônio da Uemg para a União como parte do pagamento da dívida do Estado para a adesão ao Propag. A Uemg cumpre papel fundamental não só para o ensino. Somente em Ituiutaba, atende mais de 3.500 pessoas nos núcleos jurídico e de psicologia.”

Deputado Elismar Prado (PSD)

“Encerramos o ano de 2025 com a certeza de que a atuação parlamentar deve estar sempre comprometida com a defesa dos direitos e a redução das desigualdades em todas as regiões de Minas Gerais. Ao longo deste ano legislativo, dedicamos esforços à resolução definitiva da pauta da dívida de Minas, além da construção de políticas públicas mais inclusivas e do fortalecimento da assistência em saúde em prol dos mineiros. A Assembleia de Minas reafirma seu papel como espaço democrático de diálogo e construção coletiva, e me orgulho de contribuir para esse processo.”



Deputado Enes Cândido (Republicanos)



S / **ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO**

O ipê-rosa, árvore emblemática do cerrado mineiro, foi escolhido para ambientar esta edição da Ordem do Mérito Legislativo.



2025

Temas em destaque

190 anos da ALMG

Em 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais celebrou os 190 anos de instalação do Parlamento mineiro, ocorrida em 31 de janeiro de 1835, em Ouro Preto, ainda como Assembleia Provincial. Ao longo de quase dois séculos, a instituição percorreu um caminho marcado por transformações políticas, desafios históricos e crescente abertura à sociedade.

Essa trajetória de amadurecimento democrático esteve no centro das ações comemorativas realizadas ao longo do ano, que buscaram reforçar o papel do Legislativo estadual como espaço de participação, diálogo e construção coletiva de políticas públicas.

Entre as iniciativas, destacou-se a exposição sediada na Biblioteca da Assembleia (<https://www.almg.gov.br/servicos/biblioteca/inicial/>) durante o mês de fevereiro. A mostra gratuita, com fotos, documentos e publicações marcantes, pôde ser visitada pelos públicos interno e externo.

A equipe da TV Assembleia também preparou uma série com três episódios sobre a história do Parlamento mineiro. Eles foram exibidos no *Jornal da Assembleia* e permanecem disponíveis no canal da TV.

Eventos institucionais em 2025

Ordem do Mérito Legislativo

A edição especial da solenidade de agraciamento da Ordem do Mérito Legislativo (OML) foi realizada no dia 16 de setembro, no Grande Teatro do Palácio das Artes. Instituída em 1982, a OML é a mais alta distinção concedida pela Assembleia e, em 2025, assumiu caráter simbólico ainda mais expressivo, ao integrar as comemorações dos 190 anos da Assembleia.



Solenidade de agraciamento da Ordem do Mérito Legislativo de 2025, realizada no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

O Conselho da Ordem selecionou 226 agraciados – personalidades, entidades e instituições – cuja atuação contribuiu de maneira relevante para Minas Gerais e para o País em áreas como saúde, educação, justiça, meio ambiente, cultura, comunicação, inclusão social e desenvolvimento econômico.

A cerimônia reuniu autoridades de diferentes esferas e regiões, consolidando a OML como instrumento de reconhecimento público e também como expressão da vocação institucional da ALMG para promover convergência e diálogo. O símbolo escolhido para representar essa edição – os ipês, árvores emblemáticas do cerrado mineiro – evocou a diversidade, a resistência e a capacidade de renovação, atributos igualmente presentes na história da Casa.

Para encerrar as celebrações, a Cantata de Natal celebrou os 190 anos do Parlamento mineiro e os 36 anos da atual Constituição Estadual, também conhecida como “Constituição da Primavera”.

Ao celebrar seus 190 anos, a ALMG reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da democracia, a participação cidadã e a valorização das múltiplas vozes que compõem a sociedade mineira. As iniciativas do ano reforçaram não apenas a importância histórica do Parlamento, mas também seu papel contemporâneo como instituição aberta, plural e orientada ao interesse público.



Mais de 250 personalidades, entidades e instituições foram agraciadas com a Ordem do Mérito Legislativo em 2025.

Fórum técnico Direito do Consumidor: Por Melhores Leis e Relações de Consumo

Neste ano, a Assembleia promoveu o fórum técnico Direito do Consumidor: Por Melhores Leis e Relações de Consumo, iniciativa estruturada para celebrar os 35 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, sobretudo, para atualizar e fortalecer a legislação mineira voltada à proteção das relações de consumo.

Composto por quatro encontros temáticos e por uma consulta pública *on-line*, o fórum reuniu especialistas, representantes de órgãos de defesa do consumidor, entidades do setor produtivo, agências reguladoras, acadêmicos e cidadãos. O objetivo central foi qualificar o debate legislativo diante dos novos desafios como a expansão da economia digital, o aumento da vulnerabilidade de consumidores e a necessidade de modernização normativa.

Debates e temas centrais

Ao longo dos encontros, foram discutidos quatro temas estruturantes:

- Modernização do CDC e da legislação estadual – diante de fenômenos como comércio eletrônico, plataformas digitais e uso intensivo de dados pessoais, especialistas destacaram a necessidade de regras mais claras sobre tratamento de dados, responsabilidade de fornecedores e proteção em ambientes digitais.
- Interiorização e fortalecimento dos Procons – em razão da cobertura ainda limitada da rede de atendimento no Estado, foi consensual a necessidade de apoio técnico e normativo para ampliar a presença institucional nos municípios.

- Relações de consumo em serviços públicos e setores regulados – foi enfatizada a ampliação da transparência, da qualidade e da fiscalização de serviços essenciais, como energia, água, saneamento e telecomunicações.
- Prevenção e tratamento do superendividamento – diante do aumento da inadimplência no País, o que dá ainda mais relevância ao tema, foram debatidos mecanismos de renegociação, educação financeira e proteção a grupos vulneráveis, sobretudo em tempos de expansão das casas de apostas (Bets).

Participação social e consulta pública

A ALMG ampliou o alcance do fórum por meio de uma consulta pública aberta, permitindo que cidadãos e entidades enviassem contribuições para subsidiar a elaboração de um relatório final. Essa dinâmica reforça o compromisso da instituição com processos participativos, garantindo que a legislação resultante considere diferentes realidades regionais e sociais.

Relevância institucional

O fórum consolidou-se como uma das principais ações institucionais da ALMG em 2025 no campo dos direitos do consumidor. Ao promover debate técnico qualificado e participação cidadã, a Assembleia reafirma seu papel como espaço de construção coletiva de políticas públicas e de atualização legislativa alinhada às transformações sociais, tecnológicas e econômicas. O relatório final, previsto para 2026, orientará a formulação de proposições legislativas e de ações de fortalecimento do sistema estadual de defesa do consumidor, contribuindo para relações de consumo mais equilibradas, transparentes e seguras para a população mineira.



Alexandre Dinelli Couto, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL-BH, participou do 3º encontro do fórum técnico Direito do Consumidor.

Fórum técnico Minas sem Miséria

O fórum técnico Minas sem Miséria foi lançado pela ALMG no dia 17 de julho de 2025. A iniciativa está relacionada à Lei nº 19.990, de 2011, que instituiu o Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) em Minas Gerais, com o objetivo de custear programas e ações sociais voltados à erradicação da pobreza e da extrema pobreza no Estado.

A criação do fórum propôs a problematização da grave situação social de 3,4 milhões de mineiros que vivem em condição de pobreza, sendo 764 mil pessoas em situação de pobreza crônica, de acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de maio de 2025.

O objetivo central do evento foi promover ampla participação social e institucional para subsidiar a elaboração do futuro Plano Mineiro de Combate à Miséria. Para isso, a ALMG promoveu diálogos entre legisladores, governo, sociedade civil organizada, representações de povos e comunidades tradicionais e cidadãos vulnerabilizados. A organização do fórum contou com a colaboração de mais de 70 entidades da sociedade civil e do poder público.



O fórum técnico Minas sem Miséria promoveu diálogos entre legisladores, governo, sociedade civil organizada, representações de povos e comunidades tradicionais e cidadãos vulnerabilizados.

Cinco encontros regionais, entre agosto e novembro, reuniram propostas em diferentes regiões do Estado: Zona da Mata (em Juiz de Fora), Norte/Noroeste (Montes Claros), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Araçuaí) e Região Metropolitana de Belo Horizonte (Betim).

Cada encontro regional foi estruturado com palestras, debates e trabalho em grupos temáticos, visando construir proposições a partir da realidade local. Os debates foram organizados em cinco eixos estratégicos: soberania e segurança alimentar e nutricional; trabalho digno e educação; diversidade, assistência social e saúde; moradia, território e meio ambiente; e controle social e governança do FEM.

Para ampliar o alcance e incluir cidadãos que não puderam participar presencialmente, o fórum também realizou uma consulta pública na internet, entre setembro e outubro, permitindo o envio de propostas por via digital.



Os debates foram organizados em cinco eixos estratégicos: soberania e segurança alimentar e nutricional; trabalho digno e educação; diversidade, assistência social e saúde; moradia, território e meio ambiente; e controle social e governança do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM).

Outro aspecto tratado durante o evento foi a governança do FEM e a transparência na destinação dos recursos. Nesse sentido, foi proposta a criação de mecanismos de controle social, participação cidadã, monitoramento e avaliação das políticas públicas, além da adoção de um portal de transparência para acompanhamento da aplicação dos recursos.

A etapa final deve ocorrer de 4 a 6 de março de 2026. Nela, representantes eleitos durante os encontros regionais se reunirão para discutir, aprovar e priorizar as propostas apresentadas. Em seguida, será formado um comitê de representação encarregado de sistematizar as proposições e encaminhá-las à ALMG – elas podem se desdobrar em requerimentos, projetos de lei, emendas ou propostas orçamentárias para financiar políticas públicas de superação da miséria.

A regionalização representou o esforço institucional para dar voz aos diferentes territórios de Minas Gerais, reconhecendo as particularidades nos desafios da pobreza e da desigualdade. A participação de representantes de municípios, povos tradicionais, movimentos sociais, instituições de ensino e do poder público demonstrou o caráter plural e democrático do processo.

Atuação político-parlamentar por temas

Administração Pública

Em 2025, a Comissão de Administração Pública recebeu e analisou uma quantidade considerável de matéria legislativa. Os números costumam ser elevados porque os projetos afetam diretamente a vida dos servidores públicos, a estrutura e o funcionamento dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Advocacia-Geral do Estado, da Defensoria Pública, das Polícias Militar e Civil e do sistema de defesa civil.

Os conteúdos tratam dos direitos e deveres dos servidores públicos civis e militares, dos quadros de pessoal dos órgãos do governo e do direito administrativo em geral. Também abrangem a prestação e a concessão de serviços públicos, como os de água e luz. Portanto, têm impacto no cotidiano da população mineira.

Um exemplo é o Projeto de Lei (PL) nº 5.501/18, transformado na Lei nº 25.405, de 2025. A nova norma instituiu o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais, com os propósitos de institucionalizar o processo, de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário, aprimorar as políticas públicas e melhorar a qualidade do gasto público.



Comissão de Administração Pública debateu e analisou projetos relacionados à administração pública do estado de Minas Gerais.

No parecer aprovado na comissão em 1º turno, durante a tramitação do projeto, foi apresentado um substitutivo construído a partir de interlocução entre a Assembleia, o Executivo e a Fundação João Pinheiro. As mudanças sugeridas aprimoraram o texto original, buscando garantir mecanismos de compartilhamento de informações e de diálogo institucional. Assim, promoveram mais transparência, cooperação e controle social sobre a formulação, implementação e resultados das políticas públicas.

Outro caso foi o da Lei nº 26.503, de 2025, oriunda do PL nº 849/23. Conforme a norma, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos participantes do Sistema Único de Saúde (SUS) que receberem do Estado, em doação ou cessão, bens permanentes destinados às suas unidades de apoio diagnóstico e terapêutico, ou os adquirirem com recursos provenientes do poder público estadual, poderão utilizá-los no atendimento a pacientes que não sejam usuários do SUS. Tal situação deve observar determinados critérios e limites.

Ainda tramitou no colegiado o PL nº 2.967/24, transformado em maio na Lei nº 25.235, de 2025. A norma instituiu o Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG) e criou a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig). Também de autoria do governador, foi aprovado em definitivo no dia 11 de dezembro o PL nº 4.081/25, que reestabeleceu o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG) como a entidade executiva de trânsito do Estado, mas dessa vez como autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplog).

Outro texto assinado pelo Executivo, o PL nº 4.380/25 autoriza o Poder Executivo a desestatizar a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa-MG). Proposta de maior repercussão no semestre, a possibilidade de privatização da estatal, tema de intensos debates na ALMG, tramitou no âmbito do Propag. O projeto foi aprovado em definitivo em 17 de dezembro pelo Plenário por 53 votos a favor da aprovação e 19 contra, após mais de nove horas de obstrução por parte de parlamentares de oposição ao Poder Executivo.

Em relação ao saneamento básico, o PL nº 3.739/25, de autoria do governador, foi desmembrado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A parcela que seguiu com essa numeração trata da regionalização do saneamento, com a criação de três blocos reunindo diversos municípios. O objetivo é adequar a legislação e a organização administrativa estaduais ao Marco Legal do Saneamento, instituído pela Lei Federal nº 11.445, de 2007. A proposta foi aprovada em definitivo no dia 10 de dezembro.

O conteúdo desmembrado deu origem ao PL nº 4.552/25, sobre a ampliação do escopo da autarquia responsável pela regulação dos serviços de saneamento básico no Estado, que passará a se chamar Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (Arsae-MG), com a aprovação em definitivo da proposição no dia 11 de dezembro. O texto avalizado incluiu entre as suas competências o controle e a fiscalização dos serviços de energia, em especial de gás canalizado.

Explicadas em capítulo especial neste relatório, as iniciativas relacionadas ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) também tramitaram pela Administração Pública. Elas tratam da transferência de imóveis, direitos creditórios e outras alternativas para viabilizar o pagamento do saldo devedor.

Direitos dos servidores

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 56/24, do procurador-geral de Justiça, tinha como objetivo alterar a Lei Complementar nº 34, de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público. Em maio, o texto foi transformado na Lei Complementar nº 182, de 2025, que passou a instituir programa de residência voltado a bacharéis em Direito e graduados em áreas afetas às funções institucionais do MPMG.

Entre outras medidas, a lei também modifica normas relativas à desincompatibilização temporária, à hipótese de inelegibilidade, à remoção voluntária e à promoção por merecimento. Já o PLC nº 75/25,

de autoria da defensora-pública geral, transformado em julho na Lei Complementar nº 185, de 2025, trouxe o programa de residência para oferta de oportunidades de trabalho e aprendizado aos profissionais do sistema de justiça.

Já a Lei nº 25.245, de 2025, que tramitou como PL nº 3.503/25, do governador, promove reajuste nos valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do grupo de atividades da educação básica. Por sua vez, a Lei nº 25.568, de 2025, oriunda do PL nº 2.924/24, proposto pelo Tribunal de Justiça, criou cargos de provimento efetivo e em comissão na estrutura do Tribunal de Justiça Militar.

O PL nº 3.211/24, também encaminhado pelo Tribunal de Justiça, transformado na Lei nº 25.367, de 2025, altera a Lei nº 23.173, de 2018, para conferir ao TJMG maior discricionariedade para estabelecer as faixas etárias, com escalonamento, dos valores do auxílio-saúde destinado aos servidores. O PLC nº 76/2025, de autoria do Tribunal de Contas, foi aprovado em 2º turno pelo Plenário no dia 16 de dezembro. Ele altera a Lei Complementar nº 102, de 2008, com os objetivos de instituir a Ouvidoria e a Corregedoria do MP junto ao TCE e modificar outros elementos da estrutura.

Além disso, tramitaram os projetos de revisão anual dos vencimentos dos servidores do TJMG (PL nº 3.213/24, transformado na Lei nº 25.236, de 2025), do MP (PL nº 3.249/25, que virou a Lei nº 25.237, de 2025), do TCE (PL nº 3.478/25, transformado na Lei nº 25.238, de 2025) e da Defensoria Pública (PL nº 3.517/25, que virou a Lei nº 25.239, de 2025).

Audiências e visitas

Em 20 de março, foi realizada visita técnica à Câmara Municipal de Belo Horizonte, para acompanhar audiência pública sobre a instalação de pórticos de cobrança de pedágio na circulação entre a Capital e o Aeroporto de Confins.



Instalação de pórticos de cobrança de pedágio entre Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins foram discutidos em audiência pública da Comissão de Administração Pública.

Outra atividade nesse formato foi promovida em 29 de agosto, quando a comissão se deslocou até o Hospital Infantil João Paulo II. A intenção foi verificar as condições de atendimento da população, em especial quanto à infraestrutura hospitalar e ao quadro de pessoal.

Em 22 de maio, o colegiado promoveu audiência para debater as alterações nas regras sobre teletrabalho dos servidores do Poder Executivo, inclusive (e sobretudo) quanto às excepcionalidades para concessão do regime às servidoras lactantes. Após seis dias, ainda no mesmo mês, representantes sindicais tiveram espaço para criticar o PL nº 3.732/25, que tratava da cessão de direitos creditórios para a União, e o PLC nº 69/25, que dispunha sobre compensação previdenciária, ambos no contexto do Propag.

O PL nº 3.734/25 e o PL nº 3.735/25, ambos de autoria do governador, que tratam da federalização da Codemig e da Codemge, foram tema de debate durante audiência pública de 17 de junho. Em julho, eles foram transformados na Lei nº 25.368, de 2025, e na Lei nº 25.369, de 2025, respectivamente. As duas normas integram o Propag.

Em setembro, quatro encontros trataram da aplicação da Lei Rafaela Drummond e do aumento de casos de assédio moral no serviço público estadual, da venda do prédio-sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), da federalização da Minas Gerais Participações S.A. (MGI) e da inclusão dos órgãos e entidades que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente na lista constitucional de instituições de segurança pública.



Lei Rafaela Drummond foi tema de debate na Comissão de Administração Pública para tratar do aumento dos casos de assédio moral no serviço público estadual.

A audiência pública de 7 de outubro teve como proposta discutir o PL nº 3.733/25, que autorizava federalizar ou alienar inúmeros imóveis de propriedade do Estado e de entidades de sua administração indireta no âmbito do Propag. Embora lideranças tenham defendido o arquivamento da proposição, ela seguiu tramitando e, no dia 15 de dezembro, ficou pronta para ser votada em definitivo pelo Plenário. A lista passou a contar com 210 propriedades, em vez das 343 da relação original do Executivo. A última audiência do ano ocorreu em 18 de novembro, a fim de tratar do PL nº 4.380/25, que autoriza a venda da Copasa.

Agropecuária e Agroindústria

Reforçando seu compromisso de buscar avanços para o setor rural mineiro, em 2025 a Comissão de Agropecuária e Agroindústria da ALMG promoveu debates, propôs melhorias e monitorou ações governamentais que impactam a produção agrícola, a pecuária e as cadeias agroindustriais.

Inspeção municipal

No mês de julho, a comissão debateu a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em Belo Horizonte. Na audiência, foi defendida a criação do serviço como forma de ampliar a formalização de agroindústrias locais, fortalecer a segurança alimentar e impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade, com fiscalização sanitária de produtos de origem animal como carnes, ovos, leite, mel e derivados.

Empreendedores relataram dificuldades enfrentadas pela ausência do serviço municipal, que limita mercado e regularização, e apontaram que a adoção do SIM poderia gerar empregos e facilitar a participação em programas públicos de compra de alimentos. Também foram discutidas alternativas como a adesão de Belo Horizonte a consórcios já existentes e a necessidade de organização de dados sobre a demanda local para viabilizar a implantação efetiva do sistema.

Plano Safra

O lançamento em Minas Gerais do Plano Safra 2025-2026 e do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) motivou audiência realizada em agosto. Na ocasião, foram abordados os impactos dessas políticas no financiamento rural e na sustentabilidade da produção de alimentos.



Comissão de Agropecuária e Agroindústria debate o Plano Safra 2025-2026 e o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.

O evento destacou os recursos previstos no Plano Safra, que ultrapassam R\$ 516 bilhões no País e incluem linhas com juros reduzidos para a agricultura familiar, e a importância de ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores mineiros, especialmente em atividades agroecológicas e voltadas à produção de alimentos saudáveis.

O debate também enfatizou o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), lançado recentemente pelo governo federal como uma estratégia para reduzir o uso de agrotóxicos, fomentar práticas agrícolas mais seguras e fortalecer a assistência técnica, o monitoramento de resíduos e o uso de bioinsumos. Parlamentares reforçaram a necessidade de integrar essas políticas com objetivos de preservação ambiental e segurança alimentar, além de discutir formas de facilitar o acesso aos créditos e a efetiva implementação das ações no Estado.

Conectividade rural

Em setembro, as dificuldades de acesso à internet de qualidade no meio rural foram pauta de nova audiência pública. Parlamentares e especialistas ressaltaram que, apesar de todos os municípios terem alguma cobertura 4G e partes do Estado já alcançarem o 5G, apenas 60% dos domicílios rurais têm acesso efetivo à internet, em confronto com a quase universalização nos centros urbanos, o que compromete competitividade, educação e serviços essenciais no campo.



Programa Conectividade Rural, da Emater, foi tema de debate na Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

A audiência também serviu para destacar políticas públicas já existentes, como o Pronaf Conectividade, lançado com o Plano Safra 2025-2026, e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que permite sua utilização para infraestrutura em tecnologia.

Pouco depois, em 10 de outubro, foi sancionada a Lei nº 25.525, que institui a política estadual de fomento à conectividade e à telefonia celular, uma iniciativa legislativa que busca enfrentar justamente as lacunas apontadas no debate sobre a zona rural. A nova legislação, de autoria do presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite (MDB), incorporou medidas para a conectividade rural propostas pelo presidente da Comissão de Agropecuária, deputado Raul Belém (Cidadania).

A norma cria incentivos, inclusive fiscais, para ampliar a cobertura de sinal e de acesso à internet, com foco na universalização dos serviços de comunicação e na redução das desigualdades territoriais entre áreas urbanas e rurais. Essa medida representa um passo institucional importante para consolidar avanços tecnológicos e promover inclusão digital e desenvolvimento regional no Estado.

Criação de aves

Criadores, entidades representativas, veterinários e representantes dos governos estadual e federal compareceram à ALMG em outubro para debater a flexibilização das normas que regem a criação e a participação de pássaros em eventos, atividade que gera empregos e movimentação a economia e o turismo em Minas Gerais, o Estado com o maior número de criadores do País.

Eles defenderam a dispensa da Guia de Transporte Animal (GTA) para eventos e ajustes nos prazos de organização, citando ferramentas de rastreabilidade já existentes, como alternativas eficazes ao controle atual. No encontro, foi ressaltada a relevância do setor para a manutenção de diversidade genética e a criação de espécies ameaçadas. Entre os desafios, foi apontada a preocupação sanitária diante do risco de gripe aviária.

A comissão se comprometeu a buscar soluções que equilibrem controle sanitário, incentivo à atividade e redução de entraves burocráticos para criadores e expositores de pássaros.

Produção de leite

Em novembro, a comissão foi a São João del-Rei (Região Central do Estado) e debateu em audiência pública a necessidade de estimular a produção e o consumo do leite tipo A2 e seus derivados em Minas Gerais, maior produtor de leite do País. Parlamentares, pesquisadores, representantes de laticínios e técnicos destacaram que o A2, por possuir uma proteína mais fácil de digerir, pode ampliar o mercado e agregar valor à cadeia produtiva.



Comissão de Agropecuária e Agroindústria realizou visita a evento para apoiar o movimento voltado à valorização da produção de leite em Minas Gerais.

A produção do leite A2, contudo, depende de certificação específica, genotipagem do rebanho e organização da produção, para garantir rastreabilidade e qualidade do produto. Participantes da audiência defenderam ações de difusão e apoio aos produtores, especialmente os menores, para fortalecer o segmento.

Produtores de leite foram novamente recebidos pela comissão, no mesmo mês de novembro, para debater a grave situação de endividamento do setor. Eles apontaram como causas principais a importação excessiva de leite em pó reconstituído, que derruba preços no mercado interno, o aumento dos custos de produção, juros elevados e instabilidade de receitas. Isso resultou em 2.273 pedidos de recuperação judicial em 2024, um crescimento de 61,8% sobre 2023.

Na audiência, deputados defenderam o PL nº 4.765/25, do deputado Antonio Carlos Arantes (PL), que proíbe a reconstituição de leite em pó importado para venda como leite fluido, como medida para proteger os produtores locais e valorizar a produção mineira. Também foram discutidas propostas de políticas públicas de apoio financeiro, renegociação de dívidas, linhas de crédito emergenciais e redução de encargos tributários para aliviar a crise no setor.

Fiscalização de produtos de origem vegetal

Construída com grande participação e esforço da Comissão de Agropecuária, a Lei nº 25.424, publicada em agosto de 2025, dispõe sobre a inspeção e a fiscalização de produtos de origem vegetal no Estado, com foco em garantir a identidade, a qualidade e a inocuidade dos alimentos.

A norma estabelece regras para que essa fiscalização seja feita de forma contínua e integrada à Política Estadual de Defesa Agropecuária (Pedagro), sob coordenação do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), em articulação com sistemas e órgãos sanitários e de saúde pública.

A nova legislação também define condutas vedadas, sanções administrativas e atribui ao IMA a execução das ações de inspeção e fiscalização ao longo de toda a cadeia produtiva de vegetais, além de prever a possibilidade de apreensão cautelar de produtos que apresentem risco à saúde ou à segurança do consumidor.

Controle populacional do javali-europeu

A invasão de propriedades rurais pelo javali-europeu, em especial no Triângulo Mineiro, foi outro tema de destaque da comissão este ano. Em audiência pública conjunta realizada em abril pelas comissões de Agropecuária e Agroindústria, de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, produtores relataram as dificuldades de manejo do animal, considerado uma das cem piores espécies exóticas invasoras do mundo.

O debate contribuiu para aprimoramento e aprovação do PL nº 1.858/23, transformado na Lei nº 25.625, sancionada no dia 12 de dezembro. A norma autoriza o controle e o manejo do javali-europeu por meio da perseguição, abate e captura seguida da eliminação imediata desses animais, utilizando métodos como a caça e a instalação de armadilhas.

A legislação explícita ainda que o controle populacional do javali-europeu deve ser realizado sem limite de quantidade e em qualquer época do ano, de forma a minimizar os impactos ambientais e os efeitos nocivos à saúde pública.

Projetos de lei

Ao longo do ano de 2025, outros projetos de lei (PLs), ainda em tramitação, foram analisados e aprimorados pela Comissão de Agropecuária:

- PL nº 2.477/21 – Dispõe sobre a cadeia produtiva das abelhas nativas sem ferrão e dos produtos e serviços oriundos da prática da meliponicultura no Estado.
- PL nº 2.106/24 – Estabelece diretrizes, incentivos e medidas para promover o reúso de água tratada na irrigação, visando à conservação dos recursos hídricos e ao desenvolvimento sustentável do Estado.
- PL nº 4.338/25 – Institui o Programa Estadual de Financiamento para a Construção de Pequenas Barragens.

Assuntos Municipais e Regionalização

Em 2025, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou importantes discussões de interesse dos municípios mineiros. Foram debatidos e aperfeiçoados projetos de lei que buscam melhorar a qualidade de vida do cidadão no meio urbano, como a criação de políticas estaduais de arborização urbana, iluminação pública segura e de implementação de sistemas de semáforos inteligentes em municípios do Estado.

Também foram debatidos em reuniões a regionalização de políticas públicas, tema em foco da comissão, por meio dos consórcios intermunicipais e o apoio estadual aos municípios mineiros, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar Mineira em Apoio aos Consórcios Públicos do Estado.



A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizou diversas audiências públicas com temas relevantes para os municípios do Estado.

Dentre as atividades da comissão, destaca-se a visita que aconteceu no dia 2 de outubro, para debater a gestão do Balneário das Águas Santas, no município de Tiradentes (Campo das Vertentes), por parte da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge). Também foi abordado o andamento das obras de melhoria e adequação em execução no local.



A gestão do Balneário das Águas Santas, no município de Tiradentes, foi debatida na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Cultura

O financiamento de políticas culturais em Minas foi uma das principais pautas levantadas pela Comissão de Cultura em 2025.

Em audiência pública, foi debatida a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura (FEC) no programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras.

Conselheiros e gestores culturais mineiros enfatizaram que quase todo o recurso do FEC (R\$ 20 milhões de R\$ 22 milhões) foi destinado à restauração emergencial de 13 bens históricos, sem consulta ao Conselho Estadual de Política Cultural (Consec).

O então secretário de Estado de Cultura Leônidas Oliveira foi convidado, mas não compareceu nem enviou representante, o que levou a comissão a aprovar requerimento para sua convocação.

Em reunião posterior, com a presença do secretário de Estado, a comissão voltou a discutir o financiamento de políticas culturais. A escassez de recursos e de servidores especializados para a área cultural do Estado foi um consenso entre os participantes.

Segundo Leônidas de Oliveira, seria desejável ampliar o orçamento da área, mas é difícil diante do contingenciamento de recursos determinada pelo governador. Ele acrescentou que não se pode discutir o Fundo de Cultura isoladamente, sendo necessário considerar todo o sistema de financiamento do setor cultural, como recursos aplicados por meio de leis de incentivo.



Comissão de Cultura debateu a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC.

Outra audiência pública tratou do Descentra Cultura, novo sistema de financiamento a projetos culturais do Estado, em Varginha (Sul de Minas). Criada pela Lei nº 24.462, de 2023, a iniciativa pretende democratizar o acesso aos mecanismos de fomento cultural, de modo a contemplar todas as regiões do Estado.

A Orquestra Filarmônica de Varginha foi uma das entidades beneficiadas pela mudança na legislação. O maestro Cassiano Maçaneiro contou, na ocasião, que o Descentra mudou a realidade para melhor. Contrapartidas menores de patrocinadores e prestação de contas desburocratizada facilitaram a captação de recursos diretamente com empresas do interior do Estado.

Essas três atividades acima integraram o Tema em Foco, que, neste último biênio, aborda o financiamento à cultura em Minas Gerais. O Tema em Foco é um dos tripés do Assembleia Fiscaliza.

A comissão realizou ainda audiência para tratar da suspensão da execução dos projetos culturais do Edital nº 11/2024 da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Pnab), destinado à realização de mostras e festivais. Segundo a subsecretária de Cultura Maristela Rangel Paes, nenhum dos proponentes sairia prejudicado pela suspensão temporária do edital.

Preservação de bens culturais

Em 2025, outro tema relevante foi a proteção e preservação de bens culturais. Nesse sentido, foi realizada audiência pública sobre a importância do tombamento, em âmbito municipal, do Complexo Lagoa da Lapinha e Serra, localizado no município de Santana do Riacho (Região Central), bem como visita ao local.

Na reunião, o prefeito da cidade, Fernando Ribeiro Burgarelli, contou que o tombamento municipal está em andamento, com previsão de término dos estudos para março de 2026. Ele defendeu ainda a importância do reconhecimento em âmbito estadual, conforme o PL nº 2.478/24, em tramitação na Assembleia.

Na visita ao local, moradores demonstraram preocupação com impactos de atividades empresariais no complexo. De acordo com eles, desde que a Pequena Central Hidrelétrica Coronel Américo Teixeira conseguiu renovar a outorga, tem diminuído o período de cheia da Lagoa da Lapinha da Serra, pois sua água passou a ser direcionada para o reservatório privado.



A Comissão de Cultura verificou a importância do tombamento municipal da Lagoa da Lapinha e da Serra, no município de Santana do Riacho.

Também mobilizou a comissão a preservação do patrimônio histórico do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), que compreende prédios, localizados na Alameda Ezequiel Dias, 45, e na Avenida dos Andradas, 1.120, em Belo Horizonte, equipamentos, mobiliário e acervo documental.

O assunto pautou reunião na Assembleia quando foi apresentada planta sugerida para criação do Centro de Documentação e Memória do DER-MG, iniciativa de servidores do órgão. O centro foi idealizado para visitação do público para proteger e dar visibilidade ao patrimônio histórico e rodoviário do Estado. A ideia é funcionar no prédio localizado na Alameda Ezequiel Dias.

Reconhecimento da cultura negra

A Comissão de Cultura também tratou do reconhecimento e da valorização da cultura negra e periférica, bem como do enfrentamento ao racismo, durante suas atividades em 2025.

Em uma das audiências públicas, foi debatida a proposta de criação da Semana e do Dia Estadual do Hip Hop, objeto do Projeto de Lei (PL) nº 3.124/21, que recebeu apoio de militantes do movimento. Segundo participantes da atividade, a iniciativa pode contribuir para a destinação de recursos orçamentários e de políticas públicas para a área.

O PL nº 2.991/24, que institui a Rota do Rosário no Estado, e o PL nº 1.027/23, que institui o Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira, do Reinadeiro e da Reinadeira, pautaram outra reunião da comissão, marcada pela reivindicação de mais valorização e recursos para essa expressão cultural.



O Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira, do Reinadeiro e da Reinadeira foi tema de discussão da Comissão de Cultura.

A demanda por recursos do Orçamento do Estado também foi o enfoque de audiência pública sobre a capoeira. Mesmo sendo ela reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), os capoeiristas praticamente não contam com políticas culturais, conforme salientaram na reunião.

Outra reunião tratou de tentativas de criminalização de expressões artísticas e culturais das periferias urbanas, como o *rap*, o *funk*, o *trap*, os bailes e as batalhas de MCs no Estado. Projetos popularizados como “leis anti-Oruam”, espalhados por várias casas legislativas do Brasil, foram considerados inconstitucionais e racistas por participantes da audiência.

Por fim, a diversidade das línguas africanas e indígenas no País foi celebrada em reunião da Comissão de Cultura. A atividade teve como objetivo tratar das implicações do racismo estrutural e seus efeitos na linguagem e da necessidade de enfrentamento do racismo linguístico.

Fiscalização de ações do Executivo na área cultural

A Comissão de Cultura se dedicou ainda a monitorar e fiscalizar ações do Poder Executivo na área cultural, entre elas o carnaval de 2025 de Belo Horizonte. Na reunião, foi destacado que, embora tenham sido investidos R\$ 60 milhões na festividade, houve má distribuição de recursos e falta de transparência.

A reunião contou com a participação de representantes do governo, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, de blocos carnavalescos, agentes culturais, trabalhadores ambulantes e catadores de material reciclável.

Outra reunião debateu a utilização da Empresa Mineira de Comunicação (EMC) para fins políticos com condutas que configurariam abuso de poder, desvirtuamento da finalidade da empresa, ofensa ao princípio da impessoalidade e improbidade administrativa.

Trabalhadores e representantes dos profissionais relataram ataques a servidores efetivos, por meio de assédios e transferências, além da existência de programas que enaltecem o Partido Novo e a atual gestão do governo estadual. Os dirigentes da EMC, por sua vez, negaram as acusações.

Com o objetivo de verificar as condições estruturais do Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (Cicalt), nas instalações do Plug Minas, a comissão realizou visita ao local e constatou fiação solta, janelas quebradas, vasos sanitários inutilizáveis, problemas no forro do teto, escaninhos amassados e sem tranca. Além dessa questão, verificou que apenas três de sete cursos estavam sendo ofertados.



As condições estruturais do Plug Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital foram tema de debate na Comissão de Cultura.

Além disso, discussão sobre precarização do trabalho dos músicos também marcou o trabalho da comissão. Em audiência por ocasião dos 80 anos do Sindicato dos Músicos de Minas Gerais, a maestra da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Lígia Amadio, revelou que um músico iniciante da Orquestra Sinfônica recebe R\$ 1.618,72 por mês e lamentou a desvalorização da profissão.

Promoção de rotas turísticas

Em 2025, a Comissão de Cultura abordou ainda a promoção de rotas turísticas do Estado. Nesse sentido, audiências públicas abordaram a importância do Vale Proibido da Estrada Real para a história e o turismo cultural no Estado e do Caminho de Saint-Hilaire para a preservação dos bens culturais e valorização da memória histórica.

Projetos de lei sobre rotas turísticas também tramitaram na Assembleia e se tornaram normas como a Lei nº 25.278, que reconhece as rotas turísticas do café de Minas como de relevante interesse cultural, e a Lei nº 25.456, que reconhece como de relevante interesse cultural o trecho mineiro da Rota Caminhos do Ouro, entre Ouro Fino (Sul de Minas) e Paraty (RJ).

Outras proposições que tramitaram na comissão valorizam comunidades tradicionais, como o PL nº 1.809/23, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Comunidade Tradicional de Garimpeiros do Alto Rio Doce, localizada nos municípios de Mariana (Central), Acaiaca e Barra Longa (ambas na Zona da Mata). Aprovada pela Assembleia, a matéria aguarda a sanção do governador.

A comissão tratou ainda de matérias que visam enfrentar a violência contra a mulher. Resultou disso a Lei nº 25.475, que proíbe a contratação de profissional do setor artístico condenado, mediante sentença transitada em julgado, por crime decorrente da prática de violência doméstica, em evento cultural, esportivo ou de lazer custeado, total ou parcialmente, com recursos do Estado.

Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Em 2025, a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte seguiu trabalhando em prol de melhores relações de consumo, para reprimir o abuso do poder econômico e para fiscalizar as normas que asseguram os direitos de consumidores e contribuintes.

Ao longo do ano, a comissão realizou sete audiências públicas. Entre os destaques, está a reunião que aconteceu em março, em que se discutiu a criação de novos postos de pedágio em Minas Gerais e os seus impactos para o consumidor mineiro. Nesse mesmo mês, foram debatidas as demandas reprimidas na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), referentes aos projetos de implementação de energia fotovoltaica e às respectivas obras paralisadas, sob o prisma dos impactos causados aos contribuintes que solicitam o serviço e recebem negativas injustificadas.



A criação de novos postos de pedágio no estado de Minas Gerais e os seus impactos para o consumidor mineiro foram destaque na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em abril, a comissão abordou os prejuízos que os consumidores mineiros tiveram diante da falta de pagamento por parte da empresa ViagensPromo a várias agências de turismo do Estado, o que tem ocasionado cancelamentos de pacotes de viagens e transtornos financeiros ao setor.

Já em maio, foram discutidos descontos indevidos realizados nos proventos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem a devida autorização ou conhecimento dos beneficiários.

No âmbito do Assembleia Fiscaliza, também em maio, a comissão acompanhou a prestação de contas e informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Já em novembro, a comissão debateu os prejuízos causados aos consumidores, contribuintes, comerciantes e empresários do município de Barra Longa (Região Central) por empresas terceirizadas da Fundação Renova, em decorrência do rompimento da barragem de Mariana.

Além das audiências, a comissão realizou, de agosto a novembro, o Fórum Técnico de Direito do Consumidor: por melhores leis e relações de consumo, em comemoração dos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor.



Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte debateu as demandas reprimidas na Companhia Energética de Minas Gerais.

Projetos de lei que tramitaram ao longo do ano

- PL nº 2.713/2024: Institui a Política de Modernização e Transparência na Gestão de Dívidas Públicas, promovendo auditorias periódicas e maior participação cidadã no acompanhamento das finanças do Estado.
- PI 3.360/2025: Proíbe as farmácias e drogarias do Estado de exigirem CPF do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara sobre a concessão de descontos, a abertura de cadastro ou registro de dados pessoais.
- PL nº 2.642/2024: Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em local visível a todos os frequentadores, do percentual do *couvert* artístico efetivamente repassado ao artista, nos estabelecimentos que menciona, e cria o selo “Aqui se respeita o músico”.

- PL nº 2.778/2024: Estabelece para empresas concessionárias do serviço de fornecimento de energia elétrica a obrigação de disponibilização de canal de atendimento especial para atividades econômicas.
- PL nº 3.490/2025: Cria o Programa Estadual de Fomento e Informação para a Interiorização dos Procons Municipais no Estado.

Defesa dos Direitos da Mulher

A busca pela promoção da igualdade entre homens e mulheres, pelo combate à discriminação e à violência contra as mulheres, pela ampliação da representação feminina na política e pelo incremento de políticas públicas voltadas a elas marcou o trabalho da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 2025.

Parte importante das discussões abordou a violência contra a mulher e formas de combater a prática. Nesse sentido, uma das audiências públicas tratou da importância dos protocolos de atendimento às mulheres em situação de violência e a disseminação das informações para toda a Rede de Enfrentamento e Serviços do Estado.

A atividade integrou o Agosto Lilás, estabelecido pela Lei Federal nº 14.448, de 2022, e destinado à conscientização sobre a violência contra a mulher e ao combate a esse tipo de violência.

Debater o Projeto de Lei (PL) 3.704/22, que originalmente tratou da criação do Observatório Estadual da Violência contra a Mulher, foi objetivo de outra reunião. A proposição já tramitou na ALMG e foi transformada na Lei nº 25.585, de 2025.

Na atividade, a comissão também conheceu o Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais (Observa Minas), iniciativa da Fundação João Pinheiro em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), para gerar conhecimento e divulgar informações científicas sobre políticas públicas para mulheres.

Outra audiência debateu o aumento do feminicídio e outras formas de violência de gênero no Estado, por ocasião da campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Autoridades e representantes de movimentos sociais cobraram políticas estaduais de proteção mais eficazes.

Foram destacados dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública em âmbito nacional, os quais apontam a ocorrência de 1.459 feminicídios em 2024. O ano de 2025 segue com a mesma tendência, com 718 casos no primeiro semestre, uma média de quatro por dia.

A violência política contra mulheres pautou audiência pública. O debate foi motivado por episódio de agressão verbal contra a vereadora Francislaine Barbosa Matos Reis (PV), de Raul Soares (Zona da Mata).

Ela contou ter sido insultada por outra mulher, durante reunião no Plenário da Câmara Municipal, com palavras de baixo calão e não ter tido apoio de demais vereadores.

Na atividade, participantes destacaram que o episódio não é um caso isolado. Segundo dados de 2018 do Instituto Alziras, 53% das 300 mulheres eleitas prefeitas em 2016 foram vítimas de assédio ou violência política de gênero.

Mulheres negras

Em 2025, a comissão também se dedicou a tratar de temas pertinentes a mulheres negras. Um deles foi a mobilização para a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, ocorrida em novembro de 2025, em Brasília (DF), com o lema “Por reparação e bem viver”. A marcha é considerada um dos mais importantes atos políticos protagonizados por esse público no Brasil.

Em outra reunião, pesquisadoras e ativistas discutiram os impactos específicos da atividade mineira para mulheres negras. Por estarem mais expostas a problemas como falta de saneamento e precarização de moradia, elas enfrentam o agravamento de condições de vulnerabilidade nos desastres ambientais.

O objetivo foi desenvolver reflexões para a 2ª Marcha das Mulheres Negras e para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém.



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se dedicou a tratar de temas pertinentes a mulheres negras.

Saúde

A comissão tratou de temas relativos à garantia da saúde para mulheres. Uma das audiências abordou a importância de ações e políticas públicas de dignidade e saúde menstrual no Estado por ocasião do Dia Internacional da Dignidade Menstrual, comemorado em 28 de maio.

Na reunião, mulheres cobraram a efetividade da Lei nº 23.904, de 2021, que dispõe sobre a política de dignidade e saúde menstrual no Estado.

Outra norma afeta à saúde das mulheres é a Lei nº 25.202, sancionada em 2025, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre o Climatério e a Menopausa, em 18 de outubro, para estimular a divulgação de informações sobre o tema e fomentar a implementação de políticas públicas, entre outros.

A comissão abordou, em outra audiência, os impactos da síndrome de Rett na vida das mulheres e das mães cuidadoras, bem como políticas públicas necessárias. A síndrome de Rett é uma doença neurológica incurável causada por mutações genéticas no gene MECP2, localizado no cromossomo X. Afeta principalmente as meninas.

Na ocasião, a diretora de Políticas Estratégicas da Secretaria de Estado de Saúde, Raquel Guieiro Cruz, explicou que o teste do pezinho em recém-nascidos passou a detectar também a referida síndrome. Atualmente, o teste consegue identificar 60 doenças raras.

Por meio de uma visita, a comissão verificou violação de direitos de mulheres residentes em ruas como a do Canal e Cristiano de Almeida, no bairro Jardim Liberdade, na região do Barreiro, na Capital. Falta água, luz e pavimentação, além de serviço de esgoto, aumentando riscos de doenças.



Em 2025, foi realizado o Ciclo de debates Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

Sempre Vivas

Para marcar o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi realizado o Ciclo de Debates Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

A atividade integrou o Sempre Vivas de 2025, iniciativa da ALMG, por meio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em parceria com coletivos, entidades e órgãos ligados à pauta feminina.

Na palestra magna do evento, a diretora-executiva do Centro Brasileiro de Justiça Climática, Andréia Louback, contou que 380 milhões de mulheres já vivem em regiões com estresse hídrico alto ou crítico e que esse número pode subir para 674 milhões até 2050.

Mestra em relações étnico-raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet/RJ) e jornalista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a pesquisadora advertiu que a realidade climática impacta sobretudo mulheres, por crise hídrica, enchentes, seca, disputa por territórios e outros eventos extremos.

Ainda para marcar o Dia Internacional da Mulher, a comissão entregou votos de congratulações para mulheres de destaque em suas áreas por indicação de deputadas da Bancada Feminina.



Abertura do Sempre Vivas 2025 – Mulheres e Emergências Climáticas: Protagonismo, Construção da Resiliência e Justiça Climática.

Leis

Proposições de destaque analisadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher se tornaram normas em 2025. Várias delas visam ao enfrentamento da violência contra a mulher. Para tal, acrescentam dispositivos na Lei nº 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.

São elas:

- Lei nº 25.586 – prevê, entre outros, a inserção de campos específicos para denúncia de violência contra mulheres nos formulários *on-line* de registro de ocorrências em *sites* e aplicativos de denúncia virtual dos órgãos de segurança.
- Lei nº 25.212 – inclui, entre ações que poderão ser adotadas na implementação da política de atendimento à mulher vítima de violência, o atendimento prioritário, articulado entre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e dos órgãos de segurança pública.
- Lei nº 25.176 – garante a realização, em eventos culturais, esportivos e de lazer, de campanhas voltadas para a conscientização, prevenção e enfrentamento da importunação sexual e das demais formas de violência contra a mulher.
- Lei nº 25.159 – estabelece a criação e a divulgação de sinal a ser utilizado por mulheres em situação de violência doméstica e familiar como forma de pedido de socorro dirigido a atendentes de estabelecimentos comerciais e de serviços, reações públicas e instituições privadas.

- Lei nº 25.585 – amplia banco de dados previsto na norma para incluir, entre outros, número de vítimas de homicídio, importunação sexual, perseguição e de violências psicológica, moral, patrimonial, institucional e política. Institui ainda o Observatório Estadual da Mulher contra a Violência para análise integrada de dados para subsidiar políticas públicas.

Ainda com o objetivo de proteção à mulher vítima de violência, a Lei Complementar nº 181 garante, a pedido, o direito à remoção ou à mudança de lotação e o direito à movimentação, respectivamente, à servidora pública civil e militar integrantes dos quadros da administração pública direta ou indireta do Executivo que tenham sido vítimas de violência doméstica e familiar.

Outras normas têm como foco a saúde materna e infantil. Duas delas modificam a Lei nº 22.422, de 2016, que traz objetivos e diretrizes para a adoção de medidas nesse sentido. A Lei nº 25.549 inclui, entre os objetivos dessas medidas de atenção, a redução da incidência de partos prematuros. É prevista a capacitação de profissionais de saúde para identificar e manejar esses casos.

Já a Lei nº 25.204 inclui dispositivo na norma citada para estabelecer que gestante ou mãe com interesse em entregar criança para adoção deverá ser ouvida por equipe interprofissional, responsável pela elaboração de relatório, a qual deve considerar, entre outros fatores, os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

A Lei nº 25.380, por sua vez, institui no Estado a política de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável.

Em atenção à saúde da mulher, a Lei nº 25.186 altera norma sobre prevenção e tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, com o objetivo de garantir a realização de exame de ressonância nuclear magnética para detecção precoce do câncer de mama pelo Estado.

Já a Lei nº 25.401 garante à mulher acompanhante a sua escolha em consultas, exames e outros procedimentos, especialmente naqueles que a induzam à inconsciência total ou parcial.

Outras duas normas tratam da política estadual de apoio à mulher no esporte e da promoção de mulheres adultas e jovens em espaços de liderança no Estado. São, respectivamente, a Lei nº 25.373 e a Lei nº 25.211.

Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Durante o ano de 2025, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizou um debate público e audiências voltadas a diversos temas de interesse dessa parcela da população, como educação inclusiva, transtorno do espectro autista (TEA), datas comemorativas e deficiências auditiva e visual. Além disso, foram analisados mais de 50 projetos de lei, originando várias legislações para proteção e inclusão de pessoas com deficiência e habilidades especiais.

Em março, uma audiência da comissão debateu a situação das escolas especiais no Estado, com foco nos problemas estruturais e pedagógicos que comprometem a qualidade do ensino. Foram apontadas várias lacunas: falta de estrutura adequada, ausência de salas multissensoriais suficientes, carência de profissionais de apoio e turmas multisseriadas sem atenção individualizada. Os participantes da reunião destacaram que essas falhas atingem principalmente quem demanda acompanhamento especializado.

Como encaminhamento, a ALMG se comprometeu a cobrar da Secretaria de Estado de Educação um plano de investimentos para melhorias estruturais, a regulamentação da função de vice-diretor nas escolas especiais, a contratação de professores de apoio e a ampliação de salas nas unidades que enfrentam superlotação.



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência debate temas fundamentais relacionados às escolas especiais do Estado.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O debate público Autismo, Saúde e Educação: Desafios e Perspectivas também foi realizado em março, tendo como pano de fundo o mês de conscientização sobre o autismo, o Abril Azul. Na abertura do debate, foi ressaltada a urgência de políticas públicas sensíveis à crescente identificação de pessoas com TEA, além da necessidade de um cuidado integral para a pessoa autista, com serviços de reabilitação, apoio contínuo e respeito à singularidade de cada indivíduo.



O autismo e seus desafios foram tema de debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ao longo do evento, especialistas, representantes do sistema de saúde e da educação, defensores públicos e pessoas com vivência direta com o autismo debateram os múltiplos desafios enfrentados no cotidiano por pessoas autistas e suas famílias. Foram denunciadas deficiências na formação de profissionais de apoio, na falta de adaptabilidade das escolas para acolher estudantes com TEA e no despreparo da rede de saúde, tanto a pública quanto a privada, para garantir diagnóstico e tratamento adequados.

O debate público traduziu o compromisso da Assembleia e da comissão com o reconhecimento e a promoção dos direitos das pessoas com TEA, articulando demandas concretas para saúde, educação e assistência social. O evento reafirmou ainda a importância de proposições legislativas e políticas públicas estruturadas para garantir inclusão, dignidade e cidadania das pessoas autistas em Minas Gerais.

A inclusão escolar de crianças com TEA foi tema também de audiência específica, em setembro. Recusa de matrícula, ausência de acompanhante em sala de aula e práticas de exclusão foram relatadas por mães atípicas presentes no debate. Elas salientaram a falta de preparo de professores, de apoio especializado e de adaptação do ambiente escolar às necessidades dos alunos autistas.

A Comissão da Pessoa com Deficiência anunciou, na reunião, a intenção de acionar o Ministério Público para verificar denúncias de recusa de matrícula e discriminação, além de solicitar informações ao sindicato de escolas particulares (Sinepe-MG) e às secretarias municipais de educação sobre a situação de crianças atípicas matriculadas, com base na Lei nº 24.844, de 2024, que assegura o direito à educação inclusiva.

Datas comemorativas

Em 2025, a comissão promoveu também duas audiências públicas motivadas por datas comemorativas voltadas à luta pelos direitos das pessoas com deficiência, reforçando a articulação institucional com a sociedade civil e o poder público.



Em comemoração do Dia Internacional da Síndrome de Down, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência fez parte da campanha com o lema “Suporte para quem precisa. Todos juntos apoiando a inclusão! Seja rede de apoio!”.

A primeira delas ocorreu em março, em alusão ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Com o lema “Suporte para quem precisa. Todos juntos apoiando a inclusão! Seja rede de apoio!”, a audiência reuniu representantes da saúde pública, entidades da sociedade civil e famílias para discutir o subfinanciamento da rede de apoio às pessoas com síndrome de Down.



Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência em audiência sobre o tema da campanha para o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Apesar de investimentos recentes (como a destinação estadual de R\$ 14 milhões, em 2025, aos serviços de reabilitação da deficiência intelectual, além de R\$ 40 milhões federais para 156 serviços no Estado), persistem falhas importantes, especialmente na cobertura de atendimento neuropsicológico pelo SUS e por planos de saúde. Também evidenciou-se a carência de apoio para pessoas com deficiência na vida adulta e idosa, bem como a necessidade de amparo integral às famílias.

A segunda audiência pública ocorreu em agosto, no contexto da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que, em 2025, teve como mote “Deficiência não define. Oportunidade transforma. Inclua nossa voz”.

Foram apresentados crescimentos no orçamento da rede de cuidados, com previsão de R\$ 225 milhões para 2025, e iniciativas na área da educação, como salas de recursos multifuncionais, professores de apoio, intérpretes de Libras e equipes regionais de inclusão. Foi demonstrada na audiência a ampliação do rastreamento neonatal de doenças raras e neurológicas via teste do pezinho, além de conquistas em inserção no mercado de trabalho.

No entanto, participantes destacaram que algumas lacunas permanecem, sobretudo na assistência social e no desafio inerente ao envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Deficiência auditiva e visual

Em março, a comissão realizou uma audiência motivada pelo Dia Estadual de Conscientização sobre a Neuromielite Óptica (NMO), data instituída pela Lei nº 24.789, de 2024. O debate concentrou-se na grave situação de pacientes com a doença rara, que compromete visão e mobi-

lidade. Foi criticada a falta de protocolo no Sistema Único de Saúde (SUS) para diagnóstico e tratamento, bem como a recusa recente da incorporação no sistema de saúde de medicação essencial (satralizumabe).

Familiares, especialistas e representantes de associações de pacientes denunciaram que, sem acesso ao tratamento adequado, a doença permanece invisível às políticas públicas, com consequências graves para a dignidade e a qualidade de vida das pessoas com NMO.

Outra audiência, em junho, discutiu o acesso de pessoas surdas aos serviços de emergência, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e o Corpo de Bombeiros. Nesse encontro, foi apresentado o aplicativo Socorro com as Mãos, idealizado para permitir que pessoas com deficiência auditiva acionem os serviços de emergência por interface visual e intuitiva, contornando a barreira imposta pela tradicional comunicação telefônica.

Autoridades de saúde e segurança pública se mostraram dispostas a avaliar a adoção da tecnologia em âmbito estadual, o que representa um passo concreto para a inclusão e a salvaguarda de vidas.

Leis aprovadas com o trabalho da comissão

- Lei nº 25.261 – Visa adaptar sirenes e alarmes de instituições de ensino para pessoas com hipersensibilidade auditiva, determinando sua substituição por sinais musicais. Teve sua origem no Projeto de Lei (PL) 3.643/22.
- Lei nº 25.266 – Originada do PL nº 1.380/23, trata do estímulo à disponibilização de pranchas de comunicação para pessoas com TEA em estabelecimentos públicos e privados. As pranchas, que contêm imagens, palavras e símbolos, facilitam a comunicação com autistas.
- Lei nº 25.415 – Prevê a promoção de campanhas educativas dirigidas à comunidade escolar sobre a inclusão dos estudantes, abordando o combate ao preconceito, a divulgação de direitos e o estímulo à participação das famílias. Oriunda do PL nº 750/19.
- Lei nº 25.513 – Resultado do PL nº 1.409/23, a norma promove o acesso, nas escolas da rede estadual de ensino e no sistema estadual de bibliotecas públicas, das pessoas com deficiência visual a tecnologias assistivas que permitam a conversão de informações visuais em áudio.
- Lei nº 25.550 – Altera os objetivos da Semana Estadual de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista, reforçando seu papel educativo e de mobilização social e visando torná-la um instrumento efetivo de promoção de direitos, inclusão e fortalecimento de políticas públicas. A lei também estimula a capacitação de profissionais e o desenvolvimento de ações educativas nas escolas, promovendo uma sociedade mais informada, acolhedora e comprometida com os direitos das pessoas com TEA.

Fale com as comissões

Outra frente de atuação da comissão se concentrou na análise dos *e-mails* encaminhados pelos cidadãos através do canal Fale com as Comissões. A interação com a sociedade civil, através da apresentação de demandas, via *e-mail* ou correspondências encaminhadas à comissão, foi tratada como primordial para o desenvolvimento do trabalho parlamentar.

Vários cidadãos apresentaram, ao longo do ano de 2025, diversas demandas sobre situações vividas pelas pessoas com deficiência como desburocratização do processo de aquisição do passe livre, aplicação de legislação destinada às pessoas com deficiência nos concursos públicos, adequação de terminologia em *sites* governamentais e auxílio na aquisição de aposentadoria especial, entre outros aspectos.

Todas as demandas encaminhadas pelos cidadãos foram lidas em resumo nas reuniões realizadas pela comissão e algumas se desdobraram na aprovação de requerimentos de pedido de informações ou providências aos órgãos competentes.

Algumas demandas mais complexas foram apresentadas na forma de projetos de lei que estão tramitando na Casa. São eles:

- Projeto de Lei nº 4.352/2025 – Altera a Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 4.353/2025 – Altera a Lei nº 21.121, de 3 de janeiro de 2014, que assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a Lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, e dá outras providências.

Desenvolvimento Econômico

A Comissão de Desenvolvimento Econômico discutiu diversos temas relevantes para o Estado ao longo do ano. Entre eles, destacam-se a valorização da produção econômica norte-mineira, a cadeia vitivinícola de Minas Gerais, a promoção de iniciativas de defesa civil e suas implicações para a economia, além da importância do cooperativismo.

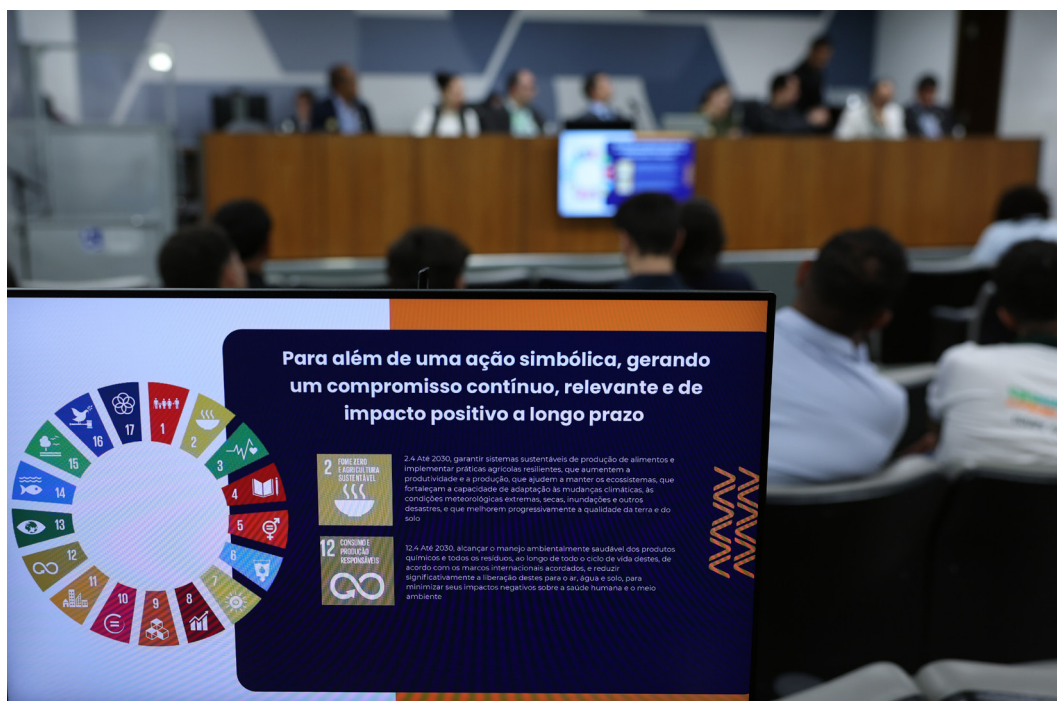


Comissão de Desenvolvimento Econômico debate o programa Encontro das Águas e o Plano Estadual de Enfrentamento ao Período Chuvoso (2025-2031).

Em 2025, nove audiências públicas foram realizadas. Dessas, três se destacaram. A que aconteceu em abril discutiu os serviços prestados pelas empresas de vistoria veicular. Entre as principais demandas apresentadas pelas empresas, estão a suspensão de novos credenciamentos, o reajuste da remuneração do serviço, a redução da burocracia e a delegação de todas as vistorias às empresas cadastradas.

Outra audiência, também em abril, discutiu alternativas para o manejo do javali-europeu, animal de grande porte considerado espécie exótica invasora que causou prejuízos em propriedades rurais do Triângulo Mineiro. As discussões contribuíram para a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1.858/23, que autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu. A proposição deu origem à Lei nº 26.591, de 2025.

No ano internacional das cooperativas, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a comissão realizou audiência em junho, com o objetivo de discutir como o cooperativismo pode contribuir para o enfrentamento dos desafios globais.



Instituição do Dia do Campo Limpo, ação que prevê um programa de logística reversa de embalagens vazias ou com sobras pós-consumo de defensivos agrícolas, foi tema de debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Projetos que viraram leis

Ao longo do ano, seis projetos foram convertidos em leis com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado. O PL nº 1.540/23 institui a política estadual de fortalecimento do turismo na área de influência da Serra do Caraça (Protur – Caraça), localizada na Região Central do Estado.

Já o PL nº 1.258/2023 dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição, como de moldagem, areia verde, preta, despoeiramento, de varrição, entre outras areias que sejam classificadas como não perigosas, livres de mistura com qualquer outro resíduo ou material estranho ao processo que altere suas características.

Outro projeto, o PL nº 1.215/23, alterou a Lei nº 21.970, de 2016, que dispõe sobre proteção, identificação e controle populacional de cães e gatos, para inserir os canais de recebimento de denúncias nas campanhas educativas sobre maus-tratos contra animais promovidas pelo poder público.

Também aprovado, o PL nº 1.377/23 estabeleceu diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) no Estado. A proposta prevê a eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e nas comunicações para a inclusão e a acessibilidade das pessoas com TEA aos espaços, aos serviços e às atividades turísticas, entre outros pontos.

Com vistas a incentivar a vitivinicultura mineira, foi aprovado e transformado em lei o PL nº 1.946/24, que confere ao município de Andradas (Sul de Minas) o título de Capital Estadual do Vinho. Com história marcada pela imigração italiana, a cidade é referência no enoturismo de Minas Gerais.

A comissão também aprovou lei voltada às empresas de base tecnológica. O PL nº 342/23 alterou a Lei nº 23.793, de 2021, que dispõe sobre a adoção de medidas de estímulo ao desenvolvimento de *startups* no Estado. A proposta inclui, entre os objetivos da lei, alçar Minas Gerais como referência na criação e no desenvolvimento de *startups* voltadas para o desenvolvimento, a otimização e a sustentabilidade dos negócios relacionados a agricultura, pecuária e extrativismo. Para isso, o Estado poderá criar um fundo com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) para aporte em *startups*.

Direitos Humanos

Por meio da realização de 60 eventos e da apreciação de projetos de lei, a Comissão de Direitos Humanos atuou fortemente, em 2025, em defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como dos direitos políticos, buscando garantias para grupos sociais minoritários. Dessa forma, foram realizadas 39 audiências públicas, seis audiências de convidados, 14 visitas e um debate público.



Comissão de Direitos Humanos debateu o Projeto de Lei nº 1.161/2019, que Institui a Semana Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

O metrô de Belo Horizonte foi tema recorrente de atividades da comissão tanto sob a ótica dos impactos de obras na qualidade de vida de moradores das proximidades quanto da preservação do direito à mobilidade pela população.

Nesse sentido, a comissão teve como foco as obras da linha 2 do metrô que vai ligar os bairros Nova Suíça e Barreiro. O novo ramal terá pouco mais de dez quilômetros de extensão e sete novas estações.

Uma das principais questões que mobilizou a comissão foi a proposta de construção de uma via singela na linha 2, ou seja, uma única via de mão dupla a ser usada pelo veículo na ida e na volta, com cerca de dois quilômetros de extensão, entre as estações Ferrugem e Barreiro. O formato foi proposto para compatibilizar o transporte de cargas com o transporte de passageiros.

Em audiência pública no Barreiro, moradores manifestaram preocupação com a medida, que poderia gerar atrasos nos trajetos de passageiros e riscos à segurança, entre outros pontos.

A proposta de construção de via singela motivou visita da comissão à Secretaria de Estado e Infraestrutura e Mobilidade Urbana (Seinfra), na Cidade Administrativa. Junto com as lideranças do Barreiro, ela cobrou transparência e participação da comunidade no processo de implantação da linha 2 do metrô.

Dando continuidade à discussão, a Comissão de Direitos Humanos esteve na MRS Logística, no Barreiro. Na ocasião, o representante da empresa explicou que, por obrigações contratuais, a MRS deve ceder à concessionária Metrô BH uma faixa de 14,5 metros do pátio onde realiza atividades. Porém, o espaço não seria suficiente para a construção da linha dupla e da estação do metrô.

Essa proposta motivou também audiência de convidados na ALMG com representante da Seinfra, quando a comissão considerou que não foram apresentadas novas informações sobre a questão. Em audiência de convidados posterior, o secretário de Estado da Seinfra, Pedro Barros, na condição de convocado, anunciou linha dupla no trecho, atendendo demanda de moradores do Barreiro.

Impactos das obras da linha 2 no bairro Nova Cintra motivaram audiência pública na Assembleia e visita a esse bairro e também ao Nova Gameleira. Moradores relataram que as intervenções causaram problemas estruturais em suas casas e não houve indenização por parte do Metrô BH, concessionária responsável pelas obras.

Em outra visita, dessa vez à estação de metrô Novo Eldorado, em Contagem (RMBH), a comissão verificou o andamento de obras de extensão da linha 1 do metrô e condições de acessibilidade dos pedestres aos bairros vizinhos. Na ocasião, foram identificados os locais onde serão construídas duas passarelas: uma, de acesso aos bairros Novo Eldorado, São Pedro, Glória e Parque São João, e outra, de acesso ao bairro Água Branca.

Rodovias

Impactos da instalação de praças de pedágio em Belo Horizonte, Pedro Leopoldo e Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), também foram abordados pela comissão. A colocação desses postos foi uma previsão do programa de concessão do Lote Rodoviário nº 8 das Rodovias MG-10 e LMG-800.

Em visita técnica, a comissão percorreu quatro pontos para avaliar possíveis reflexos da medida como limitação de direitos a cidadãos que precisam transitar pela via. Um dos pontos visitados foi o Hospital Risoleta Neves, em Venda Nova. Dos mais de 2 mil trabalhadores da instituição, 98% seriam da RMBH.

Já em audiência pública, a situação da MG-050, no Sul e Centro-Oeste de Minas, entrou no radar da comissão. Representantes de municípios cortados pela rodovia cobraram melhorias na via e em estradas adjacentes. Eles relataram problemas como buracos, falta de manutenção e de acostamento, além de acidentes com mortes.

Também foi abordada em outra reunião a tarifa zero no transporte público. A presidente da comissão, deputada Bella Gonçalves (Psol), apresentou proposta de criação do Programa Metropolitano de Incentivo ao Uso do Transporte Público Coletivo, objeto de projeto de lei.

Educação, Ciência e Tecnologia

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em 2025 priorizou o seu trabalho de fiscalização e escuta da sociedade. Um dos projetos fiscalizados foi o Mãos Dadas, em diversos municípios mineiros. A iniciativa municipaliza todo o ensino fundamental, repassando as matrículas para os municípios.

A comissão realizou audiência pública sobre o projeto em Manhuaçu, Sericita, Raul Soares, as três na Zona da Mata, Diamantina (Região Central), Oliveira (Centro-Oeste) e Nepomuceno (Sul de Minas).

De modo geral, as comunidades escolares denunciaram falta de transparência no processo de municipalização. Também manifestaram preocupação com a possibilidade de demissão de trabalhadores da educação e impactos no orçamento dos municípios.

Conforme participantes da reunião, em Manhuaçu, a iniciativa em curso poderia envolver matrículas de dez escolas estaduais, seis delas localizadas em distritos. Já em Sericita, a municipalização atingiria a Escola Estadual Clélia Bernardes, que não conta com anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, abrangeria anos finais do referido ensino.

Em Raul Soares, por sua vez, o projeto seria negociado para sete escolas estaduais. Na audiência sobre o projeto em Diamantina, o prefeito da cidade, Geferson Burgarelli, afirmou que a cidade não vai aderir à iniciativa.

Já em Oliveira, possíveis irregularidades na adesão poderiam levar à anulação do projeto. Por fim, em Nepomuceno, a adesão ocorreu no fim de 2021, e a ideia agora seria desburocratizar os repasses do projeto por parte do governo do Estado.

Propag

A comissão também se dedicou a debater a situação de instituições educacionais cujos imóveis constam na lista dos aptos a serem transferidos à União como forma de abater parte da dívida de Minas, no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A transferência de diversos imóveis do Estado para a União consta no Projeto de Lei (PL) 3.733/25, do governador.



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia debateu a situação de instituições educacionais cujos imóveis constavam na lista dos aptos a serem transferidos à União como forma de abater parte da dívida de Minas Gerais.

Nesse sentido, a comissão realizou visita na Escola Estadual Governador Milton Campos, o Estadual Central, localizado no bairro de Lourdes, em Belo Horizonte, para realizar a escuta da comunidade e contribuir para a mobilização pela retirada do imóvel da lista.

O Centro Interescolar de Cultura, Arte, Linguagens e Tecnologias (Cicalt), localizado no Complexo Plug Minas, na Capital, também pautou audiência da comissão, tendo em vista que o imóvel também consta do referido projeto de lei. O Cicalt é a única escola técnica estadual com formação em artes. Os imóveis da Uemg e Unimontes também estavam na lista de imóveis para venda.

Outra audiência tratou do programa Juros por Educação, também inserido no Propag. Conforme sugestão do governo federal, a redução da taxa de juros sobre a dívida fica condicionada à expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio pelos estados. O governo do Estado não forneceu informações.

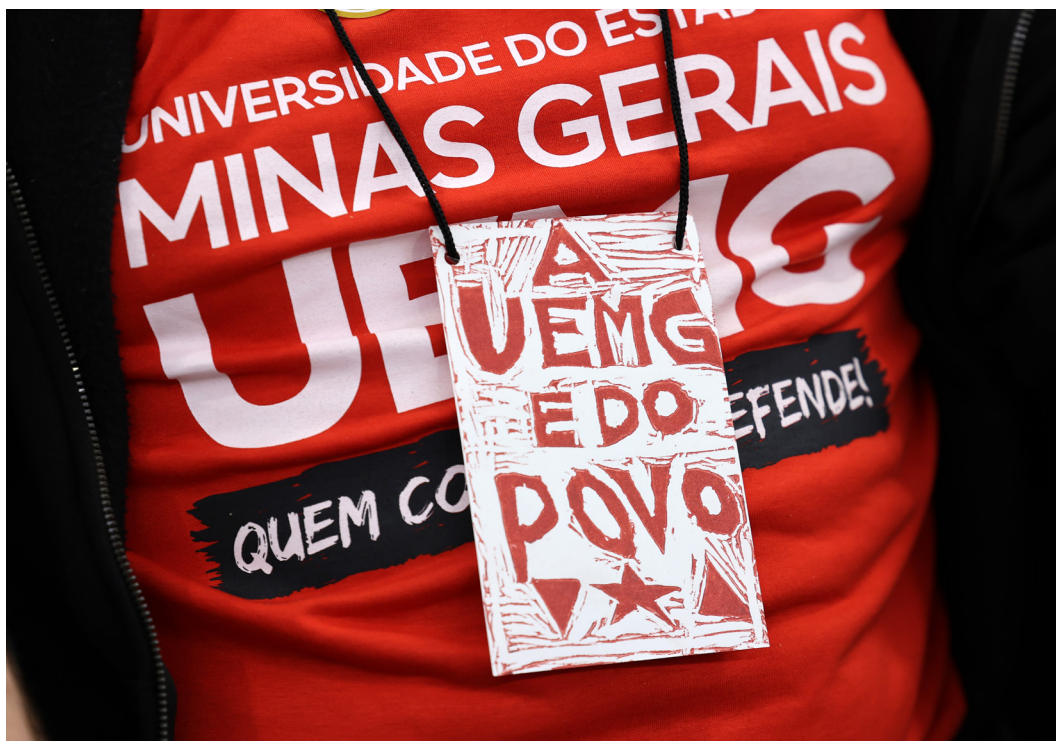
Ainda no contexto do Propag, a comissão realizou reunião para discutir o PL nº 3.738/25, do governador, o qual autoriza o Estado a transferir a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) para a União. Representantes da universidade criticaram a medida e defenderam o arquivamento do projeto.

Educação em centros socioeducativos

As condições de trabalho dos profissionais da educação da Escola Estadual Jovem Protagonista e a garantia de direitos dos alunos em cumprimento de medida socioeducativa foram outra pauta de destaque da comissão. A instituição atende jovens em conflito com a lei em cinco unidades socioeducativas.

Em audiência pública, trabalhadores da instituição denunciaram redução de profissionais e condições de trabalho inadequadas. Eles demandaram contratos de trabalho adequados à realidade e ao pagamento de adicional de periculosidade.

Como desdobramento da atividade, a comissão ainda visitou a instituição nos Centros Socioeducativos São Jerônimo, Santa Clara e Horto, na Capital, para fazer um diagnóstico das condições de atendimento aos alunos e de trabalho dos profissionais. Foram comuns queixas sobre insegurança na forma de contratação, materiais escolares de baixa qualidade e necessidade de adequação dos ambientes.



A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia debateu o Projeto de Lei que autorizava o Estado a transferir para a União a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) para fins de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Valorização de profissionais

Os temas discutidos de forma recorrente pela comissão são carreira, valorização dos profissionais da educação básica e nomeação de concursados. Nesse sentido, foram realizadas nove audiências públicas em 2025.

Em uma delas, a comissão cobrou do governo do Estado o cronograma de nomeações de candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 3/2023. Em outra, solicitou o cronograma de pagamento do reajuste retroativo do piso salarial profissional nacional do ano de 2016 devido a servidores aposentados.

Houve reuniões para tratar da situação dos auxiliares de serviços de educação básica (ASBs) da rede pública estadual, que recebem salário inferior ao mínimo nacional vigente, para lançar a campanha salarial de 2025 da categoria e para cobrar do governo o pagamento do reajuste do piso salarial nacional de 2025 para profissionais da educação básica.



Pagamento retroativo do reajuste do piso salarial dos servidores aposentados da educação básica foi destaque em audiência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

A situação de servidores públicos com salário inferior ao mínimo, em especial os da educação básica, voltou à discussão, assim como a nomeação de outros candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 3/2023 e o pagamento retroativo do reajuste do piso salarial de 2016 a aposentados.

A comissão também realizou audiência sobre servidores estaduais, cedidos para assumir cargos em escolas municipais, que enfrentam impasses burocráticos para regularizar sua situação.

Universidades públicas estaduais

A defesa do fortalecimento de universidades públicas estaduais também pautou a agenda da comissão em 2025. Nesse sentido, foi realizada uma audiência na qual foi defendida a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que garanta a autonomia financeira e patrimonial dessas instituições. A solução foi uma resposta à tentativa de federalização da Uemg, contida em proposta relativa ao Propag. A PEC foi protocolada no mesmo dia da audiência.

A possível ampliação do Programa das Escolas Cívico-Militares em Minas também esteve no radar da comissão. A iniciativa aumentaria essas escolas de nove para mais de 700. Em audiência sobre o assunto, a comunidade escolar se manifestou de forma contrária à medida.

A comissão se dedicou ainda às condições de trabalho e à situação funcional de profissionais da educação básica, lotados na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais.

Por meio de uma audiência e de uma visita, a comissão escutou os profissionais em relação a problemas como falta de estrutura adequada para o trabalho e ameaças de extinção de direitos. Eles cobraram a regularização de sua situação funcional na escola e o direito à carreira da educação básica do Estado.

Cannabis medicinal

Com o objetivo de contribuir para o avanço de políticas públicas referentes à *cannabis* medicinal e terapêutica em Minas, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizou audiência pública sobre o assunto.

A reunião abordou a relevância de pesquisas científicas sobre a *cannabis* medicinal nas universidades públicas, a atuação de associações mineiras de *cannabis* medicinal no acesso ao tratamento e a necessidade de regulamentação da matéria.

Normas de destaque

A ampliação da assistência estudantil no ensino superior, a valorização da educação escolar quilombola e a defesa de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA) também marcaram a atuação da comissão, que analisou projetos de lei sobre os temas, os quais se tornaram leis em 2025.

Uma delas é a Lei nº 25.436, que altera norma sobre políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado (a Lei nº 22.570, de 2017), com o objetivo de estender à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) a obrigatoriedade de implementação de políticas nesse sentido.



Proposta de garantia de autonomia financeira e patrimonial das universidades estaduais foi tema de debate na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei nº 25.283 dispõe sobre a educação escolar quilombola no Estado, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade de ensino. A norma define como princípios centrais o fortalecimento da memória coletiva, a valorização da cultura, das tradições e das línguas remanescentes, a afirmação da territorialidade e dos marcos civilizatórios quilombolas, além do combate ao racismo e à promoção da diversidade, da igualdade e dos direitos humanos.

No caso dos estudantes com deficiência ou TEA, destaca-se a Lei nº 25.514, que prevê, em caso de recusa de matrícula por escola particular, a formalização da negativa em documento assinado pelo responsável pelo estabelecimento.

A comissão também se dedicou à implementação de um plano de prevenção e enfrentamento da violência contra profissionais da educação. O assunto é contemplado pela Lei nº 25.563, que traz orientação sobre procedimentos de resposta a crises e encaminhamentos necessários para promover a segurança da vítima, protegê-la, avaliar sua saúde física, identificar danos psicológicos, fornecer intervenções apropriadas de acordo com avaliação individualizada e restabelecer o apoio social a esse grupo de profissionais.

Esporte, Lazer e Juventude

Os impactos das escolas cívico-militares na formação da juventude mineira estiveram entre os principais temas acompanhados pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude em 2025.

Audiências públicas realizadas nos municípios de Três Corações, no Sul de Minas, e Santos Dumont, na Zona da Mata, reuniram pais, alunos, professores e militares para avaliar os resultados do modelo adotado em escolas estaduais dessas cidades.



Audiências públicas em Três Corações e Santos Dumont discutiram a política de gestão compartilhada na educação.

Durante os debates, foram destacados avanços significativos na disciplina, no respeito aos professores e no ambiente escolar mais organizado e acolhedor. Segundo os participantes, esses fatores contribuem diretamente para a melhoria da qualidade do ensino, o maior aproveitamento do tempo em sala de aula e o melhor desempenho dos estudantes.

O modelo também foi apontado como um instrumento de fortalecimento de valores como responsabilidade, convivência social e compromisso com os estudos, refletindo positivamente no desenvolvimento pessoal e educacional dos jovens atendidos pelas escolas cívico-militares em Minas Gerais.

Mineirão

Em audiência pública, a comissão discutiu a relevância do Mineirão, que completou 60 anos em setembro de 2025. O estádio foi destacado como uma das principais arenas multiúso do País, sediando jogos, *shows* e grandes eventos.



Comissão de Esporte, Lazer e Juventude destacou a importância do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão), que completou 60 anos em 2025.

Também foi realizada uma visita técnica para avaliar as condições do gramado e a implementação de setor sem cadeiras, conforme previsto na Lei nº 25.479, de 2025. A norma amplia a possibilidade desse tipo de setor e inclui estádios administrados por meio de concessão.

Segundo a Minas Arena, a retirada das cadeiras não implica aumento automático da capacidade do estádio, que depende de critérios técnicos e de segurança. Sobre o gramado, especialistas apontaram desafios relacionados ao calendário intenso de jogos e às condições climáticas, destacando medidas como a troca do tipo de grama e o uso do *overseeding*.

Práticas esportivas

A comissão também debateu políticas públicas voltadas à valorização das artes marciais como instrumento de inclusão social e educacional. O lutador Lucas Kenner relatou como o esporte foi decisivo para a transformação de sua vida, ao mesmo tempo em que destacou a importância dos projetos sociais para o acesso de crianças e adolescentes às modalidades.

Em outra reunião, foi entregue voto de congratulações à jovem atleta de *jiu-jitsu* Júlia Barreto, de 8 anos, em reconhecimento às conquistas nacionais e internacionais.



Audiência pública abordou o Estádio do Mineirão como uma das principais arenas multiúso do País na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

Política de apoio à mulher no esporte

O incentivo à participação feminina no esporte também foi prioridade em 2025. Como resultado, foi sancionada a Lei nº 25.373, que institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo à Mulher no Esporte.

A legislação prevê medidas para garantir acesso igualitário às práticas esportivas, combater o assédio, ampliar a presença feminina em cargos técnicos e de gestão, incentivar a profissionalização e promover a equiparação das premiações em competições realizadas no Estado.

Fiscalização Financeira e Orçamentária

O ano teve início com a transformação do Projeto de Lei (PL) nº 2.238/24 na Lei nº 25.143, de 2025, que altera o financiamento da assistência à saúde prestada pelo Instituto dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg). A publicação da sanção, em janeiro, foi resultado dos esforços da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), que atuou para aprimorar a proposta, especialmente no que se refere aos valores pagos pelos segurados de menor renda.

Pautada pela busca de consenso, a comissão consolidou, em um único texto, as alterações referentes à continuidade da assistência à saúde aos servidores aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Também retirou do texto a autorização para a venda de imóveis do Ipsemg. Ainda sobre esse tema, promoveu melhorias no PL nº 3.664/25, que deu origem à Lei nº 25.385, de 2025, autorizando a abertura de crédito suplementar de até R\$ 584,9 milhões para o instituto.

Outro assunto que mobilizou a comissão resultou na Lei nº 25.525, de 2025, que institui a política de fomento à conectividade e à telefonia celular no Estado, com o objetivo de apoiar a expansão da conectividade, especialmente da telefonia celular. Fruto do PL nº 3.755/2025, a norma beneficia locais com acesso insuficiente e limitações de cobertura, como áreas rurais e comunidades quilombolas, bem como rodovias e ferrovias. Entre os instrumentos dessa política, destaca-se a concessão de incentivo fiscal de ICMS a empresas de telefonia e de outros setores que invistam em projetos de expansão da cobertura.

Também foram beneficiados com isenção de IPVA os veículos movidos exclusivamente a etanol. O benefício já era oferecido a veículos movidos a gás natural ou a energia elétrica. Essa ação é resultante do PL nº 999/2015, que deu origem à Lei nº 25.378, de 2025, a qual também estabelece, como condição para a isenção, o preço máximo de venda desses veículos, além de promover alteração em diversos dispositivos da legislação tributária do Estado para adequá-los ao teto de multas moratórias estabelecido em decisão do Supremo Tribunal Federal.

Já a Lei nº 25.298, de 2025, que originalmente autorizava a concessão de incentivo fiscal para o contribuinte do ICMS que investir no aparelhamento do sistema de segurança pública estadual, recebeu diversas contribuições dos deputados. Fruto do PL nº 778/2023, o texto final prevê autorização ao Poder Executivo para conceder incentivo fiscal de crédito presumido do ICMS. Esse valor deve ser equivalente ao valor investido pelo contribuinte no aparelhamento do sistema de segurança pública estadual, limitado, em cada período de apuração, a 5% do saldo devedor do imposto.

A comissão também contribuiu com leis relacionadas à isenção do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). A Lei nº 25.618, de 2025, isenta desse imposto as doações aos templos de qualquer culto e às instituições com atividades de organizações religiosas voltadas para ações de promoção e assistência social.

A outra legislação beneficiou vítimas do rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. A Lei nº 25.626, de 2025, isenta o crédito tributário sobre o ITCD, inclusive multas e juros, relativo à transmissão *causa mortis* de valores indenizatórios por dano-morte a vítimas do rompimento.

Atento ao impacto financeiro dos projetos, acompanhando a execução orçamentária do Estado e fiscalizando políticas públicas, o colegiado dedicou-se à tramitação de outras matérias. Algumas proposições se referiram a reajustes no pagamento de servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, os quais impactam diretamente o orçamento estadual.

A FFO também atuou em iniciativas de caráter social e de garantia de direitos, como apoio a pessoas com deficiência, com isenções tributárias. Os pareceres emitidos demonstram que a comissão não se limita a temas financeiros ou orçamentários no exercício de sua competência de fiscalizar os impactos financeiros de programas estaduais.

Outra atividade realizada pelo colegiado foi a visita técnica, seguida de audiência pública, em outubro, para verificar e debater as condições do trecho da MGC-452 entre Tupaciguara e Araporã, no Triângulo Mineiro. Durante o encontro, um diretor do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais (DER-MG) anunciou o repasse de R\$ 96 milhões para a recuperação da rodovia, estratégica para a recuperação da rodovia, estratégica para o agronegócio.



Visita técnica da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, no Triângulo Mineiro, quando do anúncio de R\$ 96 milhões para recuperação da MGC-452, feito pelo DER-MG.

Refinanciamento da dívida

A adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi o principal foco dos esforços da comissão (capítulo especial neste relatório é dedicado ao assunto). No total, começaram a tramitar na Assembleia 14 proposições para viabilizar a quitação da dívida de mais de R\$ 180 bilhões de Minas com a União.

O Propag propõe o refinanciamento com prazo de 30 anos e a possibilidade de amortização do saldo devedor mediante o repasse à União de ativos como imóveis, participações societárias em empresas estatais e direitos creditórios. Protagonista na elaboração e implementação do programa, a ALMG tem se dedicado, no âmbito institucional, a equacionar as finanças do Estado.

Teve repercussão a proposta de vincular as condições de renegociação da dívida estadual à expansão da educação profissional técnica no Estado – iniciativa conhecida como Juros por Educação. A comissão solicitou ao Executivo a apresentação de um plano de aplicação dos recursos destinados à educação profissional técnica de nível médio para que Minas Gerais pudesse aderir à modalidade de redução de juros da dívida.

Outra matéria relevante trata da reestruturação do saneamento básico no Estado. O conjunto original de propostas foi desmembrado em dois projetos: o PL nº 3.739/25, voltado à regionalização do saneamento, e o PL nº 4.552/25, com o objetivo de reorganizar a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado (Arsae-MG).

O PL nº 3.739/25 ainda prevê a criação do Fundo Estadual de Saneamento Básico (Funesb) como mecanismo para financiar a expansão dos serviços, garantir a modicidade tarifária e universalizar o saneamento, especialmente em áreas vulneráveis e de baixa renda.

Tema em foco

No âmbito do programa Assembleia Fiscaliza, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária teve como tema em foco, no biênio 2025-2026, a “Renegociação da dívida do Estado com a União”. Entre as atividades de monitoramento intensivo realizadas pelo Parlamento mineiro, uma reunião extraordinária foi promovida em maio e outra, em agosto.

A primeira teve como finalidade a apresentação, pelo Poder Executivo, de todos os projetos para a adesão ao Propag. Além do vice-governador Mateus Simões, secretários de Estado estiveram presentes na Assembleia para responder aos questionamentos dos deputados, em uma interação que contribuiu para viabilizar a construção democrática. O debate chegou à ALMG menos de um mês depois da regulamentação do programa pelo Ministério da Fazenda, sinalizando o esforço político para garantir a agilidade do processo.

No segundo encontro, a equipe do governo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2024 e ao primeiro quadrimestre de 2025, uma exigência constitucional. Conforme os dados apresentados, embora a dívida consolidada de Minas com a União tenha alcançado o patamar de R\$ 161,3 bilhões, o comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com o pagamento do saldo devedor atingiu o menor índice nos últimos anos: 151,2%. Para fins de comparação, em 2019, esse percentual chegou a 191,5%, quando o valor da dívida foi de R\$ 122,7 bilhões e a receita foi de R\$ 64,1 bilhões.

Com a saída do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a adesão ao Propag, as expectativas manifestadas pela equipe técnica durante a audiência foram positivas. Assim como ocorre desde 2019, havia a projeção de que, nos investimentos em saúde e educação, fossem alcançados os mínimos constitucionais de 12% e 25%, respectivamente.



Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária ouviu a apresentação, pelo Poder Executivo, dos projetos para adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Audiências do PPAG

A FFO realizou também duas audiências públicas para debater questões referentes à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 para o exercício de 2026. A primeira, em reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, ocorreu em outubro, e a segunda, em novembro.

O orçamento previsto na revisão do PPAG para 2026 é de R\$ 158,2 bilhões, contra R\$ 142,9 bilhões estimados na revisão para 2025. A região de Belo Horizonte concentrará o maior volume dos investimentos (28,5%), com previsão de R\$ 45 bilhões.

Durante a discussão da revisão do PPAG, a Comissão de Participação Popular promoveu o debate e percorreu o interior de Minas reunindo as propostas da sociedade. Destacam-se demandas relacionadas à realização de eventos culturais; ao apoio à agricultura familiar; ao fortalecimento dos direitos das mulheres e ao combate à violência doméstica; à melhoria do acesso à água em diversos municípios; à regularização fundiária; e ao apoio e à promoção do artesanato mineiro.



Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e Comissão de Participação Popular debateram a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 para o exercício de 2026.

LDO e LOA

Em julho, foi aprovado no Plenário o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contém as metas e as prioridades da administração pública estadual e as orientações para a elaboração do orçamento de 2026. A projeção foi de uma receita anual de R\$ 141,29 bilhões e uma despesa de R\$ 143,6 bilhões, resultando no déficit de R\$ 2,3 bilhões.

Em dezembro, antes do encerramento dos trabalhos legislativos, a Assembleia aprovou o projeto que contém a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026. São estimadas receitas de R\$ 141,75 bilhões e despesas de R\$ 146,97 bilhões, com previsão de déficit fiscal de R\$ 5,2 bilhões, ou seja, superior ao previsto originalmente pela LDO.

No entanto, em relação a 2025, 2026 deve ter uma redução de 39,3% do déficit. A principal fonte de arrecadação continua sendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deve avançar 10,3%, chegando a R\$ 93,4 bilhões em 2026. A rubrica de “outras receitas de capital” terá um incremento de 20,1%, devido ao aumento de R\$ 332 milhões nos recursos do acordo judicial do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Os recursos das emendas populares representam atualmente cerca de 0,02% do orçamento do Estado para 2026. São R\$ 25 milhões de um total de R\$ 146,97 bilhões do orçamento, considerando-se o governo e suas autarquias.

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Entre os projetos de lei (PLs) que tramitaram pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é possível destacar três que mais repercutiram na sociedade. O PL nº 1.858/23, transformado na Lei nº 25.625, de 2025, sancionada em dezembro, trata do controle populacional e do manejo sustentável do javali-europeu (*Sus scrofa*) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento, no âmbito do Estado.

Aprovado em definitivo pelo Plenário da ALMG no dia 10 de dezembro, em cumprimento ao Novo Marco Legal do Saneamento, o PL nº 3.739/25 institui as unidades regionais de saneamento básico em Minas Gerais. O texto agrupa os municípios do Estado em 22 unidades regionais para a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, bem como em 26 unidades regionais de resíduos sólidos.

Também cria o Fundo Estadual de Saneamento Básico (Funesb-MG), que tem como finalidade promover a modicidade tarifária no setor, bem como captar recursos e financiar programas, projetos e ações voltados para a universalização e o aprimoramento dos serviços de saneamento básico no Estado.

No dia 11 de dezembro, o Plenário da ALMG aprovou, em 2º turno, o PL nº 4.331/25, que institui a Política Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas. O texto aprovado estabelece princípios, diretrizes e objetivos a serem seguidos na implementação de ações de mapeamento e monitoramento, entre outras. Contribuir para a prevenção de enchentes e deslizamentos, bem como fomentar o desenvolvimento de técnicas de restauração ecológica e de recuperação econômica sustentável de áreas produtivas, são algumas metas.

O projeto prevê, ainda, a adoção de instrumentos voltados à proteção dos ativos ambientais e de ferrementas destinadas a corrigir desvios que, como consequência, podem causar destruição das áreas naturais. Estão listados o cadastro ambiental, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, o inventário anual de resíduos, rejeitos e estéreis de mineração e a destinação desses materiais.

Impactos socioeconômicos da mineração

A atenção aos impactos causados por atividades empresariais pautou audiências públicas promovidas pela comissão desde março. A primeira reuniu ambientalistas que cobraram a regulamentação de pilhas de rejeitos da mineração no Estado. Durante o encontro, participantes defenderam a aprovação do PL nº 2.519/24, que dispõe sobre ações de segurança e fiscalização para pilhas de disposição de rejeitos e estéril de mineração no Estado. O PL segue em tramitação.



Projeto de Lei nº 2.519/2024, que dispõe sobre segurança e fiscalização de rejeitos e resíduos industriais de mineração no Estado é destaque em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Após verificar as condições de degradação ambiental da Lagoa da Petrobras durante visita técnica realizada em 20 de março, a Comissão de Meio Ambiente realizou audiência para reivindicar soluções efetivas para o reservatório, situado na divisa dos municípios de Ibitaré, Sarzedo e Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Encaminhamentos foram feitos ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Minas Gerais, que estão trabalhando em conjunto com a Comissão.



Os impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária na região das Comunidades Curtume e Samambaia, em Itaiaiçu, são apresentados em visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

No dia 28 de março, foi promovida audiência pública para discutir os riscos causados pela construção de 32 km de ferrovia, cujo traçado deverá interceptar os municípios de Itaúna, Igarapé, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas, podendo impactar nascentes, cursos d'água, áreas produtivas e até uma unidade hospitalar. O empreendimento Ramal Serra Azul, do grupo Cedro Participações, tem por finalidade o transporte de minério de ferro, garantindo o escoamento pelo Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Entre maio e junho, a comissão fez visita técnica aos locais afetados para averiguar o possível comprometimento de 78 córregos e de unidades de conservação na região com a instalação dos trilhos do trem.

O projeto Minas-Rio, da Anglo American, foi tema de debate no encontro realizado em 7 de abril na Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro. Deslocamentos forçados, ruídos, vibrações e poeira de explosões diárias, falta de água e pânico provocado por sirenes acionadas por engano foram alguns problemas apontados por moradores presentes na reunião.

A população de Congonhas, na Região Central do Estado, teve a oportunidade de se manifestar contra a expansão de uma pilha de estéril da CSN Mineração no município. Na audiência do dia 19 de maio, a ampliação da pilha de estéril do Batateiro, necessária para garantir a continuidade da produção da mina Casa de Pedra, recebeu críticas pelos riscos de poluição do ar, destruição de nascentes e instabilidade do solo.

O dia 30 de maio foi destinado à discussão sobre os impactos socioambientais das obras de descomissionamento e descaracterização do Sistema Pontal, da mineradora Vale, em Itabira, na Região Central do Estado. Participantes da reunião reivindicaram a continuidade da assessoria técnica independente aos atingidos (ATI) e a designação de perícia técnica pela Justiça para mapeamento de danos. Em visita técnica ao município, no dia 15 de setembro, os itabiranos se queixaram da falta de água, de trincas nos imóveis e de terem sido retirados de suas casas, entre outros danos que atribuem à mineradora Vale.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou visita técnica à obra da nova captação de água do Rio Paraopeba, no município de Brumadinho, e fez uma visita à comunidade rural de Ponte das Almorreimas.

A infraestrutura para escoamento de minério no Sistema Paraopeba foi tema de audiência em 6 de agosto. No centro da discussão esteve o PL nº 3.402/25, que estabelece diretrizes e restrições para o licenciamento ambiental de projetos dutoviários. Após receber emendas durante a apreciação em 1º turno pelo Plenário, a proposição retornou à comissão, que aprovou parecer pela rejeição das emendas. O PL segue em tramitação.

Durante visita técnica a Piauí Poço Dantas, em Itinga, no dia 12 de setembro, a comissão constatou que 68 famílias tiveram sua rotina alterada quando, há três anos, a Sigma Lithium decidiu avançar com a atividade minerária. Moradores relataram sofrimentos físicos e emocionais.

No fim de setembro, a comissão realizou visita técnica e audiência pública para averiguar e discutir a situação do bairro Pires, em Congonhas. Moradores alertaram que, se a expansão das atividades da empresa Ferro+ fosse aprovada, a área de mineração ficaria a apenas 150 metros das casas dos moradores do bairro, criado há mais de 200 anos. Gestores da Ferro+ disseram, em audiência, buscar diálogo com a população.

Ao percorrer o trecho da Serra do Curral entre Belo Horizonte e Sabará, em 30 de outubro, a comissão deparou-se com pilhas de entulho e cavas resultantes de atividades minerárias. A área foi pela mineração ilegal empreendida pela empresa Gute Sicht, alvo da Operação Rejeito da Polícia Federal. Até a suspensão das atividades, em 2023, segundo relatos registrados pela equipe técnica, moradores foram obrigados a conviver com explosões, poeira de minério e a presença constante de caminhões pesados da mineradora.

Autoridades e ambientalistas criticaram a exploração de terras raras no Sul de Minas durante audiência pública em 18 de novembro. Na pauta da reunião estavam projetos de mineração no planalto vulcânico de Poços de Caldas. Participantes expressaram receio com o interesse demonstrado pelas mineradoras australianas Meteoric e Viridis no grupo de 17 elementos químicos utilizados em tecnologias de transição energética e na indústria militar. Eles são considerados raros pela dificuldade de extração, na forma pura, dos minerais em que se acumulam.

Unidades de conservação

Preocupada com o risco de redução da Área de Preservação Ambiental (APA) Chapada do Lagoão, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, a comissão realizou visita técnica ao local em 11 de setembro. Durante a atividade, houve tentativa de impedir o trabalho de fiscalização dos representantes do Legislativo.

Com 24,2 mil hectares (ha), a APA foi criada pela Lei Municipal nº 89, de 2007, após quase três décadas de tensão entre plantadores de eucalipto e comunidades. No processo de aprovação da legislação, foram cadastradas 139 nascentes e 399 famílias no território. Porém, desde maio de 2025, lideranças políticas locais têm se mobilizado para reduzir a área para 10,7 mil ha, retirando 55,3% de seu tamanho original.

A fim de proteger o ecossistema, o PL nº 3.331/25 pretende instituir a APA no âmbito estadual. Em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, teve diligências cumpridas em abril. O PL segue em tramitação.

Quanto ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, convidados da audiência pública de 21 de março ressaltaram os impactos da mineração na região. De acordo com eles, há risco de rebaixamento do lençol freático, uma vez que está prevista nova cava, com 80% de sua área nos limites daquela APA.



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateu as ameaças à preservação do Parque Nacional da Serra do Gandarela.

Também em relação às áreas de proteção ambiental, a comissão comemorou, em julho, a transformação do PL nº 1.841/23 na Lei nº 25.366, de 2025, que, por sua vez, altera a Lei nº 22.428, de 2016, que cria a APA Parque Fernão Dias. Com a mudança, o local passou a se chamar Parque Cataguás, em referência aos povos que originalmente viviam na região e foram dizimados pela ação dos bandeirantes. A proposta de mudança de nome foi apresentada por estudantes do Colégio Santo Agostinho de Contagem, e o debate contou com audiências públicas e visita técnica.

Em duas ocasiões, em 10 de julho e 31 de outubro, autoridades de São João del-Rei, na Região Central do Estado, e especialistas apresentaram dados para salientar a riqueza histórica, cultural e ambiental da Serra do Lenheiro, justificando, assim, a aprovação do PL nº 2.080/24, que cria uma unidade de conservação para preservá-la. As duas audiências ajudaram a cumprir etapas para o avanço na tramitação do texto, que, em junho, foi recebido pela comissão.

Ainda no âmbito das ações para estabelecer unidades de conservação, em reunião na noite de 13 de outubro, cerca de cem pessoas apoiaram a criação do Monumento Natural Serra dos Pires, em Congonhas. Com essa finalidade, o PL nº 1.367/23 foi recebido na comissão em março, após receber parecer pela legalidade na CCJ. Durante visita técnica seguida de audiência, foram reunidas informações locais para subsidiar a proposição.

Carreira do Sisema, normas de licenciamento e regionalização do saneamento

Sem plano de carreira nem recomposição salarial, trabalhadores do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) apresentaram, em audiência pública realizada em 29 de maio, a situação de desvalorização

dos servidores. Os servidores demandaram novos concursos públicos e declararam a possibilidade de greve. A paralisação ocorreu e foi encerrada com a aprovação do PL nº 4.486/25, transformado na Lei nº 25.626, de 2025, em dezembro, na qual parte das reivindicações foi atendida.

Já a mudança no licenciamento ambiental de atividades rurais foi alvo de críticas durante reunião realizada em 16 de setembro. Ativistas e servidores do Sisema apontaram riscos de comprometimento da preservação ambiental por causa da Deliberação Normativa (DN) 258, publicada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em julho.

Por fim, em novembro, duas audiências foram realizadas para debater o PL nº 3.739/25, que trata da regionalização do saneamento básico e foi aprovado em caráter definitivo pelo Plenário em 10 de dezembro. A proposição integra o pacote de medidas para adesão de Minas Gerais ao Propag. Participando da primeira discussão, representantes do Poder Executivo afirmaram que a nova organização do saneamento foi elaborada com os objetivos de garantir a sustentabilidade econômico-financeira e buscar a universalização dos serviços prestados, entre outros.

Porém, conforme sindicalistas, servidores e parlamentares da oposição, a constituição dos blocos regionais planejada pelo governo para o saneamento básico reflete o interesse da iniciativa privada em assumir os serviços em municípios superavitários, diante da possível privatização da Copasa, entre outros pontos questionados.

Em 27 de novembro, o assunto foi retomado. Persistiram dúvidas sobre a viabilidade da operação nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, sobre a falta de estudos prévios e sobre a atuação futura da Agência Reguladora de Saneamento e Energia (Arsae-MG). No entanto, representantes do governo defenderam a aprovação da proposição, que seria essencial para adequar o Estado ao Marco Legal do Saneamento.

Minas e Energia

Durante o ano, dois projetos de lei (PLs) que tramitaram pela Comissão de Minas e Energia foram transformados em lei. Uma delas foi a Lei nº 25.538, oriunda do PL nº 3.311/16, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 20.849, de 2013, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Solar.

A finalidade é conceder preferência aos sistemas de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica fotovoltaica no atendimento, por parte dos órgãos públicos estaduais, e no acesso a benefícios. Além disso, objetiva-se formalizar convênios para financiar o desenvolvimento de sistemas inteligentes de armazenamento de energia solar, com foco na redução dos riscos de gerenciamento de fluxos de energia e no dimensionamento de sistemas fotovoltaicos não conectados à rede distribuidora, ou *off-grid*.

Já a Lei nº 25.628, que teve origem no PL nº 1.877/23, confere ao Norte de Minas o título de Terra do Sol e reconhece como de relevante interesse econômico do Estado a geração de energia solar fotovoltaica nessa região. O reconhecimento teve por objetivo fortalecer a economia regional e promover o desenvolvimento da cadeia produtiva da energia solar fotovoltaica no território mineiro.

Entre as audiências públicas promovidas, quatro tiveram como finalidade debater atividades ligadas à mineração. Em 5 de maio, foram analisados os benefícios socioeconômicos proporcionados pela atuação da mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro (Região Central do Estado). Participantes do encontro destacaram vantagens como geração de empregos e renda,

bem como os impactos positivos na arrecadação de impostos para o município e o Estado. Apesar disso, os Poderes Executivo e Legislativo municipais pediram mais contrapartidas da empresa.



Audiência debateu os impactos socioeconômicos da atuação da Anglo American em Conceição do Mato Dentro.

No dia 30 de maio, prefeitos e moradores de Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas, no Norte do Estado, mobilizaram-se contra a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tamanduá-Poções e do Parque Nacional do Peixe Bravo. Em suas críticas, afirmaram que a demarcação da unidade impediria o desenvolvimento da região e engessaria atividades econômicas. Em nova reunião, no dia 30 de outubro, voltaram a protestar contra a análise técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



Comissão de Minas e Energia debateu a proposta de criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) no município de Riacho dos Machados.

Diretores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) abordaram os projetos da CSN Mineração em Congonhas (Região Central do Estado), relacionados à Mina Casa de Pedra, a mais antiga em operação no Brasil. Eles participaram de audiência pública em 24 de junho. Em resposta aos receios manifestados por ambientalistas, representantes da CSN afirmaram que os dois projetos em questão (Lavra do Esmeril e Pilha do Batateiro 4) não implicariam expansão, mas, sim, manutenção da atual produção da mina.



Proposta de implantação de uma pilha de rejeitos na Serra do Esmeril, em Congonhas, foi debatida na Comissão de Minas e Energia.

Melhorias dos 13 quilômetros não pavimentados da MG-326, entre o distrito de Fonseca, em Alvinópolis, e Catas Altas, na Região Central do Estado, foram as principais demandas apresentadas na audiência realizada em 2 de setembro. A comunidade descreveu que a poeira e a lama prejudicam trabalhadores, pois caminhões de mineradoras e ônibus com seus funcionários circulam diariamente pela estrada de terra. Os moradores relataram que as péssimas condições da via prejudicam o acesso a serviços de saúde e educação e atrapalham o comércio local. O Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) concordou em dividir o projeto de asfaltamento entre as duas cidades e priorizar o trecho discutido.

Macaúba, Cemig Agro, RDS e energia fotovoltaica

A possibilidade de utilizar macaúba para revolucionar a produção de combustível sustentável de aviação foi defendida durante audiência pública em 12 de maio. A planta, típica do semiárido e do cerrado, produz de sete a dez vezes mais óleo para biocombustível por hectare do que a soja, com a vantagem de esse biodiesel poder ser usado amplamente na aviação. Nesse sentido, participantes da reunião comemoraram a instalação de um centro de tecnologia e inovação do agronegócio na região de Montes Claros (Norte de Minas).

Em audiência conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria, no dia 9 de setembro, foi salientada a necessidade de expansão do programa Cemig Agro, lançado em 2024, com o objetivo de

melhorar o fornecimento de energia elétrica para o produtor rural. Afora o reconhecimento quase unânime do empenho da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em aprimorar a assistência ao setor, ficou patente a necessidade de aprimorar processos, especialmente quanto à ligação de usinas fotovoltaicas.

Também em conjunto com a Comissão de Agropecuária, a Comissão de Minas e Energia promoveu um encontro para debater a importância da implantação de usinas destinadas à microgeração e à minigeração de energia fotovoltaica. Durante a audiência, especialistas ressaltaram que a produção de energia solar pode impulsionar a agricultura familiar. Redução de custos, valorização dos imóveis, desenvolvimento econômico e a possibilidade de permanência no campo foram mencionados no rol de benefícios da energia limpa.

Participação Popular

Assumindo seu papel de aproximar a população dos debates e processos do Poder Legislativo mineiro, a Comissão de Participação Popular realizou diversas audiências ao longo de 2025, abordando temas como infraestrutura rodoviária, meio ambiente, saneamento básico e acesso à água e à energia elétrica. Também foram realizados encontros participativos para a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 referente a 2026.

Infraestrutura rodoviária

Em fevereiro, a comissão realizou amplo debate sobre a concessão dos trechos das rodovias BR-356, MG-262 e MG-129, incluindo-se a proposta de construção de um anel viário no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto (Região Central do Estado). A audiência foi marcada pela cobrança de transparência no projeto, com moradores e empresários questionando a falta de informações claras sobre os impactos no tráfego, no comércio local e na segurança dos moradores das regiões afetadas.

A situação das rodovias no Sul de Minas foi tema de audiência em julho, na qual vereadores denunciaram a falta de manutenção, a sinalização deficiente, a presença de buracos e a ausência de acostamento nas vias. Representantes do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informaram sobre os projetos em andamento para as rodovias, enquanto lideranças enfatizaram a importância de investimentos para garantir segurança viária e impulsionar o progresso da região.

A comissão promoveu, em outubro, um encontro no município de Jequitinhonha (Vale do Jequitinhonha) para tratar da revitalização da BR-367, atendendo a anos de reclamações da população, que havia fechado trechos da rodovia em protesto por melhorias. Na ocasião, o superintendente regional do Dnit anunciou um novo contrato de obras, com investimentos iniciais garantidos para pavimentação, recapeamento e manutenção, além de destacar a importância de recursos federais para fases subsequentes do projeto.

A Comissão de Participação Popular, em conjunto com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, mediu, ainda em novembro, uma reunião em que moradores da Zona da Mata debateram com o DER-MG o projeto de pavimentação da estrada entre Caputira e Raul Soares. Os participantes ressaltaram a necessidade de garantir recursos para as obras, destacando a relevância do asfaltamento para o desenvolvimento regional.



Um dos temas discutidos pela comissão de Participação Popular foi o andamento do projeto de pavimentação, recapeamento e manutenção da BR-367.

Energia elétrica

Em audiência pública promovida pela comissão em abril, deputados, sindicalistas e técnicos questionaram a venda, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), de três usinas e de uma pequena central hidrelétrica, em fevereiro, sem a realização de consulta pública e sem a ratificação da ALMG, como exige a Constituição do Estado.

O lote foi arrematado por R\$ 52 milhões e ainda depende de aprovações federais, mas parlamentares e convidados defenderam que a alienação desses ativos estratégicos pode ser legalmente contestada, diante do descumprimento constitucional e do que consideraram dilapidação do patrimônio da estatal. Representantes da Cemig alegaram que a medida faz parte de um processo de desinvestimento planejado e visa manter a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Fiscalização e patrimônio ambiental

Em 2025, a Comissão de Participação Popular intensificou sua atuação em audiências públicas voltadas à fiscalização e à proteção do meio ambiente, em resposta a demandas e preocupações de cidadãos e comunidades afetadas por políticas e práticas ambientais. No Norte de Minas, uma audiência em Montalvânia reuniu mais de 500 agricultores assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para denunciar a aplicação de multas ambientais consideradas indevidas e desproporcionais.

Na ocasião, a comissão enfatizou a necessidade de revisão dessas penalidades e de mudanças na legislação, além de sugerir mecanismos de negociação e composição judicial para resolver os conflitos gerados entre agricultores e órgãos ambientais.

O assunto continuou repercutindo em outra audiência realizada em junho, sobre o uso de instâncias de mediação para dirimir conflitos ambientais entre produtores rurais e órgãos do Estado, em especial no contexto das multas aplicadas no Norte de Minas. Especialistas e mediadores apresentaram experiências e métodos para facilitar o diálogo, buscar consensos e promover soluções mais equilibradas, sem recorrer diretamente à judicialização.

Ainda na área ambiental, em abril, em Mateus Leme (Região Metropolitana de Belo Horizonte), a comissão promoveu debate sobre a ameaça à Serra do Elefante, área de grande diversidade biológica e importante patrimônio natural, por conta de empreendimentos imobiliários e alterações legais que colocam em risco a zona de amortecimento da unidade de conservação.



Comissão de Participação Popular debateu a relevância da Serra do Elefante, em Mateus Leme, e o risco gerado pela especulação imobiliária pelas atividades irregulares na região.

Moradores, ambientalistas e instituições alertaram para os possíveis impactos negativos sobre a fauna, a flora, os recursos hídricos e o uso sustentável do território e reivindicaram ações para garantir a preservação do ecossistema.

Saneamento básico

A Comissão de Participação Popular promoveu, em maio, uma audiência pública sobre o projeto “Águas do Vale”, que visa implantar uma parceria público-privada (PPP) para universalizar o saneamento básico em 92 municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Representantes de municípios e parlamentares criticaram a proposta. Eles reclamaram da falta de informações e relataram problemas no atendimento prestado pela Copanor (subsidiária da Copasa), como baixa cobertura de redes de esgoto, água de má qualidade e prejuízos ambientais e à saúde. Os participantes da audiência defenderam a participação da população na construção da proposta de substituição do modelo atual.

Em outra audiência, em setembro, moradores do bairro Industrial, em Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), relataram à comissão o despejo de esgoto sem tratamento no Córrego Manoel Moreira, com consequências como mau cheiro, proliferação de vetores de doenças e impactos ambientais.

Representantes da Copasa e da gestão municipal assumiram compromissos para avançar em estudos e obras de saneamento para 2026, destacando a importância da mobilização popular e da participação comunitária no acompanhamento das ações de infraestrutura.

Esporte e lazer

Em maio, a comissão discutiu a retirada de cadeiras em setores específicos do Estádio Mineirão, medida apoiada por torcedores e representantes de clubes por ampliar a capacidade, reduzir custos de ingressos e favorecer a cultura das arquibancadas populares, conhecidas como “geral”. Os participantes também defenderam que a mudança fosse acompanhada de regras de segurança, manutenção da acessibilidade e diálogo permanente com as torcidas organizadas e os gestores do estádio.

Em setembro, foi publicada a Lei nº 25.479, que retirou o limite anteriormente imposto para a criação de setores sem cadeiras nos estádios mineiros, permitindo que arenas como o Mineirão ampliem a “geral”, conforme critérios técnicos e de segurança. A nova legislação atende a reivindicações debatidas na comissão e abre espaço para modelos de ocupação mais flexíveis, alinhados às demandas de torcedores e às práticas adotadas em estádios modernos.



Foi debatida na Comissão de Participação Popular a possibilidade de haver, no Estádio do Mineirão, um setor sem cadeiras, para que os torcedores possam assistir aos jogos em pé, como acontecia antigamente.

Segurança alimentar e nutricional

Uma audiência pública realizada em agosto debateu os impactos do uso de agrotóxicos e das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e a saúde da população. A reunião enfatizou os riscos ambientais e sanitários associados ao uso de pesticidas químicos, o incentivo à agroecologia como

alternativa sustentável e a urgência na recomposição de instâncias como o Grupo Executivo Permanente (GEP) de redução de agrotóxicos em Minas Gerais.

As discussões também apontaram desigualdades na alocação de recursos e no apoio do poder público à agricultura familiar e ao agronegócio, além de ressaltarem a importância de fortalecer políticas públicas para ampliar ações em favor de alimentos mais saudáveis e do acesso seguro à alimentação.

Em setembro, a comissão voltou a tratar da temática, em audiência pública sobre a insegurança alimentar e nutricional no Estado. Parlamentares, gestores públicos e representantes debateram a necessidade de fortalecer políticas públicas e ampliar recursos orçamentários para o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea-MG). Os participantes ressaltaram que a insuficiência de verbas e o baixo nível de apoio do governo do Estado limitam a efetividade das estratégias de combate à fome e à insegurança nutricional.

Como encaminhamento, a comissão se comprometeu a cobrar do governo a publicação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais, elaborado durante a sexta conferência estadual sobre o tema.



Comissão de Participação Popular debateu a defesa da agroecologia e do fortalecimento de políticas públicas para alimentos saudáveis.

Justiça restaurativa

A comissão se reuniu novamente em dezembro, dessa vez, para debater o tema da justiça restaurativa, uma abordagem que prioriza o diálogo, a escuta humanizada e a reparação de danos entre vítimas e ofensores como alternativa ou complemento ao sistema punitivo tradicional.

Magistrados, pesquisadores, representantes de entidades sociais e parlamentares defenderam a criação de uma legislação estadual específica e que consolide diretrizes, garanta recursos e fortaleça programas já existentes. O objetivo é permitir que práticas restaurativas sejam aplicadas de forma estruturada em escolas, comunidades e no sistema de justiça, especialmente na prevenção de conflitos e na redução da violência.

Os expositores destacaram experiências bem-sucedidas em municípios mineiros e apontaram que a ausência de um marco normativo estadual dificulta a expansão das iniciativas. Também ressaltaram a necessidade de formação continuada, articulação interinstitucional e políticas permanentes, enfatizando que a justiça restaurativa deve ser entendida como política pública, e não apenas como projetos isolados.

Discussão participativa do PPAG

A discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027, conduzida pela Comissão de Participação Popular, permitiu que cidadãos, movimentos sociais, conselhos, universidades e organizações da sociedade civil apresentassem propostas e avaliassem prioridades para o planejamento de médio prazo do Estado, estruturado por meio de programas e ações que orientam políticas públicas ao longo de quatro anos.



Comissão de Participação Popular conduziu a revisão participativa do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2026.

Para o ano de 2026, o PPAG prevê 181 programas governamentais, responsáveis por 993 ações, mobilizando recursos da ordem de R\$ 158,2 bilhões. A novidade é a criação de quatro novos programas, voltados para a modernização institucional, a melhoria da Defesa Civil, o financiamento de micro e pequenas empresas e a promoção de concessões e parcerias com a iniciativa privada.

O processo de discussão participativa do plano resultou em 573 sugestões de iniciativa popular para o PPAG. Desse total, 506 foram construídas em encontros presenciais realizados em Montes Claros (Norte de Minas), Itaobim (Vale do Jequitinhonha), Coronel Fabriciano (Vale do Aço) e Natalândia (Noroeste de Minas), além de em quatro reuniões de grupos de trabalho na Capital. Outras 67 sugestões são resultado da consulta pública *on-line* realizada no Portal da Assembleia.

As demandas apresentadas pela população nos encontros de discussão do PPAG refletem a diversidade de prioridades regionais e setoriais de Minas Gerais. As propostas se concentram em áreas como agricultura familiar, cultura e turismo, desenvolvimento social, segurança pública, meio ambiente e infraestrutura, indicando a busca por políticas públicas capazes de fortalecer economias locais, ampliar direitos e melhorar a qualidade de vida.

Entre os exemplos estão pedidos de aquisição de máquinas e *kits* de irrigação para pequenos produtores, apoio a cadeias produtivas rurais, realização de festivais culturais e sinalização turística, ações de proteção social e direitos humanos, investimentos em esportes e lazer, reforço da segurança com viaturas e programas preventivos, além de iniciativas ambientais como recuperação de nascentes, combate a incêndios florestais e ampliação do acesso à água. Também aparecem demandas por regularização fundiária, apoio ao artesanato e melhorias na malha rodoviária mineira.

Essas contribuições da sociedade civil foram analisadas e aglutinadas pelo corpo técnico da ALMG, sendo então transformadas em 62 propostas de ação legislativa (PLEs). Desse total, 59 PLEs foram aprovadas e apresentadas em audiência conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em novembro.

As 59 PLEs aprovadas originaram:

- 10 emendas ao projeto de lei de revisão do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2026 (PL nº 4.526/25)
- 29 emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual para 2026 (PL nº 4.527/25)
- 231 requerimentos com pedidos de providências ou solicitações de informações relativas à execução das políticas públicas

A ASSEMBLEIA DESBLOQUEOU 7 BILHÕES DOS FUNDOS DE SAÚDE...

TRADUÇÃO: OS DEPUTADOS ESTADUAIS LIBERARAM 7 BILHÕES DE REAIS PARA A SAÚDE EM MINAS GERAIS.

As deputadas e os deputados estaduais atuam em mais áreas do que você imagina.
 Por exemplo, eles criaram uma lei que liberou 7 bilhões de reais dos saldos do fundo de saúde. Um dinheiro que agora já está sendo usado pelos municípios para construção de hospitais, contratação de médicos, compra de ambulâncias e muito mais.

Esse é o trabalho da Assembleia.
 Melhorar a vida das pessoas.

**QUER SABER MAIS?
 ACESSSE O QR CODE
 E PODE CONFERIR.**

ALMG.GOV.BR/LEIDASAUDE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
 Poder e voz do cidadão

Instagram, Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn icons

Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

A proteção da infância e da juventude foi a principal preocupação da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas no ano de 2025. Uma visita e uma audiência pública voltadas para essa questão foram os destaques do ano.

No dia 20 de fevereiro, a presidente da comissão, deputada Delegada Sheila (PL), participou da abertura do seminário A Efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) para uma Infância Protegida. O evento reuniu membros do poder público, da sociedade civil e de instituições de proteção à infância para debater a atuação da rede instituída pelo sistema.

Na ocasião, a parlamentar palestrou sobre o papel do Legislativo na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, apresentando dados alarmantes: a cada hora, são registradas cerca de 33 denúncias de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes no País, número que representaria apenas uma fração dos casos reais, dada a grave subnotificação estimada.



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas debateu o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens e sua relação com situações de vulnerabilidade na infância e na juventude, como tema em foco do projeto Assembleia Fiscaliza para o biênio 2025-2026.

A presidente da comissão falou também sobre a atuação da Frente Estadual Contra a Pedofilia, que reúne parlamentares, autoridades policiais e representantes de entidades sociais, apontando a colaboração entre esses atores como essencial para ampliar a proteção e o apoio às vítimas.

A palestra reforçou a necessidade de fortalecer e expandir a rede de proteção do SGD em Minas Gerais, com apoio do Legislativo para formular e aprovar leis que contribuam para a prevenção. Além disso, destacou a urgência de garantir políticas públicas coordenadas de educação, saúde e assistência social, bem como de intensificar campanhas de conscientização e canais eficientes de denúncia e acolhimento.

Consumo de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes

Uma audiência pública da comissão, no dia 22 de outubro, teve como foco o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas entre crianças e adolescentes. A reunião contou com representantes da segurança pública, da assistência social e da saúde, além de técnicos da Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas.

Foram apresentados dados da 3ª edição do Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), divulgados em setembro de 2025, segundo os quais quase um terço dos jovens de 14 a 17 anos já experimentou bebida alcoólica. O debate abordou a relação entre o consumo precoce de álcool e a vulnerabilidade social, destacando riscos como violência, acidentes, gravidez não planejada, doenças transmissíveis e eventual progressão para o uso de drogas ilícitas.

A audiência salientou a urgência de políticas preventivas contínuas e integradas, envolvendo escola, família e comunidade, para evitar o início precoce do consumo. Participantes defenderam o fortalecimento de programas educativos e sociais já existentes, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e o Programa Cria – Prevenção e Cidadania, bem como a ampliação do apoio a famílias vulneráveis por meio de redes de assistência social.



A presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, deputada Delegada Sheila, participou da abertura do seminário A Efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) para uma Criança Protegida.

Campanhas de prevenção

Proposições analisadas pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas no ano de 2025 trataram principalmente de ações para prevenir o consumo de substâncias ilícitas pela população mineira.

O Projeto de Lei (PL) nº 2.598/24 recebeu parecer favorável de 1º turno na comissão. Ele tem por objetivo determinar que casas noturnas e estabelecimentos onde se realizem eventos artísticos, culturais e esportivos sejam obrigados a afixar cartazes e informativos alertando sobre os riscos do uso de drogas.

Além da divulgação, o projeto determina, ainda, sanções administrativas em caso de descumprimento da lei e inova ao determinar que os valores arrecadados com as multas sejam revertidos ao Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (Funpren).

Outros dois projetos, já transformados em lei, alteraram a nomenclatura de ações já existentes no Estado voltadas à prevenção do uso de drogas. A Lei nº 25.300, de 2025, originada do PL nº 1.101/23, alterou o nome da Semana Estadual de Prevenção às Drogas para Semana Estadual de Políticas sobre Drogas.

Já a Lei nº 25.410, de 2025, com origem no PL nº 1.018/23, passou a denominar a Comenda de Luta contra as Drogas Professor Elias Murad como Comenda Professor Elias Murad de Ações contra as Drogas. Além disso, a norma atualizou a composição do comitê permanente responsável por administrar a comenda.

Saúde

No ano de 2025, a Comissão de Saúde se debruçou sobre variados e importantes temas, abrangendo a necessidade de atualização de protocolos do Sistema Único de Saúde (SUS), maior financiamento para unidades hospitalares e para a atenção básica, tratamento especializado para condições específicas e valorização de profissionais da área.

A primeira grande agenda da comissão ocorreu no município de Bocaiúva, em março de 2025, durante a 2ª Reunião Extraordinária, ocasião em que foi discutida a implantação de leitos de CTI no Hospital Dr. Gil Alves, demanda considerada urgente para a microrregião.

Doenças de pele

Duas audiências públicas promovidas pela comissão se dedicaram ao tema das doenças de pele. Em 11 de novembro, foi debatida a atualização do protocolo estadual para o tratamento de doenças crônicas de pele, em atendimento à Lei nº 25.477, de 2025, aprovada pela ALMG em agosto. A norma visa institucionalizar uma política pública completa para diagnóstico, tratamento e controle dessas doenças.



A atualização do protocolo estadual para as doenças crônicas de pele foi debatida em audiência da Comissão de Saúde.

Durante a reunião, especialistas, representantes de pacientes e profissionais de saúde enfatizaram a urgência da contratação de mais dermatologistas pelo SUS e a necessidade de disponibilizar gratuitamente medicamentos essenciais, como o dupilumabe, para tratar patologias como dermatite atópica e urticária. Também foi destacado que, apesar dos avanços trazidos pela lei, há um déficit estrutural: a capacidade dos centros estaduais de atenção especializada permanece limitada diante da demanda existente.

Em 25 de novembro, nova audiência pública abordou especificamente a situação dos pacientes com urticária crônica espontânea (UCE). O relato da paciente Ana Caroline Ferreira da Silva evidenciou a vulnerabilidade de milhares de pessoas que vivem com a condição. Em muitos casos, o tratamento eficaz com imunobiológicos, como o omalizumabe, só foi obtido por meio de decisões judiciais. Especialistas defenderam a criação de um fluxo assistencial padronizado, a capacitação de profissionais de saúde e a negociação de preços para ampliar o acesso aos medicamentos no SUS.



Importância do treinamento de leigos para o suporte básico à vida no Estado, visando ao aumento da taxa de sobrevivência nos casos de paradas cardíacas ocorridas fora do ambiente hospitalar, foi tema de debate na Comissão de Saúde.

Violência contra os profissionais de saúde

Foram realizadas duas audiências sobre a questão da violência contra profissionais de saúde. A primeira, em 27 de março, reuniu médicos, representantes de entidades de classe e conselhos profissionais para tratar da invasão de unidades de saúde por pessoas não autorizadas, como no caso de uma unidade no município de Felício dos Santos (Região Central do Estado), onde a presença de um vereador atrapalhou o atendimento emergencial e resultou na morte de um idoso.

Foi defendida a criação de um protocolo claro para fiscalizações em unidades de saúde, de forma a preservar a autonomia médica, garantir a segurança dos profissionais e evitar interrupções indevidas no atendimento. Também foi apontada a preocupação com a proliferação de cursos de Medicina sem a devida qualificação, o que poderia agravar a vulnerabilidade dos profissionais.

No dia 17 de setembro, uma nova audiência trouxe relatos comoventes de agressões verbais e físicas, atos racistas e ameaças virtuais sofridos por profissionais de saúde. Com base em pesquisa apre-

Na prática, a PEC facilita a destinação e a execução de recursos de emendas parlamentares para os hospitais universitários do Estado, inclusive o Hospital Universitário Clemente de Faria, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), cujas necessidades foram destacadas na audiência pública da Comissão de Saúde.

O Hospital Clemente de Faria é o único hospital universitário estadual e presta atendimento gratuito pelo SUS a cerca de 1,5 milhão de pessoas de 186 municípios. Na audiência, autoridades, gestores, representantes da sociedade civil e parlamentares defenderam que a PEC é essencial para destravar o envio de recursos, garantindo maior autonomia financeira, agilidade no custeio e previsibilidade orçamentária ao hospital.



Comissão de Saúde debateu a jornada de excelência do paciente oncológico do Instituto Mário Penna, visando à redução do tempo de espera entre a suspeita de câncer e o início do tratamento oncológico, de uma média nacional de mais de 120 dias para apenas 21 dias.

Oncologia

A situação de pacientes em tratamento de câncer no Estado foi tema de duas importantes audiências da Comissão de Saúde. Na primeira, em 24 de abril, foi apresentada a iniciativa do Instituto Mário Penna denominada Jornada de Excelência do Paciente Oncológico, cujo objetivo é reduzir de cerca de 120 dias para apenas 21 dias o tempo de espera entre a suspeita de câncer e o início do tratamento.

A proposta prevê a ampliação da capacidade de atendimento, com aumento no número de mamografias realizadas pelo SUS na rede do instituto, e a criação de um Núcleo de Matriciamento em Oncologia, para integrar a atenção básica e os serviços especializados.

A segunda audiência, em 9 de outubro, teve o objetivo de esclarecer rumores de que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pretendia restringir a realização de mamografia para mulheres com menos de 50 anos. A ANS negou qualquer proposta de limitação. O encontro destacou o consenso entre especialistas sobre a importância de permitir exames de rastreamento já a partir dos 40 anos, tanto na saúde suplementar quanto no SUS.

Projeto Regulação 4.0

Em 16 de outubro, a SES apresentou, em audiência pública, o Projeto Regulação 4.0. O novo sistema propõe modernizar e ampliar o acesso à rede estadual de saúde, substituindo a ferramenta atual, o SUSfácil, que hoje se destina apenas à busca de vagas para internações de urgência e emergência.

O Regulação 4.0 prevê a implantação de uma central única capaz de realizar busca simultânea de vagas de leitos, marcar consultas ambulatoriais e agendar exames. Além disso, o sistema deve permitir a comunicação entre médicos e operadores por teleconsulta, o acionamento de transporte por ambulância ou via aérea, o anexo de exames ou imagens ao prontuário e a asseguarção de fluxo regulatório padronizado por linha de cuidado.

A expectativa é de que a plataforma reduza drasticamente os atrasos e gargalos no atendimento, especialmente para casos de alta complexidade, melhorando a transparência, a eficiência e o acesso de toda a população mineira à rede pública de saúde.

Doença de Chagas no Norte de Minas

A Comissão de Saúde realizou, em 9 de outubro, audiência pública para discutir o preocupante aumento dos casos de doença de Chagas no Norte de Minas, especialmente nos municípios de Espinosa e Porteirinha. Segundo especialistas, os recentes projetos federais Integra Chagas Brasil e Cuida Chagas contribuíram para revelar um cenário anteriormente subnotificado, com detecção de casos em faixas etárias e áreas que não eram tradicionalmente consideradas de risco.

Durante a audiência, foram apresentados dados alarmantes: em Espinosa, cerca de 10 mil testes rápidos identificaram 600 casos confirmados; em Porteirinha, outros 550. Foi ressaltado que 31% dos infectados já apresentam sintomas cardíacos ou digestivos, o que exige a ampliação da oferta de exames de média e alta complexidade na região, além de reforço nas ações de vigilância entomológica e cuidado clínico.

A reunião serviu como alerta para os poderes públicos estadual e municipais sobre a urgência de políticas estruturadas de diagnóstico, tratamento e prevenção, incluindo-se a ampliação da testagem, a garantia de assistência especializada e o fortalecimento da vigilância para controle do vetor.

Leis aprovadas

A Comissão de Saúde analisou, ao longo do ano, várias proposições. Algumas delas já foram transformadas em normas jurídicas:

- Lei Complementar nº 186 (PLC nº 62/25) – Autoriza os municípios, consórcios públicos e entidades a realizarem a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de repasses, parcerias e convênios firmados com o Estado até o final do exercício financeiro de 2025.
- Lei nº 25.351 (PL nº 2.332/24) – Reconhece, no Estado, o cordão de fita com desenho de mãos coloridas sobrepostas por uma silhueta humana como símbolo de identificação das pessoas com doenças raras.

- Lei nº 25.400 (PL nº 1.244/23) – Cria o Selo Empresa Amiga da Saúde, destinado aos estabelecimentos empresariais que adotem política interna de promoção da saúde e prevenção de doenças.
- Lei nº 25.417 (PL nº 659/19) – Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas à prevenção e à mitigação dos efeitos dos índices de umidade relativa do ar potencialmente nocivos à saúde.
- Lei nº 25.423 (PL nº 2.993/24) – Atualiza a Política Estadual de Assistência à Saúde do Estudante (Lei nº 24.968, de 2024) para incluir iniciativas voltadas à conscientização sobre os riscos do uso de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), conhecidos como cigarros eletrônicos.
- Lei nº 25.477 (PL nº 3.107/24) – Dispõe sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele.
- Lei nº 25.505 (PL nº 916/23) – Atualiza a Lei nº 22.422, de 2016, que estabelece objetivos e diretrizes para a adoção de medidas de atenção à saúde materna e infantil no Estado, para garantir às gestantes o acesso ao exame de ecocardiograma fetal e a dois exames de ultrassonografia transvaginal.
- Lei nº 25.537 (PL nº 3.399/25) – Institui o Estatuto das Pessoas com Doenças Raras no Estado.
- Lei nº 25.544 (PL nº 1.465/23) – Institui a política estadual de conscientização sobre o direito ao tratamento de doenças raras.
- Lei nº 25.545 (PL nº 1.499/23) – Institui a política de valorização dos profissionais de saúde, voltada para a promoção do bem-estar, da saúde integral e da qualidade de vida desses profissionais no trabalho.
- Lei nº 25.556 (PL nº 1.802/23) – Altera a Lei nº 11.868, de 1995, que dispõe sobre a prevenção e o tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, para estabelecer que a mamografia de rastreamento possa ser solicitada para mulheres entre 40 e 69 anos de idade, tanto por médicos quanto por enfermeiros do SUS.
- Lei nº 25.564 (PL nº 1.881/23) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 14.133, de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos, para incluir como diretriz a garantia de transparência na dispensação de medicamentos, com publicação regular, em meio digital acessível, de dados sobre estoques, aquisições e distribuição.

Segurança Pública

O aumento da criminalidade pautou diversas atividades da Comissão de Segurança Pública em 2025. Uma audiência pública, em março, debateu o planejamento das forças de segurança do Estado para a prevenção e o enfrentamento do roubo de safras de café e de crimes cometidos contra produtores e trabalhadores desse ramo em Minas Gerais, considerando a alta no preço do produto.

O encontro reuniu prefeitos, vereadores e produtores rurais de diversos municípios. Eles manifestaram preocupação com a segurança das fazendas, faltando poucas semanas para o início da colheita, e com a possibilidade de furtos e roubos de máquinas, equipamentos e do próprio grão.



A prevenção e o combate ao roubo de safras de café e de crimes contra produtores e trabalhadores do café em Minas Gerais foi tema de debate na Comissão de Segurança Pública.

Para fazer frente ao aumento da criminalidade na zona rural, a Polícia Civil informou que implementou o projeto Campo Seguro. Delegacias especializadas de repressão a crimes rurais no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e no Sul de Minas também foram instaladas, conforme enfatizado na audiência.

Outra reunião tratou de políticas de segurança para a região da Pampulha, em Belo Horizonte. Autoridades, moradores e representantes de associações defenderam mais atenção ao combate à criminalidade nos cerca de 60 bairros do entorno da Lagoa da Pampulha, pois a ocorrência de crimes como roubos e furtos tem preocupado a população local.

O comandante da 1ª Região da Polícia Militar, coronel Ralfe Veiga de Oliveira, destacou a atuação efetiva das forças policiais nos primeiros seis meses de 2025 na região, mas reconheceu a importância de avançar no trabalho para que as pessoas se sintam mais seguras.

Em outra reunião, representantes de grupos de motociclistas pediram socorro aos órgãos de segurança pela ampliação do combate a furtos e roubos de motocicletas no Estado. A audiência mostrou que os principais alvos são motos de alta cilindrada.



Comissão de Segurança Pública debateu o aumento alarmante dos índices de furtos e roubos contra motociclistas.

Em 2024, foram registrados 38 casos de roubos e assaltos envolvendo motociclistas de alta cilindrada; em 2025, até julho, já haviam sido registradas 150 ocorrências, o que representa um aumento superior a 290%.

Segundo a coronel Daisy Ferrarezi Moura, diretora de Finanças da Polícia Militar, a corporação tem um núcleo de prevenção a furtos e roubos de veículos dentro do Batalhão de Trânsito. A área planeja operações com base na análise dos registros de ocorrências. Segundo ela, em 2025, 50% das operações foram focadas em motocicletas, incluindo ações de prevenção e repressão.

A sensação de insegurança no Vale do Aço pautou outra audiência. Vereadores de Timóteo e Coronel Fabriciano demandaram a criação de guardas municipais, a implantação de nova Delegacia Regional e o aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil, com mais vagas em concursos públicos para a região.

Conforme o comandante da 12ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais – que abrange 97 cidades, entre as quais Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, no Vale do Aço –, coronel PM Márcio Roberto de Sousa, a sensação de insegurança é um desafio para as forças policiais, mesmo com uma significativa redução nos crimes ao longo dos últimos dez anos.

Outra atividade da comissão abordou ações concretas adotadas pelo governo do Estado no enfrentamento e na repressão a organizações criminosas que atuam no território estadual, considerando as consequências e os desdobramentos das recentes operações de repressão a organizações criminosas no Rio de Janeiro.

Na audiência de convidados, representantes das forças de segurança de Minas defenderam a integração entre as diferentes corporações e o uso da inteligência policial como as principais ferramentas de combate ao crime organizado.

Cadeia de custódia

Problemas no cumprimento da cadeia de custódia em Minas motivaram audiência pública da comissão. A cadeia de custódia é objeto da Lei Federal nº 13.964, de 2019, que modificou diversas normas para endurecer o combate à criminalidade.

Entre outras previsões, ela determina a implantação das centrais de custódia, ou seja, locais adequados para armazenar provas apreendidas, como armas, munições e drogas. Segundo relatos de servidores da segurança pública, atualmente as provas seriam guardadas de modo improvisado.

A situação facilitaria o desvio desses materiais, como o que ocorreu em Belo Horizonte, onde 220 armas apreendidas pela Polícia Civil voltaram para facções criminosas.

O superintendente da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil de Minas Gerais, Thales Bittencourt, presente na atividade, destacou investimentos da polícia para fazer frente à situação, como a implantação de unidades de custódia e a ampliação de espaços para acautelamento de armas e outras provas.

Antes da atividade, a comissão visitou a 19ª Delegacia Distrital da Capital, de onde as 220 armas foram desviadas. O objetivo foi verificar, *in loco*, as condições de trabalho, infraestrutura e logística disponíveis nessa delegacia, além do efetivo existente, bem como as condições de acautelamento de materiais.

Servidores da segurança

A política remuneratória dos servidores da segurança pública e as condições de trabalho desses profissionais também pautaram uma série de atividades da comissão em 2025.

Nesse sentido, duas audiências públicas, com a presença do secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, no primeiro semestre, abordaram o descumprimento da Lei nº 24.260, de 2022. Ela prevê que o Executivo dê publicidade ao índice inflacionário anual do IPCA, que deve pautar as negociações de reajuste dos servidores, até o último dia útil de janeiro de cada ano.

Nas duas ocasiões, o secretário de Estado afirmou não ser possível conceder reajuste anual em 2025. Servidores da segurança pública ameaçaram paralisação da categoria.

Em outra reunião, dessa vez no segundo semestre, a comissão voltou a cobrar o reajuste. O secretário de Estado de Fazenda destacou novamente que a situação financeira do Estado não permitiria ao governo recompor a perda salarial dos servidores civis e militares da área de segurança.

Para debater a insuficiência de efetivo da Polícia Civil, a comissão realizou audiência pública com a presença da chefe da Polícia Civil, Letícia Gamboge. Representantes de sindicatos e associações da categoria cobraram a recomposição dos quadros da instituição.

Na ocasião, Letícia Gamboge informou que há concurso em andamento, com 255 vagas distribuídas entre os cargos de delegado, investigador, perito e médico-legista, além de outro certame para o preenchimento de 104 vagas na área administrativa.

O trabalho e a segurança de policiais penais também foram abordados em reunião, em razão do assassinato do policial penal Euler Oliveira Pereira Rocha, em agosto de 2025, quando escoltava um preso no Hospital Luxemburgo, em Belo Horizonte.



As condições de trabalho e segurança dos policiais penais do Estado foram tema de debate na Comissão de Segurança Pública, em razão do assassinato do policial penal Euler Oliveira Pereira Rocha, no Hospital Luxemburgo, em Belo Horizonte.

Denúncias de transferências em massa de policiais penais e de perseguição a esses profissionais em Governador Valadares (Vale do Rio Doce), também motivaram reuniões da comissão.

Outra audiência abordou petição da Corregedoria da Polícia Militar contra a abertura de inquérito para apurar ofensas do coronel da reserva Edvaldo Piccinini Júnior, em rede social, ao deputado federal Junio Amaral (PL-MG).

Divisão de Registro de Veículos

As condições de trabalho dos servidores da Divisão de Registro de Veículos (DRV), em Belo Horizonte, e a estrutura de atendimento ao público motivaram visita da comissão ao local, seguida de audiência pública. A unidade foi transferida da Gameleira para a Cidade Administrativa.

Na visita, a comissão encontrou uma estrutura precária, que deixou o serviço público de vistoria veicular inoperante por dias. Já na audiência, foi criticada a proposta do governo de encerrar a participação da Polícia Civil no serviço de vistoria.

Conforme o chefe de Trânsito da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET), Lucas Pacheco, a transferência para a Cidade Administrativa faz parte de um movimento de transição planejado, que busca fortalecer a segurança pública, com a liberação dos profissionais dos serviços de trânsito, e melhorar a prestação do serviço, terceirizado para as empresas credenciadas de vistoria.

A comissão também debateu os impactos decorrentes da redução e do corte no abastecimento das viaturas das forças de segurança pública no Estado. Na reunião, o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, anunciou a revisão do contingenciamento para a Polícia Militar, destinando mais R\$ 5 milhões para o abastecimento das viaturas da corporação. Segundo ele, a revisão dos cortes em relação à Polícia Civil também estava sendo analisada.



Comissão de Segurança debateu as políticas de segurança pública para a região da Pampulha.

Em outra audiência da comissão, militantes defenderam a redução da intervenção do Estado na economia e a ampliação da liberdade individual dos cidadãos. Eles se inspiram no partido La Libertad Avanza, do presidente argentino Javier Milei, que vem promovendo reformas econômicas para combater a inflação naquele país.

Presídio em Ribeirão das Neves

Moradores de Ribeirão das Neves (RMBH) e representantes do poder público demandaram a desativação da Penitenciária José Maria Alkimin, localizada na cidade. Em audiência no município, relataram a recorrência de episódios de violência ocasionados pela saída e pelo retorno diários de detentos do regime semiaberto.

O diretor da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Elves Fabiano Gomes de Almeida, esclareceu que a retirada da penitenciária do município é inviável em um primeiro momento.

A comissão ainda abordou, em outra reunião, problemas burocráticos decorrentes da implementação do Decreto federal nº 11.615, de 2023, que determinou a transferência do controle de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, a partir de 1º de julho de 2025. A mudança, prevista no Estatuto do Desarmamento, tem gerado problemas como demora na expedição de documentos solicitados e falhas no sistema.

Leis de destaque

Em 2025, proposições que fortalecem a segurança pública foram analisadas pela comissão e se tornaram normas. Uma delas é a Lei nº 25.404, que torna obrigatória a consulta ao banco estadual de dados de identificação civil e criminal antes da emissão ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo Detran-MG.

Caso seja identificado mandado de prisão em aberto contra o requerente, o servidor responsável deve acionar imediatamente a Polícia Militar ou a Polícia Civil para o cumprimento da ordem judicial.

A Lei nº 25.299 determina que a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) integre ao sistema de emergência módulo para receber informações de segurança pública enviadas por usuários de transporte por aplicativo. A medida permitirá que os usuários relatem, com garantia de sigilo e proteção, ocorrências de violência ou suspeitas de atos criminosos.

Já a Lei nº 25.313 altera norma sobre a política estadual de segurança pública rural para incluir, como diretriz dessa política, o desenvolvimento de programas e ações de prevenção e repressão à criminalidade nas zonas rurais, especialmente ao abigeato (roubo de gado).

A norma estabelece como objetivos da referida política o aumento e a estruturação das delegacias rurais, a inclusão de órgãos de sanidade agropecuária na cooperação interinstitucional, a promoção de campanhas de conscientização, o incentivo a parcerias para captação de recursos, o uso de novas tecnologias, a realização de operações especializadas e o reforço do policiamento ostensivo.

Outra norma de destaque foi a Lei nº 25.374, que proíbe o policiamento ostensivo unitário, prevendo, como diretriz da política estadual de segurança pública, a disponibilização de efetivos suficientes à preservação da ordem pública.

Essa medida – o patrulhamento em duplas ou equipes – aumenta a segurança do policial e do público, reduz a pressão do trabalho individual e melhora a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Já a Lei nº 25.322 alterou norma sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras.

Entre as mudanças estão a obrigatoriedade de instalação de alarme com sensor de movimento nas unidades de atendimento, além do alarme sonoro a ser acionado pelo usuário do serviço em caso de emergência, e a ampliação do acesso, sob demanda, às imagens de segurança das instituições bancárias pelas forças de segurança.

A Lei nº 25.173 acrescenta dispositivo à Política Estadual de Promoção da Paz nas Escolas para que o porte ou o uso de arma branca como ato de subjugação de membro da comunidade escolar sejam considerados violência na escola.

Já a Lei nº 25.298 altera legislação tributária para autorizar o Executivo a conceder crédito presumido equivalente ao valor destinado pelo contribuinte ao aparelhamento da segurança pública.

Normas para o enfrentamento da violência contra a mulher também se destacaram no período. Uma delas é a Lei nº 25.411, que acrescenta, ao conjunto das diretrizes da política de atendimento à mulher vítima de violência, o estímulo à cooperação com órgãos e entidades da União e de outros estados para promover o compartilhamento de dados e informações sobre a violência contra a mulher.

Além disso, a lei determina que os dados do banco de informações sobre pessoas condenadas, com sentença penal transitada em julgado, por crimes praticados contra a mulher sejam compartilhados com a Polícia Civil, a Polícia Militar, as varas de execução penal responsáveis pela execução da pena privativa de liberdade e órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A Lei nº 25.502 inclui novas atribuições ao Executivo na implementação da Política Estadual de Medicamentos para estimular medidas de conscientização da população sobre a ocorrência de crimes praticados com a utilização de medicamentos, em especial estupro e abuso sexual, e incentivar a realização de estudos acerca desses medicamentos.

Leis relativas a servidores

Outra norma pertinente à segurança pública é a Emenda Constitucional nº 118. Ela estabelece que, para fins da regra da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (Artemig), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de suas vinculadas passam a ser considerados integrantes da área de segurança pública.

Além disso, assegura aos policiais militares incluídos nos quadros do Corpo de Bombeiros em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em 1997 e que posteriormente passaram à inatividade o direito à contagem de tempo para promoção por antiguidade e merecimento, bem como os demais direitos do posto ou graduação, além da transferência compulsória para a reserva remunerada com proventos integrais.

Já a Emenda Constitucional nº 116 garante a militares da reserva, reformados e pensionistas a incidência de contribuição previdenciária apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, entre outros aspectos.

Por fim, a Lei nº 25.593 veda a contagem de pontos em razão da apreensão de arma de fogo de origem legal, para fins de avaliação profissional ou de concessão de quaisquer benefícios aos servidores públicos civis e militares do Estado.

Trabalho, Previdência e Assistência Social

No ano de 2025, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social realizou audiências públicas e debateu e aprimorou projetos de lei com o intuito de avançar em políticas de proteção para trabalhadores de diversas categorias.

Essas ações legislativas visibilizam e buscam soluções para denúncias de assédio, impactos na saúde, segurança, assistência social e condições de trabalho, considerando também a adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

As consequências para os servidores estaduais das medidas previstas para a amortização da dívida estadual com a União, em especial a proposta de privatização da Copasa, motivaram quatro audiências públicas ao longo do ano. Em todas as ocasiões, centenas – por vezes milhares – de trabalhadores da companhia de saneamento ocuparam o Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira e o Auditório José Alencar, transformando os debates em verdadeiras manifestações contrárias às possibilidades de desestatização.

Em junho, a principal reivindicação dos trabalhadores foi a manutenção do controle público sobre empresas estatais. Também foi reforçado o argumento de que o Propag permite a amortização da dívida por meio de maiores investimentos em áreas como o saneamento, sem exigir a transferência de ativos.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateu a importância de ações de conscientização sobre a violência psíquica ou física no ambiente laboral, de prevenção dessa violência e de combate a ela.

Nova audiência, realizada em setembro, manteve o tom das críticas, com sindicalistas e servidores alertando para os riscos da privatização da Copasa à universalização do saneamento, à manutenção de empregos e ao patrimônio público.

O dia 22 de outubro foi marcado pela maior mobilização na história recente da Assembleia de Minas, com a presença de mais de 6 mil trabalhadores em audiência da Comissão do Trabalho. Dessa vez, o foco foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24/23, promulgada posteriormente na forma da Emenda à Constituição nº 117, de 2025, que retirou a exigência de referendo popular para a desestatização da Copasa.

No dia da aprovação da PEC, em novembro, outra audiência da comissão evidenciou as experiências nacionais de desestatização, reforçando os receios de que a privatização fragilize a regulação, aumente tarifas e prejudique o acesso, especialmente em municípios menores e nas regiões mais vulneráveis do Estado.

Cemig

A Cemig e seus trabalhadores foram foco de dois importantes momentos de debate promovidos pela Comissão do Trabalho, relativos às alterações propostas no plano de saúde da empresa.

No primeiro encontro, em fevereiro, a categoria denunciou o risco de um “aumento médio de 300%” nas mensalidades dos planos de assistência. Servidores ativos e aposentados alertaram que a elevação dos custos poderia tornar inviável a manutenção da cobertura por muitos beneficiários.

Diante da mobilização, a comissão convocou nova audiência para março, quando representantes da Cemig confirmaram o reajuste de 60,5% e a retirada da contribuição patronal para o plano, o que implicaria acréscimo de até R\$ 1.045 para os beneficiários. A mudança atingiria cerca de 50 mil pessoas, segundo participantes da audiência.

Foram aprovados requerimentos para solicitar à empresa e à operadora Cemig Saúde a suspensão imediata dos aumentos e a reinclusão da contribuição patronal, bem como a convocação dos dirigentes da empresa e do plano para prestar esclarecimentos formais.



A realidade enfrentada pelos trabalhadores da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, de assédio moral, perseguição e práticas antissindiciais por parte de diretores da empresa foi tema de debate na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate.

Saúde e segurança dos trabalhadores

A preocupação com a saúde e a segurança dos trabalhadores pautou diversas audiências da Comissão do Trabalho. Em abril, a comissão debateu o elevado número de afastamentos do trabalho por doenças psicossociais no Brasil: foram quase 500 mil em 2024, incluindo-se cerca de 40 mil em Minas Gerais. Participantes da reunião criticaram o adiamento das sanções previstas pela Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que torna obrigatória a gestão dos fatores de risco psicossociais nas empresas. Eles destacaram a urgência da implementação da norma para prevenir adoecimento mental e acidentes laborais.

Já em maio, outra audiência discutiu o assédio moral no trabalho, enfatizando a necessidade de políticas estruturadas de prevenção e de punição efetiva a assediadores, como a criação de uma “lista suja” de empresas infratoras e a ampliação de canais de denúncia, especialmente para trabalhadores vulneráveis à violência psicológica.

Denúncias contra a empresa Nexa Resources foram o foco de audiência ocorrida em julho. Na reunião, trabalhadores e moradores denunciaram danos à saúde ocasionados pela atuação da empresa na região de Juiz de Fora, na Zona da Mata, e a consequente contaminação do Rio Paraibuna com metais pesados. A partir dos relatos, foram requisitadas providências como visita técnica, perícia e investigação da poluição e dos efeitos sobre a saúde da comunidade.

Em audiência realizada em setembro, agricultores familiares denunciaram a contaminação decorrente da pulverização de agrotóxicos com drones, especialmente em áreas rurais dos Vales do Mucuri e do Rio Doce. A prática ocorreria de forma irregular, com dispersão de pesticidas pelo vento, atingindo plantações orgânicas, áreas de preservação permanente e zonas de captação de água, representando

riscos à saúde pública, à segurança alimentar e ao meio ambiente. A comissão, diante das denúncias, debateu a urgência da regulamentação e do controle desse tipo de tecnologia agrícola.

No mesmo mês, a comissão promoveu visita técnica à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), para avaliar um estudo sobre a retirada de cobradores dos ônibus e o consequente acúmulo de funções pelos motoristas. Sindicatos reivindicaram a volta dos cobradores como forma de reduzir a sobrecarga de trabalho, prevenir acidentes e garantir melhores condições de segurança e de operação no transporte público.

Assistência social

Violações de direitos em diferentes contextos relacionados à política de assistência social foram tema de três audiências realizadas este ano pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Em março, a comissão foi ao município de Berilo (Região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) para denunciar e debater o recrudescimento de casos de trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas.

Trabalhadores, migrantes e organizações de direitos humanos relataram a atuação de “gatos”, intermediários que recrutam pessoas em situação de vulnerabilidade e as submetem a condições degradantes, sem carteira assinada, moradia digna ou garantias mínimas. A reunião visou dar visibilidade às violações, exigir políticas eficazes de fiscalização e ampliar a rede de apoio aos trabalhadores resgatados.

A comissão debateu também, em junho, um edital do governo estadual de R\$ 236 milhões para financiar um programa de inclusão produtiva de adolescentes com defasagem escolar, voltado a 10 mil jovens em 70 municípios.

O edital foi duramente criticado porque excluiu instituições consolidadas de assistência social em Minas, como a Associação Profissional do Menor (Assprom) e a Rede Cidadã. Parlamentares e entidades questionaram a transparência e a eficácia do mecanismo e defenderam uma revisão dos critérios de seleção das organizações habilitadas.

No mês de outubro, famílias afetadas pela duplicação da rodovia BR-381 criticaram os termos do reassentamento proposto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), pela Justiça Federal e pela prefeitura de Belo Horizonte. Moradores, inclusive pessoas com deficiência, idosos e famílias com animais, denunciaram a inadequação das unidades habitacionais e defenderam alternativas como casas térreas, compra assistida ou compensações mais justas.

Categorias profissionais

Mobilizados em uma greve histórica com duração de mais de 90 dias, a maior da categoria, os servidores do meio ambiente de Minas Gerais foram presença constante em diversos espaços da ALMG este ano.

Em audiência da Comissão do Trabalho, os servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) reivindicaram a reposição das perdas salariais acumuladas desde 2012, a realização de concurso público para recompor o quadro de pessoal e o cumprimento de um acordo judicial de 2016 que prevê novo plano de carreira.

Na área da saúde, a comissão denunciou condições precárias de trabalho de funcionários do Hospital Júlia Kubitschek, em visita à unidade hospitalar. Em outra ocasião, também foram ouvidos em audiência profissionais do Estado com atuação nos serviços de radiologia, que reivindicaram o fim da

“pejotização”, o cumprimento do piso salarial, o respeito à carga horária e direitos como férias, licença médica e aposentadoria especial.

O pagamento de piso salarial também foi reivindicado em audiência por profissionais farmacêuticos, que também demandaram o fortalecimento do programa Farmácia de Minas e a regulação adequada dos repasses de incentivos financeiros, para assegurar recursos e atuação plena da categoria.

Cumprindo sua função precípua, a Comissão do Trabalho acolheu ainda demandas de diversas categorias profissionais, sempre em busca de solução para violações de direitos trabalhistas, como falta de valorização e condições dignas de trabalho, entre outras.

- Assistentes sociais: os profissionais reivindicam a criação de um sindicato próprio para enfrentar os desafios da baixa remuneração, da precarização das condições de trabalho, do assédio moral e do adoecimento mental, além de lutar por piso salarial, cumprimento da jornada legal e vinculação de orçamento mínimo para a assistência social.
- Funcionários da Epamig: pedem recomposição salarial, reestruturação do plano de carreira e abertura de concurso público, além de melhores condições de trabalho e valorização da pesquisa científica.
- Catadores de materiais recicláveis de Divino e Manhuaçu: demandam melhoria nas condições dos aterros sanitários e medidas de preservação ambiental e proteção da saúde pública, com gestão adequada dos resíduos para evitar contaminação e riscos à vida e ao trabalho da comunidade.
- Professores da Faculdade Pedro Leopoldo: a categoria exige regularização imediata dos salários atrasados, pagamento integral de férias e 13º salário e cumprimento dos direitos trabalhistas de cerca de 100 professores, após anos de disputas judiciais.
- Funcionários da Gerdau: reivindicam transparência e fim das restrições injustificadas de acesso às unidades da empresa por trabalhadores aprovados em processo seletivo, além de contrapartidas para a população dos municípios com atuação da Gerdau.
- Trabalhadores do Banco Santander: o sindicato denuncia precarização do atendimento e do serviço prestado, com fechamento de agências, terceirização e acúmulo de funções.

Leis aprovadas

Em sua função de analisar e aprimorar projetos de lei (PLs), a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debateu proposições sobre os mais variados temas, como proteção da infância e da adolescência, prevenção de crimes cibernéticos, dignidade para a população em situação de rua e direitos para trabalhadores de aplicativos.

Dois desses projetos se tornaram importantes legislações estaduais. A Lei nº 25.364, originada do PL nº 715/23, estabelece objetivos e diretrizes para a política estadual do cuidado. A política busca assegurar o cuidado como direito, além de enfrentar a precarização do trabalho de cuidador e as desigualdades de gênero e raça nas atividades de cuidado. Também prevê o fortalecimento de iniciativas voltadas ao tema e reconhece o cuidado como elemento importante para o desenvolvimento econômico e social.

Já a Lei nº 25.610 institui a Política Estadual da Primeira Infância em Minas Gerais, com o objetivo de assegurar os direitos e o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos, reconhecendo-as como sujeitos de direitos.

A norma é resultado do PL nº 2.915/21 e prioriza o fortalecimento de vínculos familiares, a atenção integral à saúde, o acesso à educação de qualidade e a redução de desigualdades, em articulação com municípios e com ampla participação da sociedade, por meio de um plano estadual que será monitorado e avaliado e que terá seus resultados e recursos divulgados publicamente.

Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Ao longo do ano, foram pautados na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas 62 projetos de lei e 103 requerimentos (RQNs), além de terem sido aprovados 189 requerimentos de comissão (RQCs).

Quanto aos requerimentos, trataram de pedidos de providência e de informação a órgãos públicos e entidades e de pedidos de realização de audiências e visitas no âmbito da própria comissão.

Dos projetos de lei pautados, 24 trataram de desafetação de trechos rodoviários em áreas urbanas, para serem posteriormente doados aos municípios, que ficarão responsáveis por sua manutenção. Outros 16 versaram sobre denominação de próprios públicos estaduais, notadamente trechos rodoviários, pontes e viadutos sob jurisdição estadual.

Entre os assuntos, merecem destaque os cinco que tiveram a tramitação concluída:

- Lei nº 25.408 (PL nº 3.220/16): acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona.
- Lei nº 25.412 (PL nº 278/19): acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou permissão, os serviços públicos que menciona.
- Proposição de Lei nº 26.586 (PL nº 2.510/21): altera a Lei nº 16.939, de 2007, que institui a política de incentivo ao uso da bicicleta no Estado.
- Lei nº 25.483 (PL nº 1.386/23): institui a política estadual de incentivo ao transporte seguro.
- Lei nº 25.525 (PL nº 3.755/25): institui a política de fomento à conectividade e à telefonia celular.

As Leis nº 25.408 e nº 25.412 inseriram dispositivos na norma que rege as concessões no Estado para ampliar o rol de veículos que têm direito à gratuidade de pedágio nas rodovias sob gestão estadual e para ampliar a divulgação dos valores recebidos pelas concessionárias na cobrança de tarifas de pedágio.

Já a Proposição de Lei nº 26.586 inclui dispositivos que buscam ampliar a segurança dos ciclistas no Estado, enquanto a Lei nº 25.483 institui a política estadual de incentivo ao transporte seguro, visando reduzir o uso do transporte clandestino em Minas Gerais.

Por fim, a Lei nº 25.525 visa apoiar a expansão da conectividade, especialmente da telefonia celular, em locais hoje com acesso insuficiente e limitações de cobertura, como áreas rurais e comunidades quilombolas, bem como ao longo de rodovias e ferrovias. O texto também altera a Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais.

Visitas e audiências

Ao longo de 2025, a comissão realizou 13 visitas e audiências públicas, sendo que quase todas elas tiveram relação com a rede rodoviária estadual. Entre elas, destaca-se a visita realizada em 27 de

fevereiro, que debateu os diversos impactos das concessões das rodovias do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte para a população dos municípios envolvidos.

Outra visita, realizada em 29 de maio, debateu o estado atual e o cronograma de execução das obras e das demais contrapartidas advindas da renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Em 13 de outubro, foi realizada visita com o intuito de debater a necessidade de instalação de redutores de velocidade e radares eletrônicos nas entradas da cidade de Felixlândia e dos distritos de São José do Buriti e São Geraldo do Salto, situadas na rodovia BR-040.

Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana

Criada em 2025, a Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana debateu temas relevantes para o enfrentamento do déficit habitacional em Minas Gerais e a promoção da qualidade de vida nas cidades. A comissão realizou várias audiências públicas e visitas técnicas voltadas a políticas urbanas, moradia e mobilidade.

Em abril, durante audiência pública com a presença de diversas lideranças que lutam pelo direito à moradia, foram debatidas políticas públicas de habitação de interesse social no Estado. Na ocasião, a Fundação João Pinheiro apresentou os números mais recentes do déficit habitacional no Estado, que supera 1,5 milhão de unidades. O número considera novas residências a serem construídas, além da necessidade de atender famílias sem moradia digna, uma vez que vivem em habitações precárias, na rua, em coabitação ou com ônus excessivo de aluguel.



Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana debate a grave situação do município de Mariana, marcada por diversas ações de reintegração de posse que ameaçam milhares de famílias em área de ocupação.

Em junho, a comissão promoveu debate sobre reforma urbana, com lideranças e especialistas de todo o país, abrangendo planejamento, habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente. Outra ação da comissão foi o debate sobre o PL nº 1.208/23, que cria subsídios e um fundo estadual para custear o transporte público.

A comissão também realizou reuniões urgentes, conhecidas como “pinga-fogo”, vistorias e mediações, envolvendo moradias em risco devido a conflitos fundiários. Em Ibirité (Região Metropolitana de BH), a comissão atuou no conflito fundiário da Vila Morada da Serra, envolvendo a ferrovia MRS Logística, e debateu os impactos das enchentes no município.

Já em novembro, a comissão visitou Mariana (Região Central) para avaliar e atuar no contexto da situação de milhares de famílias ameaçadas por reintegrações de posse. Também foi realizada audiência pública para discutir essa situação, que reuniu cerca de 800 pessoas. A comissão debateu ainda os critérios para a construção de moradias por meio da autogestão dos moradores, a Política Estadual Minas Inteligente (Lei nº 24.839, de 2024) e o programa Reforma Casa Brasil, voltado para obras de melhoria em moradias.

Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Monitorar e buscar o aperfeiçoamento das políticas e dos equipamentos públicos do Estado voltados para o tratamento de uma das doenças que mais causam sofrimento à população. Esse é o propósito da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, que, em 2025, deu sequência ao seu trabalho com a realização de importantes audiências públicas e visitas.

No dia 15 de maio, a comissão realizou audiência pública para debater o avanço dos protocolos de tratamento oncológico no Sistema Único de Saúde (SUS) e os obstáculos para o acesso dos pacientes. Estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES), do Ministério da Saúde (MS), gestores de hospitais, profissionais de oncologia e pesquisadores.



Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer debate a incorporação de novas tecnologias para o tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde (SUS).

Os participantes destacaram o lançamento dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) para cânceres como os de mama, de colo de útero e de reto, com o objetivo de padronizar o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento dos pacientes no SUS. Apesar disso, houve consenso de que há um gargalo: a demora significativa entre a aprovação dessas novas tecnologias e sua disponibilização efetiva aos pacientes, agravada pela desigualdade regional e pela insuficiente estrutura de centros de alta complexidade em várias regiões de Minas Gerais.

Na audiência, a comissão da ALMG defendeu a ampliação da rede de centros oncológicos habilitados, com maior presença em áreas remotas e regiões historicamente desassistidas. Também foi sugerida a criação de um sistema estadual de monitoramento que acompanhe os prazos legais para diagnóstico e início do tratamento, bem como maior rapidez na adoção de novas terapias e tecnologias para o tratamento do câncer.

Ambulatório de Quimioterápicos de Ubá

As obras do Ambulatório de Quimioterápicos de Ubá (Zona da Mata) motivaram audiência pública e visita técnica da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer no município, realizadas no dia 26 de junho. A visita ocorreu pela manhã, na estrutura da antiga Casa de Saúde Padre Damião, local onde será instalado o ambulatório. À tarde, foi realizada a audiência no Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, com participação de autoridades estaduais e locais da saúde.



Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer visita as obras do Ambulatório de Quimioterápicos da Fundação Cristiano Varella, no município de Ubá, para acompanhar o seu andamento.

Durante os encontros, foram debatidos os detalhes e os impactos da obra para a população. O ambulatório conta com investimentos de R\$ 13 milhões do Estado e mais de R\$ 2 milhões da Fundação Cristiano Varella para a construção de salas de quimioterapia, leitos ambulatoriais, farmácia, laboratório e infraestrutura para atender pacientes adultos da região, sem necessidade de internação hospitalar. A previsão de entrega é para o início de 2026.

A comissão reforçou o compromisso de acompanhar a conclusão da obra e a implantação dos serviços oncológicos em Ubá. A expectativa é de que o ambulatório amplie o acesso ao tratamento de câncer na região, beneficiando diversos municípios da Zona da Mata, e contribua para a descentralização da atenção oncológica no Estado, com atendimento mais próximo dos pacientes.

Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais

A Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer realizou, no dia 9 de outubro, visita técnica ao Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais, em Belo Horizonte, para conhecer a estrutura da unidade e os serviços que ela oferece aos usuários do SUS.

A instituição é referência no modelo *fast track* de atendimento e conta com estrutura completa para oncologia: 35 *boxes* individuais para quimioterapia, salas de exames, apoio multidisciplinar (como nutrição, psicologia, fisioterapia, cuidados paliativos, entre outros) e já zerou a fila para o atendimento de doenças hematológicas.

Apesar da alta capacidade, representantes da unidade alertaram para o alto índice de absenteísmo, muitas vezes causado pela dificuldade dos pacientes de arcar com o transporte, o que compromete o acesso efetivo ao tratamento.

A visita destacou a importância de expandir o modelo de atendimento rápido para outras regiões de Minas Gerais. Também foi apontada a necessidade de políticas públicas para facilitar o deslocamento de pacientes, de modo a garantir que a estrutura disponível seja efetivamente utilizada.



A Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer visita o Instituto de Oncologia Ciências Médicas de Minas Gerais.

Fundação Cristiano Varella em Manhuaçu

Uma audiência da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer em Manhuaçu (Zona da Mata), no dia 14 de novembro, discutiu a instalação de uma unidade da Fundação Cristiano Varella (FCV) no município, com foco no atendimento ambulatorial e em infusões de quimioterapia.

Estima-se que a nova unidade atenderá pacientes da cidade e de outros 22 municípios da região, alcançando cerca de 350 mil pessoas. A expectativa é de que a obra seja iniciada a partir de janeiro de 2026, com conclusão no primeiro semestre de 2027.

A reunião contou com a presença da prefeita de Manhuaçu e de representantes da Secretaria Municipal de Saúde, além de dirigentes da fundação, médicos especialistas e lideranças regionais e municipais. Eles ressaltaram que a instalação representará um alívio para pacientes que atualmente precisam viajar 132 quilômetros até o hospital mais próximo, em Muriaé.

Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia

A Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia abordou em audiências públicas diferentes assuntos que interferem nos potenciais turísticos e gastronômicos do Estado.

Em setembro, audiência pública discutiu a forma de cálculo de diárias em hotéis de Minas Gerais, além da divulgação turística no Estado. Foi debatida a possibilidade de o período da diária ser contado a partir do horário de *check-in* do hóspede, com duração de 24 horas. Também foi analisada a possibilidade de proibir o *check-out* antes do meio-dia.

A reunião foi, ainda, uma oportunidade de promover o diálogo com a indústria hoteleira, que considerou que a mudança poderia inviabilizar seu negócio, uma vez que, no mundo inteiro, o horário de *check-in* é por volta das 14 horas e o do *check-out*, por volta de meio-dia.



Comissões Extraordinária de Turismo e Gastronomia e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas debateram o transporte público noturno em Belo Horizonte e Região Metropolitana e seus impactos no desenvolvimento do turismo e da gastronomia da região.

A repercussão do Carnaval e de outras festas tradicionais no turismo e a necessidade de aperfeiçoamento do transporte noturno de trabalhadores da cadeia produtiva da gastronomia também foram temas abordados pela comissão.

Audiência em dezembro tratou dos impactos de problemas no transporte público noturno no turismo e na gastronomia de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Como a cidade é reconhecida como a capital dos bares, os negócios estão sendo prejudicados pelo transporte noturno insuficiente.

Conforme constatado na reunião, a maior parte das linhas metropolitanas e municipais opera com horários reduzidos após as 22 horas. Dessa forma, a frequência dos ônibus diminui consideravelmente, resultando em longos períodos de espera. Além disso, há dificuldades na integração entre as linhas de BH e as das cidades da Região Metropolitana à noite.

Representantes da categoria relataram que, apesar da oferta de vagas, há dificuldade de contratação de funcionários por causa dessas limitações. Os comerciantes do setor de bares e restaurantes evidenciaram a necessidade de adequar os horários e aumentar a frequência do transporte público noturno.

Cipe Rio Doce

A Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce (Cipe Rio Doce) realizou sete reuniões durante o ano. Dessas, três foram audiências públicas e tiveram como foco as medidas de reparação para vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

Dez anos após a tragédia, a população diretamente atingida prosseguiu denunciando violações de direitos e a exclusão dos processos de reparação. Representantes de comunidades, entidades sociais e assessorias técnicas apontaram falhas na condução e na execução das medidas indenizatórias e de reassentamento previstas no novo acordo pactuado entre autoridades e as mineradoras envolvidas (Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco).

Assinado em outubro de 2024, o Novo Acordo de Repactuação do Rio Doce (ou Novo Acordo de Mariana) modifica o sistema de compensação dos danos. Durante audiência pública no dia 1º de outubro, o foco foram as ações previstas em quatro anexos, sob responsabilidade da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

Elas tratam da reparação integral a povos e comunidades tradicionais (R\$ 8 bilhões), do programa de transferência de renda para agricultores familiares e pescadores (R\$ 3,7 bilhões), da retomada econômica dos territórios rurais (R\$ 2,5 bilhões) e da contratação de assessorias técnicas independentes (R\$ 698 milhões), além da participação social. Todavia, representantes dos atingidos reclamaram por não terem participado da construção do novo acordo e continuarem sendo vítimas de retaliações.

Em 27 de novembro, em nova audiência da Cipe Rio Doce, assessorias pediram tratamento igualitário aos atingidos por barragem. Pescadores e agricultores da Bacia do Rio Doce, por exemplo, não foram contemplados pelos repasses da repactuação. Na reunião, desabafaram sobre o fato de não poderem trabalhar e não estarem recebendo auxílio. Representantes dos 18 territórios atingidos pelo acordo de repactuação firmado com as mineradoras, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024, estiveram na Assembleia.

No mesmo dia, em outra audiência, foram apresentados relatos sobre os 35 meses de atuação das assessorias técnicas independentes (ATIs) nos territórios atingidos. Nesse período, as ATIs auxiliaram as populações a entender o problema, organizar-se e lutar por direitos. A criação de conselhos municipais de participação, a realização de consulta pública e a criação da Instância Mineira de Participação, voltada para discussões sobre o acordo, foram listadas como alternativas para aprimorar o controle social sobre os repasses.



Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce ouviu os relatos dos 35 meses de atuação das assessorias técnicas independentes nos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão e debateu o cumprimento das obrigações previstas no acordo de repactuação firmado com as mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco em outubro de 2024.

Assembleia Fiscaliza

A fiscalização é um dos pilares da Assembleia Legislativa, como estabelece a Constituição do Estado. Nesse sentido, a ALMG dispõe de instrumentos para exercer essa função, sendo um deles o Assembleia Fiscaliza.

A iniciativa, desenvolvida nos últimos anos para fortalecer a função fiscalizadora do Legislativo, conta com três frentes de atuação relacionadas ao trabalho das comissões temáticas: Prestação de Contas do Governo, Tema em Foco e audiências e visitas de fiscalização.

A prestação de contas refere-se a ciclos periódicos de reuniões entre comissões da Assembleia, secretários de Estado e dirigentes de órgãos do Poder Executivo. No Parlamento mineiro, esses agentes prestam esclarecimentos aos parlamentares.

Essas discussões podem resultar em pedidos de providências para o cumprimento ou aperfeiçoamento de ações, ou ainda em compromissos firmados pelo Executivo a partir dos questionamentos das deputadas e dos deputados.

No Tema em Foco, cada comissão da Assembleia define um tema específico de política pública sob sua atribuição para ser acompanhado por período de até dois anos. Para isso, podem ser realizados estudos técnicos, pedidos de informação, audiências públicas e visitas para levantar a situação do assunto em questão. Ao final do prazo definido para o monitoramento do tema escolhido, é produzido um relatório com conclusões e sugestões de encaminhamento ao Executivo.

Já as audiências e visitas de fiscalização são atividades rotineiras de caráter fiscalizatório realizadas no âmbito das comissões, como debates públicos, audiências com convidados, audiências públicas e verificações *in loco*.

Confira abaixo os principais assuntos trabalhados no Tema em Foco do ano de 2025 e na Prestação de Contas do Governo.



Comissões de Segurança Pública e de Defesa dos Direitos da Mulher receberam a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Civil de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza: Prestação de Contas.

Tema em Foco

Comissão de Administração Pública

Tema: Acompanhamento do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (Região Central).

A comissão definiu como objetivo geral, para o biênio 2025-2026, fiscalizar o cumprimento do referido acordo judicial. Foram definidos como objetivos específicos, entre outros:

- Acompanhar a execução das cláusulas do acordo judicial, com ênfase nos eixos de moradia, reassentamento, indenizações, saúde, educação, segurança hídrica e preservação do patrimônio cultural.

- Verificar o grau de participação das pessoas atingidas e das entidades de assessoria técnica nos processos decisórios.
- Analisar a efetividade das medidas de reparação ambiental, especialmente quanto à restauração dos cursos d'água, à contenção da contaminação do solo e da água e à recuperação da biodiversidade.

Em 2025, a comissão apresentou 13 requerimentos com pedidos de informação a órgãos públicos e Poderes em relação, sobretudo, a esses objetivos específicos, sem que 12 deles tenham sido respondidos.

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Tema: Implementação da Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável (Pais), prevista na Lei nº 24.931, de 2024.

O objetivo escolhido pela comissão para o biênio 2025-2026 foi fiscalizar a implementação da Pais, por meio do acompanhamento de sua regulamentação e da operacionalização de instrumentos previstos na lei, necessários à consolidação, à expansão e ao desenvolvimento das condições de sustentabilidade da atividade de agricultura irrigada. Por sua vez, os objetivos específicos foram:

- Acompanhar e discutir a regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024.
- Debater a agricultura irrigada em Minas Gerais, sua evolução e perspectiva.
- Conhecer e divulgar a 5ª edição do Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP).
- Discutir a utilização de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para projetos de irrigação.
- Debater o apoio à adoção da agricultura irrigada por agricultores familiares



Plantação de café no município de Cajuri.

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Tema: Regionalização das políticas públicas.

O objetivo geral foi acompanhar a articulação regional das políticas públicas. Como objetivos específicos, foram listados:

- Avaliar a criação de Postos Avançados de Atendimento na estrutura das Superintendências Regionais de Ensino (SREs) em Minas Gerais, para promover a acessibilidade administrativa dos municípios mais afastados de suas sedes.
- Debater a proposta de regionalização do saneamento em Minas Gerais, conforme prevê o novo Marco Legal do Saneamento.
- Debater o planejamento e o desenvolvimento regional em face da expansão da mineração.
- Estudar consórcios intermunicipais como instrumento do federalismo cooperativo e de promoção de maior eficiência e equidade administrativa.
- Estudar conflitos territoriais entre limites municipais e divisas entre estados.

Comissão de Cultura

Tema: Financiamento à cultura em Minas Gerais: alcance e limites dos instrumentos para aplicação dos recursos e para execução do programa Descentra Cultura.

O objetivo geral foi monitorar e avaliar os mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, especialmente aqueles pertencentes ao Sistema de Financiamento à Cultura – Descentra Cultura, previsto na Lei nº 24.462, de 2023. Já entre os objetivos específicos, estavam:

- Monitorar os mecanismos do Descentra Cultura: recursos do Tesouro Estadual, Fundo Estadual de Cultura (FEC) e Incentivo Fiscal à Cultura (IFC).
- Acompanhar a destinação de recursos transferidos da União para o fomento à cultura em Minas.
- Avaliar se os mecanismos do Descentra Cultura Minas estão cumprindo os critérios de desconcentração, descentralização, democratização, desburocratização e transparência.

Em 2025, a Comissão de Cultura realizou duas audiências públicas e uma audiência de convidados pertinentes ao Tema em Foco. Uma delas abordou a utilização de recursos do FEC no programa Restaura Minas 2, destinado a ações de restauro em edificações mineiras. Já a outra tratou da aplicabilidade do Descentra Minas para a cultura do interior do Estado e foi realizada em Varginha (Sul de Minas).

A audiência de convidados versou sobre o financiamento de políticas culturais e contou com a presença do então secretário de Estado Leônidas de Oliveira.

Também foram aprovados vários requerimentos com pedidos de informação e de providências atinentes ao tema em questão, alguns dos quais já foram respondidos.



A Comissão de Cultura debate a aplicabilidade e a eficácia do Descentra Minas para a cultura do interior do Estado.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Tema: Superendividamento: proteção e recuperação financeira do consumidor à luz da Lei Federal nº 14.181, de 2021.

O objetivo geral estabelecido foi analisar as causas e as consequências do superendividamento entre os consumidores, bem como identificar e avaliar a eficácia dos mecanismos de prevenção e tratamento existentes, propondo, se necessário, melhorias e novas soluções. Os objetivos específicos listados foram:

- Investigar os fatores que contribuem para o superendividamento, incluindo-se acesso facilitado ao crédito, práticas de consumo, falta de educação financeira e situações de vulnerabilidade.
- Avaliar o impacto do superendividamento na vida dos consumidores, considerando-se aspectos econômicos, sociais e psicológicos.
- Mapear e analisar os mecanismos legais e administrativos de prevenção e tratamento do superendividamento, como a Lei do Superendividamento (Lei Federal nº 14.181, de 2021) e a conciliação e a renegociação de dívidas.
- Identificar boas práticas e propor recomendações para aprimorar a prevenção e o tratamento do superendividamento.

Em 2025, foram enviados três requerimentos com pedido de informações a Poderes e órgãos públicos sobre o tema em questão.



Comissões de Administração Pública, Defesa do Consumidor e do Contribuinte, Desenvolvimento Econômico, Fiscalização Financeira e Orçamentária e Participação Popular recebem a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas, relativo ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Tema: Montante de inquéritos passivos nas delegacias: um desafio para a política para mulheres.

O objetivo geral estabelecido foi conhecer o montante de inquéritos policiais pendentes de conclusão nas delegacias especializadas de atendimento à mulher do Estado (Deams), as causas dessa morosidade e suas implicações para a proteção à mulher. Já entre os objetivos específicos estavam:

- Conhecer o quantitativo de inquéritos policiais instaurados, concluídos e não concluídos no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024, em tramitação nas Deams e relacionados a crimes violentos contra as mulheres.
- Identificar os principais entraves institucionais e estruturais para a tramitação de inquéritos policiais que versem sobre crimes violentos contra as mulheres.
- Avaliar as consequências do acúmulo de inquéritos policiais não concluídos e em tramitação nas Deams na efetividade das ações policiais e na proteção às mulheres.

Um requerimento com pedido de informações pertinente aos objetivos listados foi encaminhado à chefe da Polícia Civil, delegada Leticia Gamboge, em 2025.



Destaque de reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Tema: Políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias: desafios e perspectivas para a promoção de seu desenvolvimento pessoal, inclusão social e cidadania.

Para o biênio 2025-2026, foi definido pela comissão como objetivo geral monitorar as políticas, os programas e as ações voltadas para as pessoas com TEA e suas famílias, no âmbito do Estado, visando à promoção de seu desenvolvimento pessoal, inclusão social e cidadania. Já entre os objetivos específicos foram listados, entre outros:

- Monitorar os programas e as ações para pessoas com TEA desenvolvidas pelas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, entre outras, visando à garantia de atenção qualificada, integral e adequada às diferentes etapas do ciclo de vida dessas pessoas.
- Monitorar a implementação da Lei 24.786, de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no Estado.
- Analisar e sistematizar dados sobre a prevalência do TEA no Brasil.
- Debater com gestores estaduais, especialistas da área e representantes da sociedade civil as estratégias para promover a proteção social, o bem-estar e a valorização das mães atípicas e de outros cuidadores.

No primeiro ano do biênio, a comissão realizou o debate público Autismo, Saúde e Educação: Desafios e Perspectivas. Especialistas, gestores e pessoas com vivência no autismo apontaram falhas na

formação de profissionais, na adaptação das escolas e na preparação da rede de saúde para garantir diagnóstico e atendimento adequados a pessoas com TEA e suas famílias.

Posteriormente, uma audiência pública tratou da inclusão escolar de crianças com TEA. Mães relataram recusa de matrícula, falta de apoio e despreparo das escolas, levando a comissão a anunciar medidas perante o Ministério Público e os órgãos da educação para apurar denúncias e garantir o cumprimento da legislação de educação inclusiva.

Também foram produzidos, no âmbito do Tema em Foco, nove requerimentos para avaliar, cobrar e aprimorar políticas públicas voltadas às pessoas com TEA e suas famílias.

Esses pedidos de informação e de providências abordaram temas como inclusão escolar, formação e disponibilidade de profissionais de apoio, garantia de diagnóstico e tratamento na rede de saúde, funcionamento de serviços especializados, cumprimento da legislação sobre educação inclusiva e combate a práticas discriminatórias, buscando identificar falhas, orientar ações do poder público e assegurar direitos, inclusão social e cidadania a essas pessoas em Minas.



A Assembleia Legislativa de Minas Gerais lança o *Guia prático: direitos, benefícios e serviços para pessoas com deficiência*.

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Tema: Instituições, direito de propriedade e crescimento econômico.

O objetivo geral estabelecido foi discutir a relação entre a qualidade das instituições, com destaque para as organizações de defesa social e de justiça, o direito de propriedade e a confiança para empreender. Os objetivos específicos foram:

- Apurar os principais desafios em termos de defesa social para o empreendedor mineiro.
- Analisar iniciativas bem-sucedidas de promoção da melhoria do ambiente institucional e de defesa social para o empreendedor mineiro.
- Intermediar diálogos interinstitucionais com órgãos públicos, entidades de classe e sociedade civil, para promover soluções que aumentem a confiança do empreendedor e repercutam positivamente no ambiente institucional mineiro, em prol do desenvolvimento econômico.

Comissão de Direitos Humanos

Tema: Violações e formas de garantia de direitos em contextos de conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado.

O objetivo geral estabelecido foi conhecer a maneira como os conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais vêm sendo conduzidos em Minas Gerais pelas diversas instâncias afetas à matéria, de modo a identificar possíveis violações e as formas de garantia de direitos das pessoas envolvidas, bem como meios mais apropriados e justos para a solução desses conflitos. Foram listados, entre os objetivos específicos:

- Levantar, no Poder Executivo estadual, o quantitativo dos atuais conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, discriminados por ano de início, município/região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada.
- Apurar como a Polícia Militar, a Cemig, a Copasa, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Defensoria Pública têm atuado em contextos de conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais.
- Conhecer a atuação e os dados do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica (Compor) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Comissão de Conflitos Fundiários e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais, e de Grande Repercussão Social (Cejusc Social), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).
- Debater casos emblemáticos recentes de violência no campo em Minas Gerais, os quais resultaram na morte de militantes ou na necessidade de sua inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

Como uma das ações do Tema em Foco, a comissão realizou audiência pública sobre conflitos socio-territoriais e ameaças aos defensores de direitos humanos no Triângulo Mineiro. Para os participantes da reunião em Uberlândia, o processo de regularização fundiária no Brasil caminha de modo lento.

O debate aconteceu após uma liderança histórica dos sem-terra da região, Robinson dos Santos Guedes, o “Bob”, de 62 anos, ter sido assassinada em março.

Também foram elaborados requerimentos com pedido de informações sobre a atuação do Compor do MPMG, da Comissão de Conflitos Fundiários e do Cejusc Social do TJMG.



A Comissão de Direitos Humanos debate a importância do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais, por ocasião dos 20 anos da instituição.

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Tema: Monitoramento do cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação (PEE).

O objetivo geral estabelecido para o biênio foi acompanhar, monitorar e avaliar a implementação das metas do PEE por parte do Executivo estadual. Como objetivos específicos, foram listados:

- Atualizar o quadro de resultados de metas do PEE conforme dados, informações e indicadores disponíveis e identificar possíveis lacunas que impossibilitem aferir os resultados.
- Acompanhar o planejamento e a execução das estratégias de competência do Estado em cada meta do PEE, com identificação objetiva das políticas, projetos e ações empreendidos pelos órgãos e instituições de educação e por outros setores responsáveis por políticas sociais.
- Identificar as ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) que possam ser relacionadas ao cumprimento do PEE, acompanhando sua execução físico-financeira.

A comissão elaborou, em 2025, um requerimento com pedido de providências, encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, para a criação ou ampliação de ferramentas que proporcionem maior transparência na execução de políticas públicas de educação.



Destaque de entrega voto de congratulações à União Colegial de Minas Gerais – UCMG pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Tema: Financiamento ao esporte no Estado: impactos da lei de incentivo e do ICMS esportivo.

O objetivo geral estabelecido foi avaliar os impactos das recentes alterações dos instrumentos de financiamento da política estadual de esporte. Como objetivos específicos, foram listados:

- Avaliar o impacto da Lei nº 20.824, de 2013, a Lei de Incentivo ao Esporte, após o aumento dos recursos destinados à execução de projetos esportivos, promovido pela Lei nº 24.987, de 2024.
- Discutir a implantação dos fundos nacional e estaduais de esporte, conforme previsto na Lei Geral do Esporte, e o impacto desses fundos para a execução da política de esporte.
- Avaliar os impactos das alterações do critério “Esportes” do ICMS Solidário.



A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude tratou dos impactos da reforma tributária sobre o esporte no País e no Estado.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Tema: Renegociação da dívida do Estado com a União.

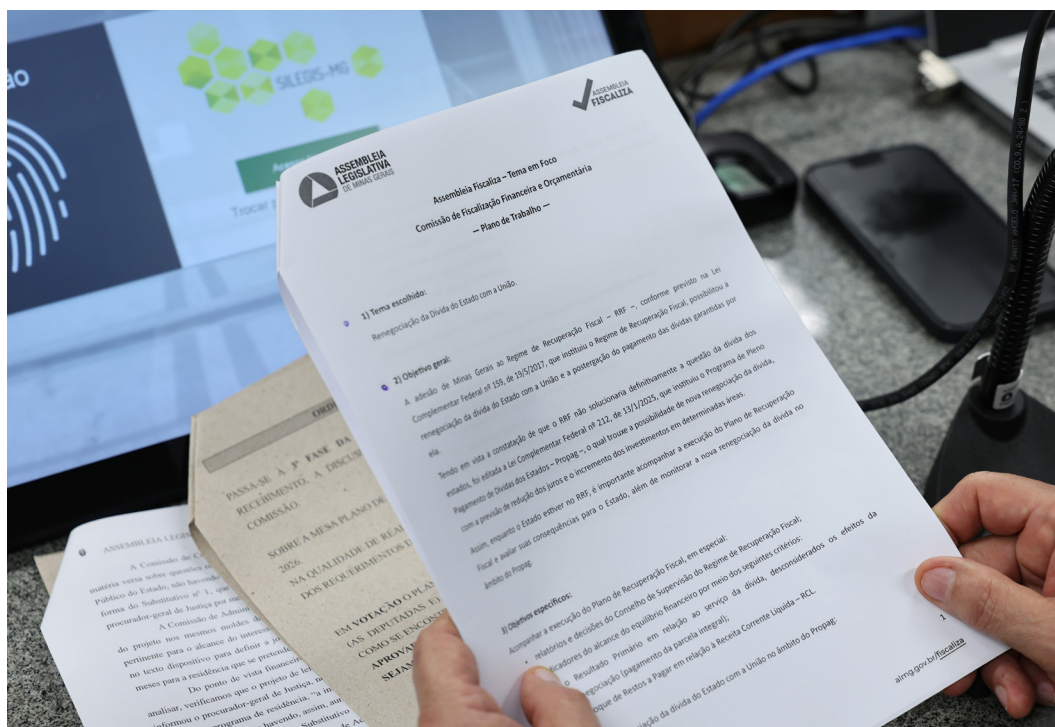
O objetivo geral estabelecido para o biênio foi a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Tendo em vista a constatação de que o RRF não solucionaria definitivamente a questão da dívida dos estados, foi editada a Lei Complementar Federal nº 212, de 2025, que instituiu o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O plano trouxe a possibilidade de nova renegociação da dívida, com previsão de redução dos juros e incremento dos investimentos em determinadas áreas.

A comissão avaliou como relevante acompanhar a execução do Plano de Recuperação Fiscal e avaliar suas consequências para o Estado, além de monitorar a nova renegociação da dívida no âmbito do Propag.

Como objetivos específicos foram listados, entre outros:

- Acompanhar a execução do Plano de Recuperação Fiscal.
- Acompanhar a renegociação da dívida do Estado com a União no âmbito do Propag.

A comissão realizou duas audiências de convidados pertinentes ao Tema em Foco em 2025. A primeira teve como finalidade a apresentação, pelo Poder Executivo, dos projetos para a adesão ao Propag. Na segunda, gestores do governo estadual demonstraram o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2024 e ao primeiro quadrimestre de 2025.



Plano de Trabalho do Tema em Foco, biênio 2025-2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, é tema de apreciação pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Tema: Segurança de barragens de rejeitos, de pilhas de estéril e de rejeitos de mineração e acompanhamento das ações necessárias para mitigar a degradação ambiental da Lagoa da Petrobras.

O objetivo geral da comissão foi acompanhar, fiscalizar e apoiar a implementação das políticas públicas relacionadas à segurança de barragens de rejeitos, de pilhas de estéril e de rejeitos de mineração, bem como das ações necessárias para mitigar a degradação ambiental da Lagoa da Petrobras, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como objetivos específicos, foram listados:

- Acompanhar e avaliar o status atual do descomissionamento das barragens de rejeitos alteadas pelo método a montante no Estado e as ações de segurança e de fiscalização necessárias para a construção, a operação e o fechamento seguro das pilhas de estéril e de rejeitos de mineração no Estado.
- Acompanhar o processo de licenciamento ambiental da Lagoa da Petrobras e os monitoramentos ambientais referentes aos efluentes líquidos e às emissões atmosféricas decorrentes do empreendimento.
- Acompanhar a demanda por medidas de compensação ambiental em decorrência de décadas de passivo ambiental resultante do despejo de efluentes de processos industriais sem tratamento na Lagoa da Petrobras.
- Monitorar o impacto do lançamento de esgoto doméstico e industrial na Lagoa da Petrobras sobre a população residente nas proximidades.



Um dos temas debatidos pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi a elevada degradação ambiental na Lagoa da Petrobras e seus impactos sobre as comunidades do entorno.

Nessa perspectiva, foram realizadas três audiências públicas, além de uma visita técnica. Em uma das reuniões, participantes debateram o PL nº 2.519/24, que dispõe sobre ações de segurança e fiscalização para pilhas de disposição de rejeitos e estéril de mineração no Estado.

Após verificar as condições da Lagoa da Petrobras durante visita técnica, a comissão também realizou audiência para demandar soluções para o reservatório, situado na divisa dos municípios de Ibirité, Sarzedo e Betim.

Outra audiência abordou a ampliação, para 2035, do prazo para desativação de 33 barragens a montante. Essa foi a técnica utilizada nas estruturas que se romperam em Mariana (Região Central), em 2015, e em Brumadinho (RMBH), em 2019.

Comissão de Minas e Energia

Tema: Planejamento e gestão da infraestrutura e dos serviços de água e de energia em Minas Gerais.

O objetivo geral estabelecido foi fiscalizar a qualidade da infraestrutura e o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de energia elétrica pela população mineira e acompanhar as atividades de planejamento e gestão das políticas públicas de recursos hídricos. Como objetivos específicos, foram listados:

- Monitorar a qualidade da infraestrutura dos serviços públicos de abastecimento de água e de energia elétrica e fiscalizar o acesso a esses serviços.
- Verificar a adequação dos investimentos realizados nesses setores.
- Acompanhar o andamento dos processos de autorização para ligação de sistemas on-grid na rede elétrica da Cemig, apurar as frequentes negativas para essas ligações por parte da empresa e buscar soluções técnicas para suas causas.
- Monitorar a implementação e a regularidade da cobrança pelo uso de recursos hídricos em todas as circunscrições hidrográficas.
- Acompanhar o planejamento e a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos pelos comitês de bacia.



A Comissão de Minas e Energia em reunião de trabalho sobre temas relacionados à infraestrutura de serviços públicos de água e energia elétrica no Estado, no âmbito do Tema em Foco 2025-2026.

Em 2025, a comissão elaborou, no âmbito do Tema em Foco, sete requerimentos com pedido de informações ou de providências. Eles foram encaminhados, por exemplo, para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Copanor).

As solicitações trataram do fornecimento de energia elétrica em Santana do Riacho (Região Central), da construção de uma subestação de energia elétrica em Esmeraldas (RMBH), da extensão da rede elétrica em Itamarandiba (Jequitinhonha/Mucuri), da ampliação do programa Cemig Agro para diversas cidades e da expansão dos serviços de abastecimento de água em assentamentos informais urbanos e áreas rurais isoladas.

Outro requerimento foi destinado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) para a execução de ações previstas no Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) nas bacias prioritárias. Ainda foi enviado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pedido de informações sobre ações, obras e investimentos em andamento voltados à expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado, especialmente no que tange ao suporte à geração distribuída de energia solar fotovoltaica.

Comissão de Participação Popular

Tema: Geração distribuída e pobreza energética.

A comissão definiu como objetivo para o biênio 2025-2026 discutir a política energética em Minas Gerais e analisar as dificuldades de pequenos produtores e comunidades na aprovação de projetos de geração distribuída e a baixa qualidade da energia fornecida, com foco nas regiões Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como objetivos específicos, ficaram definidos o acompanhamento e a análise dos seguintes pontos:

- A inclusão do Estado no Programa Luz para Todos (PLPT), do governo federal.
- A implementação do Programa Estadual Minas Trifásico.
- As políticas públicas voltadas a subsidiar a eletrificação de poços de água de uso coletivo no semiárido mineiro.
- Os principais obstáculos ao acesso a projetos de micro e minigeração distribuída no Estado.
- O sistema de concessão de tarifa social e de compensação social da Cemig.
- Os sistemas de iluminação pública do Estado.
- As deficiências de energia elétrica nas escolas da rede pública.



Comissão de Participação Popular e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debateram os impactos da criação do bloco regional de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especialmente no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Tema: Articulação entre as políticas sobre drogas, saúde e educação voltadas às crianças e aos jovens.

A comissão elegeu como objetivo geral para o biênio 2025-2026 acompanhar a atuação conjunta do Estado nas áreas de saúde, educação e segurança pública para a prevenção e o enfrentamento do uso e abuso de álcool e outras drogas por crianças e jovens, bem como os cuidados e tratamentos disponíveis na rede pública de saúde. Entre os objetivos específicos, foram definidos:

- Monitorar os programas e as ações desenvolvidos pelas políticas públicas de saúde, educação e segurança pública para a prevenção e o enfrentamento do uso de álcool e outras drogas por crianças e jovens.
- Acompanhar as ações empreendidas pelo Estado para o atendimento em saúde de crianças e jovens em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas.
- Identificar o esforço público para a prevenção e a redução do uso de álcool e outras drogas entre crianças e jovens no Estado.

No âmbito do Tema em Foco, a comissão participou da abertura de um seminário sobre a efetividade do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Entre outros temas, foram abordados o papel do Legislativo na proteção da infância, a subnotificação de casos de abuso no País e a atuação da Frente Estadual Contra a Pedofilia.

Audiência pública também debateu o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens e sua relação com situações de vulnerabilidade na infância e na juventude, como acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada e transmissão de doenças por via sexual e endovenosa, no caso de drogas injetáveis.

Por fim, a comissão elaborou requerimento para encaminhar ao ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a estratégia de atenção a crianças e adolescentes na política sobre drogas, especialmente sobre o programa Cria: Prevenção e Cidadania e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), no Estado.



Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas debate sobre o aumento do consumo de substâncias psicoativas entre crianças e jovens, no projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, biênio 2025 - 2026.

Comissão de Saúde

Tema: Prevenção e tratamento oncológico, regulação de procedimentos cirúrgicos de urgência e eletivos e transparência orçamentária na saúde: desafios e perspectivas.

O objetivo geral escolhido pela comissão para o biênio 2025-2026 foi acompanhar as políticas públicas relacionadas à prevenção e ao tratamento oncológico, à regulação de procedimentos cirúrgicos de urgência e eletivos e à transparência orçamentária na saúde, com foco na garantia do acesso, na eficiência da gestão e na equidade da atenção à saúde da população. Já os objetivos específicos foram:

- Conhecer a oferta dos serviços de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento oncológico no Estado e identificar os vazios assistenciais.
- Identificar gargalos na organização do cuidado oncológico no Estado, com especial atenção para o tempo de espera entre o diagnóstico e o início do tratamento.
- Conhecer os fluxos de regulação, o tempo de espera e a capacidade instalada para procedimentos cirúrgicos no SUS em Minas Gerais.

- Verificar a equidade no acesso às cirurgias eletivas e de urgência em oncologia entre as diferentes regiões do Estado.
- Debater as iniciativas que promovem a redução de filas de espera para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência em oncologia.



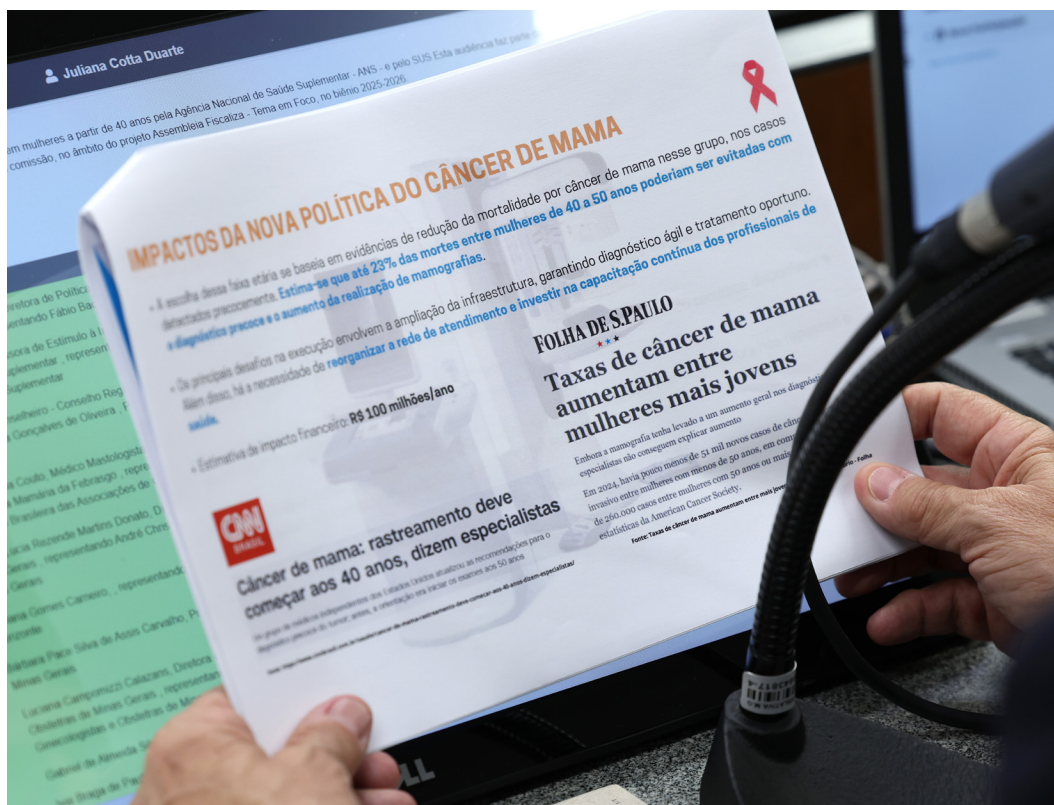
As atualizações do Projeto Regulação 4.0 da Secretaria de Estado de Saúde, o acesso e equidade regional das cirurgias no SUS, em especial na área de oncologia, foram motivo de discussão na Comissão de Saúde.

Três audiências públicas foram realizadas no âmbito do Tema em Foco. A primeira delas apresentou a iniciativa do Instituto Mário Penna para reduzir o tempo entre suspeita e tratamento oncológico, um modelo que pode melhorar o atendimento e conscientizar sobre o diagnóstico precoce.

Outra reunião abordou a realização de mamografia em mulheres com menos de 50 anos. Na ocasião, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esclareceu que não pretende restringir o exame, e especialistas debateram a ampliação da detecção precoce do câncer de mama.

Uma terceira audiência tratou do programa Regulação 4.0, da Secretaria de Estado de Saúde, que reformulou a plataforma SUSfácil para agilizar o acesso dos pacientes à rede estadual de saúde, inclusive em serviços relacionados ao câncer.

A comissão também elaborou três pedidos de providência a órgãos públicos, tratando do acesso e do tempo de espera para procedimentos oncológicos, da regulação de cirurgias de urgência e eletivas, do funcionamento da rede assistencial, do financiamento e da execução do orçamento da saúde, além da transparência na gestão dos recursos, com o objetivo de fiscalizar políticas públicas, identificar gargalos e aprimorar o atendimento à população.



Comissão de Saúde tratou da realização de exame de mamografia em mulheres a partir de 40 anos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo SUS.

Comissão de Segurança Pública

Tema: Condições de trabalho e valorização dos profissionais de segurança pública no Estado.

O objetivo geral da comissão para o biênio foi conhecer as ações desenvolvidas para a valorização dos servidores das forças de segurança pública do Estado, sobretudo no que se refere às iniciativas para a promoção de condições de trabalho adequadas e a boas práticas relacionadas à proteção e valorização desses servidores. Os objetivos específicos listados foram:

- Ouvir representantes das categorias e associações sobre demandas históricas e atuais relacionadas à valorização profissional dos servidores das forças de segurança pública.
- Coletar subsídios para a atuação da comissão e do conjunto dos parlamentares da ALMG, a fim de contribuir para a valorização dos profissionais em aspectos como recomposição e reestruturação de efetivos, salários e carreiras, promoção da saúde, formação e capacitação e reestruturação e funcionamento das unidades.

No âmbito do Tema em Foco, a comissão fez dois requerimentos com pedido de informações à chefia da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar sobre ações implementadas com foco na valorização de policiais civis e militares, respectivamente, bem como sobre a oferta de condições de trabalho adequadas a esses profissionais.



Comissão de Segurança Pública debateu o papel do cidadão e das instituições na promoção da segurança pública, da liberdade individual e da responsabilidade no Brasil.

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Tema: A erradicação do trabalho escravo no Estado e a promoção de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados

Como objetivo geral para o biênio 2025-2026, a comissão elegeu acompanhar a ocorrência do trabalho escravo no Estado e as ações empreendidas pelo poder público para evitar a ocorrência desse crime e garantir condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados. Entre os objetivos específicos, estavam:

- Acompanhar os dados sobre o trabalho análogo à escravidão e a atuação das instâncias de fiscalização para inibir esse crime no Estado.
- Identificar as ações empreendidas pelo Estado para apoio às ações de fiscalização e para proteção dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo à escravidão.
- Identificar lacunas na atuação do Estado e propor alternativas para a erradicação do trabalho análogo à escravidão.

A principal atividade da comissão no âmbito do Tema em Foco em 2025 foi a realização de audiência no município de Berilo (Vale do Jequitinhonha) para denunciar e debater o recrudescimento de casos de trabalho análogo à escravidão e tráfico de pessoas.

Também foram produzidos pela Comissão do Trabalho quatro requerimentos, com pedido de informações e de providências dirigidos a órgãos do Executivo, do sistema de Justiça e de fiscalização. Eles abordam ações de repressão e prevenção ao trabalho escravo, acompanhamento de operações de resgate, responsabilização de empregadores, além de políticas públicas voltadas à proteção social, à reinserção no mercado de trabalho e à garantia de condições dignas de vida aos trabalhadores resgatados.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social debate e da Assistência Social debateu a situação e vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes das regiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como do Norte do Estado, sujeitas ao crime de tráfico de pessoas ou a condições de trabalho análogo à escravidão

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Tema: Vias e rodovias não pavimentadas – impactos na economia, no meio ambiente, na segurança viária e no cotidiano da população local.

O objetivo geral para o biênio foi debater e buscar soluções para a melhoria e a manutenção das estradas não pavimentadas do Estado. Como objetivos específicos, foram listados:

- Levantar informações mais precisas sobre a situação das estradas não pavimentadas com as autoridades responsáveis.
- Debater as interseções existentes entre as malhas federal, estadual e municipal de estradas não pavimentadas e a dificuldade de sua gestão.
- Propor eventuais iniciativas ou providências necessárias para a melhoria da gestão na manutenção das rodovias não pavimentadas, bem como para sua pavimentação.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas debate sobre a MG-50.

Prestação de contas do governo

Secretarias de Estado de Casa Civil (SCC), de Comunicação Social (Secom) e de Governo (Segov)

A adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal, pautou a reunião que abriu a Prestação de Contas do Governo, edição 2025. A atividade foi conduzida pela Comissão de Administração Pública.

Os secretários de Estado da Casa Civil, Luiz Otávio Gonçalves, de Governo, Marcelo Aro, e de Comunicação Social, Bernardo Santos, responderam a questionamentos dos parlamentares e apresentaram iniciativas desenvolvidas em suas pastas.

Todos os gestores defenderam a necessidade de aprovação do pacote de projetos de lei (PLs) enviado pelo governo estadual à Assembleia, relativo ao Propag. Mas foram questionados, por exemplo, sobre o conteúdo dessas proposições.

Uma das matérias que despertou mais críticas foi o PL nº 3.733/25, que autoriza o Executivo a transferir imóveis de propriedade do Estado para a União, com o fim de amortizar parte da dívida de Minas. No projeto original, constava uma lista com mais de 300 imóveis.

Segundo o secretário Marcelo Aro, a grande vantagem do Propag em relação ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é zerar os juros da dívida. “Mas, para conseguirmos isso, precisamos entregar R\$ 36 bilhões em ativos”, explicou.

Conforme relatou, apenas a venda da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), responsável pela exploração do nióbio, poderia ser insuficiente. Nesse sentido, informou que disponibilizar outros imóveis possibilitaria margem mais ampla para negociação com o governo federal.



Secretarias de Estado da Casa Civil, Comunicação Social e Governo apresentam ações e respondem questionamentos de parlamentares integrantes da Comissão de Administração Pública no âmbito do Assembleia Fiscaliza 2025.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG)

A Comissão de Segurança Pública abordou, na prestação de contas dos gestores, o déficit de efetivo no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e suas implicações nos serviços prestados, bem como o contingenciamento realizado pelo governo do Estado na área da segurança de modo geral.

Participaram a comandante-geral do CBMMG, Cel. BM Jordana Daldegan, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Cel. PM Carlos Frederico Garcia, e a chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), delegada Leticia Gamboge.

Respondendo aos questionamentos dos deputados, Jordana Daldegan destacou que a corporação tem um efetivo de 5.888 bombeiros militares. Ela reconheceu o déficit na instituição e abordou concursos públicos em andamento para recompor o quadro, como o do Centro de Formação de Oficiais, com 22 vagas, e o curso de formação de soldados, com 303 vagas.

A comandante-geral também destacou a conquista, em 2025, do auxílio-alimentação pela categoria da segurança.

Em relação ao contingenciamento de recursos, Jordana Daldegan informou que houve um corte de 13%, com a diretriz de não impactar o serviço operacional. Foram reduzidos recursos das áreas de aviação e ensino.

De acordo com o comandante-geral da PM, Carlos Frederico Garcia, no início de 2026 deverão entrar em atividade 3.102 novos soldados, elevando o efetivo total da PMMG de 37.576 para 40.024.

Em sua apresentação, ele destacou a redução dos índices de criminalidade em Minas. Comparando os mesmos períodos de 2024 e 2025, houve diminuição de 7,4% no número de mortes violentas, de 11% nos homicídios consumados, de 26% nos feminicídios e de 28,9% nos crimes violentos.



A Comissão de Segurança Pública recebe a prestação de informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

A atuação da Polícia Militar na área rural, por meio de monitoramento integrado com produtores rurais em diversos municípios do interior, foi elogiada por parlamentares.

Conforme o comandante, a iniciativa integra o Sistema de Cercamento Digital de cidades e utiliza câmeras para monitorar os principais acessos, além de contar com projeto de identificação de pessoas com mandados de prisão em aberto, que já resultou em 470 indivíduos identificados.

Em conjunto com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, a Comissão de Segurança Pública também recebeu o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco.

Ele ressaltou dados do sistema prisional no Estado, como a nomeação de 3.405 candidatos do concurso para policial penal, realizado em 2021. O gestor da Sejusp anunciou também a realização de um novo concurso com previsão de 1.178 vagas, além de um processo seletivo simplificado para contratação temporária de 686 policiais civis.

Segundo o secretário de Estado, ao todo, existem 41 unidades socioeducativas em Minas, entre as geridas diretamente pelo governo e aquelas de gestão compartilhada. Somadas, ofertam 1.118 vagas, 75% das quais já ocupadas.

Rogério Greco comunicou também a construção de novos presídios em Frutal (Triângulo Mineiro), Itaúna (Centro-Oeste), Lavras e Poços de Caldas (ambas do Sul de Minas).

Secretaria de Estado de Saúde (SES)

Na prestação de contas encabeçada pela Comissão de Saúde e pela Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, foi recebido o secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti.

Ele ressaltou a execução financeira crescente da Secretaria de Saúde, que saltou de R\$ 4,6 bilhões em 2014 para R\$ 11,9 bilhões em 2024.

Entre as ações e políticas da área, o secretário enfocou cerca de 1 milhão de cirurgias eletivas realizadas em 2024 pelo Opera Mais, Minas Gerais, na expansão das Unidades Básicas de Saúde (623 novas), dos serviços de hemodiálise e no programa de triagem neonatal, com o rastreamento de 60 doenças em 1,1 mil testes diários.

A cobertura vacinal, acima da média do País, e as ações emergenciais diante da alta significativa de quadros de síndrome respiratória aguda grave, com a ampliação de leitos e o adiantamento de recursos a municípios, também foram destacadas por Fábio Baccheretti.

Entre os diversos questionamentos apresentados pelos parlamentares, recebeu destaque a preocupação com a destinação final de recursos públicos direcionados à saúde, entre eles os referentes ao Opera Mais, Minas Gerais.



Assembleia Fiscalizadora: Comissões de Saúde e Prevenção do Câncer recebem prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde.

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult)

As Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, com participação da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, receberam o secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira.

A necessidade de descentralizar recursos da cultura para todas as regiões de Minas Gerais foi a principal questão levantada pelos deputados.

O secretário de Estado relatou que a secretaria tem trabalhado nessa questão, procurando diretamente prefeitos e secretários municipais. Segundo ele, municípios das regiões Norte e Noroeste têm mais dificuldade de acesso a recursos.

Apesar disso, ponderou que a Lei nº 24.462, de 2023, conhecida como Descentra Minas, alcançou avanços e aumentou investimentos em turismo e cultura no interior do Estado.

De acordo com ele, 30% dos valores aprovados para captação pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura até maio de 2025 foram destinados a municípios do interior, que tiveram 184 projetos aprovados, enquanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) teve 236. Antes da lei Descentra Minas, mais de 95% dos recursos ficavam na RMBH.

Secretaria de Estado de Educação (SEE)

Medidas de combate à violência contra profissionais da educação no ambiente escolar e impactos, para a educação pública de Minas, de projetos de lei (PLs) do governador Romeu Zema referentes ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) estiveram no radar de parlamentares na prestação de contas da Secretaria de Estado de Educação (SEE).



Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Educação Profissional recebem prestação de contas da Secretaria de Estado da Educação.

Parlamentares da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quiseram saber quais ações a secretaria tem executado para enfrentar a violência contra trabalhadores da educação. Também questionaram o secretário de Estado à época, Igor Alvarenga, sobre imóveis ocupados por instituições da área e que constam no PL nº 3.738/25.

A matéria autoriza o Executivo a transferir para a União imóveis de propriedade do Estado para abatimento da dívida. Constatam na relação áreas ocupadas pela Escola Estadual Milton Campos, conhecida como Estadual Central, e pelo Plug Minas, na Capital, por exemplo.

Respondendo à primeira pergunta, Igor Alvarenga destacou que a pasta desenvolve diversas iniciativas de prevenção à violência contra profissionais da educação, do ponto de vista pedagógico e educacional.

Entre elas, estão a elaboração de regimento escolar com regras mais claras sobre disciplina, o desenvolvimento de programas de convivência democrática e o acompanhamento psicológico a servidores vítimas de violência.

Em relação aos projetos referentes ao Propag, Igor Alvarenga defendeu a necessidade de avançar nessa pauta para equacionar a dívida do Estado com a União. De acordo com ele, um dos critérios para a elaboração da lista foi a subutilização dos espaços, como no caso do Estadual Central. Apesar disso, enfatizou que a lista é dinâmica e não representaria interrupção de serviços.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

A então secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho, foi sabatinada por parlamentares durante prestação de contas conduzida pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria.

A confiabilidade de auditorias e relatórios feitos por mineradoras para o monitoramento ambiental de suas próprias atividades, sobretudo na Serra do Curral, no entorno de Belo Horizonte, foi uma das questões levantadas.

Segundo Marília Carvalho, duas empresas tiveram atividades suspensas e uma teve o licenciamento cancelado. Ela defendeu ainda a responsabilização dos profissionais que assinam laudos duvidosos.

Outro assunto foi a situação da Lagoa da Petrobras, na região de Ibirité (RMBH). Construída para apoiar o funcionamento da Refinaria Gabriel Passos, o reservatório se encontra em processo avançado de assoreamento.

Segundo a secretária, embora a refinaria tenha licença para operar há décadas, a lagoa passa pelo primeiro processo de licenciamento. Ela explicou que há compensações ambientais e medidas de controle determinadas legalmente a serem aplicadas, mas, considerando-se o passivo ambiental da lagoa, outras ações, além das obrigatórias, estão em discussão.

O baixo número de servidores do meio ambiente e a situação precária de suas carreiras também foram tratados. De acordo com Marília Carvalho, a situação fiscal do Estado impede a realização de novo concurso. Ela ainda informou que é prioridade construir um plano de carreiras para os servidores.



Comissões de Meio Ambiente, Agropecuária e Minas e Energia recebem a prestação de contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Secretarias de Estado de Fazenda (SEF) e de Planejamento e Gestão (Seplag)

Deputados das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Participação Popular e de Desenvolvimento Econômico sabatinaram o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, e a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Sílvia Listgarten.

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal, voltou a centralizar a prestação de contas das pastas. Os parlamentares manifestaram dúvidas e preocupações quanto à situação fiscal do Estado e à adesão de Minas Gerais ao Propag.

Sílvia Listgarten tratou como desafio a finalização, em tempo hábil, da lista de imóveis que serão oferecidos à União para abatimento da dívida de Minas Gerais.

A relação preliminar contava com 343 imóveis, sendo 242 do Estado e 71 de empresas estatais, conforme a titular da Seplag. Segundo ela, o Executivo deu preferência a imóveis sem uso finalístico, desocupados ou subutilizados, mas está aberto ao diálogo.

O secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Gomes, voltou a reforçar que o governo busca a adesão ao Propag com amortização de 20% da dívida com a União, mediante a cessão de ativos como imóveis, empresas estatais e direitos creditórios. Nesse cenário, a dívida seria refinanciada com correção monetária pelo IPCA e juros reais de 0% ao ano.



Prestação de contas da Secretaria de Estado de Finanças e Secretaria de Estado de Planejamento às Comissões de Administração Pública, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Desenvolvimento Econômico, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular no Assembleia Fiscaliza.

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)

Segurança no campo, projetos de irrigação e de expansão tecnológica e regulamentação ambiental foram temas dos questionamentos dos deputados ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Almeida, na reunião da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.



A Comissão de Agropecuária e Agroindústria recebe a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

O secretário de Estado abordou a importância das delegacias especializadas em crimes rurais e da instalação de câmeras de monitoramento nas zonas rurais de alguns municípios. Ele citou ainda os projetos Campo Seguro e Patrulha Rural, da Polícia Militar, como ações que têm melhorado a segurança no campo. Segundo Thales Almeida, essas ações têm garantido a recuperação de equipamentos, máquinas e animais.

A falta de regulamentação da Lei nº 24.931, de 2024, que institui a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, foi criticada na prestação de contas. Conforme o secretário, a regulamentação seria concluída em breve. Um dos avanços, segundo ele, seria permitir o uso de barramentos para produção de alimentos, e não apenas para energia, como atualmente.

Além disso, Thales Almeida abordou o projeto Irriga Minas, que tem distribuído kits de irrigação e garantido assistência técnica aos produtores para ajudar a aumentar a área irrigada do Estado.

No âmbito da regulamentação ambiental, o secretário comentou mudança para dispensar propriedades de até mil hectares de licenças especiais para a atividade agropecuária. Antes, a partir de 200 hectares já era exigida licença.

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra)

Parlamentares das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas cobraram melhorias em diversas rodovias estaduais na prestação de contas do secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno Souza.

A reunião contou com a participação das Comissões de Desenvolvimento Econômico e Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana.



Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e Transporte, Comunicação e Obras Públicas realizam audiência conjunta no Assembleia Fiscaliza.

Em apresentação, ele destacou as principais realizações de sua pasta e foi auxiliado no esclarecimento de dúvidas pelo diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), Rodrigo Tavares.

Ao longo da reunião, foram mencionados trechos rodoviários específicos em diferentes regiões do Estado, como Sul, Norte, Centro-Oeste, Triângulo, Jequitinhonha/Mucuri, Vale do Rio Doce e Central, interligando municípios do interior às principais rodovias federais que cortam Minas Gerais.

O secretário e o diretor do DER-MG sinalizaram positivamente em relação às cobranças dos parlamentares, informando o andamento das obras ou, ao menos, garantindo a licitação nos próximos meses, com a ressalva de que, em alguns casos, não havia orçamento disponível.

A necessidade de construção ou reforma de pontes também foi citada por diversos parlamentares. Nesse aspecto, os gestores informaram que a pasta já vistoriou cerca de 200 pontes em todo o Estado para subsidiar a elaboração de projetos para sua melhoria.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)

A simplificação do processo de emissão de alvarás e licenças para empreendimentos foi uma das ações mais comentadas durante a prestação de contas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), conduzida pelas Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico.



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico apresenta informações às Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico recebem a prestação de informações no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Além de responder aos questionamentos dos deputados, a secretária de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, destacou projetos para promover a atração de investimentos, a liberdade econômica, a desburocratização do ambiente de negócios e a inovação no setor produtivo.

Como frisou, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais está crescendo desde 2018 e ultrapassou R\$ 1 trilhão no ano passado, ocupando o terceiro lugar no PIB brasileiro.

Segundo Mila Corrêa, a gestão tem se dedicado a aprimorar mecanismos de avaliação para liberar alvarás e licenças, sem comprometer a segurança dos empreendimentos.

Também mencionou a distribuição de quase R\$ 60 milhões em bolsas para projetos de pesquisa atrelados ao setor produtivo local e a emissão de mais de 17 mil títulos de regularização fundiária entre 2019 e início de 2025.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)

A secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Alê Portela, foi sabatinada por parlamentares das Comissões de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A captação de recursos para a Lei de Incentivo ao Esporte foi o ponto central da reunião de prestação de contas. A ampliação de recursos foi comemorada por deputados, que manifestaram preocupação com a dificuldade de captação.

Segundo Alê Portela, o Estado conta com a atuação de conselhos municipais de esporte para a divulgação. Conforme apresentação da secretária, o limite de arrecadação para projetos triplicou para R\$ 82 milhões.

De acordo com ela, 134 projetos esportivos foram homologados em 2025. A previsão é de atingir mais de 30 mil beneficiários em 55 municípios.

Outro ponto ressaltado por Alê Portela foi o ICMS esportivo, repassado aos municípios de forma proporcional às ações que desenvolvem no setor. Segundo ela, 565 municípios receberão repasse em 2025. A estimativa é de valor recorde: R\$ 86 milhões.

Também foram destacadas a emissão de Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cipteas) e a capacitação de mais de 450 gestores para identificação e combate aos casos de abuso infantil.



Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência recebem prestação de informações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.



“Minas Gerais dispara na liderança em energia solar fotovoltaica e é responsável por 22% de toda a produção no Brasil. Milhares de empregos gerados, renda e receitas revertidas em políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, segurança e apoio ao homem do campo.”

Deputado Gil Pereira (PSD)

“Minas Gerais assume protagonismo na saúde infantil com a Lei nº 25.420/2025, de minha autoria. A norma obriga hospitais e maternidades a informar os pais sobre o Teste da Bochechinha, garantindo mais proteção desde os primeiros dias de vida. O exame é moderno e capaz de detectar mais de 300 doenças genéticas e raras, complementando o tradicional Teste do Pezinho. Como presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, avançamos com audiências públicas realizadas em Ubá e Manhuaçu, que discutiram ações de combate à doença e a instalação de ambulatórios de quimioterapia da Fundação Cristiano Varella nesses municípios.”



Deputado Grego da Fundação (Mobiliza)



“Este ano demonstramos a força e a resiliência do Parlamento mineiro. Através de deliberações estratégicas em Plenário e de visitas constantes ao interior, conseguimos identificar as necessidades prioritárias da população e focar em pautas cruciais para o seu desenvolvimento. Priorizamos a elaboração de projetos importantes, como a Lei nº 25.563/2025, que protege nossos educadores. Nossas ações refletiram o compromisso com a qualidade de vida dos cidadãos, buscando soluções inovadoras e equilibradas. Continuaremos firmes no propósito de construir um futuro mais próspero e justo para todos os mineiros.”

Deputado Gustavo Santana (PL)

“2025 marcou a força renovada do Parlamento mineiro. Retornei à Assembleia, após servir na Secretaria de Estado de Governo, reforçando o diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo. Atuamos com responsabilidade para aprovar pautas estratégicas, em especial os projetos para a adesão de Minas ao Propag, passo essencial para o refinanciamento da dívida do Estado e para o equilíbrio das contas públicas mineiras.”

Deputado Gustavo Valadares (PSD)



"Ao longo da minha trajetória no Estado de Minas Gerais, desenvolvi projetos como a Lei dos Consórcios Municipais de Saúde, a PEC que destinou aos municípios recursos da indenização da Vale e o PL que impede o Estado de reter verbas municipais. Continuo firme na defesa dos interesses dos mineiros e no fortalecimento do Poder Legislativo. Defendo a população sem voz na tramitação do Propag, sempre pautado pela democracia, justiça social, defesa da família como base da sociedade e igualdade de oportunidades, respeitando a Constituição e a institucionalidade dos Poderes.”

Deputado Hely Tarquínio (PV)



“Tema centralizador das atividades da ALMG foi, dentre outros, o relacionado à dívida do Estado com a União, com os passos para adesão ao Propag. Tal centralização não olvidou a proteção ao meio ambiente: assunto Lagoa da Petrobras/Regap, proteção à água e à vida. E não poderíamos deixar de registrar as proposições em favor do combate à violência contra a mulher. Chegamos à criação de 116 Procuradorias da Mulher nos municípios. Organizamos eventos para discutir a violência contra a mulher e promover a conscientização sobre o tema. Trabalhamos arduamente para representar os interesses dos municípios.”

Deputada Ione Pinheiro (União)





Canais de diálogo com a população

Em 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) consolidou sua estratégia de interiorização e democratização da informação, reafirmando seu compromisso com a transparência e o fomento à cidadania.

O sucesso da estratégia digital da ALMG culminou em um reconhecimento internacional de grande relevância: a conquista da Placa de Prata do YouTube. A premiação, concedida pela plataforma ao atingir a marca de 100 mil inscritos (número que, em dezembro, ultrapassou 160 mil), chancela a Assembleia como produtora de conteúdo de alta credibilidade e coloca o canal mineiro em posição de destaque no *ranking* das legislaturas estaduais do País.

No ano de 2025, a TV Assembleia completou 30 anos e se consolidou como a primeira TV legislativa do país, mostrando, mais uma vez, o pioneirismo da Casa em ações que elevam a transparência em prol da participação da população mineira. Outro marco foi a integração da TV Assembleia à TV Parabólica Digital (TV RO), ampliando o alcance da emissora para mais de 17 milhões de lares que utilizam antena parabólica digital, em todo o País. Esse avanço soma-se à expansão do sinal digital terrestre, que passou a cobrir mais de 480 municípios mineiros, por meio de parcerias da ALMG com o governo federal e com a Câmara dos Deputados, no âmbito da Rede Legislativa e do programa Digitaliza Brasil.

A Rádio Assembleia celebrou, também em 2025, seus 25 anos de transmissão. Ao longo desse período, o canal se firmou como um importante elo de comunicação com ouvintes de todas as regiões de Minas Gerais, consolidando uma parceria duradoura com emissoras de rádio e garantindo a disseminação, em todo o Estado, de informações qualificadas sobre o trabalho dos parlamentares mineiros.

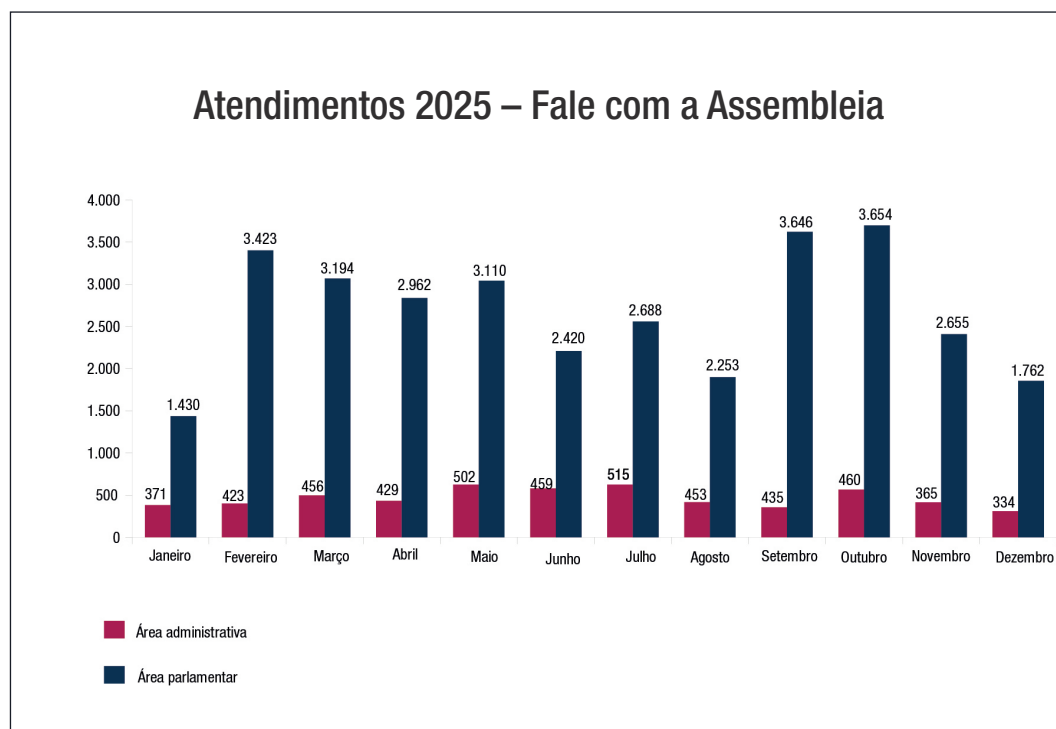
Nesse mesmo movimento de ampliação do acesso à informação, em 2025 a Assembleia deu mais um passo no fortalecimento da transparência ao lançar a página Assembleia em Números, disponível na seção “Transparência” do Portal. A nova ferramenta amplia o acesso da sociedade às informações sobre o trabalho parlamentar, reunindo, de forma integrada e acessível, dados, números e indicadores do processo legislativo, apresentados ao cidadão de maneira simples e imediata.

Toda essa estrutura de comunicação converge para o fortalecimento da escuta ativa, tendo o Fale com a Assembleia como pilar central. O canal facilita o acesso direto dos cidadãos a comissões, Ouvidoria e gabinetes, e registra, em 2025, um volume expressivo de mais de 36 mil mensagens processadas pelo Sistema de Interação com o Cidadão (SIC), além de cerca de 204 mil atendimentos presenciais e 19 mil telefônicos, assegurando que a voz do mineiro seja efetivamente ouvida e processada pelo Parlamento.

Fale com a Assembleia

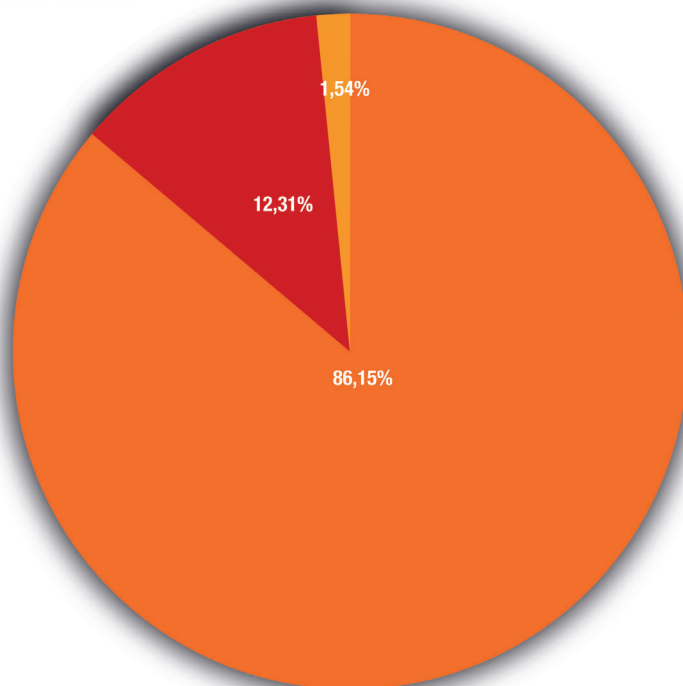
Vários objetivos estratégicos da Assembleia em seu planejamento de longo prazo têm como foco a aproximação com o cidadão e a escuta das demandas de uma sociedade cada vez mais plural. Essas metas buscam, por exemplo, o aprimoramento da função representativa, das práticas participativas e da comunicação institucional, facilitando também a compreensão do trabalho parlamentar.

Entre os principais canais de comunicação está o Fale com a Assembleia, acessado pelo Portal. Por meio dele, o cidadão pode enviar dúvidas, sugestões, reclamações, denúncias ou elogios para o Parlamento mineiro. As mensagens podem ser encaminhadas a diferentes instâncias, como as comissões, a Procuradoria da Mulher, a Ouvidoria ou os próprios deputados e deputadas.



* Atendimentos à imprensa realizados pela Gerência de Jornalismo não estão contabilizados no gráfico, por não se tratarem de demandas feitas via SIC, conforme apresentado na figura a seguir.

SISTEMA DE INTERAÇÃO COM O CIDADÃO
Data de Abertura: entre 1/1/2025 e 17/12/2025.
Escopo FALECOM



Imprensa (sem cadastro): 56 (86,15%) Cidadão: 8 (12,31%)
Servidor da ALMG: 1 (1,54%)

Pelo Fale com a Assembleia, o cidadão também pode se informar sobre cursos e palestras oferecidos pela Escola do Legislativo e tirar dúvidas sobre a tramitação de projetos, a legislação mineira, o funcionamento e as atividades da Assembleia, entre outras opções.

As respostas às demandas recebidas por esse canal são arquivadas no SIC, que gera relatórios sobre esses atendimentos. Em 2025, a ALMG recebeu 38.399 mensagens, sendo 33.197 dirigidas à área parlamentar e 5.202 destinadas à área administrativa.

Mantendo a predominância de anos anteriores, o público que mais apresentou demandas à área administrativa foi o cidadão, totalizando 4.284 mensagens. Os servidores da Assembleia foram responsáveis por encaminhar 796 demandas, e as câmaras municipais apresentaram 79 questionamentos ao Legislativo estadual.

Os assuntos que mais se destacaram referiam-se às seções “Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)”, “Biblioteca e arquivo”, “Procon Assembleia”, “Fale com as comissões”, “Legislação e jurisprudência” e “Tramitação de projetos/Processo legislativo”.

Além dos atendimentos registrados no SIC, o Fale com a Assembleia contabilizou 20.865 atendimentos telefônicos e 217.378 atendimentos presenciais realizados pelo CAC e pelo Procon Assembleia.

Já a imprensa encaminhou 65 demandas via SIC, as quais estão contabilizadas no gráfico acima, e outras 952 via canais diretos de atendimento da Gerência de Jornalismo da Assembleia, sendo 287 via *e-mail* e telefone e 665 atendimentos presenciais.

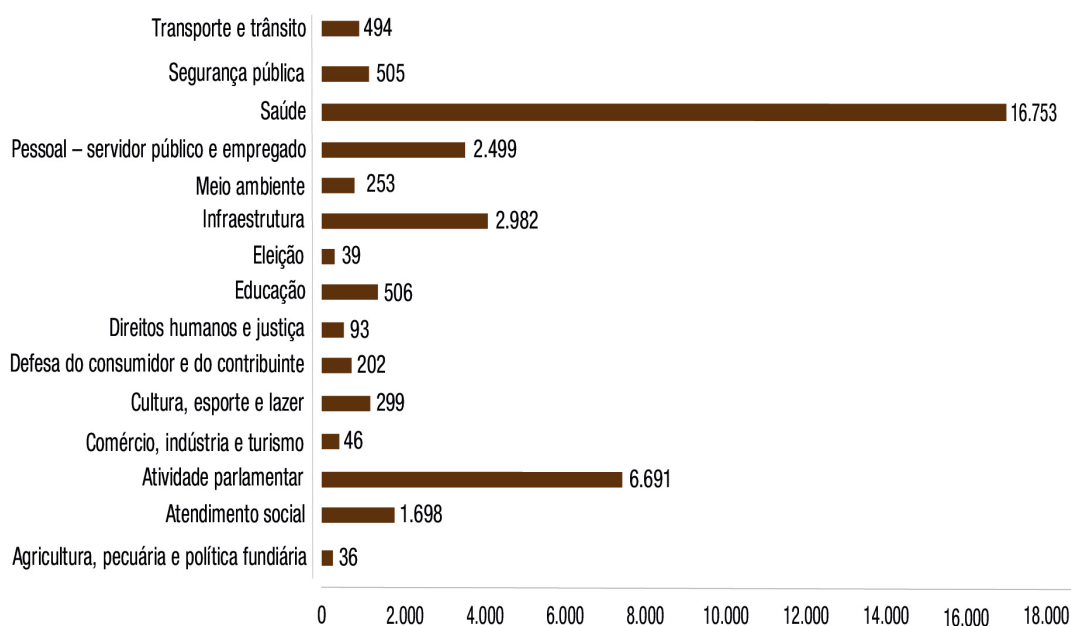
Gabinetes parlamentares

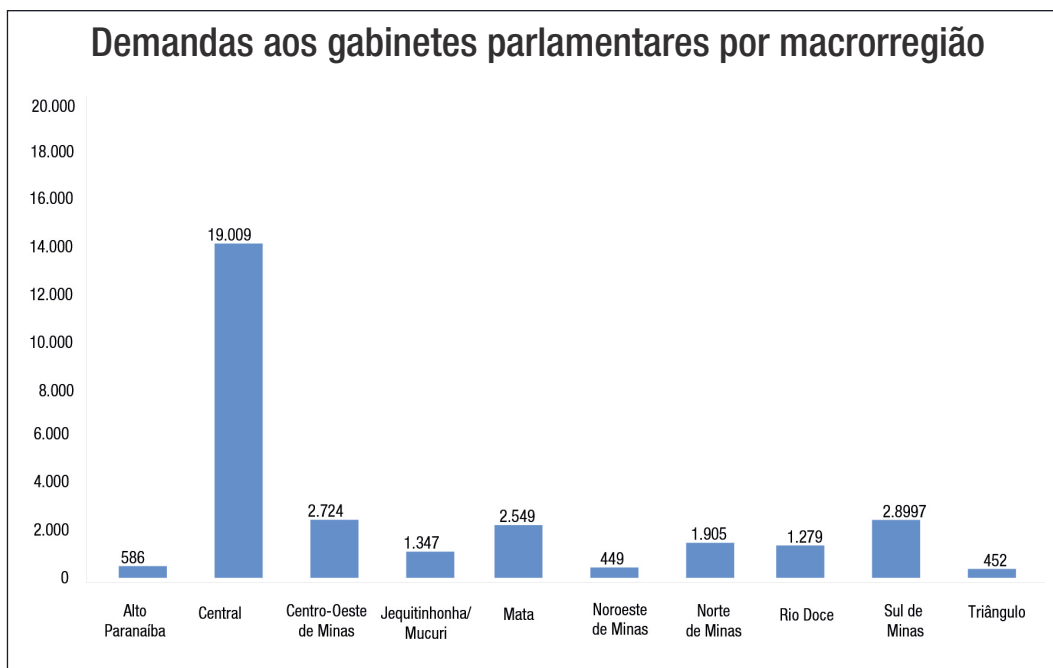
Os gabinetes parlamentares são um ponto de contato direto entre os deputados e a população, entre representantes e representados. Cidadãos e entidades da sociedade civil recorrem a essa instância em busca de apoio para a solução de problemas ou para a apresentação de sugestões.

Essa interlocução – pessoalmente, por telefone ou por meios eletrônicos – também é uma oportunidade para que os deputados acompanhem as dificuldades e desafios das várias regiões do Estado. As demandas podem gerar audiências, visitas ou pedidos de providências, por exemplo.

Em 2025, entre os temas tratados com os gabinetes, tiveram destaque saúde, infraestrutura, servidor público e atendimento social, além de questões ligadas à própria atividade parlamentar. A região Central do Estado foi a responsável por encaminhar o maior número de demandas aos gabinetes por meio do Fale com a Assembleia.

Demandas aos gabinetes parlamentares por tema





Interatividade, comunicação e informação

Em 2025, foram realizados diversos aprimoramentos com vistas a ampliar cada vez mais a usabilidade, a transparência, a inclusão e a acessibilidade no Portal da Assembleia, principal ferramenta de comunicação digital com o público externo. Os avanços contínuos refletem o compromisso da ALMG em diversificar e robustecer seus canais de comunicação, elevar o alcance de temas relevantes e estimular o diálogo e a cidadania.

O aumento das visualizações e a maior participação da população nos perfis institucionais da ALMG nas redes sociais seguem ampliando seu alcance. Esse crescimento reflete o êxito das estratégias de engajamento, com campanhas de conscientização e ações interativas.

No Portal, por exemplo, destaca-se o aumento acima de 40% nas visualizações de legislação, além de mais de 20% de incremento no acesso a notícias. Entre os temas que mobilizaram a audiência nas redes sociais institucionais, estiveram em destaque pautas como direitos das mulheres, direitos do consumidor, combate à miséria, crise climática, finanças públicas, administração do Estado e a tramitação de projetos legislativos.

Em 2025, o canal da Assembleia no YouTube reafirmou seu papel estratégico na divulgação das atividades legislativas, com transmissões ao vivo de reuniões de Plenário, comissões e eventos institucionais, ampliando o alcance das ações do Parlamento na sociedade.

A presença da ALMG nas redes sociais seguiu em expansão ao longo do ano, com atuação integrada entre os perfis institucionais e fortalecimento do diálogo com o cidadão.

PORTAL

Novos e variados recursos de tecnologia, transparência e acessibilidade foram implementados no Portal da Assembleia em 2025. A geração automática de legendas ocultas (*closed caption*), por exemplo, passou a estar disponível em todas as transmissões ao vivo no *site*. A legenda oculta é muito utilizada por usuários surdos ou com dificuldades auditivas e também por pessoas que, naquele momento, não podem ouvir o áudio.

A funcionalidade está disponível nas transmissões das reuniões de Plenário e de comissões, além de nas dos eventos institucionais. O recurso foi implementado pela Gerência de Comunicação em Mídias Digitais (GCMD), em parceria com a Gerência-Geral de Tecnologia da Informação (GTI). Outra inovação implementada foi a identificação automática, em texto, do parlamentar em pronunciamento.

Também foi lançada, em 2025, a página Assembleia em Números, na seção “Transparência” do Portal. Ela apresenta, de forma integrada e acessível, um amplo conjunto de dados sobre o processo legislativo, organizados em quatro seções: “Leis Aprovadas”, “Participação cidadã” e “Fiscalização e atividades legislativas”. É possível consultar painéis interativos que apresentam informações consolidadas e atualizadas relativas à atuação parlamentar, como a quantidade de leis aprovadas, de eventos e reuniões realizadas e de pedidos de informação e de providências encaminhados. O desenvolvimento da ferramenta foi conduzido pela Secretaria-Geral da Mesa (SGM), em articulação com outras áreas envolvidas na entrega, incluindo-se a GCMD. A página está disponível em almg.gov.br > Transparência > Assembleia em Números.









Já a nova página Emendas Parlamentares dedica-se à execução das emendas impositivas, expondo as informações de forma mais organizada e acessível. O cidadão pode organizar as emendas por município, entidade ou organização beneficiada, deputado autor, entre outros filtros. A iniciativa reforça a transparência das ações do Legislativo mineiro e amplia a visibilidade da destinação dos recursos para a sociedade.

EMENDAS PARLAMENTARES

Cada deputado ou deputada pode propor **emendas parlamentares impositivas** ao projeto da **Lei Orçamentária Anual**, como determina a Constituição Estadual. Essas emendas têm **execução obrigatória pelo Poder Executivo** e representam um importante instrumento de participação da Assembleia na **definição das políticas públicas** do Estado.

As emendas impositivas permitem que parlamentares **direcionem recursos** para atender **demandas prioritárias** de municípios e entidades, contribuindo para atender necessidades específicas de cada região.

O que traz a consulta às emendas impositivas

 <p>Destinação do recurso</p> <p>Cada parlamentar define objeto, entidade e município beneficiado com a emenda ao Orçamento.</p>	 <p>Execução das emendas</p> <p>Fica a cargo do Poder Executivo.</p>	 <p>Transparência e controle social</p> <p>Painel traz autores, beneficiários, valores e situação das emendas. Atualização bimestral.</p>	 <p>Formato aberto</p> <p>Os dados estão disponíveis para download.</p> <p> Baixe em XLSX</p> <p> Baixe em CSV</p>
--	--	---	--



Aponte a câmera do seu celular para o *QR code* e confira a página “Emendas Parlamentares” ou acesse o almg.gov.br > Atividade parlamentar > Emendas parlamentares.

Outra página lançada no Portal em 2025 reúne as transmissões ao vivo das reuniões que acontecem no Legislativo mineiro. O objetivo é que o cidadão possa visualizar, em um ambiente único e dotado de novos recursos de interface (como a mudança no modo de visualização, por exemplo), todas as transmissões que ocorrem simultaneamente nos diversos espaços da ALMG.

As etapas de uma proposição em tramitação também podem ser conferidas no *site* da Assembleia. O recurso, apresentado de forma gráfica e intuitiva, traz uma linha do tempo com as fases pelas quais o projeto passa no Legislativo até ser sancionado. Desse modo, o usuário visualiza onde a proposição se encontra no processo de tramitação e quais passos deve percorrer até o final do processo.

Mais uma melhoria na interação com a sociedade por meio de ferramentas digitais de participação estreou em 2025. Audiências públicas e debates públicos de comissões, além de eventos, passaram a contar com uma nova estrutura para participação do cidadão, integrada à transmissão ao vivo. A tecnologia unifica e aprimora a experiência do usuário, com *layout* e recursos mais intuitivos e interativos. Ela substitui a ferramenta de interação implantada em 2018. A GCMD colaborou na construção da estratégia do produto, desenvolveu os *layouts* e os protótipos do painel e fez testes de usabilidade, de forma a melhorar a experiência do usuário e tornar a ferramenta mais intuitiva.

A Assembleia lançou, ainda, uma nova versão do seu serviço de dados abertos, os quais podem ser livremente acessados, utilizados e compartilhados. O *site* tem *design* moderno, mais informações e um avanço que reforça o compromisso da Casa com a transparência: a opção de arquivos em formato CSV, que podem ser baixados e carregados, por exemplo, em bancos de dados ou planilhas, para que

cidadãos e instituições possam acompanhar e analisar as atividades da Assembleia, de acordo com seus interesses. O acesso é pelo Portal da Assembleia, na seção “Transparência”, ou diretamente pelo seguinte endereço: dadosabertos.almg.gov.br. A ALMG oferece dados abertos sobre comissões, deputados, legislação, proposições, contratos vigentes e verbas indenizatórias da legislatura em curso, entre outros. Na nova versão, foram acrescentados dados referentes ao *Diário do Legislativo* e a contratações.

Com a finalidade de acolher a diversidade e ampliar o acesso à produção legislativa do Estado, a consulta à legislação mineira, no Portal da Assembleia, passou a oferecer, além dos textos, uma versão em áudio das leis complementares e ordinárias publicadas a partir do lançamento do serviço, em maio de 2025. Esse novo recurso de acessibilidade, desenvolvido pela área de Tecnologia da Informação, faz parte do projeto estratégico Inteligência Artificial no Parlamento e foi concebido para apoiar iniciativas de inclusão social na Assembleia.

Duas outras frentes de trabalho conduzidas pela Comunicação da Casa integraram esse projeto, além da criação e do teste da ferramenta de tradução fonética (para tornar a pronúncia mais natural): o aprimoramento do código-fonte do portal institucional, para tornar sua navegação mais acessível, e o desenvolvimento de um *player* de áudio compatível com tecnologias assistivas.

Foi lançado, ainda, o novo *player* de áudio para o *streaming* da Rádio Assembleia. Com isso, o leitor de tela, utilizado por usuários cegos para navegar na internet, pode “interpretar” informações textuais da página, como título e autor da música em execução, por exemplo, além de possibilitar a leitura dos botões de *play*, *pause* e volume. A adoção do recurso atende também a objetivos do projeto estratégico Assembleia Sustentável ESG, na dimensão social, que inclui ações destinadas a facilitar o acesso a conteúdo institucional por diversos segmentos da sociedade.

As novas ferramentas somam-se a outras implantadas no ano anterior, como o tradutor em Libras e os recursos de acessibilidade configuráveis para a compreensão do conteúdo. Tantos avanços, em diversas frentes, demonstram o compromisso contínuo da ALMG com a inclusão social e digital, a transparência ativa e a melhoria constante de seus processos, conteúdos e produtos entregues à sociedade.

Confira os números do Portal da Assembleia em 2025

- Visualizações de páginas do Portal: 16,6 milhões
- Usuários ativos: 2,9 milhões
- Cinco conteúdos mais acessados:
 - Visitas (% em relação ao total) / Usuários ativos – UA (% em relação ao total)
 - 1. Leis – 2,1 milhões (36%) / UA – 761 mil (26%)
 - 2. Notícias – 1 milhão (18%) / UA – 649 mil (26%)
 - 3. Home – 716 mil (12%) / UA – 137 mil (5%)
 - 4. Conteúdos especiais – 546 mil (9%) / UA – 429 mil (15%)
 - 5. Projetos de lei – 507 mil (8%) / UA – 243 mil (8%)
- Cerca de 10 mil cidadãos enviaram perguntas ou comentários pela ferramenta Reuniões Interativas – número 20 vezes maior que no ano anterior
- 15.846 foi o total de perguntas e comentários enviados pela ferramenta

Reuniões Interativas – número 14 vezes mais que no ano anterior

- 44.126 novos cadastros no Portal
- 2.050 novos assinantes dos “Boletins por *e-mail*”
- Ferramenta Opine sobre Projetos de Lei:
 - Total de votos favoráveis = 25.463
 - Maior número de votos favoráveis por projeto: 3.038 votos
 - Maior número de votos contrários por projeto: 9.989 votos
 - Total de votos desfavoráveis = 27.372

No suporte à divulgação de eventos e atividades da Casa, foram nove *sites* de eventos e 143 convites eletrônicos, entre outros produtos.

REDES SOCIAIS

Em 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais consolidou ainda mais sua presença digital como espaço de diálogo com a sociedade. O fortalecimento dos canais nas redes sociais reflete o compromisso da ALMG com a transparência, o acesso à informação e a ampliação da participação cidadã.

O principal destaque do ano foi o canal da Assembleia no YouTube, que superou a marca histórica de 100 mil inscritos em maio. Criado em 2009, o canal foi a primeira rede institucional da ALMG e, desde então, já disponibilizou ao público mais de 17 mil vídeos, ultrapassando 35 milhões de visualizações.

O sólido crescimento do canal se deve, sobretudo, às transmissões ao vivo das reuniões de comissões e de Plenário, realizadas de forma contínua desde 2017. A marca foi celebrada em novembro, quando a ALMG recebeu a Placa de Prata do YouTube, entregue por executivos do Google ao presidente da Casa, deputado Tadeu Leite (MDB), durante evento comemorativo dos 20 anos do Google no Brasil. Na ocasião, produtores de conteúdo mineiros foram convidados a conhecer o Legislativo em uma visita guiada.



Google entrega da placa de 100 mil inscritos no canal da ALMG no YouTube.

Outro avanço importante em 2025 foi a intensificação da integração entre os perfis da ALMG nas redes sociais, promovida pela Gerência de Comunicação em Redes Sociais. O trabalho colaborativo com os gestores dos perfis da Escola do Legislativo, do Assembleia Cultural, do Parlamento Jovem de Minas, do Procon Assembleia e da TV Assembleia se fortaleceu por meio de reuniões mensais, padronização de práticas e planejamento editorial conjunto.

Essa atuação articulada tem gerado mais clareza para o cidadão, ao promover coerência entre os conteúdos publicados e otimizar o uso dos recursos institucionais. Além disso, tem estimulado reflexões permanentes sobre boas práticas de interação, linguagem e uso responsável das redes.

Entre os temas abordados nas redes sociais institucionais, destacaram-se a defesa dos direitos das mulheres, os direitos do consumidor, o combate à miséria, a crise climática, assuntos ligados às finanças do Estado e à administração pública, além da tramitação de projetos. O conteúdo publicado contribuiu para ampliar a visibilidade dos debates legislativos e das ações institucionais.

Números de seguidores no início de dezembro de 2025:

- YouTube: 105.778 seguidores
- Instagram: 80.466 seguidores
- Threads: 18.000 seguidores
- Facebook: 44.533 seguidores
- TikTok: 415 seguidores
- X: 42.935 seguidores

Os dados evidenciam o crescimento contínuo e consolidado do YouTube como principal canal de divulgação das atividades legislativas em vídeo e o Instagram como a plataforma que apresentou o maior avanço proporcional entre as redes sociais já consolidadas.

RÁDIO ASSEMBLEIA

A Rádio Assembleia completou 25 anos no ar, em 2025. Na trajetória desse canal de diálogo com ouvintes de rádios de todo o Estado, o serviço radiofônico de comunicação da ALMG consolidou a longa caminhada de uma parceria sólida com emissoras, levando a todas as partes de Minas Gerais informação de qualidade sobre a atuação dos parlamentares mineiros.

O aniversário foi comemorado com ativa participação de ouvintes e radialistas, que reconheceram, em diversos depoimentos, a importância da parceria institucional e gratuita da ALMG com as rádios de Minas, para garantir que notícias sobre o Parlamento mineiro cheguem a todos os cantos do Estado, assegurando a transparência do processo democrático.

Foram 259 edições do noticiário *Correspondente Assembleia* transmitidas em tempo real e enviadas ao público por diversos canais de distribuição, como WhatsApp e agregadores de *podcasts*; o conteúdo também foi exibido na programação da Rádio Assembleia digital.

Na página da emissora, no Portal, foram disponibilizados 1.626 áudios diferentes, com conteúdo educativo e informativo direcionado aos cidadãos e às rádios parceiras, responsáveis por 13.541 reproduções e 9.919 *downloads* em 2025.

O conteúdo apresentado ao vivo representou em torno de 2.800 horas de transmissão, em cerca de 300 rádios mineiras, demonstrando o compromisso da ALMG de garantir ao cidadão uma multiplicidade de canais e plataformas de acesso à informação legislativa, com transparência, objetividade e credibilidade.

TV ASSEMBLEIA

Em 2025, a TV Assembleia celebrou 30 anos de atuação, reafirmando seu papel como instrumento de transparência, formação política e ampliação do acesso da sociedade ao trabalho do Parlamento mineiro. Criada em 30 de novembro de 1995 como a primeira emissora legislativa do Brasil, a TV Assembleia consolidou-se, ao longo de três décadas, como produtora de conteúdos educativos e culturais e como referência nacional na cobertura institucional e jornalística da ALMG.

No campo tecnológico, o ano foi marcado pela integração da TV Assembleia à TV Parabólica Digital TVRO, ampliando o alcance da emissora para além das fronteiras de Minas Gerais. Por meio dessa tecnologia, o sinal passou a alcançar mais de 17 milhões de lares que utilizam antena parabólica digital, em todo o País, incluindo-se famílias atendidas por programas sociais do governo federal. A adesão à TVRO posiciona a TV Assembleia entre as primeiras emissoras legislativas estaduais presentes nessa plataforma, ampliando o acesso nacional à informação legislativa. Esse avanço soma-se à expansão do sinal digital terrestre, que passou a cobrir mais de 480 municípios mineiros, por meio de parcerias da ALMG com o governo federal e com a câmara dos deputados, no âmbito da Rede Legislativa e do programa Digitaliza Brasil.

No âmbito editorial, a emissora desempenhou papel central na cobertura dos debates e votações de projetos relacionados à adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados com a União (Propag). A cobertura incluiu a criação do programa semanal *E a dívida?*, exibido na grade da TV Assembleia e nas redes sociais e voltado à compreensão de um dos temas mais relevantes para a economia e o futuro do Estado.

Em 2025, a TV Assembleia também reafirmou sua vocação para a preservação da memória coletiva. A exibição do documentário *5 NOV 15: marcas da tragédia*, que relembra os dez anos do rompimento da barragem em Mariana, reforçou o compromisso da emissora com o registro de acontecimentos marcantes da história de Minas Gerais e com a reflexão sobre seus impactos sociais, ambientais e políticos.

Ao completar 30 anos, a TV Assembleia consolidou-se como um canal que vai além da transmissão das atividades legislativas, atuando como espaço permanente de informação, memória, diálogo democrático e aproximação entre o Parlamento e a sociedade.



A TV Assembleia de Minas Gerais completou 30 anos em 2025, celebrando sua história como a primeira emissora legislativa do Brasil.



“Em 2025, o Parlamento mineiro reafirmou seu compromisso com a democracia, ampliando o diálogo com a sociedade e fortalecendo políticas essenciais. Com transparência, responsabilidade e cooperação entre os Poderes, a Casa atuou para responder aos desafios do Estado, promovendo desenvolvimento sustentável e garantindo que a voz dos mineiros estivesse no centro das decisões.”

Deputado João Magalhães (PMB)

“O ano de 2025 foi de grande importância para Minas Gerais. Trabalhamos em busca do fortalecimento das bases do desenvolvimento socioeconômico de nosso Estado e de toda a nossa gente. Atuamos com dedicação, diálogo e compromisso com a sociedade. Assim, por exemplo, conseguimos garantir a adesão ao plano de refinanciamento da dívida de cerca de R\$ 170 bilhões junto ao governo federal (Propag), importante conquista para termos condições reais de investimento em nosso Estado e, sobretudo, alcançarmos melhorias na qualidade de vida de todo o povo mineiro.”



Deputado João Vítor Xavier (Cidadania)



“Como deputado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reafirmo meu compromisso com a transparência na tramitação do Propag, que foi o eixo central das ações em 2025. Os debates e a análise das proposições representaram uma oportunidade histórica para reorganizar o pagamento da dívida de Minas com a União, garantindo previsibilidade fiscal e proteção dos serviços essenciais para a população. Nosso foco era assegurar que o acordo seja justo, sustentável e benéfico para os mineiros.”

Deputado Leandro Genaro (PSD)



“Encerramos este ano com a certeza de que nosso mandato esteve onde o povo mais precisa: nas comunidades, nas estradas, nas escolas, nas periferias e no campo. Fiscalizamos, denunciemos injustiças, defendemos os serviços públicos e lutamos pelo direito à moradia, à água, à saúde e ao trabalho digno. Nosso compromisso é com quem nunca teve vez, mas sempre teve voz. Seguimos firmes na construção de um mandato popular, presente e combativo, que não se curva ao poder econômico, mas se levanta junto com o povo.”

Deputado Leleco Pimentel (PT)

“Neste ano, percorremos estradas e atuamos dentro e fora do Parlamento, construindo as mudanças que desejamos para Minas Gerais. Como vice-presidente da ALMG, segui defendendo uma Casa plural e democrática. Celebramos a lei que permite acumular bolsas com outros auxílios em universidades, o avanço no Estatuto da Igualdade Racial e a ampliação do debate sobre os direitos da natureza. Também direcionamos nossas emendas como ferramenta de atuação em benefício do povo, destinando mais de R\$ 100 milhões para centenas de municípios. Sigo reafirmando o meu compromisso com um projeto popular e solidário rumo a 2026, guiada pelo afeto e pela escuta.”



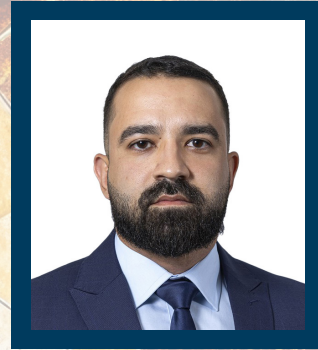
Deputada Leninha (PT)



“2025 foi um ano de muito trabalho e conquistas no Parlamento mineiro. Atuamos com responsabilidade e diálogo para garantir avanços importantes para Minas, como a recuperação de rodovias estratégicas e a aprovação do Propag, fruto do empenho conjunto dos deputados e do governo do Estado, que permitirá a Minas o fortalecimento das finanças públicas e a abertura de novos caminhos para investimentos e desenvolvimento do Estado.”

Deputado Leonídio Bouças (PSDB)

“Ao longo desta legislatura, exerci com responsabilidade o mandato que me foi confiado, sempre fiel aos valores que defendo. Atuei na apresentação e no debate de propostas voltadas à economia, à educação, à saúde, à segurança pública e à liberdade religiosa. Foram cerca de 145 proposições, com 37 projetos de lei. Destaco a aprovação do PL nº 3.366/2025, de minha autoria, que amplia a isenção do ITCD para templos e organizações religiosas, além de iniciativas para reforçar a transparência dos gastos públicos. Que 2026 seja um ano de trabalho, progresso e de uma Assembleia íntegra e democrática.”



Deputado Lincoln Drummond (PL)



“O ano de 2025 foi decisivo na Assembleia sob vários aspectos. Um deles, de grande relevância para o povo mineiro, refere-se às pautas estruturantes discutidas na Casa. É o caso da adesão de Minas ao Propag, que nasceu de um esforço de parlamentares do bloco Democracia e Luta e da Presidência, assim como de projetos dele derivados, como os de federalização. Sem esquecer as muitas audiências públicas feitas para debater temas relevantes, entre os quais destaco a efetivação de mecanismos de fomento à cultura. Foi mais um ano, em suma, em que a Assembleia ajudou a construir soluções para Minas.”

Deputada Lohanna (PV)

“2025 foi um ano de enfrentamento ao desmonte da Fhemig, que tem provocado redução de leitos, UTIs paralisadas e fechamento de hospitais, como o HMAL, ampliando filas e o sofrimento dos pacientes. Estive nas unidades, ouvi pacientes e servidores e levei o debate à ALMG. Nossa mobilização garantiu a reabertura da UTI pediátrica do João Paulo II. Também combatemos a venda de estatais e patrimônios públicos. Já aprovamos 18 leis que fortalecem a transparência, a segurança e um SUS forte e humanizado.”



Deputado Lucas Lasmar (Rede)



“Em 2025, atuei com firmeza em defesa do agronegócio mineiro e dos produtores rurais, sempre próxima das demandas do campo. Conduzi audiências públicas e fortaleci políticas essenciais para Minas, com atenção ao interior, ao Noroeste e ao Alto Paranaíba. Defensora das mulheres e da causa do autismo, mantive atuação ética, sensível e comprometida com avanços reais para as famílias mineiras em todas as regiões do Estado.”

Deputada Lud Falcão (Pode)

“O bloco Democracia e Luta foi, mais uma vez, uma verdadeira trincheira em defesa dos interesses do povo mineiro. Não medimos esforços para enfrentar os ataques à nossa soberania e ao patrimônio de Minas. Estar ao lado da classe trabalhadora é estar do lado certo da história. Continuaremos promovendo o bom debate, ampliando o acesso e fazendo da Assembleia um espaço cada vez mais aberto à cultura popular, aos quilombos, às religiosidades e a todas as expressões vivas do nosso povo.”



Deputado Luizinho (PT)



“O Propag pautou o papel estratégico da ALMG! Destacam-se leis de pesquisa e inovação no agronegócio, incentivo à Rota do Café e ao turismo acessível às PCDs, combate à clandestinidade e a furtos no transporte, proibição de custeio com dinheiro público de artistas condenados por violência doméstica e prioridade de atendimento a mulheres vítimas de violência. E ainda muitas audiências no interior, como as que cobraram melhorias nas rodovias MG-230 e MG-452, cujas obras se iniciaram logo após. Houve muita produção legislativa e fiscalização!”

Deputada Maria Clara Marra (PSDB)

0:00:00



674
12
57
350
355
400
384
01
456



Cidadania, memória e cultura

Promover a cidadania e fortalecer os valores democráticos são ações que estão no centro da atuação da Assembleia Legislativa de Minas. Com esse propósito, a Casa mantém espaços e programas voltados à aproximação entre a sociedade e o Legislativo mineiro, oferecendo oportunidades de participação, formação e acesso a direitos.

Iniciativas como o Espaço Cidadania, a Escola do Legislativo, o Memorial do Legislativo Mineiro, o Espaço Político-Cultural e o Centro de Apoio às Câmaras integram esse esforço, ao disponibilizar ferramentas que estimulam o exercício da cidadania, a formação política, a valorização da cultura e o fortalecimento das instituições representativas.

No Espaço Cidadania, o cidadão encontra apoio e orientação em áreas como a defesa dos direitos do consumidor, a emissão de carteira de identidade e outros documentos civis, o acesso à Defensoria Pública e a intermediação de mão de obra com encaminhamento para o mercado de trabalho.

A Escola do Legislativo oferece cursos e palestras de formação técnica e política para os cidadãos, além de curso de pós-graduação e do programa Parlamento Jovem, voltado à formação política de estudantes do ensino médio. Em parceria com o Centro de Apoio às Câmaras, a Escola também promove ações de capacitação destinadas aos Legislativos municipais, seus servidores, estudantes e demais interessados em ampliar a consciência e a participação política.

O Memorial do Legislativo Mineiro e o Espaço Político-Cultural têm como missão preservar a história do Parlamento mineiro e estimular as diversas manifestações culturais e políticas, contribuindo para a valorização da memória institucional e para o surgimento de novos talentos artísticos.

Espaço Cidadania

Em funcionamento desde 2013, o Espaço Cidadania se consolida como um local que facilita o acesso do cidadão a diferentes serviços públicos gratuitos. Neste ano, foram atendidas 19.319 pessoas (considerados os atendimentos presenciais, telefônicos e por *e-mail*).

Instalado no Edifício Carlos Drummond de Andrade (CDA), o Espaço Cidadania reúne no mesmo prédio postos do Procon Assembleia, de Identificação da Polícia Civil, do Sistema Nacional de Empregos (Sine), da Defensoria Pública e do Juizado Especial Cível Estadual. Completa a estrutura a Delegacia de Polícia de Defesa do Consumidor (Decon), órgão da Polícia Civil que apura e reprime infrações contra o direito do consumidor.

O serviço mais procurado no Sine foi o relacionado a seguro-desemprego, que totalizou 331 atendimentos. Também foram feitos 32 atendimentos relacionados a carteira de trabalho e realizadas 54 intermediações de mão de obra. No posto da Polícia Civil, foram emitidas 2.193 carteiras de identidade. Na Decon, foram 1.405 atendimentos, somados os presenciais e os telefônicos.



Fachada do edifício que abriga o serviço do Procon e pode ter atendimento agendado.

ORIENTAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

O Procon Assembleia, que, desde 1997, atua na defesa do consumidor, atendeu 12.820 cidadãos em 2025, presencialmente ou por telefone. Ao todo, foram registradas 2.827 reclamações, que demandaram 425 audiências de conciliação entre cliente e fornecedores de produtos e serviços. Do total, 84,40% das reclamações foram solucionadas.

A pessoa que desejar atendimento presencial precisa fazer o agendamento *on-line* no Portal da Assembleia (www.almg.gov.br/procon). O objetivo é dar celeridade ao processo, com o fim de filas e espera no local.

Pelo telefone, o consumidor obtém informações sobre horário de funcionamento do Procon, andamento de sua reclamação, documentos necessários para entrar com sua demanda e orientações para realização de agendamento.

Para tirar dúvidas sobre direitos do consumidor, o cidadão deverá fazer o questionamento pelo Fale com a Assembleia. Em 2025, foram respondidas 851 demandas.

O perfil do Procon Assembleia no Instagram (@proconassembleiamg), ativo desde setembro de 2023, é mais um canal de comunicação direta com o consumidor. Nele, são veiculadas orientações, dicas e outras informações relevantes acerca do universo consumerista. As postagens são produzidas e publicadas em consonância com as datas representativas para o comércio e também com o contexto factual. Em 2025, por exemplo, o perfil divulgou diversos esclarecimentos sobre o problema das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS, a operação contra pirataria de sinal de TV e o aumento dos casos de golpes virtuais, entre outros assuntos.

Além disso, o Procon Assembleia marcou sua participação em eventos relevantes, como o Junho Violeta e o Setembro Prateado, da Diretoria de Políticas para a Pessoa Idosa, da Prefeitura de Belo Horizonte, nos quais ofereceu orientações aos idosos sobre direitos do consumidor. Outro evento de destaque foi a Corrida e Caminhada da ALMG 2025, em que assessores jurídicos do Procon, em um estande instalado no Largo das Bandeiras, prestaram esclarecimentos e distribuíram material informativo aos participantes.

ASSESSORAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PROCONS EM CÂMARAS MUNICIPAIS

Outra frente de atuação do Procon Assembleia é a oferta de assessoramento técnico a municípios que desejem criar postos de serviços de proteção ao consumidor em câmaras municipais.

Em 2025, foram assessorados os municípios de Cedro do Abaeté, São Sebastião da Vargem Alegre, Carmo do Cajuru, Jaboticatubas, Coroaci, Coronel Xavier Chaves, Fortaleza de Minas, Itamarandiba, Córrego de Bom Jesus e Coimbra (virou Procon).

Esse serviço pode ser solicitado por vereadores, por meio de um formulário disponível na página do órgão no Portal da Assembleia.

PARCERIA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Desde 2021, também funciona no Espaço Cidadania um posto de atermação (apresentação de demandas pelo cidadão, sem intermédio de advogados) do Juizado Especial de Belo Horizonte. O serviço é fruto de convênio entre a ALMG e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O objetivo é facilitar ao consumidor o ajuizamento de ações que não tiveram acordos firmados em audiências no Procon. Antes, o cidadão precisava se dirigir ao Juizado Especial, no centro da capital. Em 2025, foram registradas 224 ações.

Outro termo de cooperação firmado entre a ALMG e o TJMG prevê atendimento pré-processual no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), para a homologação dos acordos firmados nas sessões de conciliação do Procon. Foram realizadas 16 homologações ao longo do ano.

PARCERIA COM A DEFENSORIA PÚBLICA

Desde 2021, há um posto da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais dentro do Espaço Cidadania. Em 2025, foram realizados 963 atendimentos, incluídos os presenciais e os feitos por telefone ou por *e-mail*.

Procuradoria da Mulher/ALMG

Criada pela Resolução nº 5.590, de 5 de novembro de 2021, a Procuradoria da Mulher/ALMG atua na promoção de políticas públicas e de ações educativas voltadas para as mulheres, bem como no atendimento e no apoio a demandas relativas à discriminação e à violência contra a mulher. Em 2025, o órgão recebeu cerca de 50 acionamentos, considerando-se denúncias e pedidos de informação.

A Procuradoria da Mulher/ALMG deu prosseguimento também à promoção de ações educativas relacionadas à temática da mulher. Nesse sentido, foi realizada em 2025 mais uma rodada dos Encontros com a Procuradoria da Mulher, uma série de audiências com a participação de parlamentares, especialistas e autoridades da área. Os encontros abordaram os seguintes temas: proteção e saúde mental; atendimento a crianças vítimas de violência e reflexões sobre autoestima; infância na era digital e climático; mulheres que transformam; adultização infantil; e inteligência artificial.

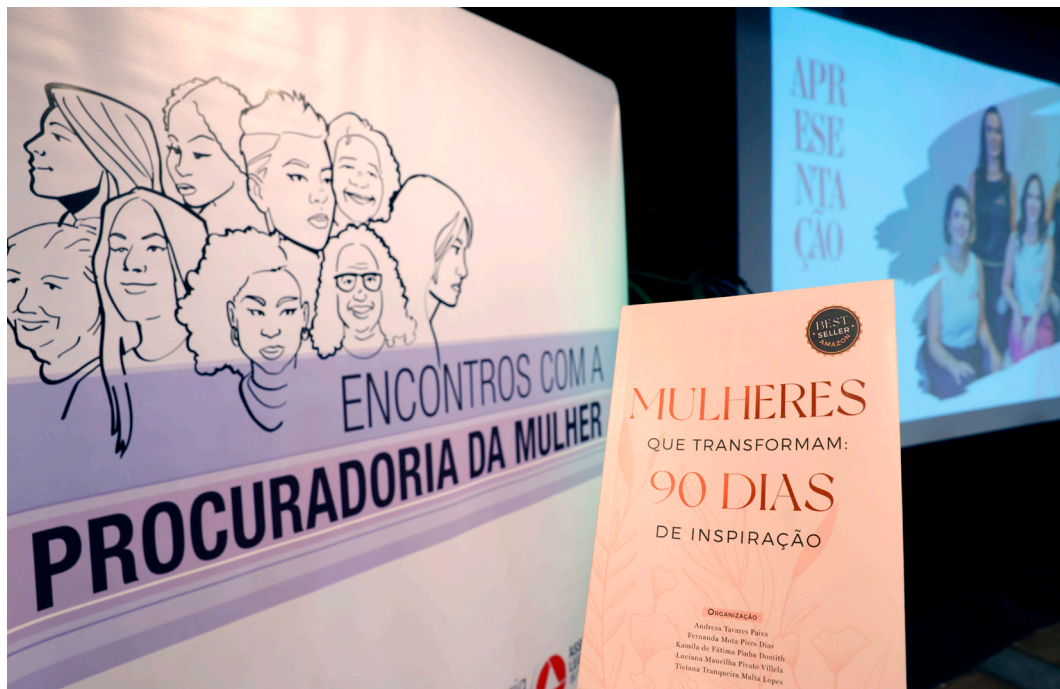


Encontro realizado em outubro de 2025 com a orientação de órgãos de defesa de direitos sociais da mulher.

Ainda em 2025, foi realizado o curso de capacitação Mulheres em Foco, em parceria da Procuradoria da Mulher/ALMG com a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por intermédio de sua Escola Superior (Esdep) e de sua Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

(Cedem), bem como com o Ministério das Mulheres. Além disso, estão em andamento as tratativas para a realização de uma nova edição dessa atividade.

Teve continuidade, da mesma forma, o propósito de estreitar e fortalecer os laços de cooperação com outras instituições que compõem a rede de proteção da mulher, com vistas tanto a aprimorar o atendimento a demandas quanto a incentivar e apoiar a expansão desse movimento, especialmente pelo interior de Minas Gerais. Um dos destaques, nesse sentido, é o apoio à criação de procuradorias da mulher em câmaras municipais do Estado, que chegou, em 2025, a um total de 119 órgãos existentes.



Livro que traz inspirações para a atuação de mulheres referente aos seus direitos é apresentado em reunião.

A Procuradoria da Mulher/ALMG é formada pela procuradora-geral, deputada Ione Pinheiro (União), e pela procuradora adjunta, deputada Delegada Sheila (PL), indicadas pelo presidente da ALMG, entre as deputadas em exercício, para um mandato de dois anos.

O acesso do cidadão pode ser feito pelo Portal da Assembleia, na página da Procuradoria da Mulher, ou pelo *link* "Fale com a Assembleia". Nesse espaço, estão disponíveis informações sobre o órgão e um formulário para envio de solicitações de atendimento.

Escola do Legislativo

A Escola do Legislativo (ELE/ALMG) tem como missão contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo, da democracia e da cidadania, por meio da sistematização, da produção e da disseminação dos conhecimentos que sustentam e informam as práticas do Parlamento e que permitem sua interação com a sociedade. Com programas voltados para a capacitação do público interno da ALMG, das câmaras municipais e outros segmentos da sociedade, além do curso de Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas, a Escola orienta seu planejamento à luz de três dimensões: educação legislativa, educação para a cidadania e pesquisa e produção de conhecimento.



Escola do Legislativo da ALMG contribui, há mais de 30 anos, para a formação política de agentes públicos e jovens.

EDUCAÇÃO LEGISLATIVA

As atividades de educação legislativa englobam programas que objetivam capacitar os agentes envolvidos nos processos de representação e participação democrática, qualificando a atuação deles no âmbito das casas legislativas e da sociedade. Abrange conteúdos e práticas que garantem a compreensão do Poder Legislativo e de suas funções, possibilitando uma melhor interação entre Parlamento e sociedade.

No Programa Apoio às Câmaras Municipais, a Escola do Legislativo e o Centro de Apoio às Câmaras (Ceac) realizaram, de forma gratuita, cursos e palestras voltados para a capacitação de vereadores, assessores e servidores de câmaras, como forma de contribuir para o exercício do mandato e para a atuação da câmara na esfera pública.

Atividades presenciais

- A função fiscalizadora do Poder Legislativo
- A importância das comissões parlamentares
- A Lei Orgânica do município e a atuação da câmara municipal na sua modernização
- Atendimento nota 10 nas câmaras municipais
- Comunicação nas câmaras municipais

- Dinâmica do processo legislativo
- Elaboração legislativa
- Introdução à gestão de documentos arquivísticos
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação no legislativo municipal
- O papel do vereador
- O regime constitucional do município
- Participação no Parlamento: para quê?
- Planejamento e orçamento público
- Políticas públicas municipais
- Redação oficial
- Visão geral sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos – Lei Federal nº 14.133/2021

Atividades a distância

- A câmara municipal e o processo legislativo
- Administração pública e a atuação das câmaras municipais
- Atendimento Nota 10 nas câmaras municipais
- Cerimonial nas instituições públicas
- Licitações e contratos administrativos sob a ótica da Lei Federal nº 14.133/2021
- Linguagem escrita, conteúdos e produção de textos na comunicação institucional do Poder Legislativo
- Tópicos de planejamento de comunicação no Legislativo

Ainda no âmbito da educação legislativa, o projeto Encontros com a Política esteve em 12 câmaras mineiras, abordando temas como “organização administrativa”, “domínio público municipal”, “processo legislativo”, “funções do poder legislativo”, “planejamento e orçamento público”, “servidor público e ética funcional”, “controle de políticas públicas”, “legística”, “leis autorizativas”. O projeto foi realizado nas câmaras municipais de Betim, Bom Despacho, Capim Branco, Carmo do Cajuru, Catas Altas, Itamarandiba, Manhuaçu, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Ponte Nova e São Gonçalo do Pará.

No âmbito das ações de capacitação interna, em 2025, a Escola do Legislativo ofereceu 153 atividades voltadas a servidores e assessores parlamentares, com a participação de cerca de 4.500 pessoas. As ações de capacitação realizadas tiveram como foco o fortalecimento das competências necessárias ao desempenho das funções institucionais, considerando as demandas identificadas nos setores e os desafios do contexto organizacional. As temáticas foram diversas e podem ser exemplificadas por assuntos técnicos da administração pública – como a identificação de fraudes em licitação –, por conteúdos relacionados ao atendimento e à acolhida ao cidadão – a exemplo da atividade sobre atuação inclusiva e antidiscriminatória da Polícia Legislativa – e por temas associados a desafios contemporâneos, como a palestra sobre algoritmos e democracia e sobre inteligência artificial. Destaca-se, ainda, a realização de atividades de recepção aos servidores ingressos por concurso público e a abordagem do Código de Ética da ALMG perante diferentes públicos, tais como gestores, servidores, estagiários e adolescentes trabalhadores, contribuindo para o fortalecimento de práticas institucionais alinhadas aos valores da Assembleia.

EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

As ações de educação para a cidadania da Escola do Legislativo englobam programas que visam a uma melhor compreensão do Poder Legislativo pelos diversos segmentos da sociedade para que possam participar do debate público e da política de sua cidade, de seu estado ou do País.

Parlamento Jovem de Minas 2024

O Parlamento Jovem de Minas (PJ Minas), programa de formação política para jovens do ensino médio, foi realizado em parceria com 149 câmaras municipais mineiras. Em sua 21ª edição, o programa abordou o tema “Juventude e direitos culturais”, trabalhando com os seguintes subtemas: “A juventude e a cultura como direito”, “A organização das políticas culturais e a participação social”, “Patrimônio cultural” e “Desenvolvimento e cidadania”. O estudo do tema incentivou os jovens a conhecerem as políticas públicas culturais do seu município e do estado e a identificarem os aspectos a serem considerados quando se fala da juventude e dos direitos culturais.



Presidente da ALMG celebra a temática de direitos culturais junto dos jovens que participaram da última edição do Parlamento Jovem.

As câmaras municipais mobilizaram 5.235 jovens para participar de oficinas formativas, elaborar, debater e votar em propostas para cada subtema. A discussão e votação das propostas ocorreram em plenárias municipais, regionais e, finalmente, na plenária estadual, com a participação de 150 estudantes representantes. O resultado desse trabalho foi um documento com 12 propostas aprovadas pelos jovens e entregue à Comissão de Participação Popular da ALMG.

Os estudantes participantes do projeto também escolheram o tema do PJ Minas 2026: “Inclusão da pessoa com deficiência e com neurodivergência”.

Visitas Orientadas e Jornadas Universitárias

As Visitas Orientadas, ofertadas para estudantes do ensino fundamental e médio, e as Jornadas Universitárias, ofertadas para estudantes do ensino superior, têm como objetivo apresentar a ALMG e seu funcionamento, bem como a história do Legislativo mineiro. As atividades propiciam um espaço de conhecimento e reflexão sobre o papel do Poder Legislativo e os conceitos que o orientam: democracia, cidadania, representação, participação, entre outros. Nas Jornadas Universitárias, os estudantes participam ainda de palestra para aprofundamento de temas específicos, de acordo com o interesse do grupo.

Em 2025, visitaram a Assembleia de Minas:

- 1.448 estudantes do ensino fundamental;
- 2.079 estudantes do ensino médio (incluindo-se participantes do Parlamento Jovem de Minas);
- 697 estudantes do ensino superior; e
- 26 cidadãos usuários de serviços de saúde mental de BH.

PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A Escola do Legislativo desenvolve programas que têm como objetivo pesquisar, produzir e compartilhar conhecimento sobre as funções do Poder Legislativo, as práticas político-parlamentares, os processos democráticos, as políticas públicas e outros temas afins ao fazer legislativo.

Especialização

A primeira iniciativa da Escola do Legislativo na oferta da pós-graduação *lato sensu* remonta a 1998, quando começou a oferecer o curso em parceria com universidades. Em 2011, a escola recebeu autorização da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais para ofertá-lo de forma autônoma e, desde então, oferece, na modalidade presencial, a Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas, voltada a parlamentares, servidores da ALMG e de outros órgãos públicos, profissionais que atuam no âmbito de instituições legislativas e cidadãos interessados na temática. Com uma carga horária de 360 horas, o curso tem como objetivo articular a prática profissional com a reflexão teórica sobre a atuação do Legislativo, especialmente no aprimoramento do ciclo das políticas públicas. Em 2025, ingressaram na especialização 34 estudantes.

Editoria de publicações

A editoria de publicações da ELE se concentra no Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nepel), sendo esse mais um instrumento de difusão do conhecimento produzido na Assembleia Legislativa e de aprofundamento de temas de interesse do Parlamento. O Nepel publica, anualmente, a revista *Cadernos da Escola do Legislativo* e um livro temático que reúne artigos de vários especialistas e pesquisadores.

Em 2025, o periódico científico *Cadernos da Escola do Legislativo* deu continuidade à sua trajetória como espaço institucional de produção e difusão de conhecimento voltado à reflexão crítica sobre o Poder Legislativo, as políticas públicas e a realidade sociopolítica. Ao longo do ano, a revista manteve seu compromisso com a publicação de trabalhos acadêmicos e técnicos que articulam pesquisa, prática institucional e debate qualificado, fortalecendo o diálogo entre o Parlamento, a comunidade acadêmica

e a sociedade. Seguindo as orientações atuais de organização editorial, a periodicidade dos *Cadernos* passou a ser anual, em fluxo contínuo, o que favorece a publicação e difusão de artigos e resenhas ao longo de todo o ano. A edição mais recente (v. 27, n. 47) reúne trabalhos que abordam temáticas diversas e contemporâneas, como a análise biográfica e legislativa das deputadas estaduais de Minas Gerais, a profissionalização do *lobby* na relação com o Parlamento mineiro, os limites constitucionais da liberdade de expressão diante do fenômeno das *fake news* e do anonimato digital e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709/2018) na prefeitura de Carangola (MG). Também foi publicada uma resenha do livro *Manifesto pela educação midiática*, do pesquisador inglês David Buckingham. Esses temas refletem o compromisso do periódico com investigações que articulam teoria e prática em torno de questões centrais ao Legislativo e à cidadania.

Já a edição de 2025 do livro teve como tema central o meio ambiente, tratado sob vários prismas por estudiosos dos mais diversos ramos do conhecimento. A obra, intitulada *Meio ambiente em perspectiva: visões contemporâneas*, aborda questões como mudanças climáticas, eventos extremos, transição energética, direito à água e ao saneamento básico, terras indígenas, direitos da natureza, entre outras. O livro está organizado em 11 capítulos, elaborados por servidores do corpo técnico da Casa e por pesquisadores externos.

Pensando em Minas

O programa Pensando em Minas promove um bate-papo entre pesquisadores e especialistas sobre temas contemporâneos importantes para o Legislativo e para a sociedade em geral, promovendo a educação para a cidadania. Em 2025, foram debatidos os seguintes temas: “Juventude e direitos culturais”, tema do Parlamento Jovem de Minas, “Crise climática”, “Trabalho plataformizado”, “Educação e trabalho no campo”, “População em situação de rua”, “Saúde mental”, “Direitos dos idosos” e “Direitos do consumidor”. Todos os programas ficam disponíveis no canal da Escola do Legislativo no YouTube e compõem a programação da TV Assembleia.

Acompanhe as atividades da Escola do Legislativo

Instagram: <https://www.instagram.com/escola.almg/>
<https://www.instagram.com/pjdeminas/>

YouTube: <https://www.youtube.com/@EscolaALMG/>

Site: <https://www.almg.gov.br/servicos/escola-do-legislativo>

Biblioteca Deputado Camilo Prates

Na sede do Legislativo mineiro, funciona a Biblioteca Deputado Camilo Prates, aberta a deputados e servidores, bem como ao público externo. Trata-se de uma biblioteca especializada com mais de 22 mil livros, além de periódicos, teses e material audiovisual. O acervo atrai especialmente interessados em temas ligados ao Poder Legislativo e às políticas públicas, aqueles que lidam com os diversos ramos do Direito e estudantes que se preparam para concursos.

Criada em 1892, quando a sede da ALMG ainda era em Ouro Preto, atualmente a biblioteca abriga também o Arquivo do Processo Legislativo, onde é possível consultar toda a documentação do processo legislativo desde 1959, inclusive documentos de comissões permanentes e temporárias, correspondência legislativa, processos de emancipação de distritos e a IV Constituinte Mineira.

Em 2025, foram realizados 8.858 atendimentos (empréstimos, consultas ao acervo, levantamentos bibliográficos e pesquisas em bancos de dados). Além disso, a biblioteca implementou um canal de atendimento a usuários pelo WhatsApp e organizou exposições temáticas para destacar obras importantes de sua coleção.



Biblioteca da ALMG oferece amplo espaço para a realização de pesquisas, consultas e estudos.

Centro de Apoio às Câmaras (Ceac)

O Centro de Apoio às Câmaras (Ceac), criado pela Deliberação nº 2.381, de 21 de novembro de 2006, funciona como espaço institucional de relacionamento com as câmaras municipais do Estado de Minas Gerais. Os objetivos do Ceac são: estimular a integração da Assembleia Legislativa com as câmaras; oferecer aos vereadores e assessores dos Legislativos municipais o atendimento de demandas institucionais e o compartilhamento de informações e experiências do Poder Legislativo Estadual; e manter conhecimento sistematizado relativo às câmaras municipais, a fim de subsidiar as ações da ALMG no interior do Estado.

O *Boletim eletrônico do Ceac* foi criado para permitir o intercâmbio de experiências e de conhecimento entre vereadores e assessores parlamentares, visando ao aprimoramento conjunto das casas legislativas de Minas Gerais. O informativo traz conteúdo de interesse das câmaras municipais, como a agenda da ALMG no interior do Estado, a oferta de cursos de capacitação e eventos voltados para vereadores e servidores de câmaras (promovidos pela Assembleia ou por outras instituições), a jurisprudência e as publicações de interesse dos Legislativos municipais.

Também são veiculadas no boletim notícias sobre inovações democráticas e atividades ou iniciativas que estejam acontecendo em câmaras mineiras e que possam ser de interesse de outros Legislativos municipais.

Em 2025, foram 44 edições (edições 635 a 637). O *Boletim do Ceac* conta, atualmente, com 4.701 assinantes cadastrados nos 853 municípios mineiros.

PRINCIPAIS DEMANDAS RECEBIDAS E RESPONDIDAS PELO CEAC

De acordo com a Deliberação nº 2.381/2006, o Ceac responde a dúvidas pertinentes aos seguintes assuntos: processo legislativo; estrutura e funcionamento da Assembleia Legislativa; e exercício das funções do Poder Legislativo. Em 2025, foram recebidas e respondidas 59 demandas, sendo a maioria relativa a informações sobre capacitação e organização e funcionamento das câmaras municipais.

O Ceac recebeu também a visita de representantes das casas legislativas de São José da Barra, Salinas, Verdelândia, Governador Valadares e Caraiá, além de membros da Associação para a Mobilização e União das Câmaras Municipais de Minas Gerais (AMCM).

EXPOSIÇÕES ITINERANTES E OUTRAS ATIVIDADES

Foram realizados empréstimos da exposição *O papel do vereador* para os municípios de Governador Valadares e Ubá e cessão da arte final da mesma exposição para os municípios de Alfredo Vasconcelos, Coronel Fabriciano e Itabira.

Durante o primeiro semestre, o Ceac visitou todos os gabinetes parlamentares para divulgar sua atividade.

RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

Com o objetivo de fortalecer o diálogo, a escuta e a troca de experiências com os representantes municipais, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais participou do 40º Congresso Mineiro de Municípios, promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM), nos dias 6 e 7 de maio de 2025, no Expominas.

Na abertura do evento, o presidente da ALMG, Tadeu Leite, destacou a expectativa de avanço nas negociações sobre a dívida de Minas Gerais com a União, estimada em R\$ 170 bilhões. O tema está relacionado ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), do governo federal, que prevê a redução dos juros mediante a cessão de ativos à União, iniciativa construída com a colaboração da Assembleia de Minas.

A ALMG também marcou presença na 38ª Feira para o Desenvolvimento dos Municípios, integrada à programação do congresso, com um estande institucional. O espaço ofereceu atendimento personalizado do Centro de Apoio às Câmaras (Ceac) e divulgou produtos e serviços da Casa, como o *Relatório Institucional 2024*, a Procuradoria da Mulher, a exposição Crise Climática, o Assembleia Cultural, o programa Casa Aberta, o Procon, além de publicações da Escola do Legislativo. Como em edições anteriores, foi instalado um estúdio da TV Assembleia para a gravação de entrevistas com parlamentares, gestores municipais e autoridades participantes.



Transmissão da TV Assembleia no 40º Congresso Mineiro de Municípios, que abordou a temática “Capacitação e gestão estratégica: as chaves para um mandato de sucesso”.

Programas e eventos especiais

CORRIDA E CAMINHADA DA ASSEMBLEIA: CIDADANIA EM MOVIMENTO

A Corrida e Caminhada da Assembleia – Cidadania em Movimento realizou, em 21 de setembro de 2025, sua segunda edição, consolidando-se como uma iniciativa do Poder Legislativo voltada ao fortalecimento do relacionamento com a comunidade e à aproximação de diferentes públicos. A escolha da data tornou o evento ainda mais significativo ao coincidir com a celebração do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (Lei nº 11.133/2005) e com o Dia da Constituição Estadual de Minas Gerais, em referência à Carta, promulgada em 21 de setembro de 1989. A programação manteve as modalidades tradicionais de corrida de 10 km e 5 km, e incorporou, como novidade de 2025, a caminhada de 2 km, de caráter recreativo e não competitivo, ampliando as possibilidades de participação e tornando o evento mais acessível.

O evento reafirmou seu compromisso social ao destinar o valor arrecadado com as inscrições às associações que atuam na inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas em Belo Horizonte. Nessa edição, foram beneficiadas as instituições Corre pra Ver, Pernas de Aluguel BH e Apae BH, além de ter sido feita a oferta de vagas gratuitas para organizações que promovem a inclusão no esporte. A estrutura disponibilizada aos participantes e seus familiares incluiu espaço *kids*, com brinquedos infláveis, e serviço de massagem pós-prova, assegurando acolhimento e bem-estar aos presentes.

As ações de cidadania também tiveram papel central na programação. No Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira (Edjao), o público contou com serviços oferecidos pela Assembleia Legislativa e

por instituições parceiras, como atendimento da Justiça Eleitoral, orientação do Procon Assembleia e informação da Defensoria Pública. Ao todo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais reuniu cerca de mil participantes, que viveram momentos de lazer e prática de atividade física. Além de unir amigos e familiares em torno do esporte, a iniciativa reforçou seu compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência e com a promoção da cidadania.

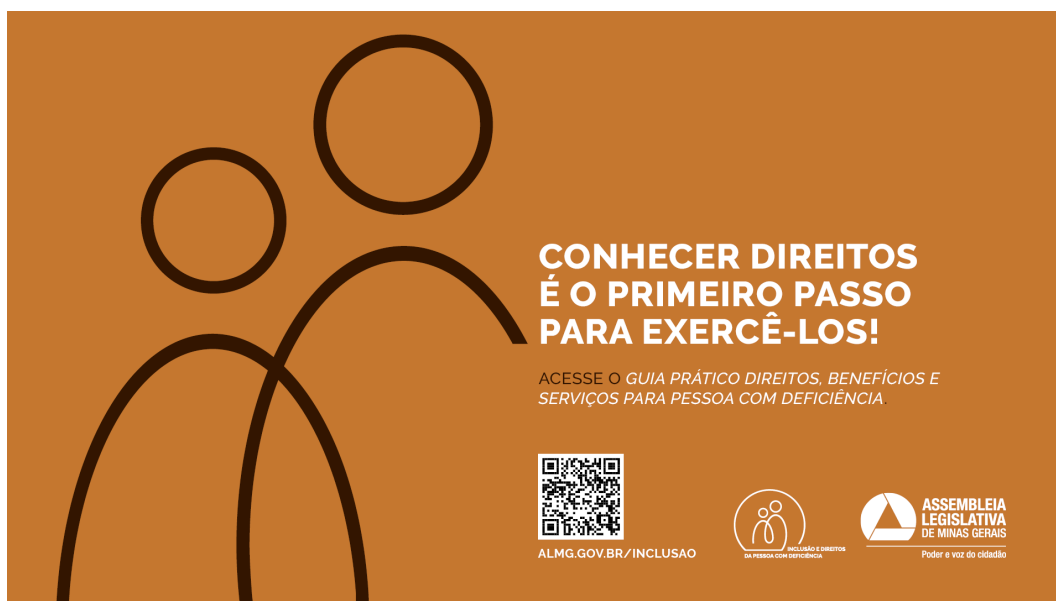
LANÇAMENTO DO GUIA PRÁTICO: DIREITOS, BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Consolidada como referência em cidadania, a ALMG reafirma sua posição de vanguarda no cenário nacional ao lançar em 2025 o *Guia prático: direitos, benefícios e serviços para pessoa com deficiência*. Mais do que uma publicação informativa, a iniciativa é um manifesto do compromisso institucional com a dignidade humana e a eficácia das políticas públicas, consolidando o Parlamento mineiro como o principal interlocutor das causas sociais no Estado.

O lançamento foi realizado no dia 23 de dezembro e contou com a presença do presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite, do deputado Antonio Carlos Arantes, de servidores do Legislativo mineiro e de integrantes do Instituto Corre pra Ver, do Instituto Pernas de Aluguel e da Apae-BH.

O guia é também uma escuta ativa e um sinal da produtividade legislativa, resultado direto de um processo consultivo com cerca de 250 proposições voltadas ao segmento PcD. Sua importância foi ressaltada pelo deputado Tadeu Leite, presidente da ALMG: “Este guia é um legado que ultrapassa as paredes deste Parlamento. É a prova de que a política, quando feita com sensibilidade e técnica, tem o poder de derrubar barreiras invisíveis e promover a verdadeira igualdade”.

A ALMG eleva seu padrão de comunicação pública ao lançar esse guia, atendendo aos anseios de 7,3% da população mineira, ou seja, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas com deficiência, e o reconhecimento entusiasta de entidades como a Apae-BH e os Institutos Corre Pra Ver e Pernas de Aluguel chancela a ALMG como uma instituição que humaniza o direito e facilita o acesso à cidadania.



**CONHECER DIREITOS
É O PRIMEIRO PASSO
PARA EXERCÊ-LOS!**

ACESSE O GUIA PRÁTICO DIREITOS, BENEFÍCIOS E
SERVIÇOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

ALMG.GOV.BR./INCLUSAO

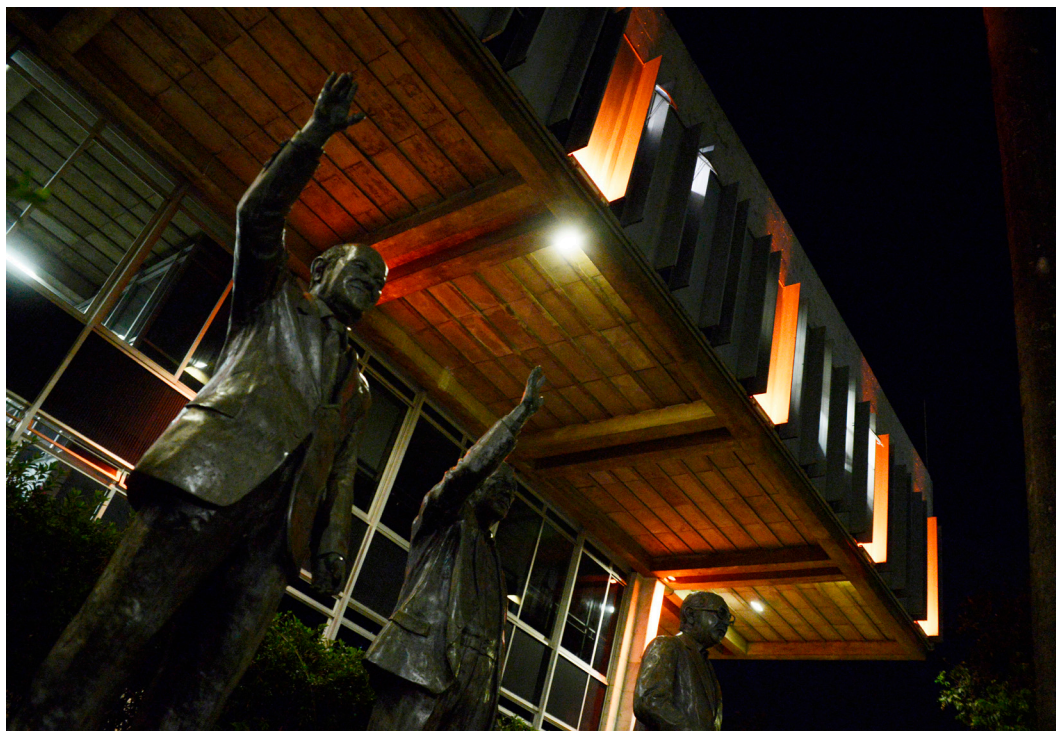
INCLUSÃO E DIREITOS
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS
Poder é voz do cidadão

LAÇOS DE CONSCIÊNCIA

O programa Laços de Consciência reúne várias ações de sensibilização sobre temas referentes ao bem-estar social dos mineiros, em especial os relacionados à saúde. Nas datas especialmente dedicadas a essas causas, o Palácio da Inconfidência é iluminado com as cores associadas a elas.

As iniciativas, somadas às atividades do processo legislativo, muitas realizadas em parceria com entidades da sociedade civil e outros órgãos públicos, buscam qualificar e dar mais visibilidade a esses assuntos, contribuindo para aumentar a conscientização da população.



Iluminação especial em apoio à campanha pelo fim da violência contra a mulher.

Em 2025 foram realizadas 13 ações, com as seguintes temáticas:

Laço	Causa/período
Doenças Raras – Fevereiro Raro – 28 de fevereiro (cores do laço: lilás, azul, verde, rosa)	Dia Mundial das Doenças Raras (28 de fevereiro) Doenças destacadas – fibrose cística, síndrome de Rett e síndrome de Angelman
Dia Internacional da Mulher	Dia Internacional da Mulher (8 de março) (dentro da programação do Sempre Vivas)
Dia Internacional da Síndrome de Down	Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março)
Dia da Neuromielite Óptica	Dia da Neuromielite Óptica (27 de março)
Abril Azul – Mês de Conscientização sobre o Autismo	Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo (2 de abril)
Dia Mundial do Lúpus	Conscientização sobre o Lúpus (Dia Mundial: 10 de maio)

Dia Mundial do Doador de Sangue	Dia Mundial do Doador de Sangue (14 de junho)
Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+	Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho)
Agosto Lilás	Campanha de Conscientização pelo Fim da Violência Contra a Mulher – aniversário da Lei Maria da Penha (7 de agosto)
Setembro Amarelo	Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro)
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro)
Outubro Rosa	Mês de Prevenção ao Câncer de Mama (19 de outubro) Campanha Doe Lenços (de 20 a 29 de outubro)
Novembro Azul	Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata (17 de novembro)

CESSÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO ESPAÇO CIDADANIA

O Edifício Carlos Drummond de Andrade, onde funciona o Espaço Cidadania, em Belo Horizonte, passou a integrar definitivamente o conjunto de imóveis da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Antes pertencente à União, o imóvel teve sua posse regularizada em 15 de dezembro de 2025, quando foi assinado um termo de acordo entre as partes.

Em contrapartida, o Estado de Minas Gerais cedeu à União imóveis para a Justiça Federal e para o Ministério Público do Trabalho no Município de Governador Valadares (Rio Doce). Além da ALMG e dos governos federal e estadual, o acordo envolveu diversos órgãos, entre eles a Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Federal, a Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais, a Advocacia-Geral do Estado, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria Regional da República da 6ª Região e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

De acordo com a superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais, Lorhany de Almeida, a cessão de imóveis do Estado de Minas Gerais para a Justiça Federal e o Ministério Público Federal em Governador Valadares vai representar uma economia anual de cerca de R\$1 milhão para a União.

VISITA DE CRIADORES DE CONTEÚDO MINEIROS AO PRESIDENTE DA ALMG

Produtores de conteúdo mineiros visitaram o presidente da Assembleia de Gerais, deputado Tadeu Leite. Durante a visita, eles conversaram sobre a aproximação do Legislativo com o cidadão através das redes sociais e da TV Assembleia, destacando a importância da política digital e do trabalho de *youtubers* na formação política. Participaram da visita os *youtubers* mineiros Lucas Zanandrez (@olaciencia), Maxsuell Roger (@maxdicas), Will Procópio (@receitasdowill), Lu Ferreira (@LuFerreira) e Cleide Lifestyle (@CleideLifestyle), além de executivos do Google.

Os criadores de conteúdo também realizaram visita guiada aos principais espaços do Palácio da Inconfidência, como o Plenário, onde assistiram a um vídeo sobre o Parlamento mineiro. Conheceram ainda o estúdio da TV Assembleia e a Central de Transmissão em Tempo Real (CTTR) do Parlamento mineiro.

Na ocasião, para celebrar a marca de 100 mil inscritos no canal da Assembleia no YouTube, também foi entregue à ALMG a Placa de Prata, concedida pelo Google, em cerimônia realizada no Salão Nobre (veja mais no capítulo “Canais de diálogo com a população”).



Visita de criadores de conteúdo mineiros ao presidente da ALMG.

ASSEMBLEIA SOLIDÁRIA

Em janeiro de 2025, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu, mais uma vez, a campanha SOS Chuvas, em parceria com a Cruz Vermelha Brasileira Afiliada Minas Gerais (CVB-MG). Entre setembro de 2024 e o início de janeiro de 2025, as fortes chuvas que atingiram Minas Gerais causaram 24 mortes, deixando mais de 40 municípios em situação de emergência e centenas de desabrigados.

Um posto de arrecadação de donativos passou a funcionar na sede da ALMG, aí permanecendo de 14 a 31 de janeiro de 2025, na entrada do Palácio da Inconfidência, na Rua Rodrigues Caldas, 30, entre as 9 e as 17 horas. Seu propósito foi o de receber alimentos não perecíveis ou cestas básicas, água, itens de limpeza e de higiene pessoal.



A campanha SOS Chuvas, em parceria com a Cruz Vermelha, arrecadou doações para os atingidos pelas chuvas no Estado.

CANTATA DE NATAL

Em 2025, a Cantata de Natal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) reafirmou-se como um dos principais marcos do calendário cultural de Belo Horizonte, celebrando sua 17ª edição com recorde de engajamento e sofisticação técnica. Realizado no Largo das Bandeiras do Palácio da Inconfidência, o evento reuniu 285 vozes em um espetáculo que atraiu mais de mil pessoas, simbolizando a harmonia e a paz. Em sintonia com as comemorações dos 190 anos do Parlamento mineiro, a Diretoria de Comunicação inovou ao adotar o ipê e as cores da Praça da Assembleia como identidade visual, rompendo com o tradicionalismo natalino para fortalecer a simbiose entre a instituição e a identidade mineira. A execução do projeto destacou-se pelo planejamento de comunicação integrada e pela adoção de metodologias de estratificação qualificada de públicos. A definição de *personas* e o mapeamento da jornada do usuário orientaram desde a logística de infraestrutura



até as estratégias digitais, incluindo-se a criação de comunidades de interação via WhatsApp para coralistas e músicos. Mesmo diante de desafios da agenda política, a gestão coordenada entre os diversos setores da Casa (TV, Rádio, Mídias Digitais e Relações Públicas) garantiu inovações cênicas, painel interativo instagramável e uma capilaridade midiática expressiva, com destaque para a distribuição de conteúdo radiofônico para 900 emissoras do Estado. No âmbito institucional, a cantata consolidou-se como um ativo estratégico de *branding* e reputação para a ALMG. Ao gerar pauta positiva e espontânea na imprensa, o evento cumpriu sua função de “vitrine institucional”, reforçando a imagem do Legislativo como um agente promotor de cultura, integração social e pertencimento. O sucesso da iniciativa, evidenciado pela alta adesão dos públicos interno e externo e pela ampla repercussão nas redes sociais, demonstra a eficácia de um modelo de gestão que alia tradição, inovação técnica e sensibilidade artística para estreitar os laços entre o Parlamento e a sociedade.



Tradicional Cantata de Natal da Assembleia reúne cerca de 300 coralistas na Praça Carlos Chagas.

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em maio de 2025, foi assinado termo aditivo ao convênio entre a Assembleia e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), prorrogando por mais 24 meses a realização da Feira da Agricultura Familiar no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira. Em 2025, foram realizadas as 12 edições mensais previstas no convênio.

Produtores rurais e artesãos comercializam produtos hortifrutigranjeiros, laticínios, padaria, charcutaria, cafés, cachaças, plantas, utensílios, doces e temperos, entre outros itens, chamando a atenção para características importantes da agricultura familiar, como a sustentabilidade, a produção em pequena escala e a renda essencial para o sustento.

Entre 2018 e maio de 2025, foram realizadas 30 edições das feiras de agricultura familiar no espaço da Assembleia. Foram recebidos 105 produtores de 82 municípios mineiros. O valor médio de vendas em cada uma dessas edições foi de R\$ 25.620, o que totaliza uma movimentação de quase R\$ 800 mil*.

* Informações repassadas pelo coordenador técnico regional de horticultura da Emater-MG, Wagner Santos Fanni.



Alimentos variados da agricultura familiar de regiões de Minas Gerais e de gosto popular são vendidos na feira.

Programas e espaços culturais

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA

O Memorial do Legislativo Mineiro é um centro de referência sobre a história e a trajetória da ALMG e da política mineira. Localizado no andar térreo do Edifício Tiradentes, o memorial é organizado em dois andares. No primeiro piso, o visitante tem acesso ao conteúdo que trata da origem do Legislativo estadual, do sentido da representação, da estrutura e da história da ALMG e das Constituições mineiras.

No segundo andar, há um espaço dedicado aos parlamentares que exercem ou exerceram mandato, além de setores que apresentam as ações e os canais que incentivam a participação popular nas atividades da Assembleia. Também há uma área reservada para as exposições temporárias.

O Memorial fica aberto a visitação de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas. O agendamento é necessário somente para grupos específicos ou em horários alternativos. Em 2025, o memorial recebeu 5.903 visitas, somadas as agendadas e as espontâneas.



Crianças interagem para responder gincana sobre o Parlamento mineiro durante visita guiada ao Memorial.

PROGRAMA CASA ABERTA

O programa Casa Aberta recebeu 86 visitantes em 2025, em um total de 23 visitas.

Criado em 2013, o Casa Aberta permite que o cidadão conheça de perto o funcionamento e o papel do Legislativo mineiro, entenda como participar das decisões políticas e como interagir com o Parlamento. A atividade faz ainda um resgate da memória política e do patrimônio cultural da ALMG, por meio de dois roteiros predefinidos. No “Política e participação”, o foco é conhecer a atuação da ALMG e os espa-

ços abertos à participação pública. Já o roteiro “Memória e cultura” apresenta a história e o patrimônio arquitetônico e cultural da Assembleia.

As visitas do roteiro “Política e participação” são realizadas às terças-feiras, às 10 horas, e às quintas-feiras, às 13 horas, com duração de 50 minutos, e precisam ser agendadas com no mínimo 48 horas de antecedência, por meio do Portal da Assembleia ou pessoalmente, no Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC). Para as visitas audioguiadas (disponíveis em quatro idiomas: português, inglês, francês e espanhol), não é necessário agendamento prévio.

ASSEMBLEIA CULTURAL

O Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema (EPC), situado no Palácio da Inconfidência, sede do Parlamento Mineiro, foi projetado para aproximar a ALMG da sociedade.

Com 32 anos de existência, ele é composto pelo Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira (formado pelo Largo das Bandeiras, pela Tribuna Popular e pelo *Hall* Principal), pela Galeria de Arte, pelo Teatro e pela Capela, de caráter ecumênico e destinada a receber eventos religiosos ou meditativos.

Os espaços são oferecidos para valorizar as manifestações artísticas, a cultura regional e também a participação popular e a formação cidadã dos mineiros. No EPC, são desenvolvidos os projetos do programa Assembleia Cultural, por meio do qual a Casa se abre para exposições de artes visuais, feiras de produtos artesanais, *performances* e espetáculos de dança, música e teatro. O Teatro, com capacidade para 145 pessoas, foi projetado pelo arquiteto Álvaro Hardy e equipado com o que havia de melhor em tecnologia cênica na época. Ainda hoje, é um dos melhores espaços da capital mineira para apresentações culturais.



Visita de adolescentes trabalhadores à exposição *Convivência com a crise climática em Minas Gerais*.

Na Galeria de Arte, além de mostras artísticas, são recebidas exposições educativas e culturais. Elas integram a agenda institucional da ALMG. Em 2025, teve destaque a exposição *Convivência com a crise climática em Minas Gerais*. De cunho jornalístico e educativo, a mostra foi inaugurada em 2024 e permaneceu aberta à visitação até junho de 2025, tendo abordado os impactos locais da crise e apresentado experiências científicas, sociais e produtivas de sucesso em diversas regiões do Estado, promovendo, assim, conscientização sobre a gravidade da realidade presente e, ao mesmo tempo, descortinando um horizonte de esperança, de modo a estimular o engajamento de todos no enfrentamento dos desafios impostos. De forma coerente com o tema da exposição, os processos e os materiais utilizados na sua produção foram escolhidos levando-se em conta a economia, a reutilização e a reciclagem de materiais, em sintonia com o conceito de sustentabilidade. O conteúdo foi apresentado em formato acessível a pessoas com deficiência visual, por meio de recursos como a audiodescrição de imagens, e foram oferecidas visitas mediadas a grupos de estudantes das redes pública e privada, mediante agendamento.



Produção de comunidades quilombolas de Santa Cruz de Chapada do Norte são expostas e vendidas na Galeria de Arte do Palácio da Inconfidência.

No Largo das Bandeiras, a escultura de Amílcar de Castro sintetiza a ideia da abertura de espaço para manifestações culturais e populares. Antes mesmo da inauguração do EPC, tanto o Largo das Bandeiras quanto o *Hall* Principal, acima das escadarias da portaria principal do Palácio da Inconfidência, que hoje integram o Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira (Edjao), já eram usados para as mais distintas manifestações políticas. O local continua sendo utilizado para assembleias de movimentos grevistas e protestos políticos, cumprindo o papel para o qual foi projetado.

TEATRO E GALERIA DE ARTE

A promoção e a valorização das artes e, sobretudo, da cultura mineira fazem parte das ações desenvolvidas pela Assembleia com o objetivo de incentivar o exercício da cidadania.

Localizados no andar térreo do Palácio da Inconfidência, a Galeria de Arte e o Teatro da Assembleia são locais privilegiados de aproximação com a sociedade, propiciando o acesso público a diversas formas de manifestação artística.

A ocupação do Teatro é definida por concorrência pública anual, com edital publicado no *Diário do Legislativo*. São selecionados espetáculos para crianças e adultos, nas seguintes modalidades: teatro, música, dança, contação de histórias, mágica, performance e *stand-up comedy*.

A utilização do espaço pelos artistas classificados é gratuita, assim como o uso de equipamentos de iluminação e som com suporte técnico profissional. As apresentações devem ocorrer de sexta a domingo, pois, nos demais dias da semana, o teatro é reservado a atividades institucionais da Assembleia. Às segundas, é realizado o programa Segunda Musical; às quintas, o Zás.

Em 2025, foram realizadas nesse espaço 63 apresentações, entre as quais 31 da Campanha de Popularização do Teatro, quatro peças de teatro adulto, duas de teatro infantil e duas de música, além dos espetáculos semanais dos projetos Zás (sete apresentações) e Segunda Musical (16 apresentações).

A Galeria de Arte, com 250 m², também é ocupada por meio de editais públicos. Em 2025 foram realizadas na galeria três mostras de artes visuais, tanto em exposições individuais quanto em coletivas, com destaque para a exposição *Balões de Santos=Dumont*, que celebrou a obra do inventor mineiro Alberto Santos Dumont, conhecido como o Pai da Aviação, por meio de criações artísticas com balões e aviões – entre as quais as réplicas do icônico balão Brasil e dos aviões 14-bis e Demoiselle nº 19 –, além de pinturas, objetos, fotos e informações. O projeto Mineiranças também levou ao espaço três mostras de artesanato, entre elas a da Associação dos Artesãos Agricultores e Agricultoras Quilombolas de Santa Cruz de Chapada do Norte (Arca), com objetos de decoração e utensílios para o lar feitos com a técnica ancestral do trançado do couro cru e da palha do milho obtido do plantio de sementes crioulas.



Jovens músicos Lucas Vieira (flauta) e Alice Brandi (violino) se apresentam no Segunda Musical, no Teatro da Assembleia.

ZÁS E SEGUNDA MUSICAL

Entre os projetos também realizados no Teatro, estão o Zás e o Segunda Musical, que já completaram quase três décadas de existência.



Cultura e manifestações culturais são exibidas no projeto Zás, às quinta-feiras. Na imagem, espetáculo *Aquarela brasileira*, do Grupo Guararás.

O Zás é realizado todas as quintas-feiras, às 19h30, dando palco a apresentações de música popular e a várias modalidades de artes cênicas, com entrada gratuita. Em 2025, foram sete apresentações de diversos tipos, entre as quais espetáculos de dança, peças de teatro adulto e infantil e *shows* de variados estilos musicais, destacando-se, na programação infantil, a apresentação lúdica de Elaine Macedo em *Bolhas com arte*, união da manipulação de bolhas de sabão com efeitos de luzes e cenografia, e, na programação adulta, o *show* da multi-instrumentista, cantora e compositora mineira Nath Rodrigues, ganhadora do prêmio Flávio Henrique, do BDMG Jovem Instrumentista, do Festival da Canção Todos os Sons e do Festival da Canção da Aliança Francesa.

O Segunda Musical acontece às segundas-feiras, às 20 horas, e é destinado a recitais de música erudita. O projeto representa uma oportunidade para jovens talentos, que, além de poderem se apresentar no espaço, têm seu trabalho divulgado por meio da transmissão do programa pela TV Assembleia. Em 2025, foram realizados, ao todo, 16 concertos. Entre os músicos convidados, destacou-se o concerto comemorativo de 92 anos de Rufo Herrera, premiado bandoneonista argentino indicado ao Grammy Latino.



“Em 2025, renovei meu compromisso com Minas Gerais, trabalhando para garantir que os mineiros tenham acesso a serviços públicos de qualidade. Destinei emendas importantes para fortalecer a saúde, a educação e o esporte, áreas fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado. Cada investimento reflete meu respeito pela população e minha dedicação a políticas que geram oportunidades e melhoram vidas. Sigo firme, ouvindo as demandas, construindo soluções e avançando por um Estado mais justo. A luta continua.”

Deputado Mário Henrique Caixa (PV)

“A Assembleia Legislativa de Minas Gerais é onde a voz dos 853 municípios encontra eco. Somos o elo vital que garante que as políticas públicas cheguem do interior à capital, traduzindo-se em uma defesa constante da vida de todos os mineiros. Neste Parlamento, lutamos incansavelmente por saúde, educação, infraestrutura e segurança, transformando demandas populares em leis e ações concretas. Ser deputada estadual é ser a guardiã intransigente dos interesses e da esperança do povo de Minas. Sinto-me profundamente realizada com a nobre missão que me foi confiada.”



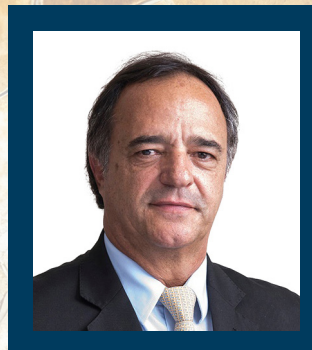
Deputada Marli Ribeiro (PL)



“Em 2025, seguimos firmes na luta por uma Minas mais democrática e humana. A cada diálogo, a cada escuta, nasce a força para acreditar que a política transforma vidas. Como vice-presidente do Bloco Democracia e Luta e da Comissão de Participação Popular, possibilitamos que a voz do povo ecoasse dentro da Assembleia. Defendemos a água como um direito essencial e reafirmamos que a Copasa é do povo e deve continuar sendo dos mineiros. Nosso trabalho viabilizou a aprovação do PPAG, a entrega de 318 máquinas agrícolas e milhões em emendas para as cidades. Seguimos juntos, de mãos dadas, na construção de uma política feita com coração e compromisso.”

Deputado Marquinho Lemos (PT)

“2025 foi intenso, marcado por muito trabalho. Como presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, conduzimos audiências públicas dedicadas ao fortalecimento de diversos setores, como o de hotelaria, além dos circuitos turísticos. Aprovamos audiências públicas para tratar do transporte turístico ferroviário. Celebramos também a Lei nº 25.176/2025, de minha autoria, que institui a Campanha Permanente de Combate ao Assédio e à Violência contra Mulheres em eventos culturais e esportivos. Criamos as Frentes Parlamentares de Valorização das Guardas Civis e dos Trabalhadores Despachantes.”



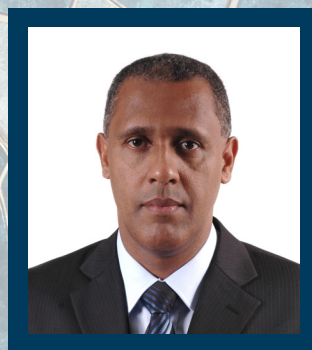
Deputado Mauro Tramonte (Republicanos)



“O Parlamento mineiro teve, em 2025, uma atuação marcada pelo compromisso com a democracia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Nesse contexto, destacou-se o esforço em ampliar o diálogo com a população, defender pautas de inclusão social, cultura, esporte, meio ambiente, infraestrutura e mobilidade urbana. Essa postura reforçou a transparência e aproximou ainda mais o Legislativo dos cidadãos mineiros, consolidando-o como espaço de escuta e construção de soluções para o bem comum.”

Deputada Nayara Rocha (PP)

“Trabalho recompensado. Terminamos mais um ano de mandato com uma grande conquista: a conclusão das obras do Hospital Regional de Teófilo Otoni. Esse foi um pleito que se iniciou em 2010, antes mesmo de eu me tornar parlamentar. De lá para cá, foram 15 anos de trabalhos ininterruptos para realizar esse sonho, que não era só meu, mas de toda a região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, além da macrorregião do Nordeste. Foram centenas de reuniões, que permearam três governos estaduais, envolvendo profissionais de saúde, planejamento e muitas outras áreas. Agradeço o apoio institucional que esta Casa nos deu nesse projeto.”



Deputado Neilando Pimenta (PSB)



“Este ano, com o trabalho do nosso mandato, conseguimos aprovar a Lei nº 25.201/2025, que proíbe o acorrentamento de animais em Minas, e derrubamos o veto ao projeto que combate fábricas de filhotes, que resultou na Lei nº 25.227/2025. Aprovamos ainda a Lei nº 25.408/2025, que equipara os veículos de transporte de órgãos para fins de transplante às ambulâncias, e fizemos uma importante contribuição para o texto da Lei nº 25.525/2025, para assegurar que o Estado crie canais digitais que possibilitem à população acionar serviços essenciais de emergência, como o Samu, as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil.”

Deputado Noraldino Júnior (PSB)

“Como deputado estadual, tenho trabalhado diariamente para levar desenvolvimento ao Norte de Minas. Avançamos no asfaltamento entre Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro, no recapeamento da MG-122 e no fortalecimento das Apaes e das instituições que cuidam de pessoas, bem como das associações da agricultura familiar. Também ampliamos investimentos em saúde, educação, geração de emprego e renda e infraestrutura. Cada conquista representa mais dignidade e novas oportunidades para nossa gente.”



Deputado Oscar Teixeira (PP)



“Nosso mandato trabalha com muita intensidade na defesa dos interesses do povo, dos servidores e do patrimônio que pertence ao nosso povo, em especial as estatais. Assumimos protagonismo na criação do Propag e participamos de pontos importantes desse projeto, como a federalização de estatais para pagamento da dívida com a União. Na presidência da Comissão de Cultura, seguimos valorizando nossa mineiridade, divulgando e destacando manifestações artísticas dos quatro cantos do Estado. No interior, mantemos uma agenda intensa com investimentos em nossas cidades. O trabalho continua: Minas tem jeito!”

Deputado Professor Cleiton (PV)

“Em 2025, reforcei meu compromisso com o Estado de Minas Gerais. Apresentei projetos voltados à educação, à saúde e à inclusão, defendi os direitos das pessoas com deficiência e promovi ações que fortalecem a solidariedade e o desenvolvimento regional. Ainda neste ano, foi sancionada a Lei nº 25.474/2025, de minha autoria, que garante às pessoas com doença de Alzheimer, quando se enquadrarem como pessoas com deficiência nos termos da Lei nº 13.465/2000, o acesso a todos os direitos e benefícios previstos na Constituição do Estado e na legislação estadual.”



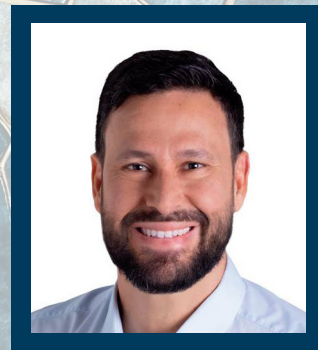
Deputado Professor Wendel Mesquita (Solidariedade)



“Em 2025, o Parlamento mineiro reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento de Minas Gerais e com o fortalecimento da democracia. Por meio da atuação responsável dos deputados estaduais, a Assembleia Legislativa promoveu debates, aprovou leis e incentivou políticas públicas voltadas ao crescimento sustentável, à justiça social e à melhoria da qualidade de vida dos mineiros, fortalecendo o papel do Legislativo como voz ativa da população.”

Deputado Rafael Martins (PSD)

“Como presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, conduzi, no Parlamento mineiro, em 2025, uma agenda firme, voltada ao fortalecimento do setor rural. A ALMG ampliou debates, intensificou a fiscalização, atualizou marcos legais e consolidou ações que garantiram segurança jurídica, inovação e sustentabilidade. Nosso trabalho valorizou o produtor, estimulou investimentos e reforçou o papel da Assembleia no desenvolvimento de Minas Gerais. Esse conjunto de ações consolidou avanços e reafirmou o compromisso da ALMG com um campo mais forte e socialmente produtivo em todo o Estado.”



Deputado Raul Belém (Cidadania)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Direcionamento Estratégico

O Direcionamento Estratégico da Assembleia tem como diretriz, para o biênio 2025-2027, o fortalecimento do exercício da representação política da sociedade pelo Parlamento mineiro, com foco em diálogo, independência e inovação. Essa diretriz se desdobra por meio do estabelecimento de um conjunto de prioridades ligadas às três dimensões estratégicas que estruturam o funcionamento da Casa: atuação parlamentar; interação com a sociedade; e suporte organizacional. Os sete projetos estratégicos em execução neste biênio buscam dar concretude e efetividade a essas prioridades, seja por meio da concepção de novos produtos, serviços ou procedimentos, seja por meio da continuidade e do aperfeiçoamento de temáticas já tratadas anteriormente pela ALMG.

Dois desses projetos – Assembleia Inteligente e Inteligência Artificial no Parlamento II – estão relacionados a prioridades voltadas para o uso de soluções de tecnologia, especialmente a inteligência artificial (IA), com vistas a promover a transformação digital na ALMG, tanto no âmbito da atuação político-parlamentar em si quanto em relação às diversas atividades institucionais de suporte ao trabalho de deputadas e deputados.

Neste primeiro ano do biênio 2025-2027, já foi possível registrar importantes avanços nesse propósito, começando pelo estabelecimento de uma Política de Uso Responsável de Inteligência Artificial no âmbito da ALMG, formalizada por meio da Deliberação da Mesa nº 2.873/2025. A norma, além de trazer princípios e diretrizes que devem nortear a adoção dessas tecnologias, também instituiu o Comitê Gestor da Política de IA, responsável por coordenar esse trabalho na Casa.

Houve avanços significativos também na adoção de soluções de IA para apoio ao exercício de diversas atividades, ligadas às áreas parlamentar e administrativa. Esse movimento foi realizado em duas grandes frentes de trabalho: uma, voltada para o desenvolvimento de soluções customizadas às necessidades da Casa; outra, relacionada ao uso de ferramentas disponíveis no mercado.

No primeiro caso, foi fundamental a parceria firmada com o Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (DCC/UFMG), parceria que teve início ainda no biênio anterior do Direcionamento Estratégico e que, agora, começou a gerar resultados. Entre os resultados, cabe destacar as soluções voltadas para a identificação de similaridades entre proposições legislativas – já implementada no Sistema de Informações Legislativas de Minas Gerais (Silegis) – e para a revisão da transcrição do áudio de reuniões legislativas.

Outro desdobramento importante dessa parceria foi a transferência de conhecimento para a ALMG, que resultou no desenvolvimento de outras soluções pelas equipes internas, entre as quais funcionalidades destinadas à geração automática de resumo de requerimentos, também integrada ao Silegis, à disponibilização da legislação mineira em áudio e à moderação de interações de cidadãos com a Casa, por meio do Sistema de Gestão da Participação Digital (SGPD).

Na outra frente de trabalho, está em andamento uma ação conjunta dos dois projetos estratégicos no sentido de avaliar o uso de ferramentas de IA generativa disponíveis no mercado, para suporte a atividades nas áreas de processo legislativo, comunicação institucional, procuradoria e recursos humanos. Para essa ação, no âmbito do processo legislativo, foi instituído um laboratório de inovação, responsável por desenvolver e coordenar a adoção de metodologia que contemple a identificação de problemas e a realização de testes com as soluções de IA, além do acompanhamento intensivo e da avaliação dos resultados alcançados.

Todo esse movimento foi embasado por iniciativas de capacitação dos gestores e das equipes envolvidas, incluindo-se tanto um nivelamento conceitual sobre IA quanto treinamentos operacionais sobre engenharia de *prompts*. Essa capacitação, inicialmente voltada para a ação de teste das ferramentas generativas, foi posteriormente disponibilizada, na modalidade EAD, para todos os servidores da ALMG.

Além disso, especialmente no âmbito do processo legislativo, é importante destacar a concepção e a implementação, neste ano, da seção “Assembleia em números” no Portal da Assembleia. Gerada a partir de painéis interativos feitos com uso de IA, ela abrange informações sobre leis aprovadas, participação cidadã, fiscalização e atividades legislativas. Nessa mesma linha, também está em andamento a celebração de parceria com o Departamento de Ciência Política da UFMG para o desenvolvimento de metodologia de monitoramento da execução da legislação mineira, com uso de ferramentas de IA.

Outro projeto deste biênio – Articulação para o Aprimoramento das Políticas Públicas – está relacionado à prioridade de incremento da atuação do Poder Legislativo na formulação e implementação de políticas públicas, com foco em inovação e participação da sociedade. Para isso, vem-se trabalhando no sentido de identificar e analisar novas dinâmicas das práticas participativas que possam potencializar a atuação da ALMG no ciclo de políticas públicas estaduais. Um grupo de trabalho composto por representantes de vários setores do processo legislativo está estudando, discutindo e sistematizando práticas e resultados obtidos nas atividades institucionais da ALMG, com vistas a estabelecer uma matriz analítica para nortear os estudos de caso.

Também tiveram continuidade, neste biênio, as ações do projeto Novo Modelo de Cobertura Jornalística, que atende à prioridade de modernização da comunicação institucional com a sociedade, em sintonia com as transformações e desafios do jornalismo contemporâneo. Para isso, estão em andamento as ações de integração da cobertura jornalística pelas equipes, com novos núcleos de trabalho estruturados e operando em formato de teste; em paralelo, está em andamento a contratação de ferramentas digitais para dar suporte a esse trabalho integrado, além da implementação de um amplo programa de capacitação das equipes, que se estenderá por 2026.

Outra prioridade institucional, neste biênio, está voltada à ampliação de mecanismos e práticas para promoção da acessibilidade e da inclusão de diversos segmentos sociais em suas interações com o Parlamento mineiro. Associado a essa prioridade, está em andamento o projeto Assembleia + Inclusiva, que tem o objetivo de identificar, eliminar ou reduzir entraves e obstáculos que impeçam, limitem ou desestimulem a participação política e social, o gozo de direitos e o exercício da cidadania pelos cidadãos no relacionamento com a ALMG. Para tanto, foi instituído um grupo de trabalho multissetorial, que já concluiu o levantamento de normas relativas ao tema da inclusão e, agora, atua na preparação de um inventário das iniciativas da Casa nessa área, com vistas a subsidiar a avaliação e o aprimoramento delas em face da legislação vigente e das demandas sociais.

O projeto Parlamento Aberto, por sua vez, está relacionado à prioridade de fortalecimento do controle social e da reputação do Legislativo mineiro, por meio do aprimoramento da transparência das informações institucionais. Nesse sentido, o projeto partiu de um estudo de avaliação prospectiva da transparência da ALMG, tendo como parâmetro a análise de dois índices nacionais de referência relativos à transparência pública. Esse estudo permitiu identificar um conjunto de ações para revisão, aprimoramento e ampliação do repertório de informações institucionais disponibilizadas pela ALMG, a serem desenvolvidas na sequência do projeto. Além disso, houve também avanços pontuais na melhoria da divulgação dos gastos da ALMG com publicidade e na reformulação da seção “Licitações e contratos” do Portal da Assembleia, em parceria com o Comitê Gestor de Contratações.

Por fim, teve andamento também o projeto Implementação do Sistema de Integridade e Ética na ALMG, em atendimento à prioridade de consolidação da cultura e das práticas relacionadas a essa temática na instituição. Dando sequência a projetos anteriores, destaca-se, neste biênio, a implementação da Comissão de Ética Funcional e a definição, operacionalização e divulgação de fluxos e canais para recebimento e processamento de representações. Teve prosseguimento também o esforço de capacitação e conscientização sobre o tema, por meio da realização da segunda fase do programa Proagir – Ética e Integridade, com o envolvimento de lideranças e servidores de diversas áreas da Casa, além da oferta de atividades correlatas para estagiários e adolescentes trabalhadores da ALMG. Houve avanços, ainda, na revisão das competências essenciais e na proposição de adequações na sistemática de avaliação de desempenho, de forma a incorporar questões de integridade e ética.

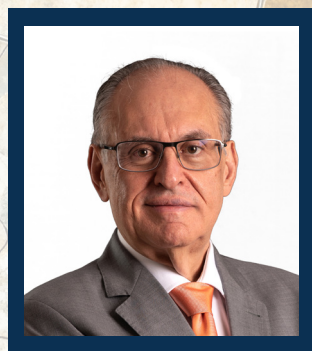
Este relato reforça a importância dos esforços coordenados de aprimoramento institucional promovidos a partir da gestão estratégica da ALMG, contemplando, de forma sistêmica, as diferentes dimensões da atuação e do funcionamento da Casa. Além disso, ele demonstra, mais uma vez, que o Direcionamento Estratégico ALMG 2030 vem, a cada biênio, consolidando a cultura de planejamento institucional, de forma atenta aos desafios contemporâneos e sempre com foco no reconhecimento da Assembleia de Minas como o poder do cidadão, em sintonia com as transformações sociais, na construção de uma sociedade melhor.



“São grandes avanços que reforçam nosso compromisso de ampliar políticas públicas para as Minas e os Gerais, como a emenda de minha autoria na Lei do IPVA, que garante o pagamento *on-line* de débitos em atraso, evitando a apreensão do veículo e assegurando também a retirada do nome do contribuinte do Serasa e de cartórios em até 48 horas após a quitação. Luz para Todos: conseguimos que a Cemig assumisse o compromisso de executar 4.000 solicitações de energia, levando luz para quem vive no escuro. Também é de minha autoria a lei que institui a política estadual de conscientização sobre o direito ao tratamento de doenças raras.”

Deputado Ricardo Campos (PT)

“Em 2025, o Parlamento mineiro reforçou seu compromisso com a responsabilidade fiscal e o futuro de Minas. Atuamos com diálogo e firmeza para avançar na solução da dívida do Estado, apoiando o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) como melhor e definitivo caminho para o equilíbrio das contas públicas. Entre desafios e conquistas, seguimos aprovando pautas essenciais ao desenvolvimento, fortalecendo a transparência, a participação social e as oportunidades para todos os mineiros.”



Deputado Roberto Andrade (PRD)

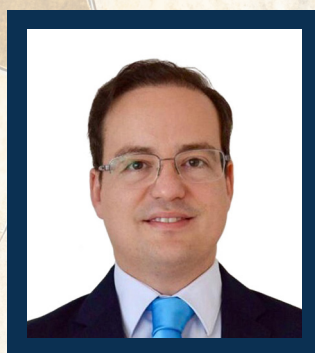


“Em 2025, reforcei meu compromisso com o desenvolvimento de Minas Gerais e com a atuação qualificada no Parlamento mineiro. Autor da lei que tornou Andradadas a Capital Mineira do Vinho e relator de projetos estratégicos do Propag, contribuí para fortalecer políticas públicas, além de trazer inovação e resultados concretos. Sigo trabalhando com firmeza para impulsionar o Estado e melhorar a vida dos mineiros.”

Deputado Rodrigo Lopes (União)

“Como presidente da Comissão de Segurança Pública, conduzi audiências públicas com secretários e chefes das polícias, cobrando melhorias na proteção da população, como mais investimentos em equipamentos, viaturas, armamentos e efetivo. Trabalhei intensamente pela política remuneratória e pela valorização das carreiras policiais. Aprovei e relatei projetos focados na segurança pública. Também atuei para que o Estado aderisse ao Propag e saísse da camisa de força que é o RRF.”

Deputado Sargento Rodrigues (PL)

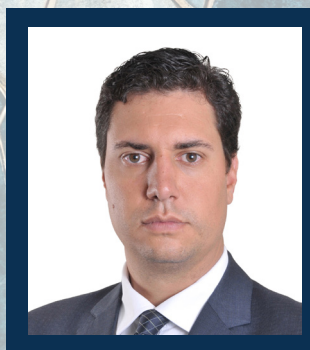


“Como presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, atuei pela aprovação de projetos relevantes para a vida da nossa gente. Encerramos 2025 com um balanço positivo, marcado por trabalho, diálogo e responsabilidade pública. Com um mandato municipalista, mantivemos proximidade com os municípios, ouvindo demandas e transformando necessidades em ações no Legislativo. Fechamos o ano fortalecendo o Parlamento mineiro e ampliando políticas públicas que promovem desenvolvimento para Minas Gerais e qualidade de vida para mineiros e mineiras.”

Deputado Thiago Cota (PDT)

“Em 2025, meu trabalho parlamentar se destacou pela atuação na Comissão de Meio Ambiente, guiada pela construção de consensos e pelo fortalecimento das políticas ambientais, com avanços como o novo Fhidro, o Pecma e o Pepsa que vão impactar diretamente a população ao ampliar a proteção das águas, transformar multas em ações concretas e valorizar quem cuida do meio ambiente. Também garanti investimentos em saúde, infraestrutura, segurança e educação aos municípios, proporcionando melhorias efetivas e reafirmando o compromisso desta Casa com o bem-estar dos mineiros.”

Deputado Tito Torres (PSD)





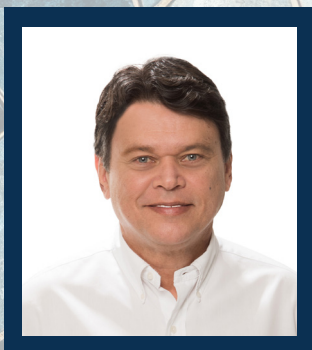
“Chegamos ao fim de mais um ano, sempre trabalhando pelo povo mineiro. Ao lado dos colegas do Bloco Democracia e Luta, do presidente Tadeu Leite e dos demais parlamentares, trabalhamos para transformar debates em ações que realmente melhorem a vida da população, mesmo em um Parlamento tão diverso. A articulação para a aprovação do Propag no Congresso Nacional é um exemplo dessa atuação. Nosso bloco, a Presidência da Casa e a ALMG tiveram papel central no processo, que representa uma solução definitiva para a dívida do Estado. Seguimos confiantes de que traremos resultados positivos para Minas!”

Deputado Ulysses Gomes (PT)

“Um ano de compromissos! Encerramos o ano reafirmando nosso compromisso com Minas e com os mineiros. Atuamos na aprovação de matérias legislativas que contribuem para a superação das desigualdades regionais. Aprovamos e priorizamos emendas orçamentárias para as áreas de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Neste ano também apoiamos as iniciativas do Poder Executivo e da Presidência desta Casa na busca de soluções para o enfrentamento do endividamento do Estado de Minas Gerais e, por isso, podemos esperar dias melhores para todos os mineiros. O trabalho continua!”



Deputado Vitório Júnior (PP)



“Tive forte atuação na ALMG em 2025, destacando o Estatuto dos Raros e o Cordão dos Raros, de minha autoria. O estatuto prevê diagnóstico precoce, tratamento especializado e inclusão das pessoas com doenças raras, marcando avanço humanitário em Minas. O cordão facilita a identificação e o atendimento emergencial dos raros. Como presidente da FFO, conduzi mais de 70 reuniões, nas quais foram apreciadas mais de 120 proposições de importância e relevância, fortalecendo o debate público e a responsabilidade fiscal da ALMG. Ações que reforçam meu compromisso com os direitos e a boa gestão pública.”

Deputado Zé Guilherme (PP)

“O Parlamento mineiro tem atuado com equilíbrio, diálogo e foco no que realmente importa: melhorar a vida das pessoas nas cidades. Em 2025, aprofundamos a escuta à população, fortalecemos o trabalho das comissões e avançamos na construção de soluções para saúde, educação e infraestrutura. A Assembleia reafirma seu compromisso com um Legislativo moderno, próximo da população e dedicado ao desenvolvimento de Minas Gerais.”

Deputado Zé Laviola (Novo)



Assembleia Legislativa de Minas

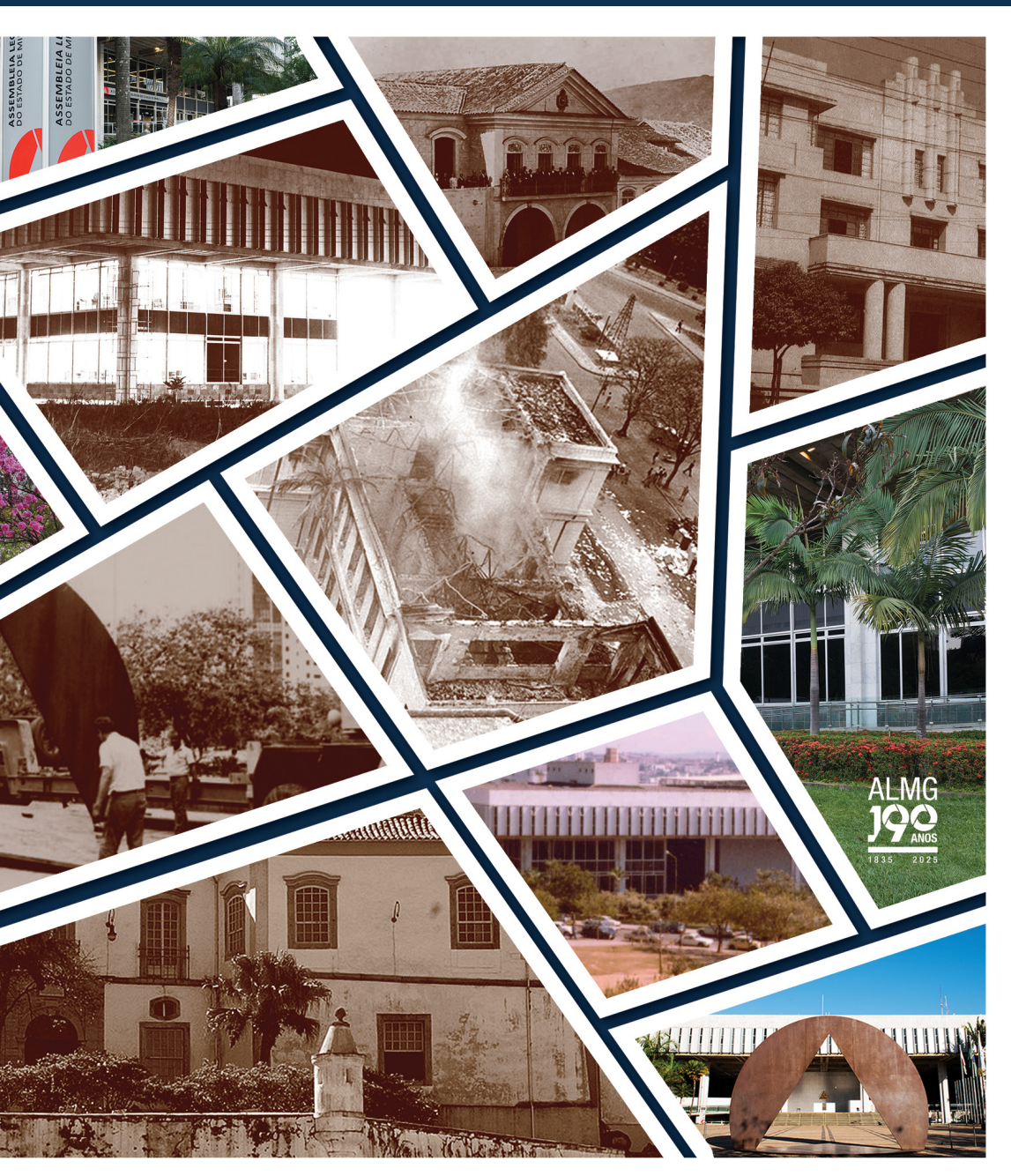


Há 190 anos, em 31 de janeiro de 1835, a instalação da Assembleia Provincial em Ouro Preto marcou o nascimento do Poder Legislativo em Minas Gerais, ainda sob a organização do Brasil em províncias. Desde então, a capital mineira se mudou de Ouro Preto para Belo Horizonte, o Estado viveu grandes transformações e, nesse processo, também se expandiram o alcance e a relevância do Parlamento mineiro, hoje referência de participação democrática.

Ao longo dessa trajetória, o Legislativo estadual firmou-se como uma instituição marcada pelo equilíbrio entre independência e diálogo, exercendo papel conciliador sem abdicar de seus princípios. Mesmo diante de períodos adversos, como os fechamentos institucionais em 1930 e 1937, além das restrições impostas pelo regime militar, manteve-se como guardião dos valores democráticos, sustentado pelo compromisso com a representação popular.

São quase dois séculos de atuação na fiscalização das políticas públicas, na produção legislativa e na escuta ativa da sociedade. O que antes era um espaço restrito, com sessões breves e participação

As Gerais 190 anos de história



limitada, transformou-se em um Parlamento técnico, atuante e plural, mais próximo dos cidadãos e atento às demandas contemporâneas. A modernização dos canais de comunicação e a ampliação da participação popular refletem esse movimento de abertura.

A história também é feita de desafios concretos: distâncias que levavam semanas a serem vencidas, sedes improvisadas e até a perda de acervos importantes, como no incêndio de 1959, quando a Assembleia funcionava na Praça Afonso Arinos. Ainda assim, cada obstáculo contribuiu para fortalecer a instituição.

A inauguração do Palácio da Inconfidência, em 1972, simboliza esse amadurecimento. Pensado para acolher tanto o trabalho legislativo quanto a presença da sociedade, o edifício, aberto para a Praça Carlos Chagas, traduz a vocação pública e acessível do Parlamento.

Como os ipês que cercam sua sede, a Assembleia de Minas construiu sua história entre a resistência e a renovação. Forte e enraizada, segue movida pela missão de transformar demandas em ações concretas, mantendo vivas, há 190 anos, a essência da democracia e a busca do bem comum.





Entenda a Assembleia Legislativa

Conceitos importantes relacionados ao Legislativo mineiro

ALMG

A Assembleia de Minas tem a função de discutir e produzir leis, fiscalizar o Poder Executivo estadual e representar os interesses dos vários setores da sociedade, intermediando politicamente os conflitos que surgem. As ações do Legislativo produzem impacto direto na vida do cidadão, na administração pública e nos rumos da economia mineira.

É a ALMG que debate e vota matérias de competência do Estado, como os orçamentos, o sistema tributário, as operações de crédito e os planos de desenvolvimento, além de assuntos relacionados aos servidores.

Ela também fiscaliza o exercício da administração dos diversos órgãos do Estado e promove eventos que ampliam o diálogo com a sociedade e a participação popular na definição de políticas públicas. (A relação completa de atribuições da Assembleia está nos arts. 61 e 62 da Constituição Estadual.) Entre suas atividades, destacam-se debates e votações no Plenário e nas comissões, audiências públicas na Capital e no interior, eventos de educação para a cidadania, seminários legislativos, fóruns técnicos, ciclos de debates e debates públicos.

Plenário

O Plenário da ALMG é formado por 77 deputados estaduais e é o órgão deliberativo do Poder Legislativo. Durante as reuniões, os parlamentares discutem e votam as proposições, definindo o conteúdo de novas leis e da legislação atual do Estado. É também um local de debates, negociação política e articulação de acordos para as votações. Os deputados apresentam suas opiniões e debatem assuntos de interesse da população do Estado.



Plenário é uma arena de debates e articulações em torno de acordos e votações.

Comissão

Chama-se de comissão cada um dos grupos formados por parlamentares para estudar e dar pareceres sobre as proposições, dentro de sua área de competência. As comissões contribuem para aproximar o Parlamento dos cidadãos que ele representa.

Além de audiências públicas, debates públicos e reuniões com convidados e interessados na discussão dos temas em pauta, são realizadas visitas para verificar determinada situação ou problema. Por meio dessas práticas, as comissões garantem a participação do cidadão no debate de matéria legislativa em tramitação ou de assunto de interesse público relevante, além de desempenharem a função de mediadoras em questões controversas ou conflituosas, colhendo subsídios para a apreciação de proposições e requerendo providências por parte de diversos órgãos da administração pública.

A comissão é permanente quando integra a estrutura institucional da Casa e é temporária quando criada para apreciar assunto específico de interesse público ou para representar a ALMG. As comissões temporárias podem ser especiais, de inquérito (CPI) e de representação. Há ainda as comissões extraordinárias.

COMISSÕES PERMANENTES

A ALMG tem, na atual legislatura, 23 comissões permanentes. Nelas, os deputados opinam sobre os projetos em tramitação, promovem audiências para debater temas específicos e realizam visitas para conhecer de perto a realidade do Estado. As reuniões são públicas. As comissões são as seguintes: Administração Pública; Agropecuária e Agroindústria; Assuntos Municipais e Regionalização; Constituição e Justiça; Cultura; Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Defesa dos Direitos da Mulher; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Desenvolvimento Econômico; Direitos Humanos; Educação, Ciência e Tecnologia; Esporte, Lazer e Juventude; Ética e Decoro Parlamentar; Fiscalização Financeira e Orçamentária; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia; Participação Popular; Prevenção e Combate ao Uso de *Crack* e Outras Drogas; Redação; Saúde; Segurança Pública; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

As comissões permanentes exercem rotineiramente a ação fiscalizadora e possuem um conjunto de mecanismos para promover a interlocução com os diferentes atores sociais, tais como audiências públicas, debates públicos, reuniões com convidados e visitas.

COMISSÕES ESPECIAIS

As comissões especiais têm um prazo de duração determinado e se dividem em: de Estudo, que analisam assuntos específicos; de Indicação, que opinam sobre indicações de dirigentes de órgãos públicos e conselheiros do Tribunal de Contas; de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que apreciam propostas de alteração da Constituição Estadual; e de Vetos do Governador, que analisam vetos do governador a proposições aprovadas pela ALMG.

COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS

São de caráter técnico-legislativo e criadas por decisão da Mesa Diretora da ALMG para realizar diagnósticos e elaborar propostas de ação sobre temas específicos. Elas devem atuar em sintonia com as comissões permanentes. No ano de 2025 foram instaladas quatro comissões extraordinárias, a saber: Educação Profissional e Tecnológica, Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, Prevenção e Enfrentamento ao Câncer e Turismo e Gastronomia.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (CPIs)

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) são criadas para apuração de fato determinado ou acontecimento relevante para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado. Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, por isso, podem tomar depoimento de autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas e requisitar informações, documentos e serviços, entre outros.

Produção legislativa

PROCESSO LEGISLATIVO

São os atos que acontecem desde a apresentação de uma proposição até sua transformação em lei, segundo as regras da Constituição Estadual e do Regimento Interno da ALMG. O processo legislativo garante a participação democrática de todas as partes interessadas.

PROJETO DE LEI

A produção de leis de qualidade é um dos papéis centrais do Poder Legislativo. Para que a legislação atenda ao interesse público e às necessidades da população, são realizados estudos e pesquisas que subsidiam os pareceres técnicos elaborados pelas comissões da Casa designadas para examinar projetos de lei e demais proposições, durante sua tramitação.

No intuito de aprofundar o debate e a compreensão da matéria e promover a participação da sociedade no avanço do ordenamento normativo do Estado, também são realizadas diligências, audiências públicas, ciclos de debates e eventos similares.



1 Apresentação

- O projeto é recebido pela Mesa da Assembleia, numerado, publicado e encaminhado às comissões para análise.

2 1º turno nas comissões

- Comissões discutem o projeto e dão pareceres, com informações para orientar o Plenário.
- Os pareceres podem sugerir emendas ao projeto original.
- Comissão dá parecer sobre emendas apresentadas no Plenário.

3 1º turno no Plenário

- Deputados discutem e votam o projeto.
- Antes de ser votado, o projeto volta à análise da comissão, se receber emendas.

4 2º turno nas comissões

- Comissão dá parecer sobre o texto aprovado em 1º turno, podendo sugerir novas emendas.

5 2º turno no Plenário

- Deputados discutem e votam o projeto.
- Emendas apresentadas podem ser votadas sem parecer.

6 Redação final

- Comissão dá parecer sobre a redação final do projeto.
- Parecer é votado pelo Plenário.

7 Sanção, promulgação ou veto

- Governador recebe projeto aprovado e pode transformá-lo em lei ou vetá-lo.
- Em alguns casos, cabe à Assembleia fazer a promulgação da lei, retirando ou mantendo o veto do governador.

PROPOSIÇÕES

As proposições são as matérias analisadas pela ALMG. Consistem em instrumentos como projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, pedidos de audiências e de informações. Tudo isso pode ser proposto por deputados, por outras autoridades e pela população.



Projetos são discutidos para melhoria de atividades no Estado de Minas Gerais.

PROPOSIÇÕES EM FASE FINAL DE TRAMITAÇÃO

São proposições já aprovadas em 1º e 2º turnos pela Assembleia, podendo ou não já terem sido enviadas para sanção do governador.

NORMAS DE EFEITO CONCRETO

Além da legislação já apresentada, o Parlamento mineiro produz também as chamadas leis de efeito concreto, normas cujo conteúdo não apresenta as características de generalidade e abstração próprias das leis em sentido formal e material. Entre elas, estão declarações de utilidade pública, autorizações de alienação de imóvel pelo Poder Executivo, instituição de datas comemorativas e denominações de próprios públicos. Constituem normas de efeito concreto também as resoluções da Assembleia que ratificam a concessão de regime especial de tributação ou a celebração de convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Declaração de utilidade pública

O poder público, por meio de lei, reconhece determinadas entidades que prestam relevantes serviços, sem fins lucrativos, à comunidade. Embora não haja qualquer direito automático decorrente da posse do título, a entidade poderá reivindicar isenção de contribuições destinadas à seguridade social, ao pagamento de emolumentos (taxas cobradas por cartórios) e a financiamentos. Para que seja declarada de utilidade pública, a entidade precisa obedecer a critérios como o funcionamento há mais de um ano, a natureza voluntária e não remunerada de seus cargos de direção e a idoneidade de seus diretores, havendo a possibilidade de revogação do título nos casos de desvio de finalidade ou de descumprimento de requisitos.

Alienação de imóveis

Em decorrência de comando constitucional, o Poder Legislativo autoriza, por meio de lei, a alienação de imóveis públicos, na modalidade de compra, venda, permuta ou doação, sempre em consonância com o interesse público. Esses imóveis são utilizados, principalmente, para o desenvolvimento de atividades nas áreas de saúde, educação e assistência social, em prol da comunidade em que se situam.

Denominação de próprio público e instituição de datas comemorativas

São também leis de efeito concreto aquelas que dão denominação a próprios públicos, homenageando cidadãos falecidos merecedores da consideração de sua comunidade, bem como as que instituem datas para celebração de fatos históricos e outras tradições culturais do Estado.

Ratificação ou rejeição de convênios celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)

Compete à Assembleia Legislativa, por meio de resolução, ratificar ou rejeitar convênios celebrados no âmbito do Confaz. Esses convênios abrangem a concessão e a revogação de benefícios fiscais do ICMS, com o objetivo de evitar conflitos entre os estados. A concessão de benefícios depende sempre de decisão unânime dos estados representados.

Regimes especiais de tributação

A Assembleia ratifica, por meio de resolução, a concessão de regime especial de tributação por parte do Estado, com o objetivo de proteger a economia mineira em caso de concessão, por outra unidade da Federação, de benefício fiscal ou financeiro-fiscal não aprovado em convênio do Confaz. Regimes especiais de tributação também são concedidos a empresas signatárias de protocolo de intenções, pelo qual se comprometem a realizar investimentos e gerar empregos no Estado, bem como a empresas beneficiadas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior (Pró-Confins).

Planejamento e orçamento público

O sistema orçamentário é o conjunto de leis por meio das quais o governo define como pretende gastar os recursos públicos, ou seja, recursos arrecadados com tributos e outras fontes de receita. O sistema de planejamento e orçamento é formado por quatro leis de iniciativa do Poder Executivo, que dispõem sobre a execução das políticas públicas: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Ao se discutirem os projetos de lei referentes ao sistema de planejamento e orçamento durante sua tramitação na Assembleia, realiza-se uma importante análise das políticas públicas estaduais, com grande repercussão na atividade dos deputados e das comissões.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as prioridades e metas da administração pública para o ano seguinte e as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo.

Nessa lei, o governo estabelece metas de responsabilidade fiscal e metas da administração pública para o ano seguinte, a serem atingidas pela execução dos programas do Plano Plurianual de Ação

Governamental (PPAG). A LDO orienta a elaboração do orçamento (que define como e onde o Estado vai aplicar os recursos arrecadados no ano) e dispõe sobre administração da dívida do Estado, operações de crédito e alterações na legislação tributária.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) contém a estimativa de receitas e a previsão de despesas anuais do governo para o ano seguinte ao de sua sua edição. Elaborada de acordo com a LDO e o PPAG, essa lei expressa a política econômico-financeira e o programa de trabalho governamental.

A LOA, ou Orçamento, deve ser entendida como um programa de trabalho que define quanto dinheiro o Executivo vai destinar a áreas como saúde, educação, segurança e meio ambiente. É o Orçamento que organiza de forma sistemática a atuação do Executivo, concretizando as ações e metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (PMDI)

Inovação da Constituição Mineira, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) estabelece um plano estratégico de longo prazo para o Estado. Em outras palavras, o PMDI é o plano estratégico que consolida um conjunto de metas e diretrizes para o Estado no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios e à coordenação das ações de governo, entre outros aspectos. Ele trabalha com um horizonte de longo prazo, com projetos a serem implementados não apenas por um governo, mas por vários. A lógica da estruturação do plano busca garantir a continuidade administrativa, apesar de diferenças políticas que possam ser geradas pela alternância de poder. O PMDI em vigor lista 11 áreas de resultados, entre as quais defesa social, educação, juventude, meio ambiente, saúde e redução da pobreza.



Redução da pobreza é uma das áreas do planejamento estratégico do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (PPAG)

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) materializa, em médio prazo, as diretrizes e metas propostas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). No plano plurianual, são estabelecidos os objetivos e as metas da administração pública para os quatro anos seguintes, inclusive a previsão dos gastos em áreas como saúde, educação, segurança e meio ambiente, as metas de investimentos e obras por região de Minas e os programas de duração continuada.

Em Minas, tanto a elaboração quanto as revisões anuais da lei do PPAG ocorrem de forma participativa, por meio de audiências públicas promovidas pela Assembleia e pelo governo, com a intervenção direta da sociedade. Essa iniciativa confere transparência ao processo e estimula o acompanhamento das políticas públicas pelo cidadão. É uma ação inédita no País.

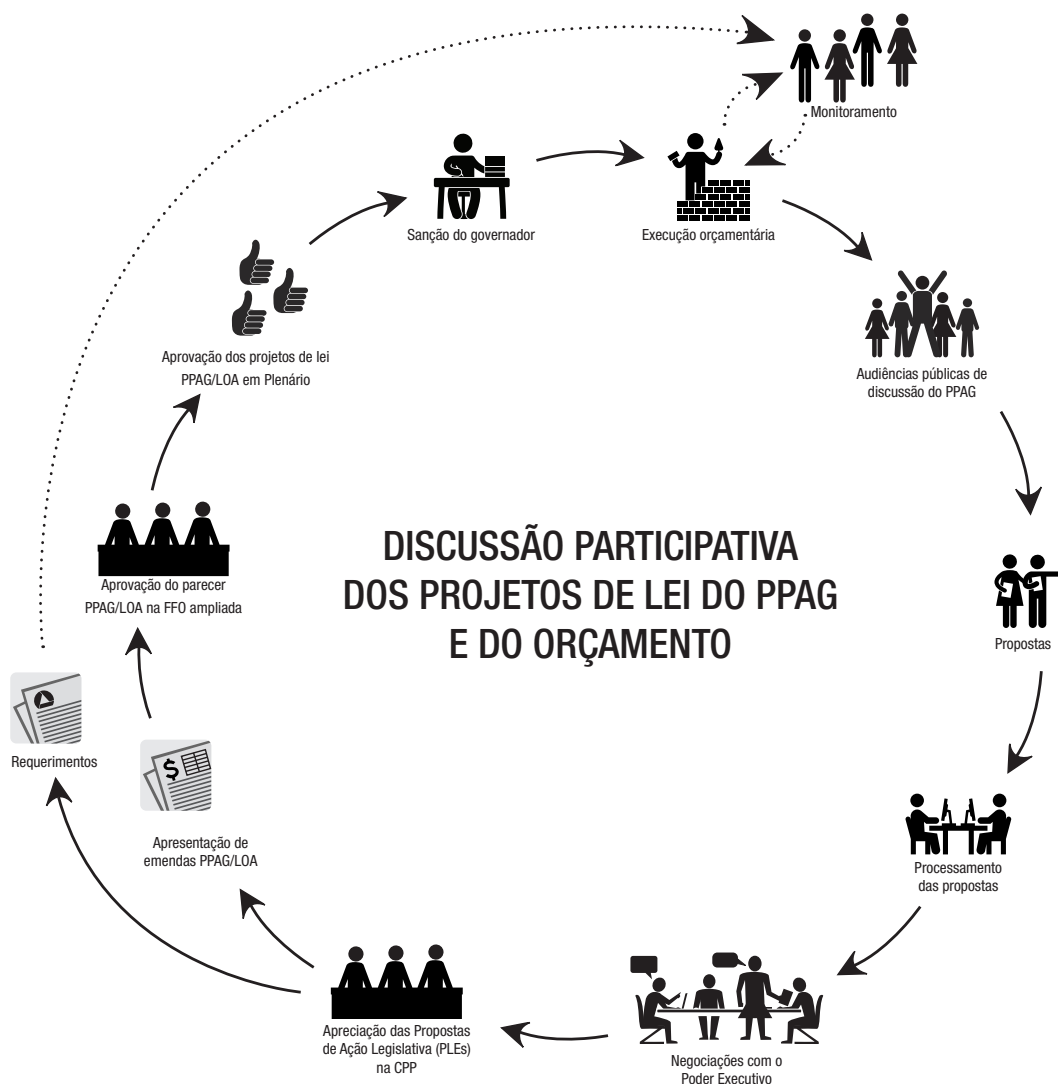


Reunião de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental realizada na cidade de Coronel Fabriciano, no Leste de Minas Gerais.

Política pública

Política pública é o resultado de atividades políticas e de gestão pública na alocação de recursos e na provisão de bens e serviços públicos. Pode ser entendida como um sistema de decisões públicas que visa manter ou modificar a realidade por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e de alocação dos recursos necessários para se atingirem metas previamente estabelecidas.

O Poder Legislativo atua nas diversas etapas do Ciclo de Políticas Públicas. Participa na identificação de um problema público, na conformação da agenda, na deliberação sobre a melhor alternativa para o enfrentamento da questão e no acompanhamento da implementação da política concebida para solucioná-la.



MONITORAMENTO

Monitorar é acompanhar sistematicamente a implementação de ações que compõem uma política pública, com vistas a produzir e a organizar as informações estratégicas para a gestão e o controle dessa política. Essas informações orientam a tomada de decisões, para que se possa aperfeiçoar o desenvolvimento das ações de um programa, e também a revisão dessas ações, para se gerarem os resultados esperados. Essas mesmas informações também orientam o exercício do controle externo por parte do Poder Legislativo, quando se verifica a legalidade, a economicidade e a razoabilidade da atuação da administração pública, bem como o cumprimento dos programas de trabalho por ela executados.

Eventos de comissão e eventos institucionais

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A audiência pública consiste em reunião de comissão realizada na Capital ou no interior do Estado, mediante requerimento de deputado, para discussão de assunto de interesse público com cidadãos e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas.

DEBATE PÚBLICO

O debate público é uma reunião especial realizada por comissão, mediante requerimento de deputado, para discussão de assunto de interesse público de forma mais ampliada, com a participação de cidadãos e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas. Realiza-se exclusivamente na sede da ALMG, no Plenário ou no Teatro.



Comissão de Cultura debate sobre o incentivo ao Carnaval no Estado.

REUNIÃO DE COMISSÃO COM CONVIDADOS

A reunião de comissão com convidados é realizada na Capital ou no interior do Estado, mediante requerimento de deputado, para discussão de assunto de interesse público. Nela, os debates se restringem aos parlamentares presentes e a expositores convidados.

VISITA

A visita é realizada por comissão, mediante requerimento de deputado, como exercício de fiscalização e controle de atos da administração pública compreendidos em sua competência temática.



Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas verifica as péssimas condições de infraestrutura da Rodovia MG-230.

Eventos institucionais

Os eventos institucionais são práticas participativas de aproximação entre Legislativo e sociedade realizadas com o objetivo de debater temas relevantes, propor e avaliar políticas públicas em curso e colher propostas da sociedade que possam subsidiar a atividade legislativa. Apesar de seus diferentes formatos – ciclos de debates, fóruns técnicos e seminários legislativos –, há uma característica comum a tais eventos: são construídos coletivamente pela ALMG e por representantes de instituições da sociedade civil e do poder público. Esses representantes são convidados a participar de reuniões preparatórias, considerando-se a afinidade com a temática do evento e a necessidade de se compor uma comissão organizadora que seja heterogênea e contemple variados segmentos ou diferentes visões sobre um mesmo tema. Essa participação se dá desde o primeiro momento e é decisiva para a definição de toda a estrutura do evento, do formato até os expositores, incluindo-se o estabelecimento de datas, temas, subtemas, regulamento, critérios de participação e inscrição, etc.

CICLO DE DEBATES

Formato de evento institucional com a dinâmica de construção coletiva, o ciclo de debates é realizado com o objetivo de se debater um tema relevante que surja na agenda política. Geralmente, tem duração de um ou dois dias. A contribuição esperada é de natureza informacional. Durante o evento, são realizados painéis de exposições sobre o tema em questão, contemplando-se palestrantes com diferentes visões e posições sobre o assunto, e, ao final, é aberto espaço para debates. O público presente pode

participar mediante a realização de perguntas orais ou por escrito, além de ter a oportunidade de tirar dúvidas e apresentar opiniões e sugestões acerca do tema. Os cidadãos mineiros que acompanham o evento pela TV Assembleia podem participar por meio do Portal (www.almg.gov.br), encaminhando seus comentários e perguntas.

FÓRUM TÉCNICO

Tipo de evento institucional previsto no Regimento Interno da ALMG, o fórum técnico tem o objetivo de subsidiar a atuação parlamentar por meio de conteúdo propositivo discutido e aprovado pelos participantes. Normalmente, é composto por duas etapas: interiorização, que constitui a fase regional do evento; e final, que constitui sua fase estadual. Na primeira, são realizadas reuniões em cidades de diferentes regiões do Estado. Nessa etapa, os participantes podem ser organizados em grupos de trabalho para debater o tema e formular e aprovar propostas. As propostas recebidas durante a etapa de interiorização são consolidadas e passam a compor o documento, que será discutido e votado na etapa final. Nessa segunda etapa, a reunião acontece em Belo Horizonte, onde são realizados painéis de exposições sobre o tema e é feita uma nova composição de grupos de trabalho, similares àqueles organizados na etapa de interiorização. Aqui, os grupos têm a tarefa de consolidar um documento a ser votado na plenária final, momento em que são identificadas as propostas prioritárias, que serão encaminhadas à comissão da Assembleia Legislativa com atribuição para discutir o tema. Além disso, conforme previsto no Regimento da Casa, são eleitos os membros da comissão de representação, que é responsável por sugerir desdobramentos e acompanhar as ações legislativas decorrentes das propostas priorizadas no evento.

SEMINÁRIO LEGISLATIVO

Outro formato de evento institucional previsto no Regimento Interno da ALMG é o seminário legislativo, que também possui objetivo propositivo voltado para subsidiar a atuação parlamentar. Apresenta as mesmas características de um fórum técnico. A grande diferença é que, no seminário legislativo, ainda durante a preparação do evento, são formadas comissões técnicas interinstitucionais (CTIs), que são grupos temáticos de discussão compostos por representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos públicos e da área acadêmica e por técnicos ou especialistas no tema abordado, com o objetivo de elaborar um relatório inicial de propostas a partir da discussão dos temas e subtemas definidos para o evento. No seminário legislativo, o relatório das CTIs serve de documento-base para as discussões na etapa de interiorização. Isso não exclui, porém, a possibilidade de apresentação de novas propostas. Ao final do evento, assim como nos fóruns técnicos, são priorizadas propostas e é eleita a comissão de representação, que irá propor e acompanhar os desdobramentos.

CHEGA

DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em Minas, a cada dois dias, uma mulher é assassinada. Em 2024, foram 163 feminicídios e uma média de 345 registros, por dia, de violência doméstica contra a mulher. Um total de 125.893 no ano, sendo que muitos casos não foram ao menos registrados.

Se você for vítima ou testemunha de um ato violento, não hesite.

**LIGUE 190 E PROCURE A DELEGACIA
MAIS PRÓXIMA.**

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2025 (págs.135 e 144)



ACESSE O QR CODE
E SAIBA COMO
SE PROTEGER.



[almg.gov.br/
semprevivas](http://almg.gov.br/semprevivas)

**AS DEPUTADAS E OS DEPUTADOS ESTADUAIS
ESTÃO NA LUTA PELA VIDA DAS MULHERES.**



Poder e voz do cidadão



BRUNO ENLER FL
 CAPOREZZO FL
 CARLOS HEHRIQUE PSD
 CASSIO SOARES PSD
 CELINHO SINTROCEL PSD
 CHARLES SANTOS PSD
 CORONEL HEHRIQUE FL
 CORONEL SANDRO FL
 CRISTIANO SILVEIRA FL
 DELEGADA SHEILA FL
 DELEGADO CHRISTIANO XAVIER PSD
 DIOGO AL AMORADO PATRI
 DOUGLAS MELO PSD
 DOUTOR JEAN FREIRE PT
 DOUTOR PAULO PATRI
 DOUTOR WILSON BATISTA PSD
 DR. MAURICIO PSD
 DUARTE BECHER PSD
 EDUARDO AZEVEDO PSD
 ELISIANA PRADO PSD
 ENES CÂNDIDO PSM

POSSE DOS NOVOS DEPUTADOS

REUNIÃO PREPARATÓRIA DE PLENÁRIO

Reuniões de Comissão

Presentes 75
 Em comissão 0
 14:41
 01/02/2023

MÁRIO VENTURA CENA PT
 MARLI GEBER PT
 MARQUINHOS LEANDRO PT
 MARLÍ TRINDADE PT
 MARINA FERRAZ PT
 NEILSON PEGORARO PSD
 NORIVALDO JÂNIO PT
 OSCAR TEJERA PT
 PROFESSOR CLETON PT
 PROFESSOR WELTON VICENTINI PT
 RAFAEL MARTINS PSD
 RAUL GELBÍN PSD
 RICARDO CAMPOS PT
 ROBERTO ANTONIO PT
 ROBERTO LOPES PT
 SARGENTO MARQUES PT
 SANDO MARQUES LEITE PT
 THIAGO COSTA PT
 TIO FERRAZ PT
 LUCYSSA CRANES PT
 VÍTORIO JÂNIO PT
 ZÉ CULMINE PT
 ZÉ CARVALHO PT





COMPOSIÇÃO DA ALMG

Deputados da 20ª Legislatura

Mesa da Assembleia Legislativa
do Estado de Minas Gerais
Biênio 2025-2027 (1º/2/2025 a 31/1/2027)



Tadeu Leite (MDB)
Presidente



Leninha (PT)
1ª-vice-presidente



Duarte Bechir (PSD)
2ª-vice-presidente



Betinho Pinto Coelho (PV)
3ª-vice-presidente



Gustavo Santana (PL)
1º-secretário



Vitório Júnior (PP)
2º-secretário



João Vítor Xavier (Cidadania)
3º-secretário



Adalclever Lopes (PSD)



Adriano Alvarenga (PP)



Alencar da Silveira Jr. (PDT)



Amanda Teixeira Dias (PL)



Ana Paula Siqueira (Rede)



Andréia de Jesus (PT)



Antonio Carlos Arantes (PL)



Arlen Santiago (Avante)



Arnaldo Silva (União Brasil)



Beatriz Cerqueira (PT)



Bella Gonçalves (Psol)



Betão (PT)



Bim da Ambulância (Avante)



Bosco (Cidadania)



Bruno Engler (PL)



Caporezzo (PL)



Carlos Henrique (Republicanos)



Carlos Pimenta (PDT)



Carol Caram (Avante)



Cassio Soares (PSD)



Celinho Sintrocel (PCdoB)



Charles Santos (Republicanos)



Chiara Biondini (PP)



Coronel Henrique (PL)



Cristiano Silveira (PT)



Delegada Sheila (PL)



Delegado Christiano Xavier (PSD)



Doorgal Andrada (PRD)



Doutor Jean Freire (PT)



Doutor Paulo (PRD)



Doutor Wilson Batista (PSD)



Dr. Maurício (Novo)



Eduardo Azevedo (PL)



Elismar Prado (PSD)



Enes Cândido (Republicanos)



Gil Pereira (PSD)



Grego da Fundação (Mobiliza)



Gustavo Valadares (PSD)



Hely Tarquínio (PV)



Ione Pinheiro (União Brasil)



João Magalhães (MDB)



Leandro Genaro (PSD)



Leleco Pimentel (PT)



Leonídio Bouças (PSDB)



Lincoln Drumond (PL)



Lohanna (PV)



Lucas Lasmар (Rede)



Lud Falcão (Pode)



Luizinho (PT)



Maria Clara Marra (PSDB)



Mário Henrique Caixa (PV)



Marli Ribeiro (PL)



Marquinho Lemos (PT)



Mauro Tramonte (Republicanos)



Nayara Rocha (PP)



Neilando Pimenta (PSB)



Noraldino Júnior (PSB)



Oscar Teixeira (PP)



Professor Cleiton (PV)



Professor Wendel Mesquita (SD)



Rafael Martins (PSD)



Raul Belém (Cidadania)



Ricardo Campos (PT)



Roberto Andrade (PRD)



Rodrigo Lopes (União Brasil)



Sargento Rodrigues (PL)



Thiago Cota (PDT)



Tito Torres (PSD)



Ulysses Gomes (PT)



Zé Guilherme (PP)



Zé Laviola (Novo)

Lideranças da ALMG

Roberto Andrade (PRD)

Líder da Maioria

Cristiano Silveira (PT)

Líder da Minoria

João Magalhães (MDB)

Líder do Governo

Noraldino Júnior (PSB)

Líder do Bloco Avança Minas

Ulysses Gomes (PT)

Líder do Bloco Democracia e Luta

Cassio Soares (PSD)

Líder do Bloco Minas em Frente

Lohanna (PV)

Líder da Bancada Feminina

Composição das comissões permanentes

Administração Pública

Adalclever Lopes (Presidente)

Rodrigo Lopes (Vice-presidente)

Beatriz Cerqueira

Charles Santos

Nayara Rocha

Professor Cleiton

Sargento Rodrigues

Agropecuária e Agroindústria

Raul Belém (Presidente)

Dr. Maurício (Vice-presidente)

Coronel Henrique

Lud Falcão

Marli Ribeiro

Assuntos Municipais e Regionalização

Arnaldo Silva (Presidente)

Leleco Pimentel (Vice-presidente)

Caporezzo

Doorgal Andrada

Rodrigo Lopes

Constituição e Justiça

Doorgal Andrada (Presidente)

Zé Laviola (Vice-presidente)

Bruno Engler

Doutor Jean Freire

Lucas Lasmar

Thiago Cota

Maria Clara Marra

Cultura

Professor Cleiton (Presidente)

Andreia de Jesus (Vice-presidenta)

Lohanna

Mauro Tramonte

Oscar Teixeira

Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Adriano Alvarenga (Presidente)

Carol Caram (Vice-presidente)

Charles Santos

Eduardo Azevedo

Elismar Prado

Defesa dos Direitos da Mulher

Ana Paula Siqueira (Presidenta)

Lohanna (Vice-presidente)

Lud Falcão

Ricardo Campos

Roberto Andrade

Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Maria Clara Marra (Presidente)

Professor Wendel Mesquita (Vice-presidente)

Gregório da Fundação

Elismar Prado

Cristiano Silveira

Desenvolvimento Econômico

Leonídio Bouças (Presidente)

Oscar Teixeira (Vice-presidente)

Antonio Carlos Arantes

Roberto Andrade

Direitos Humanos

Bella Gonçalves (Presidenta)
Andreia de Jesus (Vice-presidenta)
Amanda Teixeira Dias
Betão
Caporezzo

Educação, Ciência e Tecnologia

Beatriz Cerqueira (Presidenta)
Luizinho (Vice-presidente)
Hely Tarquínio
Ione Pinheiro
Lincoln Drumond

Esporte, Lazer e Juventude

Coronel Henrique (Presidente)
Mário Henrique Caixa (Vice-presidente)
Amanda Teixeira Dias
Bosco

Ética e Decoro Parlamentar

Charles Santos (Presidente)
Lohanna (Vice-presidente)
Bruno Engler
Cassio Soares
João Magalhães
Noraldino Júnior
Ulysses Gomes

Fiscalização Financeira e Orçamentária

Zé Guilherme (Presidente)
Enes Cândido (Vice-presidente)
Antonio Carlos Arantes
Chiara Biondini
Hely Tarquínio
Leonídio Bouças
Ulysses Gomes

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Tito Torres (Presidente)
Ione Pinheiro (Vice-presidenta)
Bella Gonçalves

João Magalhães
Noraldino Júnior

Minas e Energia

Gil Pereira (Presidente)
Bim da Ambulância (Vice-presidente)
Adriano Alvarenga
Ana Paula Siqueira
Carol Caram

Participação Popular

Ricardo Campos (Presidente)
Marquinho Lemos (Vice-presidente)
Arnaldo Silva
Doutor Jean Freire
Neilando Pimenta

Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Delegada Sheila (Presidenta)
Marli Ribeiro (Vice-presidenta)
Chiara Biondini
Leandro Genaro
Luizinho

Redação

Carlos Henrique (Presidente)
João Magalhães (Vice-presidente)
Marquinho Lemos
Tito Torres
Zé Laviola

Saúde

Arlen Santiago (Presidente)
Doutor Wilson Batista (Vice-presidente)
Carlos Pimenta
Lucas Lasmar

Segurança Pública

Sargento Rodrigues (Presidente)
Delegado Christiano Xavier (Vice-presidente)
Bruno Engler
Eduardo Azevedo
Rafael Martins

Trabalho, Previdência e Assistência Social
Betão (Presidente)
Celinho Sintrocel (Vice-presidente)
Leandro Genaro
Leleco Pimentel
Mauro Tramonte

Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana
Leleco Pimentel (Presidente)
Rodrigo Lopes (Vice-presidente)
Adriano Alvarenga
Carol Caram
Marli Ribeiro

Transporte, Comunicação e Obras Públicas
Thiago Cota (Presidente)
Rafael Martins (Vice-presidente)
Celinho Sintrocel
Delegada Sheila

Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer
Grego da Fundação (Presidente)
Elismar Prado (Vice-presidente)
Doutor Paulo
Lincoln Drumond
Luizinho

Composição das comissões extraordinárias

Comissão Extraordinária da Educação Profissional e Tecnológica
Bosco (Presidente)
Oscar Teixeira (Vice-presidente)
Leninha
Sargento Rodrigues
Vitório Júnior

Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia
Mauro Tramonte (Presidente)
Zé Laviola (Vice-Presidente)
Betinho
Delegada Sheila
Dr. Maurício

FOTOS DO CAPÍTULO 8 – MOSAICO ALUSIVO AOS 190 ANOS DA ALMG

Foto 1: Senado Mineiro – Secretaria de Viação e Obras Públicas – Crédito: Iepha/MG

Foto 2: Câmara Municipal de Belo Horizonte – Assembleia funcionou de 1959 a 1972 – após o incêndio até a inauguração do Palácio da Inconfidência – Crédito: Acervo ALMG

Foto 3: Foto ALMG – Crédito: Daniel Protzner

Foto 4: Sedes antigas da ALMG – Assembleia Provincial – Centro Acadêmico da Escola de Minas (Caem) – Crédito: Museu de Inconfidência – Ibram

Foto 5: Sedes antigas da ALMG – Assembleia Legislativa – Casa D'Itália – Foto: Coleção Otávio Dias Filho

Foto 6: Foto ALMG – Crédito: Raíla Melo

Foto 7: Foto ALMG – Crédito: Sarah Torres

Foto 8: Construção do Palácio da ALMG – Ano aproximado: 1971 – Crédito: Fotógrafos ALMG

Foto 9: Incêndio da Assembleia de Minas em 17/9/1959 – Crédito: Fotógrafos ALMG

Foto 10: Foto ALMG – Crédito: Daniel Protzner

Foto 11: Colocação da escultura de Amilcar – Ano: 1988 – Crédito: Fotógrafos ALMG

Foto 12: O prédio da antiga pagadoria foi sede do Senado Mineiro aproximadamente entre 1900 e 1905 – Crédito: Acervo ALMG

Foto 13: Sedes antigas da ALMG – Assembleia Provincial Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas – Crédito: Walter Campanato – Agência Brasil

Foto 14: ALMG – Palácio – Junho 1984 – Crédito: Fotógrafos ALMG

Foto 15: ALMG – Palácio em 2025 e seus 190 anos – Crédito: Luiz Santana

Foto 16: ALMG – Palácio em 2025 – Crédito: Guilherme Bergamini

Créditos fotográficos

Capa: Adobe Stock
Páginas 4/5: Luiz Santana
Páginas 8/9: Luiz Santana
Página 10: Luiz Santana
Páginas 16/17: Henrique Chendes
Página 18: Guilherme Dardanhan
Página 19: Gráfico ALMG
Página 21: Luiz Santana
Página 23: Willian Dias
Página 24: Willian Dias
Página 25: Anúncio Campanha ALMG
Página 30: Willian Dias
Página 32: Guilherme Dardanhan
Página 33: Henrique Chendes
Páginas 34/35: Willian Dias
Páginas 40/41: Elizabete Guimarães
Página 42: Elizabete Guimarães
Página 43: Elizabete Guimarães
Página 44: Ramon Bittencourt
Página 45: Ramon Bittencourt
Página 46: Ramon Bittencourt
Página 47: Willian Dias
Página 48: Ramon Bittencourt
Página 49: Daniel Protzner
Página 50: Guilherme Bergamini
Página 51: Guilherme Bergamini
Página 52: Luiz Santana
Página 53: Luiz Santana
Página 54: Guilherme Dardanhan
Página 55: Daniel Protzner
Página 56: Ramon Bittencourt
Página 57: Henrique Chendes
Página 58: Luiz Santana
Página 59: Willian Dias
Página 60: Luiz Santana
Página 61: Willian Dias
Página 62: Luiz Santana
Página 64: Elizabete Guimarães
Página 65: Alexandre Netto
Página 66: Alexandre Netto
Página 68:
Foto 1: Alexandre Netto
Foto 2: Henrique Chendes
Página 69: Guilherme Bergamini
Página 70: Guilherme Bergamini
Página 72: Ramon Bittencourt
Página 73: Elizabete Guimarães
Página 74: Daniel Protzner
Página 77: Daniel Protzner
Página 78: Luiz Santana
Página 79: Guilherme Dardanhan
Página 80: Luiz Santana
Página 81: Henrique Chendes
Página 82: Luiz Santana
Página 83: Luiz Santana
Página 85: Alexandre Netto
Página 86: Luiz Santana
Página 87: Guilherme Dardanhan
Página 88: Elizabete Guimarães
Página 89:
Foto 1: Henrique Chendes
Foto 2: Alexandre Netto
Página 90: Luiz Santana
Página 92: Guilherme Bergamini
Página 94:
Foto 1: Luiz Santana
Foto 2: Elizabete Guimarães
Página 95: Henrique Chendes
Página 96: Luiz Santana
Página 97:
Foto 1: Daniel Protzner
Foto 2: Elizabete Guimarães
Página 98: Luiz Santana
Página 99: Henrique Chendes
Página 100: Daniel Protzner
Página 101: Henrique Chendes
Página 103: Henrique Chendes
Página 104: Henrique Chendes
Página 105: Elizabete Guimarães
Página 106: Ramon Bittencourt
Página 107:
Foto 1: Guilherme Dardanhan
Foto 2: Alexandre Netto
Página 108: Elizabete Guimarães
Página 111: Willian Dias
Página 112: Henrique Chendes
Página 114: Alexandre Netto
Página 115: Ramon Bittencourt
Página 118: Alexandre Netto
Página 119: Willian Dias
Página 123: Willian Dias
Página 124: Alexandre Netto
Página 125: Alexandre Netto
Página 126: Alexandre Netto
Página 127: Luiz Santana
Página 129: Henrique Chendes
Página 130: Guilherme Dardanhan
Página 131: Luiz Santana
Página 133: Elizabete Guimarães
Página 134: Willian Dias
Página 135: Elizabete Guimarães
Página 136: Alexandre Netto
Página 138: Henrique Chendes
Página 139: Luiz Santana
Página 140: Luiz Santana
Página 141: Luiz Santana
Página 142: Luiz Santana
Página 143: Guilherme Dardanhan
Página 145: Daniel Protzner
Página 146: Henrique Chendes
Página 147: Daniel Protzner
Página 148: Luiz Santana
Página 149: Elizabete Guimarães
Página 150: Guilherme Bergamini
Página 151: Luiz Santana
Página 152: Willian Dias
Página 153: Henrique Chendes
Página 155: Willian Dias
Página 157: Luiz Santana
Página 158:
Foto 1: Willian Dias
Foto 2: Alexandre Netto
Página 159: Elizabete Guimarães
Página 160: Guilherme Bergamini
Página 161: Henrique Chendes
Página 166: Gráfico ALMG
Página 167: Gráfico ALMG
Página 168: Gráfico ALMG
Página 169: Gráfico ALMG
Página 171: Clarissa Barçante
Página 172: Flávia Bernardo
Página 174: Guilherme Dardanhan
Página 175: Elizabete Guimarães
Página 176: Guilherme Dardanhan
Página 177:
Foto 1: Luiz Santana
Foto 2: Luiz Santana
Página 178: Guilherme Bergamini
Página 179: Sarah Torres
Páginas 180/181: Alexandre Netto
Página 182: Henrique Chendes
Página 184: Guilherme Dardanhan
Página 185: Guilherme Dardanhan
Página 186: Luiz Santana
Página 187: Daniel Protzner
Página 191: Luiz Santana
Página 193: Alexandre Netto
Página 195: Rodrigo Vilaça
Página 197: Alexandre Netto
Páginas 198/199: Alexandre Netto
Página 200: Luiz Santana
Página 201: Willian Dias
Página 202: Henrique Chendes
Página 203: Alexandre Netto
Página 204: Elizabete Guimarães
Página 205: Willian Dias
Página 215: Alexandre Netto
Página 217:
Foto 1: Luiz Santana
Foto 2: Willian Dias
Página 218: Montagem
Página 219: Daniel Protzner
Páginas 220/221: Henrique Chendes
Página 222: Willian Dias
Página 224: Elizabete Guimarães
Página 227: Elizabete Guimarães
Página 229: Gráfico ALMG
Página 230: Ramon Bittencourt
Página 231: Ramon Bittencourt
Página 233: Anúncio Campanha ALMG
Páginas 234/235: Luiz Santana
Páginas 244/245: Clarissa Barçante

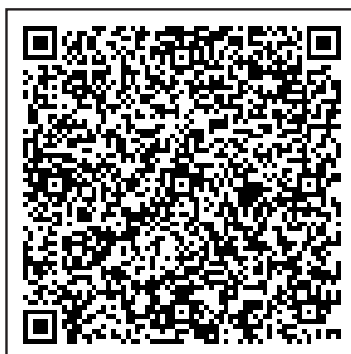
10:55
11/12/2025

ULYSSES GOMES
VITÓRIO JÚNIOR
ZÉ GUILHERME
ZÉ LAYOLA

PT
PSD
PP
PP
PP
NOVO







Posicione a câmera do seu celular apontada para o *QR code* e acesse a página do Relatório Institucional 2025. Além dos textos e das imagens desta publicação, na página também é possível conferir os números referentes à produção legislativa, aos requerimentos e aos eventos de 2025. A página também pode ser acessada no seguinte endereço: almg.gov.br/relatorio.



Poder e voz do cidadão



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão



almg.gov.br